

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LUIZ GUSTAVO SANTOS COTA

Ave, Libertas: abolicionismos e luta
pela liberdade em Minas Gerais na
última década da escravidão.

Niterói
2013

LUIZ GUSTAVO SANTOS COTA

Ave, Libertas: abolicionismos e luta
pela liberdade em Minas Gerais na
última década da escravidão.

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História Social da
Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutor em História Social.

Setor **temático:** História
Contemporânea I.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Fernandes Machado.

Niterói
2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C843 Cota, Luiz Gustavo Santos.

Ave, libertas: abolicionismos e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão / Luiz Gustavo Santos Cota. – 2013.
318 f. ; il.

Orientador: Humberto Fernandes Machado.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

Bibliografia: f. 292-318.

1. Abolicionismo, 1630-1888. 2. Abolição da escravatura, 1888.
3. Liberdade. 4. Minas Gerais. I. Machado, Humberto Fernandes.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.04

LUIZ GUSTAVO SANTOS COTA

Ave, Libertas: abolicionismos e luta pela liberdade
em Minas Gerais na última década da escravidão.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovada em 23 de agosto de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Humberto Fernandes Machado (orientador)
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Andréa Santos Pessanha
Centro Universitário UNIABEU

Prof. Dr. Eduardo Silva
Fundação Casa de Rui Barbosa

Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Martha Campos Abreu
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Tânia Bessone (suplente)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva (suplente)
Universidade Federal Fluminense

Para Celúzia, por todas as coisas que não cabem em papel algum deste mundo.

Agradecimentos

“A verdade é que não posso soltar minha caneta: acho que vou ter a Náusea e tenho a impressão de retardá-la enquanto escrevo. Então escrevo o que me passa pela cabeça”.

Jean Paul Sartre – A Náusea.

Não foi fácil. Agora mesmo, em alta madrugada, o ato de tecer essas linhas me reaproxima de certos “redenhumos” de ideias confusas com os quais convivi nos últimos quatro anos, quando, muitas vezes, sequer pude fazer como Antoine Roquentin, personagem do romance existencialista de Jean Paul Sartre, que dizia (como indica a epígrafe acima) não conseguir soltar sua caneta, escrevendo o que lhe passava pela mente. Às vezes foi um pouco difícil saber, com certeza, o que se passava aqui dentro.

Em comum com o historiador Roquentin (sim, ele era um colega de ofício), tive a “náusea”. Não sou erudito como o personagem existencialista, nem escrevi uma biografia, mas, assim como ele, me vi diante de certos vazios de sentido, inclusive em relação a este trabalho (sei que eu e Antoine não estamos sozinhos nessa).

Se o personagem vagou por Bouville, eu ziguezagueei pelo Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Ponte Nova, por viagens de ônibus que pareciam intermináveis, por papéis e livros velhos (às vezes apenas pela imagem microfilmada ou digitalizada deles). Felizmente, nesse bordejo confuso, os sentidos das coisas não se perderam (nem eu), mas não consegui “segurá-los” sozinho. Tive muito apoio nesta empreitada.

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, Humberto Fernandes Machado, por ter acreditado nesse trabalho, desde a primeira conversa que tivemos, e por ter continuado a acreditar, mesmo quando seu orientando teve muitas dúvidas. Seu profissionalismo, rigor e compreensão foram decisivos para a tese e minha formação. Muito obrigado por tudo.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) agradeço a bolsa de estudos sem a qual dificilmente poderia ter desenvolvido este estudo.

Agradeço aos professores Eduardo Silva e Martha Abreu o privilégio de poder ter contado com sua presença no exame de qualificação, oportunidade na qual deles recebi valiosas contribuições e observações sobre o trabalho, desculpando-me aqui por aquelas que não tenha conseguido incorporar ao texto. Somando-se a eles, agradeço às professoras Maria Helena Machado e Andréa Santos Pessanha por terem aceitado o convite para compor a banca

de defesa desta tese, aumentando ainda mais meu privilégio e, claro, responsabilidade diante de uma banca mais que qualificada.

Agradeço imensamente aos colegas, com os quais tive a oportunidade de discutir este trabalho, mesmo quando ainda era um embrião disforme, e deles ter recebido indicações bibliográficas e de fontes primárias, destacando Elione Silva Guimarães, Vanda Lúcia Praxedes, Rodrigo Rezende, Alysson Freitas de Jesus, Tarcísio Botelho, Florisvaldo Ribeiro Júnior e Celso Thomaz Castilho, que dividiram comigo importantes informações sobre seus trabalhos.

Aos amigos Denilson Silva e Juliano Custódio Sobrinho, que também se dedicam ao estudo do abolicionismo em terras mineiras, agradeço as muitas trocas de ideias e fontes sobre nossos objetos, além de terem compartilhado angústias comuns, fazendo com que não me sentisse tão sozinho nessa caminhada.

Sou grato à Hebe Mattos e Martha Abreu por terem concedido a mim permissão para participar, como ouvinte, de uma disciplina sobre Identidade e Cultura Negra por elas ministrada, tendo ali a oportunidade de absorver uma enormidade de informações e de participar de debates riquíssimos com colegas brilhantes, como Rodrigo de Azevedo Weimer e Carlos Eduardo Costa.

Na UFF tive o privilégio de conhecer um grupo de jovens pesquisadores que, me atrevo dizer, se tornaram meus amigos. Matheus Serva Pereira, Eric Brasil, Rita Vasconcelos, Flávia Campany, Camila Mendonça e Denilson Silva colaboraram para que a minha caminhada nos corredores da Universidade fosse menos solitária, mais humana, proveitosa e divertida. Sendo, teoricamente, o mais experiente da turma, pude na realidade aprender muito com meus amigos. Juntos organizamos um proveitoso seminário sobre a história da abolição e do pós-abolição no Brasil, empreitada que rendeu um livro e muita satisfação. Sinto falta de nossas trocas de ideias e convivência.

No Rio de Janeiro tive a feliz oportunidade de reencontrar antigas amizades construídas ainda nos tempos de graduação na Universidade Federal de Ouro Preto. Com Daniel Precioso, Alan Nardi e Leandro Braga pude rememorar os tempos de ICHS em terras “estrangeiras” e reforçar os laços de nossas amizades.

Ao Leandro Braga, que foi também companheiro de teto por um tempo, agradeço o fato de ter me colocado em contato com um grupo muito bacana, formado por Simeia Lopes, Carlos Augusto Bastos, Jonas Vargas, Naiara Damas, Francisco Aimara e Daniela Carvalho. Essa turma boa de colegas de ofício me proporcionou, além do privilégio do contato, um

almoço com um menu um tanto quanto improvável: pato no tucupi, frango com quiabo e chimarrão.

Ainda em relação ao encontro de culturas brasileiras em terras cariocas, vai aqui um muito obrigado aos amigos maranhenses Weld Encarnação e Ronaldo Rodrigues, amigos e companheiros de teto. Apesar de minha rotina de ermitão, encerrado dentro de um forno mal disfarçado de quarto, com eles tive uma convivência enriquecedora, em meio a uma bagunça harmônica. Foram muitas (e boas) conversas regadas a cachaça mineira e camarão trazido do Maranhão. Valeu!

O processo de “desterro” pelo qual passei foi mais que amenizado pelo fato de ter encontrado no Rio de Janeiro o amor e auxílio dos meus tios Aparecida e Juca, Inês e João Marcos, e de meus primos Patrícia, Milleny e Washington. Sempre dispostos a me ajudar no que fosse necessário, fizeram de tudo para que me sentisse em casa, e conseguiram. Não há como agradecer tudo que fizeram por mim desde o primeiro dia em que resolvi tentar a seleção do doutorado. Especialmente na casa dos tios Aparecida e Juca, encontrei uma primeira morada e depois um refúgio para a solidão e a saudade de casa. Lá sempre encontrei seu carinho e a oportunidade de comer um lobrobô (ora pro nobis) com costelinha, regado com uma cerveja gelada.

Antes de rumar para o Rio de Janeiro/Niterói, encontrei apoio incontestado entre aqueles com quem então dividia meus dias, angústias e aprendizados. Uma estada de apenas nove meses na Escola Municipal Senador Miguel Lanna mudou minha vida e ainda provoca incessantes reflexões, não apenas em relação ao trabalho docente, mas sobre a própria vida. Apreendi muito mais que ensinei, especialmente por conta do intenso diálogo que pude construir junto a meus alunos. Junto com estes pude de fato aprender um pouco sobre o que significa ser um professor e como encarar situações para as quais a Universidade não nos “prepara”. Agradeço àqueles pequenos (hoje um pouco mais crescidos) pela oportunidade de poder interpretar o mundo junto com eles, me desculpando pela abrupta partida, às vezes compensada quando tenho a oportunidade de reencontrá-los. Também sou imensamente grato ao apoio que recebi de meus colegas, especialmente Maria Auxiliadora Simplício e Lucimar Maia, respectivamente diretora e supervisora pedagógica, que souberam compreender minhas ausências no início do doutorado. Muito obrigado por terem me ensinado tanto.

De volta à “aldeia”, mesmo nos tempos em que fui um semi-eremita, deixando a “caverna” apenas para ir ao supermercado, pude recuperar as forças ao reatar velhas amizades e construir novas. Os amigos da Percepção Musical, Wesley Costa Melo, Davi Primavera, Joe, Arthur Vinih e Emerson Clayton, sem saber, toda vez que proporcionaram um dedo de

prosa, um bom som ou muitas risadas, ali, naquela que hoje é a esquina mais famosa de Ponte Nova, me encheram de energia para seguir em frente.

Deixando o estado de semi-eremita, neste ano, tive o privilégio de passar a conviver diariamente com Emerson de Paula, Mariana Souza e Tânia Sasse. Mais que companheiros de trabalho, com quem tenho aprendido/discutido muito sobre o entendimento da cultura como um direito básico e porta de acesso à cidadania, encontrei amigos de ouro. Agradeço-lhes o privilégio da convivência, do aprendizado incessante e da amizade.

Também deixo aqui um agradecimento especial a Adriana Batista, que nos últimos tempos tem me ajudado a entender os tais “redemunhos” que se formam em minha cabeça, possibilitando que eu pudesse seguir em frente com todas as coisas. Muito obrigado!

Voltando a falar de família, não sei como agradecer o amor, o cuidado e a dedicação que a minha sempre me devotou. Meus pais e minha irmã jamais deixaram de apoiar minhas escolhas, assim como nunca hesitaram em me socorrer nos momentos em que precisei de sua força e amparo. Meu pai, hoje talvez mais consciente da natureza de minhas atividades e do que elas significam para mim, especialmente nos últimos tempos, quando precisei de todo apoio, não cessou os incentivos para que eu não desistisse. Minha irmã, companheira de todas as horas, não mediu esforços para entender o que se passava comigo, me ajudando das maneiras mais impensáveis. Heroína e amiga, minha mãe está sempre pronta a me ouvir, mesmo que as coisas que eu diga não lhe façam muito sentido, sem cessar suas orações para que nossos caminhos estejam sempre abertos. Amo-lhes muito.

Meus avós, que infelizmente já não se encontram por aqui, talvez sejam os culpados por meu gosto pelo passado. Aristóteles e Maria, do lado materno, José Cotta e Tereza pelo outro, me guiaram por suas memórias durante o tempo em que ao lado deles tive a oportunidade de permanecer. Mesmo tendo com ele convivido muito pouco, meu “vô” Tote deixou como herança traços vivos de sua memória e da trajetória de sua família, com histórias de negros que viajam a pé pelas estradas da zona da mata, e dele mesmo, um “chapa” que criou nove filhos descarregando caminhões. “Vó” Maria dizia ter leitura suficiente apenas para entender a Bíblia, mas entendeu bem mais que isso. Dela tive o privilégio de ouvir “causos” que ainda alimentam diversas tradições culturais mineiras, além de suas memórias sobre tempos de guerra e revolução, da cidade que espichava e dos hábitos que foram mudando através do tempo. “Sô Zé Cotta” custou a entender que história era aquela que seu neto mais velho, o primeiro de sua família a pisar em uma Universidade, foi estudar. Quis então contar sua própria história, do período no exército, da guerra na qual queria ter lutado, mas foi impedido de ir. Até seus últimos dias, fazia questão de puxar uma prosa com o neto

historiador, de lhe confidenciar suas experiências, de legar a ele seus documentos e memórias. Dona Tereza, mesmo sem sair de sua casa para ir à cidade, sempre esteve atenta às mudanças das coisas do mundo, lembrando dos tempos de isolamento nas “grotas”, da dureza do trabalho na roça, dos doentes carregados em padiolas por estradas empoeiradas. Fica a gratidão, a saudade e o arrependimento de não tê-los ouvido mais.

Por derradeiro, deixo aqui meu agradecimento à pessoa a quem dedico este trabalho. Mesmo com minhas escolhas tendo significado a continuidade de uma vida esperas e distâncias que já duram uma década, Celúzia não deixou de apoiá-las um instante sequer. Diante das incertezas, ela seguiu firme com amor, amizade, companheirismo e esperança de dias sem barreiras, fazendo com que eu chegasse até aqui. A você dedico essas páginas, sabedor que não há muito obrigado que possa retribuir tanto amor e carinho. Este é o fim das distâncias.

A todos, meu muito obrigado e um afetuoso abraço!

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é compreender o desenrolar do processo de extinção da escravidão em Minas Gerais, especialmente no que tange à atuação abolicionista durante a década de 1880, analisando as ações de militantes antiescravistas, escravos, senhores e autoridades públicas, através de um *corpus* documental formado por jornais, relatos memorialísticos, correspondência policial e relatórios oficiais. Levando em consideração a diversidade regional que compõe o cenário abarcado na pesquisa, foi possível visualizar uma diversidade de posicionamentos em relação à campanha pela abolição e mesmo o crescimento de um clima de tensão e violência frente à rebeldia escrava e a atuação de grupos abolicionistas espalhados pela província.

Palavras-chave: Abolicionismo, abolição, imprensa, liberdade, Minas Gerais.

Abstract

The main objective of this work is to understand the unfolding of the process of extinction of slavery in Minas Gerais, especially regarding the role abolitionist during the 1880s, analyzing the actions of militant anti-slavery, slaves, masters and public authorities, through a corpus documentary made by newspapers, reports memoirs, police correspondence and official reports. Taking into account the regional diversity that makes up the scenario encompassed in the research, it was possible to view a variety of positions in relation to the campaign for the abolition and even the growth of a climate of tension and violence caused by slave rebellion and the abolitionists action groups spread across the province.

Keywords: Abolitionism, abolition, press, freedom, Minas Gerais.

Sumário

Lista de abreviaturas e siglas.....	XIII
Lista de mapas.....	XIV
Lista de fotografias e imagens.....	XV
Lista de gráficos e quadros.....	XVI
Introdução.....	18
Capítulo 1 - “Minas são muitas”: caminhos e descaminhos da divisão regional mineira na segunda metade do oitocentos.....	23
1.1 - As várias Minas e Gerais.....	23
1.2 - Região e espaço: possíveis definições e seus corolários.....	33
1.3 - “Porém, são poucos aqueles que conhecem as mil faces das Geraes”: os historiadores e suas tentativas de entender/dividir as Minas oitocentistas.....	40
Capítulo 2 - O último sopro de uma instituição agonizante: imprensa, escravidão e múltiplas visões da liberdade e trabalho.....	68
2.1 - Imprensa: espada da civilização e do progresso nos anos finais da escravidão...	68
2.2 - Faltam braços? Arranjos e rearranjos da mão de obra.....	84
2.3 - Negros, feitores e pernósticos.....	110
Capítulo 3 - Entre amantes da ordem e candidatos a revolucionários: os abolicionismos das Minas.....	124
3.1 - “A imprensa... por fortaleza”: os jornais abolicionistas de Ouro Preto.....	130
3.2 - Amantes da ordem, candidatos a revolucionários e seus clubes.....	149
3.3 - “Ora pro nobis”: abolicionismo e catolicismo nas Minas.....	178
3.4 - Para além das Minas e das Gerais: os abolicionismos mineiros na imprensa da Corte.....	192
Capítulo 4 - Nas páginas policiais: rebeldia escrava, polícia, abolicionismo e tensão social nos últimos suspiros da escravidão.....	208
4.1 - A maquiagem da ordem: entre o movimento das ruas e os silêncios oficiais.....	208
4.2 - Casos de polícia.....	221
4.3 - Quando os “radicais” ameaçam a “traquilidade pública”.....	237
Capítulo 5 - “Entre salões e ruas”: as festas abolicionistas em Minas Gerais.....	255
5.1 - A “ouverture”.....	255
5.2 - Entre o salão e a rua.....	257
5.3 - Os diálogos da rua.....	274
Conclusão.....	289
Fontes e Bibliografia.....	292
Anexo.....	317
Instruções para prisão de escravos fugidos, expedidas pelo Chefe de Polícia da Província de Minas Gerais, Levindo Ferreira Lopes, em 12 de abril de 1887.....	317

Lista de abreviaturas e siglas

AEAM	-	Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana
APM	-	Arquivo Público Mineiro
BN	-	Biblioteca Nacional
SIA-APM	-	Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro

Lista de mapas

Mapa 1: Divisão regional segundo John Wirth.....	41
Mapa 2: Divisão regional segundo Roberto Martins e Douglas Libby.....	42
Mapa 3: Divisão regional segundo João Antônio de Paula.....	44
Mapa 4: Divisão regional segundo Marcelo Godoy e Clotilde Paiva.....	47
Mapa 5: Divisão regional segundo Mário Sampaio Rodarte.....	51
Mapa 6: Divisão regional segundo Mônica Ribeiro de Oliveira.....	52
Mapa 7: Divisão regional segundo Maria do Carmo Salazar e Helenice Silva.....	53
Mapa 8: Divisão de comarcas mineiras em 1808.....	55
Mapa 9: Divisão de comarcas mineiras em 1833.....	55
Mapa 10: Divisão de comarcas mineiras em 1868.....	56
Mapa 11: Rios, cidades e vilas mais importantes em 1882.....	56
Mapa 12: Identidades políticas mineiras no século XIX de acordo com Luiz Fernando Saraiva.....	58
Mapa 13: Divisão regional mineira no século XIX.....	53
Mapa 14: Regionalização, níveis de desenvolvimento e centralidade - década de 1830..	63
Mapa 15: Regionalização, níveis de desenvolvimento de 1830 e centralidade urbana - Minas Gerais – 1872.....	64
Mapa 16: Planta da cidade de Ouro Preto com destaque para o trajeto da passeata abolicionista ocorrida em 25 de março de 1884.....	268

Lista de fotografias e imagens

Fotografia 1: Provável sede do jornal A Vela do Jangadeiro. Chalé da antiga travessa dos Jangadeiros, atual Rua Costa Sena, em Ouro Preto.....	133
Imagem 1: Primeira e última páginas do jornal abolicionista A Vela do Jangadeiro.....	134
Imagem 2: Primeira e última páginas do jornal abolicionista O Trabalho.....	135
Fotografia 2: Cidade de Diamantina: Palácio do Bispo. 1868-1869.....	184
Fotografia 3: Cidade Episcopal de Mariana. 1868-1869.....	190
Fotografia 4: Vista panorâmica da Praça Tiradentes – 1881.....	269
Fotografia 5: Largo da Cavallhada Nova em 1910 com o Mercado Velho ao fundo.....	278
Fotografia 6: Bandas de negros no Vale do Paraíba (RJ) – Coreto representando uma fortaleza – década de 1880.....	278
Fotografia 7: Guarda/Terno de Marujos, Divinópolis, MG. Década 1920.....	280
Fotografia 8: Congado dos Pretos em Morro Velho – 1868.....	281
Fotografia 9: Festa de congado de Nossa Senhora do Rosário em Uberaba – 1897.....	282
Fotografia 10: Guarda/Terno de Caboclinhos.....	283

Lista de gráficos e quadros

Quadro 1: Composição populacional e níveis de desenvolvimento econômico de acordo com o recenseamento de 1831/32.....	46
Gráfico 1: Evolução do número de comarcas entre 1808 e 1891.....	54
Quadro 2: Número de distritos e paróquias atendidos por determinadas atividades econômicas Minas Gerais (1831-40 e 1872).....	62
Quadro 3: Oferta de serviços por nível de centralidade – Minas Gerais 1872.....	62
Quadro 4: Centros urbanos com maior concentração de jornais entre os anos de 1880 e 1888.....	66
Quadro 5: População escrava nos centros urbanos com maior número de jornais editados na década de 1880.....	67
Gráfico 2: Distribuição regional dos jornais mineiros (1824-1897).....	80
Quadro 6: Distribuição regional dos jornais mineiros, de acordo com escala de tempo (1824-1897).....	81
Gráfico 3: Cidades com maior concentração de jornais, por região (1824-1897)....	82
Gráfico 4: Cidades com maior concentração de jornais, por região (1880-1888)...	82
Gráfico 5: Distribuição regional dos jornais consultados nos acervos da Biblioteca Nacional e SIA-APM (1880-1888).....	83
Gráfico 6: Cidades com maior concentração de jornais encontrados na pesquisa, por região (1880-1888).....	83
Quadro 7: Associações emancipadoras e abolicionistas em Minas Gerais (1870-1888).....	150

Introdução

Chegado à segunda metade do que muitos chamaram de “século das luzes”, a escravidão ainda vigorava em uma jovem nação imperial dos trópicos, a despeito da necessidade de mudanças impostas pelo variado conjunto de ideias que circulava pelo mundo naquele tempo e até mesmo do fato desta mesma nação possuir uma Constituição e um governo de fortes “pruridos” liberais. Entretanto, tal fato não ocorreu sem que houvesse manifestações contrárias à continuidade da escravidão. Manifestações variadas, heterogêneas, contrastantes, que ajudaram a construir o agitado cenário oitocentista brasileiro, onde militantes antiescravistas, escravos e senhores engendraram estratégias e perpetraram ações a fim de alcançarem seus objetivos: a liberdade ou a continuação da escravidão.

Desde os primeiros passos do Brasil como uma nação independente foram discutidos projetos que tinham como mote o fim da escravidão, como os que defenderam uma extinção gradual e controlada, respeitando o direito de propriedade que recaía sobre os senhores escravistas (proposta que seguiu com vigor absoluto até pelo menos o início da década de 1880); ou uma abolição imediata e sem indenização, julgando ser a escravidão um crime, proposta que se sagrou vitoriosa em maio de 1888 e que surgiu no seio dos grupos abolicionistas tidos como radicais.¹

O objetivo principal deste trabalho é justamente compreender o desenrolar deste importante e intrincado processo na província de Minas Gerais, durante a última década de vigência da escravidão, especialmente no que tange à campanha abolicionista, analisando as ações de militantes antiescravistas, escravos, senhores e autoridades públicas, em suas várias e multifacetadas regiões.

Não foi sem risco que se fez a opção por abarcar todo o imenso território de Minas Gerais como corte espacial para esta pesquisa. Sem qualquer pretensão de apresentar uma espécie de “síntese”, este trabalho levou em consideração a complexidade tanto do objeto, quanto do território, ou melhor, dos territórios escolhidos, para analisar um processo histórico

¹ Sobre os variados projetos de extinção da escravidão, entre outros, veja: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; SILVA, Eduardo. *Dom Obá d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de, 1763-1838. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002; ROCHA, Antonio Penalves. Ideias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*. vol.20 n.39 São Paulo, 2000; SANTOS, Cláudia Andrade dos. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo? In: REIS FILHO, Daniel Aarão (organizador). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000; PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial – juriconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

igualmente multifacetado. Aliás, é quase impossível “sintetizar” as Minas Gerais, mesmo tendo este espaço sido alvo de discursos homogeneizantes que tinham, sobretudo, um forte componente político e identitário.

A tentativa de compreender o processo de extinção da escravidão (e as ações que o permearam) só pôde ser intentada pensando-se na diversidade de cenários, situações e personagens que compunham o vasto território (ou territórios) mineiro, pensando-se, inclusive, em suas possíveis interações com outras plagas do Império, especialmente em relação ao movimento abolicionista organizado nas vizinhas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, cujas ações já foram destacadas por uma ampla produção historiográfica.²

Comungando de uma perspectiva teórico-metodológica diversa de uma historiografia que propôs um quadro interpretativo que, em grande medida, homogeneizou o abolicionismo mineiro (como muitas vezes se fez em relação ao próprio território de Minas Gerais), ou declarou sua quase inexistência, esta pesquisa procurou entender o abolicionismo como um movimento multifacetado e complexo, que não se apresentou de forma monolítica, nem circunscrito aos salões da elite imperial (e provincial), mas que se constituiu como uma espécie de “frente ampla”, composta por uma diversidade de projetos e posicionamentos, nem sempre muito claros, tendo ocupado diferentes espaços no cotidiano da população mineira.³

Nesse sentido, acredito que a decisão/desafio de tentar esquadrihar o território de múltiplas realidades (econômicas, políticas e culturais), pode se apresentar como uma vantagem, no sentido de proporcionar uma imagem um pouco mais clara da própria diversidade, seus caminhos e descaminhos até o 13 de maio de 1888 e mesmo depois.

Tendo escolhido um *corpus* documental que abarca jornais (disponíveis nos acervos do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro e da Biblioteca Nacional), relatos memorialísticos, relatórios oficiais (disponíveis no sítio do *Center for Research Libraries*) e correspondência policial (parte integrante do acervo do Arquivo Público Mineiro), através do qual se tentou perceber as estratégias cotidianas dos agentes sociais,

² Podem ser citados como exemplos: AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados. A imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991; MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. 2 ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2010; AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos escravos: Lutas e Abolicionismo na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

³ MACHADO, Maria Helena P. Op. Cit.; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. Op. Cit.

foram captados episódios desenrolados não apenas nos centros urbanos mineiros de maior relevância, mas também nos sertões perdidos nos vários cantos da vasta província, através dos quais foi possível reconhecer os ecos do processo que levou ao fim da escravidão, tendo eles reverberaram de diferentes formas, indicando, especialmente, os igualmente variados caminhos trilhados pelo abolicionismo em Minas Gerais.

No Capítulo 1 - *“As muitas Minas”: caminhos e descaminhos da divisão regional mineira na segunda metade dos oitocentos-*, se procurou, a partir da apresentação da ampla discussão presente na historiografia mineira sobre suas regiões e de pressupostos teóricos fornecidos também pela Geografia, trazer uma reflexão sobre o complexo mosaico de regiões que formaram a Minas Gerais oitocentista, de modo a entender como o processo de abolição, e a presença do abolicionismo, podem ter ocorrido de diferentes maneiras em seu território. Assim, além de apresentar boa parte dos caminhos metodológicos adotados na pesquisa, o referido capítulo ainda proporciona a reflexão sobre o espaço abarcado na pesquisa, levando em consideração os diversos fatores que levaram à sua formação, sendo fundamental ainda não só para sua diferenciação interna, mas também em relação a outras regiões do Império.

Já no Capítulo 2 - *O último sopro de uma instituição agonizante: imprensa, escravidão e múltiplas visões da liberdade e trabalho-*, foi apresentada uma discussão teórica sobre a imprensa na segunda metade do século XIX e sua importância no processo que levou à abolição da escravidão no Brasil, bem como seu papel em Minas Gerais. Esta seção apresenta ainda uma análise acerca de informações relacionadas a arroubos imigrantistas e as preocupações da elite escravista em relação à manutenção da mão de obra no processo de transição para o trabalho livre, as tentativas de controle e tutela de escravos e libertos, além do preconceito racial por estes vivido.

O Capítulo 3 - *“Entre amantes da ordem e candidatos a revolucionários: os abolicionismos das Minas”-*, teve como foco central a análise das informações sobre desenvolvimento da campanha abolicionista na imprensa mineira, observando as peculiaridades regionais, a organização de associações antiescravistas e o diálogo mantido pelos propagandistas da abolição entre si, dentro e fora da província. Ao procurar mapear discussões e ações desfraldadas por grupos abolicionistas presentes em Minas Gerais, seus desdobramentos (e disputas) político-sociais, chamou atenção o desenvolvimento de uma imprensa abolicionista que, mesmo que diminuta se comparada a outras regiões brasileiras, deu vazão e publicidade a diferentes projetos de abolição que variaram do gradualismo indenizatório ao imediatismo, este, temperado algumas vezes, com doses de “acoitamento” de escravos.

Já em relação às possíveis relações com grupos congêneres organizados para além das fronteiras mineiras, destaca-se a forma como determinados acontecimentos desenrolados em Minas tiveram eco na imprensa abolicionista carioca, especificamente nos jornais *Gazeta da Tarde* e *Cidade do Rio*, que denunciaram a ocorrência de episódios de violência envolvendo militantes abolicionistas mineiros. Não obstante, também se destacaram a identificação de indícios de possíveis contatos entre grupos estabelecidos especialmente no sul de Minas Gerais e aqueles existentes na vizinha província de São Paulo, para onde teriam sido direcionados cativos em fuga.

No que tange ao Capítulo 4 - *Nas páginas policiais: rebeldia escrava, abolicionismo e tensão social nos últimos suspiros da escravidão*-, pesquisas realizadas no acervo do Arquivo Público Mineiro, especialmente nos fundos “Chefia de Polícia”, “Presidência da Província” e “Secretaria de Governo da Província”, assim como os relatórios da Presidência da Província relativos à década de 1880, revelaram importantes informações sobre conflitos e tensões decorrentes da intensificação da propaganda abolicionista em Minas Gerais, também manifestos na imprensa. Especialmente as informações contidas nas correspondências reservadas da Chefia de Polícia reforçaram a hipótese central da tese, de que, ao contrário do que argumenta parte da historiografia sobre o processo de abolição no Brasil e em Minas Gerais, houve, em terras mineiras, variada e complexa articulação abolicionista. A documentação descortina a existência de tensões e embates entre escravos, autoridades e determinadas alas do movimento abolicionista, que acabaram por temperar os últimos anos de vigência escravista com a intensificação (ou temor) de fugas e outros atos de rebeldia manifestados pelos escravos, muitas vezes auxiliados por militantes abolicionistas.

Vale ressaltar ainda que, em consonância com outros trabalhos que tiveram como foco as relações sociais no esgarçar do escravismo, a documentação analisada apresentou incongruências acerca de uma suposta manutenção da tranquilidade pública, expressa, sobretudo, pelos relatórios de presidente de província, e as constantes queixas de distúrbios ou suspeitas de insurreições escravas alardeadas pelas autoridades policiais espalhadas pela província. Chamou atenção o aumento da tensão em relação às atividades dos vários grupos abolicionistas organizados em Minas Gerais (especialmente nas regiões Metalúrgica-Mantiqueira, Jequitinhonha-Mucuri-Doce e Sul) e as autoridades policiais que acusavam os militantes de serem responsáveis pela crescente insubordinação de escravos e o aumento das fugas.

O exame da documentação policial também trouxe interessantes informações relacionadas à atuação abolicionista junto às crescentes fugas de escravos nos anos de 1887 e

1888, além da presença da referida militância junto aos tribunais. Em Diamantina e Ouro Preto, militantes abolicionistas chegaram a impetrar pedidos de *habeas corpus* a favor de escravos fugidos, atormentando delegados e mesmo o então Chefe de Polícia que teve de conviver com uma enxurrada de demandas e temores manifestos por seus subordinados espalhados pelo interior mineiro.

Por fim, o Capítulo 5 - intitulado “*Entre salões e ruas*”: *as festas abolicionistas em Minas Gerais*-, fecha o trabalho com uma análise sobre a forma como o tema da abolição foi difundido através das “reuniões festivas” organizadas pelo movimento abolicionista e por outras “fatias” da população, especialmente manifestações culturais que contavam com a presença de escravos e libertos.

O referido capítulo procurou desnudar, especialmente a partir de notícias estampadas na imprensa e relatos memorialísticos, como as festas se apresentaram como o meio através do qual ocorreram interações diversas entre o discurso que nasceu nos salões e os atores sociais que circulavam pelas ruas das *urbes* oitocentistas nas Minas. Ainda nesse sentido, o espaço da festa, fosse ele o salão ou a rua, foi entendido como um ambiente perpassado por diferentes tipos de sociabilidade, como um nicho de convívio social, desde os contatos mais rígidos até aqueles de caráter mais plural, que abrangem as interações quotidianas, caso especial dos locais públicos como a rua. Especialmente no ambiente da rua, a festa se constituiu como um importante espaço de divulgação, trocas e veículo das discussões sobre liberdade, direitos e ampliação da cidadania.

Mais uma vez, reafirmo que não se tentou construir aqui uma “síntese” da abolição mineira. Evidentemente, uma pesquisa que ambicionou “abraçar” um território maior que muitos países, com diversidades regionais marcantes, mesmo sob o manto da *mineiridade*, corre o risco de deixar algumas perguntas sem resposta, ou melhor, corre o risco essencial de provocar novas interrogações.

Creio que o leitor encontrará aqui nessas linhas, às vezes bastante tortuosas (ou torturantes...), a indicação de que não houve um só abolicionismo nas várias Minas Gerais. Espera-se assim que a diversidade apontada possa provocar novas perguntas e contestações, tanto sobre este trabalho, quanto do processo histórico que ele se propõe investigar, como parte da construção do conhecimento a respeito do passado que, tão diverso em termos de interpretação, quanto as várias faces das Minas.

Capítulo 1 - “Minas são muitas”: caminhos e descaminhos da divisão regional mineira na segunda metade do oitocentos.

“Minas são muitas... são várias; a gente olha... pára... pensa... sente... Minas é muitas; ...São pelo menos várias Minas; ...Porém, são poucos aqueles que conhecem as mil faces das Geraes”.

João Guimarães Rosa

1.1 – As várias Minas e Gerais

Não foi à toa que Guimarães Rosa afirmou que “Minas são muitas”. Como poucos, o escritor conseguiu transportar para a literatura - de maneira bem peculiar, aliás -, a heterogeneidade existente no vasto território que conhecemos como Minas Gerais; e isso não ocorreu à toa. A constatação do mineiro de Cordisburgo, utilizada como epígrafe deste capítulo e estampada em sua obra mais conhecida, *O Grande Sertão: Veredas* advêm de suas andanças pelas muitas Minas, sobretudo as “Gerais” e ou “Sertões”, possibilitando ao escritor a visualização das quase incontáveis idiossincrasias geográficas e humanas com as quais se deparou. É claro que suas palavras estão carregadas da subjetividade e liberdade próprias à literatura, mas também contém traços do contato travado com os habitantes das diversas regiões por ele percorridas e com suas formas de encarar o espaço onde se encontravam, ou melhor, o espaço por eles construído.¹

Esse “mundão de terras”, maior que muitos países, com suas “mil faces”, muitas vezes nos é apresentado sob uma aparente capa de homogeneidade: as Minas Gerais do ouro, da *auri sacra famis* colonial, terra cujas montanhas serviram de cenário para a famosa Inconfidência e por isso é “o berço da liberdade”; com seu povo, igualmente homogêneo, o mineiro, ser desconfiado de tudo, porém, naturalmente dotado dos predicados essenciais do bom senso, da moderação, realismo e equilíbrio, moldado pelo lento ritmo da vida montanhesa, e, por isso, tão vital na história política do Brasil, seja no século XVIII ou hoje. Mas essa ideia de uma Minas Gerais homogênea e harmônica é, em grande medida (para não

¹ Não se quer aqui, nem de longe, equiparar literatura e história, uma vez que são domínios distintos. O “fazer historiográfico” não é (e não pode ser) uma fabulação do tempo, como pode ser a literatura, território onde a imaginação possui a mais plena liberdade. Entretanto, há de se perceber os indícios das impressões sobre o passado que muitas vezes habitam as obras literárias, algo hoje muito bem trabalhado por uma série de historiadores e cientistas sociais. Veja, entre outros: VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000; CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

dizer absolutamente), uma fabricação das elites mineiras, engendrada desde fins do século XIX e ao longo do XX, que intentaram, e pode-se dizer conseguiram em grande medida, amalgamar os metais diversos que compunham seu território.

A chamada *mineiridade*, uma tradição inventada, como no conceito cunhado por Eric Hobsbawm, se apresenta como um conjunto discursivo e de práticas simbólicas que tenta unificar as várias Minas e seus habitantes inculcando “certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.² É possível identificá-la através da nostalgia da “era do ouro”, sempre estampada nos discursos políticos, poesias, memórias e crônicas jornalísticas, ou nas práticas rituais e simbólicas que evocam o “espírito mineiro”, forjando uma identidade cultural regional que contém em si as supostas características inatas aos que vivem entre as “alterosas”.³

Segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda, a ambiência setecentista foi a principal matéria prima utilizada por aqueles que batalharam para forjar a identidade mineira que, de acordo com a autora, “foram buscar a gênese desse imaginário entalhado no ouro que brotava das Minas, na exaltação dos inconfidentes mesclados num reconhecimento supervalorizado da efervescência cultural”, colocando os mineiros como os legítimos herdeiros e continuadores da obra do mártir colonial, o Tiradentes.⁴ Dessa forma, seriam as Minas, formadas pelos núcleos urbanos mais antigos, que dariam identidade às Gerais e ou Sertões, áreas de colonização tardia e com características econômicas e culturais distintas das “vilas do ouro”. Assim, a região central do território mineiro, cenário do fausto colonial, também seria o berço da *mineiridade*, uma vez que teriam surgido ali as “tradições que tipificaram a cultura mineira”.⁵

Minas Gerais e a mineiridade são resultados de um processo formador do território, cuja origem se encontra no século XVIII. Pensar Minas Gerais é tratar de sua constituição como espaço particularizado e singularizado, como povo e

² HOBBSBAWM, E. & RANGER, T. *A invenção de tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.09.

³ Sobre a chamada “ideologia da mineiridade” veja em: DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje: Anuário de Antropologia, Política e Sociologia*. São Paulo, ANPOCS, p.7-32, 1984; ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade – o imaginário mineiro na vida política e cultural da Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁴ ARRUDA, Maria A. do Nascimento. Op. Cit., p.90 e p.98.

⁵ WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.42. Sobre o processo de urbanização na região central de Minas Gerais desde o século XVIII veja: CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica – São João Del Rei: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*. (Dissertação de Mestrado) Niterói: PPGH/UFF, 2002; RODARTE, Mário Marco Sampaio. *O Caso das Minas que não se esgotaram: A pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 1999.

identidade cultural, enfim como território e territorialidade: sentimentos de pertencimento, instituição do ser e estar no mundo.

(...)

O espaço geográfico de Minas Gerais, essa representação por meio do mapa, nos remete ao espaço como configuração e organização produzida pelos processos sociais no decorrer do tempo; logo, nos dirige para a história. A produção histórica do território mineiro é o resultado e, ao mesmo tempo, o fator gerador da regionalização que caracteriza Minas Gerais como unidade na diversidade, isto é, são muitas as Minas Gerais, mas toda ela é “meu país”, “minha terra”, “meu lugar”. Como diz o poeta: Minas são várias; Minas patriazinha; Minas é segredo antigo, milenar. Essa é a condição da mineiridade: a diversidade.⁶

Porém, a constituição dessa unidade na diversidade, tramada através da *mineiridade*, não ocorreu sem sobressaltos e os ecos desse intrincado processo são perfeitamente percebidos ainda hoje.⁷ A configuração do mapa mineiro como conhecemos só recebeu seu arremate final no século XX, depois de inúmeras turbulências, sobretudo ao longo do século anterior, quando a candente heterogeneidade política, econômica e cultural remexeu as divisões político-administrativas internas e mesmo os limites com as províncias vizinhas.

Em alguns momentos houve propostas de separação, como a de desmembramento da região de Minas Novas, no século XIX, ou de separação do Triângulo Mineiro, no século XX; mais recentemente propuseram criar o Estado do Rio Doce, uma ideia extemporânea que apareceu na imprensa de Governador Valadares. Essas propostas foram apenas ensaios, ideias que não foram adiante e ficaram sem repercussão na história. Há uma condição identitária forte, que corrobora as forças políticas na manutenção das argamassas que juntam as várias partes formadoras das Minas Gerais.⁸

Apesar de terem ficado “sem repercussão na história” (pelo menos na história entendida como “senso comum”) por conta da força exercida pela *mineiridade*, de acordo com o que lemos no excerto acima, de autoria de Haruf Salmen Espíndola, os arroubos separatistas são mais uma amostra de que a “argamassa” utilizada para “assentar” as várias Minas custou a “dar liga”. Já afirmava John Wirth no primeiro capítulo de seu *O fiel da balança* que “todos os estados brasileiros são criações políticas, mas nenhum tem a variedade

⁶ ESPINDOLA, Haruf Salmen. Território e geopolítica nas Minas Gerais do século XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 11, 2009, pp.72-73.

⁷ Trabalhos tributários da chamada Nova Geografia Econômica utilizaram conceitos como “Lugar Central” e “Área de Mercado”, para repensar o mapa do Brasil a partir da área de influência de seus principais centros urbanos ou macro-pólos, ou seja, como o conjunto de atividades econômicas das grandes metrópoles “incorpora” espaços que extrapolam seus limites político-administrativos. Um estudo recentemente desenvolvido por pesquisadores ligados ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (CEDEPLAR) deixou à mostra as várias divisões econômicas internas de Minas Gerais nos dias de hoje e o fato de muitas de suas regiões se vincularem mais estreitamente a outros estados da federação: LEMOS, Mauro Borges, DINIZ, Clelio Campolina, GUERRA, Leonardo Pontes e MORO, Sueli. A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica. *Estudos Econômicos*. São Paulo, V. 33, nº. 4, p. 665-700, Outubro-Dezembro 2003.

⁸ ESPINDOLA, Haruf Salmen. Op. Cit., p.73.

de paisagens que constitui o patrimônio peculiar de Minas Gerais. As fronteiras do estado não definem uma região geográfica coerente”.⁹ Para o historiador norte-americano, Minas Gerais é um verdadeiro mosaico de regiões, formado não só por diferentes bases econômicas difusas, “mas também por seus valores políticos e culturais. O regionalismo mineiro foi primeiramente uma concepção político-cultural, que não engrenava facilmente com os fatores econômicos”.¹⁰

Foi o que também percebeu Luiz Fernando Saraiva ao analisar um variado *corpus documental* produzido pelas autoridades provinciais e imperiais ao longo do oitocentos, afirmando ter identificado na referida documentação “uma imensa quantidade de informações contraditórias sobre o território da província de Minas Gerais”.¹¹ Segundo o historiador, principalmente em meados do século XIX, cresceram as discussões acerca da demarcação de limites em relação às províncias vizinhas; da criação de novas unidades político-administrativas como comarcas, municípios, distritos, freguesias, paróquias e bispados (discussões classificadas pelo autor como “autonomistas”); de projetos que visavam a separação de partes do território mineiro, sendo assim transformadas em novas províncias (“separatistas”); além da possibilidade de transferência da capital da velha Ouro Preto para outro ponto de Minas Gerais, o que de fato ocorreu em 1897 com a fundação de Belo Horizonte (movimento classificado como “mudancista”).¹² Ainda de acordo com Saraiva, a ação dos grupos interessados na reconfiguração do território das Minas Gerais (“autonomistas”, “separatistas” e “mudancistas”) acaba por expor as inúmeras divisões internas (econômicas, políticas e culturais) que se converteram em verdadeiros embates entre as elites na busca de maior espaço e autonomia.

Se com o que foi sumariamente exposto até aqui fica claro que Guimarães Rosa tinha suas razões para afirmar que “Minas são muitas”, descobrir quais e quantas foram essas Minas no passado é uma tarefa que tem exigido profunda reflexão por parte dos historiadores e geógrafos. A divisão regional de Minas Gerais no século XIX é um tema deveras complexo e alvo de uma série de debates e polêmicas que frutificaram especialmente nos últimos trinta anos, sobretudo entre os historiadores da economia, o que não ocorreu por acaso.

Pelo menos até a década de 1970, a historiografia brasileira trabalhava com a ideia de que após o auge da extração aurífera, Minas Gerais teria mergulhado em um profundo

⁹ WIRTH, John. Op. cit., p.40.

¹⁰ Idem, ibidem, p. 69.

¹¹ SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853 – 1893*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008, p.13.

¹² Idem, ibidem.

processo de decadência e estagnação econômica, marcado pela ruralização de sua população e pelo predomínio de atividades agrícolas de subsistência, ou seja, para esta historiografia Minas teria sofrido “a marginalização daquilo que restou das estruturas coloniais ao longo do século XIX – excluindo-se aí o surto cafeeiro dos oitocentos”.¹³ Entretanto, um amplo conjunto de pesquisas demonstrou que ao contrário do quadro de decadência pintado por parte da historiografia sobre o tema, a província não se transformou em um mero restolho dos áureos tempos de mineração. Ao contrário, a Minas Gerais oitocentista manteve um ritmo de crescimento demográfico constante, comportando em si o maior plantel escravo do Império, colocando em xeque a tese de que o esgarçamento da mineração teria impulsionado a transferência maciça da mão de obra cativa - principalmente das antigas áreas mineradoras -, para as regiões dominadas pela economia agro-exportadora, como regiões cafeeiras de São Paulo e Rio de Janeiro, ou ainda a Zona da Mata mineira principalmente a partir da década de 1870.¹⁴ Ao refletir sobre a tese de decadência econômica do oitocentos mineiro, Douglas Cole Libby chegou a afirmar que, em certa medida, tal premissa poderia representar a absorção por parte da historiografia do saudosismo ou nostalgia dos tempos dourados, trocando em miúdos, a *mineiridade*. A tese da decadência não levou em consideração o amplo processo de diversificação das atividades econômicas existentes na província, assim como não haviam sido levados em consideração os aspectos positivos da substituição ou concomitância da mineração com o amplo leque de atividades que sustentaram a maior população provincial do Império e também o seu maior plantel escravo ao longo do século XIX.¹⁵

¹³ LIBBY, Douglas Cole. *A Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.13. Parte da historiografia sobre Minas Gerais produzida até a década de 1970 apostou na tese de que a economia da região teria entrado em franca decadência após o esmorecimento do surto minerador, o que teria provocado a dispersão da população dos principais núcleos urbanos e a transferência maciça da mão de obra escrava para regiões economicamente mais dinâmicas, como as zonas cafeeiras paulistas e fluminenses. Veja em: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967; SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Nacional, 1978; PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999; CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.; COSTA, Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 3ª edição, 1989.

¹⁴ Entre os trabalhos que rejeitaram a tese da decadência econômica mineira após o auge das atividades mineradoras podemos destacar: MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: Inconfidência mineira*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1978; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979; MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, vol. 13, nº 1, jan.-abr. 1983; SLENES, Robert W. Os Múltiplos Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, V.18, nº 3, 1988, p.449-495; LIBBY, Douglas Cole. Op. cit.; PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996; GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)*. Editora Annablume. São Paulo. 2002; BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Tradução de Beatriz Sidou. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

¹⁵ LIBBY, Douglas Cole. Op. cit., p.14.

Para Roberto Borges Martins, a explicação para manutenção e crescimento do imenso contingente de escravos das Minas no século XIX seria sua importação maciça pelo tráfico internacional e, após sua proibição definitiva em 1850, pelo comércio interprovincial. Segundo o autor, o que possibilitava a importação líquida de braços cativos seriam as diversificadas atividades agrícolas voltadas para a subsistência dos produtores, portanto de baixo grau de mercantilização, mas podendo ainda ser direcionadas para pequenos mercados vicinais, o que possibilitou certa independência da província no que diz respeito às importações de diversos gêneros, sem, contudo, significar seu isolamento, colaborando para seu obstinado apego ao trabalho compulsório, o que derrubava a quase obrigatória vinculação entre escravidão e a *plantation* exportadora, defendida por inúmeros autores.¹⁶ A enorme disponibilidade em Minas Gerais de terras agricultáveis, e facilmente apropriáveis por qualquer pessoa livre, o chamado fator *Wakefield*,¹⁷ colaborava para que a mão de obra escrava continuasse necessária, uma vez que, com tanta terra disponível para trabalhar, seriam poucos os homens livres que se prestariam a labutar para outrem em troca de um salário ou mesmo em regime de parceria.

Roberto Martins ainda descarta a possibilidade de ter ocorrido uma transferência maciça dos escravos das antigas áreas mineradoras para outras regiões da província, como a Zona da Mata produtora de café. Segundo o autor,

a ideia de que a história da escravidão na Minas oitocentista possa ser sintetizada como uma passagem da mineração ao café é francamente absurda. Na verdade, a esmagadora maioria dos escravos mineiros nunca esteve numa mina ou numa fazenda de café; no ano do censo imperial [1872], por exemplo, nossas estimativas mostram que mais de 95% da população servil da província não estava empregada nessas duas atividades.¹⁸

Outros autores também teceram explicações para o avanço da população cativa nas Minas Gerais do pós-surto minerador, criticando alguns dos pontos levantados por Roberto

¹⁶ MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Tese de doutoramento. Nashville: Vanderbilt University, 1980.

¹⁷ Em 1849 o inglês e administrador de colônia Wakefield, ao refletir sobre a experiência de colonização inglesa na Austrália, desenvolveu a teoria de que a escravidão seria implantada geralmente em regiões caracterizadas pela existência de “recursos abertos”, ou seja, não só a existência, mas a abundância de terras agricultáveis e livres que possibilitariam a produção de mercadorias para o mercado internacional. No caso da tese de Martins, a exportação não teria uma importância decisiva como na teoria de Wakefield, mas sim a ausência de um processo de “fechamento de recursos”, ou melhor, a constante disponibilidade de terras que possibilitou a manutenção e crescimento dos plantéis escravos. Um comentário mais completo a esse respeito pode ser encontrado em: LIBBY, Douglas Cole. Op. cit., pp.19-20; e SLENES, Robert W. Os Múltiplos Porcos e Diamantes. Op. cit., pp.451-452.

¹⁸ MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora. *Estudos Econômicos*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, vol. 13, nº1, jan.-abr. 1983, p.183.

Martins em suas pesquisas, principalmente o que atribuía a uma economia agrícola de subsistência e pouco mercantilizada a responsabilidade pelo crescimento da população escrava na província durante todo o oitocentos.

Francisco Vidal Luna e Wilson Cano questionaram as afirmações de Martins, argumentando que uma economia sem um grau mínimo de mercantilização e que, portanto, não gerava excedentes realizáveis em capital-dinheiro, não poderia ser responsável sozinha pelo grande aumento do número de escravos da província. Para os autores, a causa do crescimento dos plantéis mineiros não seria a importação, mas a reprodução natural dos escravos, ou melhor, o balanço positivo entre nascimentos e mortes, proporcionada justamente pelo baixo grau de mercantilização da economia que possibilitou a diminuição da taxa de exploração dos trabalhadores, além do “relaxamento dos costumes”, traduzido em mestiçagem e casamentos, que permitiram o crescimento demográfico.¹⁹

Já Robert W. Slenes afirmou que Martins não deu a devida importância ao setor exportador mineiro - incluindo-se aí não só a cafeicultura, mas também a mineração, que não desapareceu por completo, além da agropecuária de abastecimento que supria as demandas das urbes mineiras e algumas regiões do Rio de Janeiro e São Paulo -, subestimando sua importância e impacto na economia interna da província. De acordo com Slenes,

as atividades de exportação não só permitiam um grande tráfico de escravos, mas também constituíam o centro dinâmico da economia mineira. É a importância desse centro dinâmico – e de seus efeitos multiplicadores sobre o resto da economia – que explica o apego dos mineiros à escravidão durante boa parte do século.²⁰

Dessa forma, ao contrário do que acreditava Martins, Slenes sugere que “a escravidão em Minas, no fundo fazia parte do complexo econômico da *plantation*”, uma vez que a economia mineira mantinha vínculos, mesmo que muitas vezes indiretos, com o setor exportador que seria o destino da maioria dos escravos movimentados pelo tráfico interno após 1850. Segundo o autor, a agricultura de subsistência não teria conseguido segurar boa parte da mão de obra cativa dos antigos centros de mineração que apresentaram altas taxas de transferências líquidas negativas, o que vem corroborar com a tese “de que o conjunto das antigas áreas de mineração era um grande exportador de escravos”.²¹ Todavia, concorda com

¹⁹ LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. A reprodução natural dos escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. *Cadernos IFCH-UNICAMP*, 10: 1-14, nov. 1983.

²⁰ SLENES, Robert W. Op. cit., p.453.

²¹ Idem, ibidem, p.465.

Roberto Martins que não só a região produtora do “ouro verde”, mas várias regiões não-cafeeiras em Minas, também eram importadoras de escravos.

Contrariando mais uma vez a tese de Roberto Martins, Slenes afirma ainda que o fator *Wakefield* não seria uma especificidade mineira, pois o restante do país também convivía com a fartura e fácil aquisição de terras livres e braços cativos:

Em suma, os brasileiros antes de 1850 enfrentavam uma situação não só de terra “livre”, mas também de escravos abundantes, cujo preço era acessível a pessoas que não tinham o capital necessário para instalar *plantations*. Vista nesse contexto, Minas não representava uma exceção, mas a regra.²²

Ao analisar dados censitários como os “mapas de população” da década de 1830 e do ano de 1840, além do censo de 1872, Douglas Libby chegou à conclusão de que a economia mineira oitocentista passava na verdade por um processo de “acomodação evolutiva” desencadeado após o auge da corrida pelo ouro, onde a mineração deixou de ser a “menina dos olhos” dos mineiros, mesmo sem desaparecer, cedendo espaço para outras atividades produtivas que, inclusive, já existiam na época de fartura aurífera. Atividades de transformação como a siderurgia e a indústria têxtil, além da pecuária, mas, principalmente, a agricultura mercantil e de subsistência, ganharam espaço ao absorverem os efeitos da crise que se abatia sobre o setor minerador, compondo um novo cenário econômico que foi capaz de manter uma quantidade vultosa e crescente de braços cativos, concentrados, principalmente, em pequenos plantéis.²³ Libby propõe a retomada da noção de “flexibilidade das economias escravistas coloniais”, desenvolvida originalmente por Celso Furtado, onde as unidades escravistas, sobretudo a *plantation*, conseguiam sobreviver aos tempos de crise substituindo a produção voltada ao mercado internacional pelo auto-consumo, mantendo dessa forma sua principal força de trabalho, os escravos. De acordo com o autor,

a diversificação da economia mineira e a importância do setor de agricultura de subsistência mercantilizada ou não, bem como a indústria, constituem não uma mera resposta à independência econômica do campesinato, como quer Martins. Antes significa uma reação de Minas à crise que lhe tirou a razão de ser original.²⁴

A diversificação econômica mineira e o debate sobre as razões da manutenção do grande contingente escravo em Minas Gerais no século XIX, presentes nos trabalhos de Martins, Libby e Slenes, foi um dos principais motes da tese de doutorado Clotilde Andrade

²² Idem, *ibidem*, pp.461-462.

²³ LIBBY, Douglas Cole. Op. cit.

²⁴ Idem, *ibidem*, p.22.

Paiva. Ao analisar principalmente os “mapas de população” ou listas nominativas dos anos de 1831/32 (primeiros levantamentos censitários realizados na província) e relatos de viajantes estrangeiros que visitaram Minas Gerais na primeira metade do XIX, a autora ampliou a constatação de que o território mineiro era crivado de contrastes no que diz respeito à dinâmica produtiva e populacional, constituindo-se como um espaço extremamente segmentado.²⁵

Os dados coligidos por Clotilde Paiva permitiram a reafirmação da diversidade regional como um dos principais atributos da economia mineira oitocentista, sendo em parte herança da atividade mineradora do século XVIII. Não obstante, a autora ainda afirma que as “especificidades econômicas regionais decorriam também da conjunção de múltiplos aspectos geográficos”.²⁶ Tais especificidades deram origem a um modelo de divisão do espaço mineiro em 18 regiões, com base nas evidências encontradas na documentação. Ao estabelecer o referido modelo, tributário de um trabalho desenvolvido por Marcelo Magalhães Godoy no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (CEDEPLAR), a autora dirigiu críticas às formas como os historiadores procuraram segmentar o território mineiro:

Orientada por percepções deformadas da categoria espaço e de noções distorcidas do conceito de região, a historiografia referente ao período não conseguiu traduzir a ideia da diversidade regional em expressões concretas. A relação com a espacialidade tendia a estar marcada pelo esvaziamento de sua historicidade, pela imprecisão na definição dos recortes e pelo recurso a procedimentos excessivamente simplificadores.²⁷

Com relação ao debate travado entre Roberto Martins e Robert Slenes, Paiva afirma que sua pesquisa acerca do quadro de diversificação da economia mineira indicou que algumas regiões tinham fortes vínculos com o mercado externo e outras não, ou seja, a Minas Gerais da primeira metade do século XIX não era nem auto-suficiente ou tão dependente dos vínculos com atividades econômicas para além de suas fronteiras. A autora assinala ainda que sua proposta

inspira-se no debate entre Slenes e Martins apresentado anteriormente e retoma a formulação apresentada por Slenes (1998) de que Minas, na primeira metade do século XIX, estava longe de ser um sistema fechado, sem no entanto colocar toda a economia interna em posição inteiramente subsidiária ao setor exportador.²⁸

²⁵ PAIVA, Clotilde Andrade. Op. cit.

²⁶ Idem; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*, 2002, Diamantina. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002, p.487.

²⁷ Idem, ibidem.

²⁸ Idem. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Op. Cit., p. 105.

Pugnar pela introversão econômica, a produção essencialmente orientada para o mercado interno da Província e a incipiência dos vínculos com o exterior (Martins, 1982) ou, em outro extremo, propor a extroversão, o setor exportador respondendo direta ou indiretamente por todo o dinamismo econômico (Slenes, 1985), são duas formas rigorosamente lícitas, ainda que parciais, de apreender uma mesma realidade. A magnitude e complexidade da economia de Minas Gerais, ao permitir a convivência de sólidas conexões internas com ampla inserção em mercados externos, propulsionou o surgimento de organização econômica original. Seja perscrutando as unidades menores, as *fazendas mineiras*, seja examinando as grandes entidades, as regiões, constata-se o mesmo padrão. Introvertido e extrovertido ao mesmo tempo. Plural, independente e elástico.²⁹

Trabalhando com um gigantesco volume de dados produzidos desde o período colonial até o ano final da escravidão, o historiador norte-americano Laird Bergad se inseriu no debate em torno da dinâmica demográfica e econômica das Minas Gerais, preocupando-se especialmente com as mudanças no que diz respeito à mão de obra escrava.³⁰ A pesquisa que abarcou o longo período entre 1720 e 1888, se concentrou na análise de um variado *corpus* documental, com atenção especial para os censos populacionais e inventários *post-mortem*, cujos dados, assim como nas pesquisas anteriormente desenvolvidas e já citadas, apontaram para o processo de diversificação econômica desde os tempos de capitania, porém, retomando a tese da reprodução natural como principal explicação para o crescimento e manutenção do plantel escravo mineiro até a última década da escravidão, ponto de destaque do trabalho.

A partir de dados extraídos dos inventários *post-mortem* o autor aponta para um crescimento e superioridade da população cativa crioula em relação à africana, o que teria ocorrido a partir da última década do setecentos e que se manteve estável até pelo menos a década de 1870, fenômeno chamado pelo autor de “processo de brasileirização”, cuja força motriz era a crescente superioridade numérica das mulheres em relação aos homens, o que favorecia a reprodução natural.³¹ Tal perspectiva negligenciou as teses que apontavam a importação de cativos como principal fator de reposição da mão de obra escrava em Minas ao longo do oitocentos, como defendeu Roberto Martins, o que provocou uma série de críticas em relação à pesquisa empreendida pelo historiador norte-americano.

Como podemos notar, essa rica miríade de trabalhos voltados para os domínios da economia e demografia possui um papel central no processo de visualização e demarcação espacial das várias Minas Gerais. Entretanto, cabe salientar que não é só através dos aspectos econômicos que podemos identificar as variadas divisões regionais mineiras, uma vez que estas também são frutos de outros fatores tais como os políticos e culturais.

²⁹ Idem, Idem; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. cit., p.55.

³⁰ BERGAD, Laird W. Op. cit.

³¹ Idem, ibidem, p.311-312.

A compreensão da heterogeneidade mineira do século XIX, em especial da década de 1880, permite-nos entender melhor a dinâmica do movimento abolicionista na Província. Apesar de não se constituir como foco central do trabalho, a apreensão das dinâmicas regionais é um fator importante para que seja possível apreender as formas como as diversas regiões mineiras responderam ao processo de transição do trabalho escravo para o livre, assim como ao abolicionismo, permitindo ou não que a propaganda abolicionista se instalasse.

Mas, antes que comecemos nosso passeio pelos caminhos e descaminhos traçados pelas inúmeras tentativas de regionalização de Minas Gerais, cabe uma primeira visita às definições dos conceitos de região e espaço, essenciais para o entendimento da matéria em questão, além de representarem um franco diálogo entre a História, a Geografia e as Ciências Sociais.

1.2 - Região e espaço: possíveis definições e seus corolários.

Algo comum em praticamente todos os trabalhos visitados para a construção desse capítulo é o fato de seus autores admitirem a não existência de um critério único para definir o que seria “região”. A aceção do conceito depende, na grande maioria das vezes, dos objetivos intentados pelos pesquisadores que dele se apossam, variando assim os critérios utilizados para os recortes operados.³² Contudo, as interpretações em relação ao conceito de região naturalmente passaram por diversas transformações, sobretudo no campo em que foi originalmente concebido, a Geografia, como podem entrever as palavras de Oliver Dollfus:

Fala-se em “região natural”, em “região histórica”, em “região geográfica”, em “região econômica”, em “região urbana”, em “região homogênea”, em “região polarizada” etc. Talvez essa variedade sirva para contrabalançar a riqueza do conceito de “região”; não é por certo, de molde a simplificá-lo.³³

Muitas vezes, o termo/conceito região é genericamente ligado à noção de diferenciação de uma área em relação a outras, à particularização de um determinado espaço.

³² CARRARA, Ângelo Alves. Para além das Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira; séculos XVIII e XIX. *Seminário sobre Histórias Regionais de Minas Gerais. Instituto Cultural Amílcar Martins – ICAM*. Belo Horizonte: 2006; CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: *V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas da ABPHE*. São Paulo: ABPHE, 2003; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Hera – Revista de História Econômica & Econômica e Regional Aplicada*. Vol. 1, nº1 – jul./dez. 2006; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus, Revista de História*. Juiz de Fora: UFJF, 1997, volume 3, número 1; SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos (org.). *República em Migalhas: história local e regional*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

³³ DOLLFUS, Oliver. *O espaço geográfico*. 4ª edição. São Paulo: DIFEL, 1982.

Contudo, a forma como os geógrafos pensaram essa diferenciação é variada e complexa, assim como as perspectivas de análise construídas pelas “escolas” as quais se vinculavam: Geografias “tradicional” (determinista, possibilista, estruturalista, positivista e pragmática), “crítica” e “humanista e cultural”.³⁴

Na chamada “geografia tradicional”, há uma verdadeira imposição da natureza em relação ao homem. Espaço e região tornam-se sinônimos de “região natural”, onde os elementos naturais como clima, relevo, hidrografia, vegetação etc., se sobrepõem sobre a ação humana, determinando-a inclusive.³⁵ Nesse sentido, o espaço e ou a região são vistos sob uma ótica morfológica, no sentido de descrever os elementos presentes na paisagem natural; e fisiológica - no sentido biológico mesmo -, com a função de naturalizar os elementos da paisagem, atentando para o seu funcionamento.³⁶ Não existe aí relação entre espaço e tempo, perde-se mesmo a percepção de movimento, de mudança, ou seja, a dimensão histórica da construção da região ou espaço não é levada em consideração. A ação humana é moldada pela natureza e não o contrário, mais ainda, é trazido a lume apenas a relação homem-natureza e não a relação dos homens entre si. O componente humano é parte da paisagem e assim sendo a própria sociedade humana é determinada pelas condições naturais.³⁷

Já na década de 1970, essa visão quase estática do espaço geográfico, descrita acima, começou a cair por terra. Um grupo de geógrafos passou a defender a construção de conceitos de espaço e região que levassem em consideração a ação humana e seus resultados. Para eles, “a organização espacial sempre se constitui em uma categoria social que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade”.³⁸ O materialismo histórico e dialético de Marx nutria a chamada “geografia crítica”, no que diz respeito a construção de um novo arcabouço teórico-metodológico e mesmo na postura política de geógrafos vinculados à referida “escola”.³⁹ Para Yves Lacoste, a ciência geográfica era utilizada como instrumento de dominação da burguesia, afirmando que, enquanto o Estado ou a grande empresa possuem uma visão integrada do espaço, a fim de melhor controlá-lo, o cidadão comum possui uma visão fracionada do meio, tendo ciência apenas de seu ambiente

³⁴ Sobre as várias “escolas”, conceitos e temáticas da Geografia veja: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

³⁵ AMADO, Janaína. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: SILVA, Marcos (org.). Op. cit., p.08.

³⁶ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: Questão de Método. In: SILVA, Marcos (org.). *República em Migalhas: história local e regional*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p.18.

³⁷ Idem, ibidem, p.21.

³⁸ AMADO, Janaína. Op. Cit., p.08.

³⁹ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Op. Cit., p.26.

cotidiano, sem tomar contado com outras realidades. Segundo o geógrafo, havia a necessidade de se “construir uma visão integrada do espaço, numa perspectiva popular, e socializar este saber, pois ele possui fundamental valor estratégico nos embates políticos”.⁴⁰

Com a Geografia Crítica o elemento humano passou a preponderar sobre a natureza no processo de construção do espaço, e foram estabelecidas correlações entre o conceito de Modo de Produção e a organização espacial. De acordo com Rosa Maria Silveira, “as formas espaciais passaram a ser encaradas como processos sociais”.⁴¹ Como afirmou Milton Santos, o espaço só poderia ser entendido como fruto da ação humana, não só pela historicidade passada, mas também daquela possível de ser construída. Fica clara a noção de movimento, de transformação, dentro do processo histórico de construção do espaço:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações através de funções e de formas, que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.⁴²

Ainda de acordo com o geógrafo brasileiro, a região seria uma singularidade de uma totalidade, onde os processos são uma expressão do total, do macro. Existe uma relação dialética entre o particular e o geral, sendo ambos os aspectos de uma mesma realidade:

Mas, se para a compreensão de uma qualquer fração do Planeta, a totalidade do processo que a molda há de estar presente, assim também, para a compreensão da realidade global, é indispensável o entendimento do que é a vida nas diferentes regiões; de seus funcionamentos específicos, de suas relações, enfim, de seu arranjo particular, sempre em movimento.⁴³

O avanço dessa perspectiva é inegável e vem orientando a maciça maioria dos trabalhos que procuram discutir os conceitos de espaço e região. Entretanto, como observaram Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, há de se atentar para o excessivo peso do fator econômico na perspectiva adotada pelos partidários da Geografia Crítica no

⁴⁰ LACOSTE, Yves. *A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.

⁴¹ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Op. Cit., pp.27-28

⁴² SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p.153.

⁴³ Idem. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. Colaboração de Denise Elias. Quinta Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p.47.

Brasil, marca registrada do marxismo “ortodoxo”.⁴⁴ Ao observarem o uso do aparato teórico dos geógrafos da “escola crítica”, principalmente nas pesquisas do campo da História Agrária, os autores afirmaram:

A geografia evoluíra para uma discussão centrada sobre o econômico, muitas vezes com a perda do seu próprio objeto. Muitos dos trabalhos escritos então pouco se definiam entre análises de economia e tentativas de história econômica. Em ambos os casos, com sérias deficiências: nem possuíam a sofisticação teórica que aos poucos começava a marcar os economistas brasileiros, nem acompanhavam os novos métodos e abordagens da história. A maioria dos estudos dava como comprovadas afirmações generalizantes de trabalhos de Caio Prado, Néelson Werneck Sodré ou Celso Furtado, realimentando o aspecto generalista da história do Brasil e exatamente na contramão das pesquisas que se iniciavam. A discussão sobre região era reduzida e voltava-se largamente para a instrumentalização dos conceitos de pólo, periferia, rede, irradiação, etc., marcadamente direcionados para a espantosa expansão urbana por que o país passava no período entre 1950 e 1970.⁴⁵

Ainda de acordo com Linhares e Silva, os “novos geógrafos” estavam preocupados em discutir as teorias desenvolvimentistas e os conceitos de dependência e de colonialismo interno, o que levou à expulsão da própria expressão “região” de suas discussões e sua substituição pela noção de “espaço”, tida pelos citados autores como deveras vaga. Desprovida da carga histórica embutida no conceito de região, o espaço passou a ser entendido como um conceito novo, “ou seja, como uma aglomeração estruturada, lugar específico da produção, determinado pelos imperativos da economia espacial”. Nesta perspectiva o espaço seria o *locus* privilegiado dos conflitos e rivalidades sociais, trocando em miúdos, da luta de classes. E completam:

Evidentemente, do ponto de vista do historiador, tais afirmações colocavam mais problemas do que aqueles que pretendiam resolver. Os conceitos de modo de produção e formação social caracterizavam-se por um grau extremamente elevado de complexidade conceitual e difícil instrumentalização, gerando, no seio do próprio marxismo, as mais diferentes concepções possíveis. Assim, ao atrelar espaço ao conceito de modo de produção e formação econômico-social — principalmente quando se abandonava o quadro das sociedades modernas e indiscutivelmente capitalistas —, o historiador caía num atoleiro teórico de proporções muito maiores que seus esforços.⁴⁶

⁴⁴ Sobre a perspectiva marxista aplicada à Geografia veja: SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

⁴⁵ LINHARES, Maria Yedda L.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Região e História Agrária. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, p.17-26.

⁴⁶ Idem, *ibidem*.

Para além da perspectiva tão somente econômica, historiadores, cientistas sociais e geógrafos (é claro), têm trabalhado outras possibilidades de interpretação lançando mão de elementos políticos e culturais. Para a chamada “geografia humanista e cultural”, o espaço é antes de tudo fruto um das relações sociais, assentado na subjetividade, na intuição, nos sentimentos e na experiência dos indivíduos. No caminho proposto pela geografia cultural, a noção de “espaço vivido”, ou seja, a construção de uma relação afetiva e simbólica entre as sociedades e o espaço é central para sua delimitação. Assim, o recorte regional deveria levar em conta não apenas as delimitações jurídicas, econômicas ou naturais, mas a forma como o espaço moldou-se pela ação de seus habitantes, ou melhor, como os atores sociais construíram o espaço regional de forma abstrata, simbólica.⁴⁷

De acordo com a historiadora Cláudia Viscardi, a região é um *constructo* de seus agentes e os limites do recorte regional são fluidos e variam de acordo com as circunstâncias em que são delineados, tendo o historiador, no caso específico analisado pela autora os estudiosos do campo político, que se apropriar de uma região simbolicamente construída, “levando-se em conta os critérios de delineamento já existentes, mas escolhendo entre eles, o que melhor se adequar aos seus objetivos de pesquisa”.⁴⁸ Alexandre Mendes Cunha, Rodrigo Simões e João Antonio de Paula seguem na mesma senda que Viscardi, afirmando que a

região é uma produção cultural, é uma criação histórica, e neste sentido é o espaço do irredutível da liberdade e da criatividade, com base num estoque de recursos dado, as sociedades humanas inventaram-se diversas: aqui a pedra e a montanha, lá o mar e a floresta, mais além os desertos, as imensidões. E em todos esses lugares a civilização se fez na caminhada do homem rumo à sua auto-emancipação. Reconhecer e valorizar estas diferenças regionais é reconhecer e valorizar a liberdade como fundamento da possibilidade emancipatória.⁴⁹

Essa perspectiva de interpretação permite pensar a região e seus limites como resultado das relações sociais, contendo em si a questão da diversidade, da dinâmica histórica, da mutabilidade do espaço através do tempo. Contudo, há de ser ter cuidado para não incorrer em anacronismo ao estabelecer um corte regional, tomando como principal referência aspectos hodiernos, utilizando-os como base para análise desse mesmo corte espacial no passado. Adotando-se esse caminho a historicidade do conceito de região é varrida para longe.

⁴⁷ CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, pp.30-34.

⁴⁸ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder. Op. cit.

⁴⁹ CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira & PAULA, João Antônio de. Regionalização e História: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico. In: *Texto para discussão n. 260*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2005, p.06.

No entanto, o anacronismo pode ser afastado ao se observarem evidências produzidas em tempos pretéritos, o que pode revelar mesmo “que o espaço passado esteja animado por problemas presentes”.⁵⁰

Em se tratando de uma análise historiográfica, como é o caso aqui, a “personalidade histórica” da região ou espaço nunca pode deixar de ser levada em conta. Para Ilmar Mattos, a região não pode ser definida apenas pelos limites político-administrativos ou mesmo pela dinâmica demográfica nela contida, mas pelo “desenvolvimento de uma consciência comum de pertencer a um mesmo mundo, embora seja certo que uma região não prescinde de uma base territorial”.⁵¹

A região pertence a um “sistema global de relações do qual foi recortada”, e assim não se pode limitar a análise apenas aos processos internos da mesma, mas sim deve ser observada a relação entre ela e o sistema no qual se insere.⁵² Esse tipo de perspectiva de análise foi adotado na década de 1980, quando John Wirth e outros dois *brasilianistas* norte-americanos (Joseph Love e Robert Levine) decidiram empreender um estudo sobre a evolução econômica, social e política de Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco.⁵³ A federação brasileira foi entendida como unidade sistêmica e os estados membros como regiões. Nesse estudo os referidos autores definiram região em primeiro lugar como um “território delimitado, passível de ser concebido como divisível em sub-regiões, e, em segundo lugar, um sistema de valores e interesses que dá forma a uma identidade coletiva capaz de gerar ‘atitudes de apego por parte dos habitantes’”.⁵⁴ Os *brasilianistas* ainda acrescentaram o conceito de regionalismo, um tipo de comportamento político dividido entre a aceitação de uma unidade política mais abrangente e a busca de certa autonomia ou favoritismo frente a essa mesma unidade. Ainda de acordo com os autores, não é a particularização do espaço em si que interessa, mas sim a forma como as relações entre as várias regiões e entre estas e a unidade central (Estado) são construídas.⁵⁵

Contudo, como destaca Vera Alice Cardoso Silva, nem sempre a região e suas fronteiras irão coincidir com os limites jurídicos impostos, uma vez que suas fronteiras são móveis, diminuem ou se ampliam de acordo com ajustes de natureza política ou mesmo

⁵⁰ Idem, *ibidem*.

⁵¹ MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. 4.ed., Rio de Janeiro: ACESS, 1999, pp.23-24.

⁵² SILVA, Vera Alice Cardoso. Op. Cit., p.44.

⁵³ WIRTH, John. Op. Cit.; LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 1975; LEVINE, Robert M. *A Velha Usina: Pernambuco na Federação Brasileira (1889-1937)*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

⁵⁴ SILVA, Vera Alice Cardoso. Op. Cit.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p.45.

cultural.⁵⁶ Como já comentamos em páginas anteriores, a região é um produto das relações sociais de seus ocupantes, e, dessa forma, não devemos levar em conta apenas os aspectos jurídico-administrativos em sua delimitação, tão pouco os exclusivamente econômicos, mas também os políticos e culturais.

Muitas vezes a região é uma construção simbólica dos agentes sociais que nela habitam. Ao observar o regionalismo político e a própria divisão regional, Pierre Bourdieu chegou à conclusão de que o critério de divisão regional surgiu simbolicamente e foi sendo reconhecido e legitimado *a posteriori*. Para Bourdieu, a divisão regional é uma abstração, uma representação do real construída pelos agentes sociais. Assim sendo, as fronteiras regionais são estabelecidas por seus ocupantes e passam a ser parte constituinte de seu imaginário. A identidade regional é assim uma construção simbólica.⁵⁷ Visto isso, não fica difícil estabelecer uma ligação entre essa perspectiva apontada pelo sociólogo francês e a *ideologia da mineiridade* com a qual travamos contato no início deste capítulo.

Como bem observou Cláudia Viscardi, podemos por fim identificar duas correntes de entendimento a respeito da definição e delimitação do espaço regional. Nos trabalhos que tem o instrumental teórico-metodológico marxista como base, a definição parte do objeto e não do sujeito do conhecimento, já que o que define e delimita a região “é o modo de produção vigente visto sob um aspecto mais amplo, o qual envolve não só as relações de produção internacionais como a própria dinâmica da luta de classes”. Este também seria o caso dos historiadores que optaram pelo enfoque sistêmico, como John Wirth e Vera Silva, para quem “a região só pode ser entendida como parte de um sistema mais amplo, entendendo por sistema um conjunto de elementos econômicos, políticos e sociais inter-relacionados”. Já na segunda corrente, afirma Viscardi, “a definição do que seja região e de suas fronteiras surge das análises produzidas pelo sujeito do conhecimento”, como é o caso do trabalho de Bourdieu e da geografia cultural, para quem a região é “uma construção do sujeito do conhecimento que igualmente a delimita, a partir de padrões próprios, porém fundamentados na realidade existente”, sendo a região um constructo feito *a posteriori*.⁵⁸

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, Cap. 5.

⁵⁸ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Op. cit., p.6.

1.3 - “Porém, são poucos aqueles que conhecem as mil faces das Geraes”: os historiadores e suas tentativas de entender e dividir as Minas oitocentistas.

Conhecer as “mil faces das Geraes” durante o século XIX é uma tarefa extremamente desafiadora, mas que nas últimas décadas tem sido encarada por uma série de historiadores. Como visto no primeiro tópico, as pesquisas sobre os aspectos demográficos e econômicos tiveram um papel central na constatação da diversidade existente em Minas Gerais, entretanto, investigações voltadas para o universo político igualmente lograram êxito ao também comprovarem a assertiva de João Guimarães Rosa. Todas essas iniciativas culminaram na formulação de modelos de regionalização com base na diversidade constatada, seja no plano econômico/demográfico ou no político, sempre atendendo às necessidades de cada pesquisa.

Como afirma o geógrafo Roberto Lobato Corrêa, “as divisões [regionais] não são definitivas, nem pretendem inscrever a totalidade da diversidade espacial, elas devem simplesmente contribuir para certo entendimento de um problema, colaborar em uma dada explicação”.⁵⁹ O fato de cada modelo ser tecido de acordo com os problemas que animam uma dada pesquisa obviamente produz uma enormidade de possibilidades. Mais uma vez aproveitando das palavras de Guimarães Rosa, podemos dizer que não só as Minas Gerais possuem “mil faces”, mas também boa parte da produção historiográfica sobre o referido território. Recentemente, Luiz Fernando Saraiva identificou pelo menos oito maneiras diferentes de se regionalizar as Minas Gerais do século XIX. Levando em conta o modelo também concebido pelo referido autor, teremos então nove.⁶⁰ Cabe dizer que alguns desses modelos na verdade se apresentam mais como variações de outros anteriormente traçados, contudo, creio que há relevância em sua observação.

O já citado trabalho do historiador norte-americano John Wirth pode ser indicado com um dos pioneiros no estabelecimento de um modelo de regionalização para Minas Gerais para a última década do oitocentos e os anos iniciais da República. Utilizando fontes do governo estadual mineiro, como *Anuário Estatístico de Minas* do ano de 1929 e o estudo *Distribuição da população no Estado de Minas Gerais em 1940*, publicado em 1953, Wirth dividiu o território em sete grandes regiões – Norte, Sul, Leste, Oeste, Central, Mata e Triângulo. Sua tese é de que Minas Gerais constituía-se num grande mosaico de várias

⁵⁹ CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.63.

⁶⁰ SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Minas Gerais*. Op. cit., p.52.

regiões sem articulação econômica, mas interligadas por uma unidade político-administrativa. O interesse era perceber como a dinâmica econômica interna poderia influenciar na disputa de poder político no estado, durante o período da Primeira República.⁶¹ Segundo Ricardo Zimbrão Affonso de Paula, esse modelo proposto por Wirth irá nortear o Departamento Estatístico de Minas Gerais, a Secretaria Estadual de Planejamento e o IBGE, ao longo do século XX, para definir e redefinir a configuração regional do estado. Contudo, alerta o autor, o critério definidor destes órgãos para a regionalização é o fator econômico, o que revela a não observância de outros fatores, tais como culturais, sociais etc. Desta forma, o critério pode ter validade ou não para uma determinada região.⁶²

Mapa 1: Divisão regional segundo John Wirth



Fonte: WIRTH, John. Op. Cit., p.42

Inicialmente bem aceito o modelo formulado por Wirth não escapou de uma série de críticas por conta do fato de ter lançado mão de dados extemporâneos para sua formulação, como o censo de 1940, sendo assim apontado como anacrônico.⁶³ Não obstante, sua pouca

⁶¹ WIRTH, John. Op. Cit.

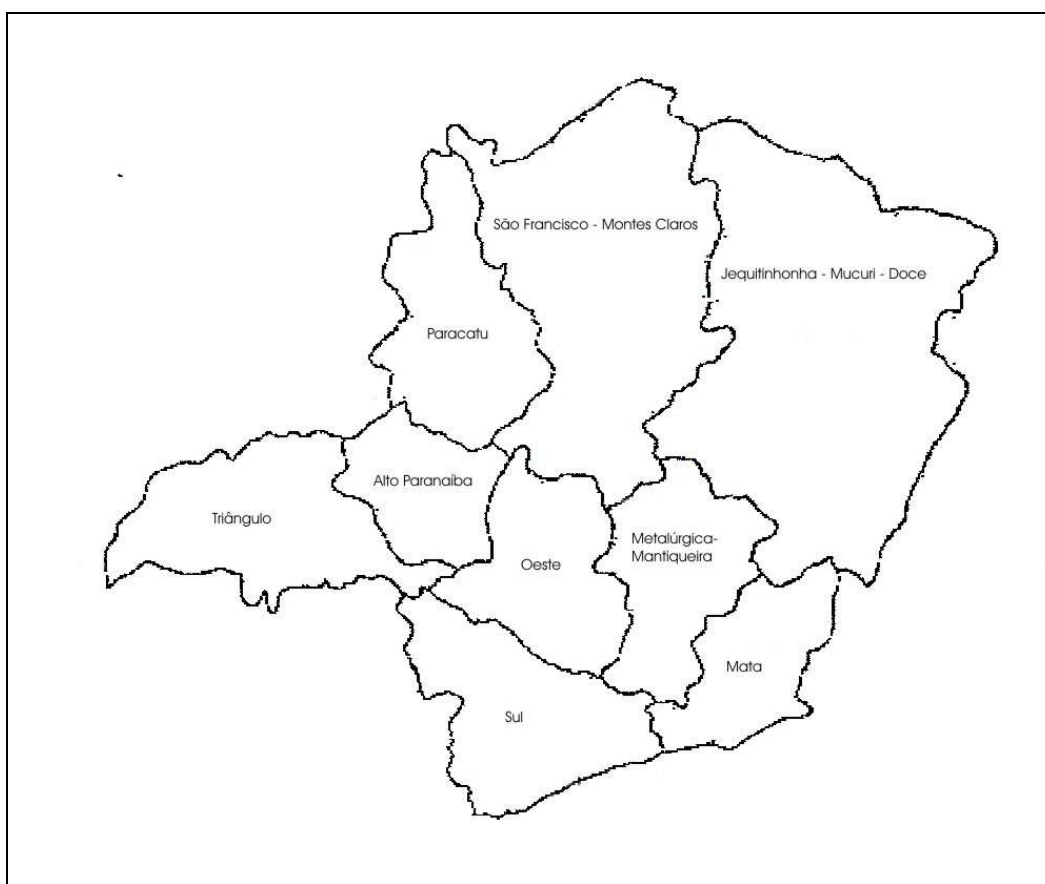
⁶² PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Op. Cit., p.72.

⁶³ SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Minas Gerais*. Op. cit., p.54.

preocupação com a diversidade econômica interna, demonstradas pela historiografia desenvolvida a partir da década de 1980, também foi foco de críticas.⁶⁴

Já no ano de 1988, o modelo de regionalização mineira para o XIX desenvolvido inicialmente por Roberto Martins em sua tese de doutoramento foi retomado, com pequenas alterações, por Douglas Libby em seu *Transformação e trabalho em uma economia escravista*.⁶⁵ De acordo com Libby, o referido modelo “não tem por base conceitos articulados por geógrafos do século passado [XIX], mas corresponde a noções gerais que podem ser depuradas por uma leitura de documentos oficiais da época ou dos escritos de viajantes estrangeiros que passaram por Minas”.⁶⁶ A partir dos dados das listas nominativas da década de 1830 e no censo imperial de 1872 foi elaborada a seguinte divisão regional:

Mapa 2: Divisão regional segundo Roberto Martins e Douglas Libby



Fonte: LIBBY, Douglas Cole. Op. cit., pp.32-33.

⁶⁴ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005, p.25.

⁶⁵ MARTINS, Roberto Borges. Op. cit.; LIBBY, Douglas Cole. Op. cit., p.43.

⁶⁶ LIBBY, Douglas Cole. Op. cit., p.43.

O modelo traz em si a divisão da região em nove sub-regiões sendo: Metalúrgica-Mantiqueira (composta pelo núcleo minerador original, sendo a região mais populosa e urbanizada durante todo o XIX); Zona da Mata (região marcada pelo avanço da cafeicultura, principalmente na segunda metade do século, e tida como a região economicamente mais dinâmica da província); Sul (tradicional produtora de alimentos, marcada por uma economia mercantil de subsistência, sofrendo o avanço da cafeicultura a partir da década de 1870); Oeste (após ter experimentado um rápido surto minerador no século XVIII a região se estabeleceu sob os moldes da economia de subsistência); Triângulo (escassamente povoado até o XIX quando a ocupação ganha estímulo através do avanço da pecuária); Alto Paranaíba (apesar de também ter sofrido um efêmero surto minerador, a região se estabeleceu como agropastoril integrada à economia mercantil de subsistência); São Francisco-Montes Claros (povoada desde o XVIII por criadores de gado vindos da Bahia se estabeleceu como pecuarista e agrícola de subsistência); Paracatu (também experimentou a mineração, mas acabou se firmando como região pecuarista); e por fim Jequitinhonha, Mucuri e Doce (região norte-nordeste de Minas, batizada com o nome dos três rios que por ali correm. Dividida entre a pecuária e as atividades de mineração).

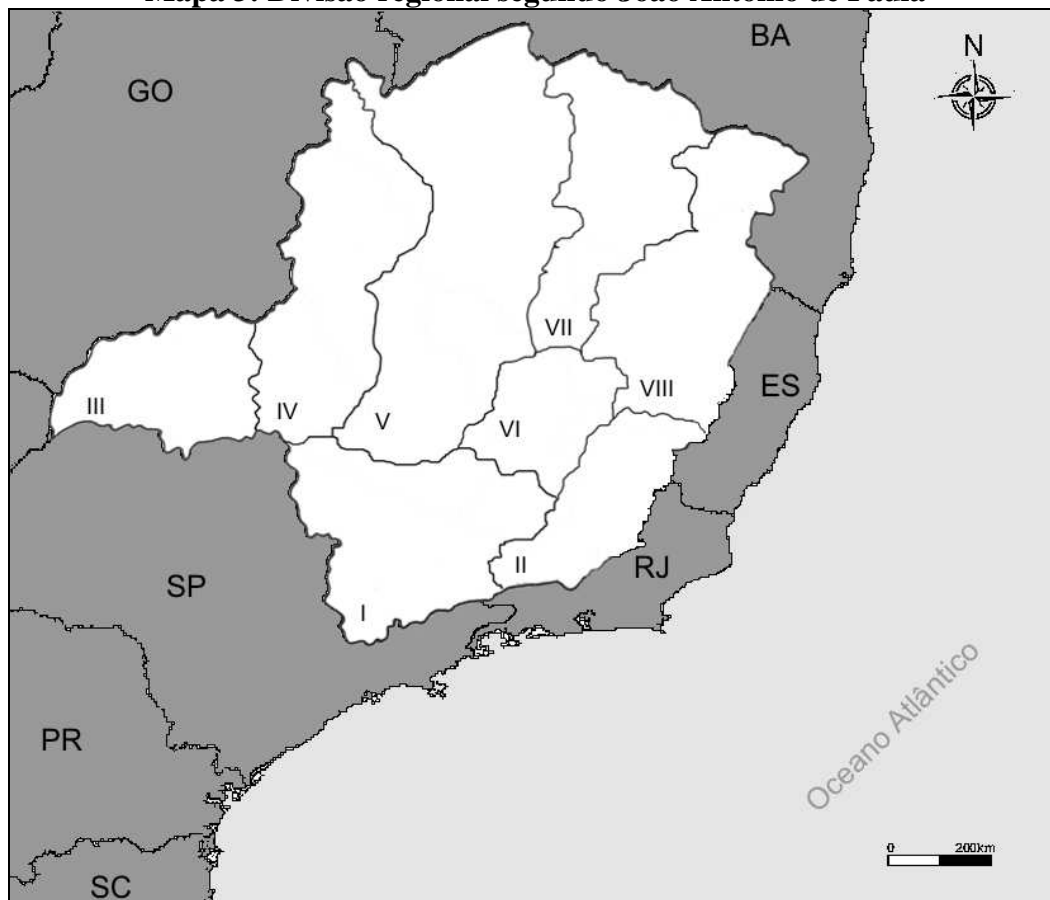
Douglas Libby afirma ter ciência dos problemas contidos no modelo proposto. Segundo ele, a divisão regional e descrição das várias regiões não esgota a discussão das diferenças existentes entre elas, assim como não assegura a homogeneidade de cada uma. “É pouco provável que essas regiões correspondam aos mercados regionais que o historiador sente terem existido em Minas no século passado [XIX], sem que se possa delimitá-las com um mínimo de segurança”.⁶⁷ Mas as principais críticas recebidas pelo modelo se devem ao fato de coincidirem com as regiões de planejamento empregadas pelo governo do estado nas décadas de 1980 e 1990, o que automaticamente fez com que a proposta fosse tachada de anacrônica pelo fato de se basear em divisões contemporâneas do território.

Ainda no ano de 1988, a tese de doutorado de João Antônio de Paula trouxe uma proposta de divisão de Minas entre fins do setecentos e início do XIX baseada “tanto características ecológicas quanto histórico-econômicas”, o que resultou na constituição de oito regiões, sendo: Centro; Sul e Rio das Mortes; Mata; Doce e Mucuri; Jequitinhonha; São Francisco; Paracatu e Triângulo. A inovação do trabalho de João Antonio é o fato de

⁶⁷ Idem, *ibidem*, p.43.

relacionar as atividades econômicas às conformações e demandas políticas existentes no período analisado.⁶⁸ Tal divisão pode ser visualizada no mapa a seguir:

Mapa 3: Divisão regional segundo João Antônio de Paula



Fonte: SARAIVA, Luiz Fernando. Op. cit., p.56 a partir de PAULA, João Antônio de. Op. cit., p.158. Regiões de acordo com a numeração: I Sul e Rio das Mortes; II Mata; III Triângulo; IV Paracatu; V São Francisco; VI Centro; VII Jequitinhonha e VIII Doce e Mucuri.

A partir da década de 1990 pesquisadores ligados ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, o CEDEPLAR, passaram a se ocupar de maneira intensa da discussão sobre a diversidade econômica e espacial de Minas Gerais. Entre as pesquisas realizadas pelo CEDEPLAR se destacou o modelo de divisão regional proposto por Marcelo Godoy e Clotilde Paiva, concebido a partir de um amplo conjunto de relatos de viajantes que circularam por Minas no oitocentos e nos censos demográficos realizados na província entre os anos de 1831 e 1840.⁶⁹ A grande

⁶⁸ PAULA, João Antônio de. *O Prometeu no Sertão: Economia e Sociedade da Capitania das Minas dos Matos das Gerais*. Tese de Doutorado, USP: São Paulo, 1988, pp.158-159.

⁶⁹ A referida documentação diz respeito a duas tentativas do Governo Provincial mineiro em realizar um amplo levantamento censitário em toda Minas Gerais, em um universo aproximado de 420 distritos de paz existentes na década de 1830. Desse primeiro esforço de mapear a então mais populosa província do Império restaram 234 listas nominativas do censo realizado em 1831/32, somadas a 08 de outro recenseamento realizado entre os anos

disponibilidade de dados, com destaque para as bases demográficas, assim como as observações deixadas pelos viajantes estrangeiros, permitiu que os autores traçassem um modelo de segmentação espacial para a primeira metade do século.⁷⁰

O modelo original da regionalização proposta foi apresentado por Godoy em 1990 em sua monografia de bacharelado apresentada ao departamento de História da FAFICH/UFMG.⁷¹ No referido trabalho, o autor utilizou como base os relatos de nove viajantes que percorreram a província na primeira metade do oitocentos. Foi intentada a reconstituição dos itinerários e da espacialização das informações presente nos relatos de viagem de Charles James Fox Bunbury, Alcide D'Orbigny, Georg Wilhelm Freireyss, George Gardner, John Luccock, John Mawe, Johann Emanuel Pohl, Auguste de Saint-Hilaire, além de Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius. A partir dos relatos o autor demarcou um total de dezesseis unidades espaciais, tendo seus limites conformados com base em um mapa da Província de Minas Gerais, de autoria de Charles Hastings, publicado em 1882.

Já em 1996, Godoy e Paiva apresentaram uma versão adaptada desta regionalização, guiada pela superposição de informações demográficas contidas nas listas nominativas de 1831 e 1832. No esteio de uma pesquisa coordenada por Clotilde Paiva, a regionalização original proposta por Godoy teve alguns traços redefinidos com a intenção de preservar uma maior integridade possível das unidades municipais da década de 1830, assim como caracterizar algumas especificidades regionais antes não destacadas, como no caso de duas grandes áreas com um relativo vazio populacional (Extremo Noroeste e Sertão do Rio Doce).⁷² Contudo, os marcos principais da regionalização não foram alterados, preservando-se as identidades das regiões originalmente propostas, agora recortadas em dezoito unidades.⁷³ Essas dezoito unidades regionais são: Extremo Noroeste, Vale do Alto-Médio São Francisco,

de 1838 e 1840. Estas 242 listas compuseram o banco de dados demográficos. PAIVA, Clotilde Andrade. Op.cit., p.49-50

⁷⁰GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1996 (Texto para Discussão n.º 109); PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. Op. cit.; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*, 2002, Diamantina. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

⁷¹GODOY, Marcelo Magalhães. *Vida econômica mineira na perspectiva de viajantes estrangeiros*. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1990 (monografia de bacharelado em História)

⁷² PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. Op. cit.

⁷³CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas da ABPHE, 2003, Caxambu. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas da ABPHE. São Paulo: ABPHE, 2003, p.10.

Minas Novas, Paracatu, Sertão, Sertão do Alto São Francisco, Médio Baixo Rio das Velhas, Sertão do Rio Doce, Triângulo, Araxá, Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Diamantina, Mineradora Central Oeste, Mineradora Central Leste, Mata, Sudeste, Sul Central e Sudoeste. De acordo com a perspectiva adotada,

estas regiões podem ser segmentadas a partir do nível de desenvolvimento ponderado de cada uma delas no conjunto da Província. Disto resulta, um quadro em que o maior nível de desenvolvimento está justamente associado às áreas fracionadas da região original das “minas gerais” e os novos espaços de articulação direta desses núcleos originais.⁷⁴

A partir dos dados coligidos os autores argumentaram que nível de desenvolvimento econômico de cada região de Minas Gerais na primeira metade do XIX estava intimamente ligado ao vigor da escravidão. Quanto maior a proporção de escravos em uma dada região maior também seria seu nível de desenvolvimento econômico. “Enquanto em Paracatu, nível baixo, os cativos perfaziam 16% da população total em idade produtiva, em Diamantina, nível alto, respondiam por 46%, quase que três vezes mais”.⁷⁵ Essa hierarquização com base no nível de desenvolvimento econômico advindo da escravidão pode ser observada primeiro no quadro 1 e no mapa 4:

Quadro 1
Composição populacional e níveis de desenvolvimento econômico de acordo com o recenseamento de 1831/32.

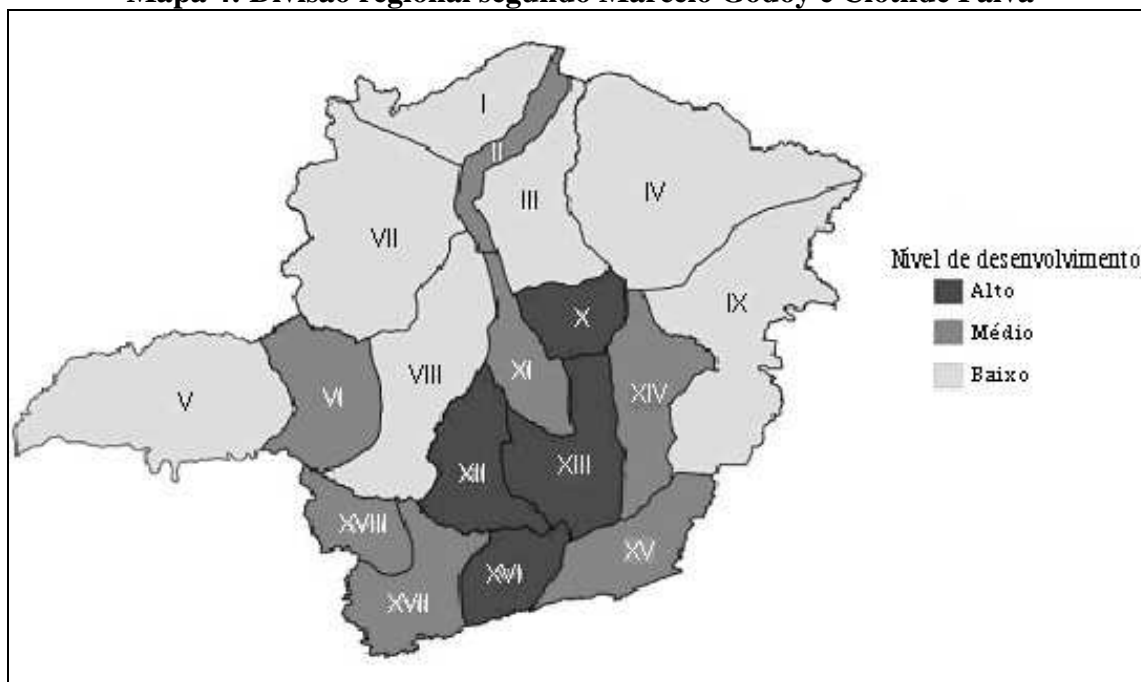
Nível Desenv.	Regiões	Livres		Escravos		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	10356	79,8	2623	20,2	12979	100,0
Baixo	Paracatu	2524	85,6	424	14,4	2948	100,0
Baixo	Sertão	6977	79,8	1770	20,2	8747	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	4202	75,5	1364	24,5	5566	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	245	91,4	23	8,6	268	100,0
Baixo	Triângulo	2468	62,6	1474	37,4	3942	100,0
Médio	Araxá	10581	72,0	4123	28,0	14704	100,0
Médio	Mata	10100	60,5	6601	39,5	16701	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	13492	70,4	5674	29,6	19166	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	12055	67,9	5703	32,1	17758	100,0
Médio	Sudoeste	15498	75,1	5132	24,9	20630	100,0
Médio	Sul Central	32577	69,0	14602	31,0	47179	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	2066	71,9	809	28,1	2875	100,0
Alto	Diamantina	14407	60,0	9602	40,0	24009	100,0
Alto	Intermediária Pitangui-Tamanduá	34615	63,2	20193	36,8	54808	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	77261	65,8	40109	34,2	117370	100,0
Alto	Sudeste	23561	61,7	14609	38,3	38170	100,0
--	Província	272985	66,9	134835	33,1	407820	100,0

Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes. Op. cit., p.47.

⁷⁴ Idem, ibidem.

⁷⁵ PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes. Op. cit., p.43.

Mapa 4: Divisão regional segundo Marcelo Godoy e Clotilde Paiva



Fonte: CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit., p.37.

Regiões de acordo com a numeração: I - Extremo Noroeste, II - Vale do Alto-Médio São Francisco, III- Sertão, IV - Minas Novas, V - Triângulo, VI - Araxá, Araxá, VII - Paracatu, VIII - Sertão do Alto São Francisco, IX - Sertão do Rio Doce, X - Diamantina, XI - Vale do Médio Baixo Rio das Velhas, XII - Intermediária de Pitangui-Tamanduá, XIII - Mineradora Central Oeste, XIV - Mineradora Central Leste, XV - Mata, XVI - Sudeste, XVII - Sul Central, XVIII - Sudoeste.

Segundo os autores, os depoimentos dos viajantes revelam que a organização econômica mineira da primeira metade do século XIX era marcada por fortes contrastes regionais. A irregular distribuição da população e a grande variação do nível de atividade econômica são os principais indicadores das desigualdades regionais. Outrossim, as relações entre particular e geral ou entre a região e sistema global como propõe Vera Silva, são claramente trabalhados quando os autores buscam visualizar o fluxo de comércio entre as regiões mineiras e a Corte, por exemplo.⁷⁶ Assim como no modelo proposto por Martins e Libby, há grande preocupação em mapear a produção econômica de cada uma das regiões, determinando assim sua identidade. Nesse sentido, fica clara a influência da corrente marxista de análise do espaço.

Mesmo sendo os relatos de viagem eivados por “impressões fortemente marcadas pela subjetividade inerente ao observador”, os autores argumentam que da mesma forma os documentos produzidos pelas autoridades provinciais são desprovidos de uma objetividade isenta.

⁷⁶ CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. cit.

O território da crítica das fontes está sempre revestido de eleições. Não poucas vezes, depara-se com desproporcional severidade em relação a determinados repertórios documentais e generosa condescendência para com outros. A perspectiva aqui adotada funda-se no recurso a obra dos viajantes sem qualquer amarra apriorística e no criterioso recolhimento de informações nas milhares de páginas que nos foram legadas pelos estrangeiros que esquadrinharam o território de Minas Gerais no século XIX.⁷⁷

O referido modelo tem um alto grau de receptividade entre os estudiosos do século XIX mineiro, sobretudo entre aqueles diretamente ligados ao CEDEPLAR/UFMG. Entretanto, uma série de críticas também foi formulada em relação à proposta de Paiva e Godoy. Apesar de representar um importante avanço em relação ao exercício de regionalização das Minas, principalmente em razão de lançar mão de um amplo conjunto de evidências coevas, um bom expediente contra o anacronismo, o modelo desconsidera “diversas variáveis cujo impacto sobre a experiência vivida da sociedade mineira oitocentista não é desprezível”.⁷⁸

A regionalização proposta por Paiva e Godoy desconsidera fatores políticos e culturais, concentrando um peso excessivo nos fatores econômicos e demográficos, o que impede uma percepção mais ampla da construção do espaço/região através das relações sociais, como aponta a chamada “geografia humanista e cultural”. Como argumenta Marcos Lobato Martins,

Ora, as redes relacionais e familiares, as redes clientelares e regionalismos políticos do Oitocentos mineiro certamente escaparam aos viajantes estrangeiros – e eles foram decisivos para a formação do espaço provincial. Por outro lado, porque, como ensinou a Geografia Humanista, a região é espaço vivido, não se pode desconsiderar a cultura dos habitantes. Os aspectos simbólicos e identitários, o imaginário dos moradores e as percepções dos “nativos” são dados relevantes para a construção de regionalizações. O mesmo vale para os elementos fisiográficos que caracterizam as bases naturais sobre as quais ocorrem os processos históricos. Tudo isso deve ser agregado aos dados econômicos, comerciais e demográficos utilizados na regionalização proposta por Clotilde Paiva.⁷⁹

Também Ricardo Zimbrão de Paula teceu duro julgamento dos modelos propostos por Martins, Libby, Godoy e Paiva, argumentando que estes trabalhos “tendem a utilizar as divisões atuais ou àquelas definidas ao longo do século XX, como base de suas análises”.⁸⁰

⁷⁷ PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. cit., p.8.

⁷⁸ MARTINS, Marcos Lobato. Regionalidade e História: reflexões sobre a regionalização nos estudos historiográficos mineiros. In: *Anais Eletrônicos XVI Encontro Regional de História ANPUH-MG*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2008.

⁷⁹ Idem, ibidem, p.4.

⁸⁰ CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. cit., p.69.

De acordo com o autor, os referidos modelos propostos são anacrônicos, pois não levam em conta as evidências coevas, tendo como propósito visualizar a distribuição da produção econômica em Minas Gerais no passado misturando referências da divisão regional presente, com a distribuição das comarcas e distritos de paz do início do século XIX, o que deixa de ser permissível. Para Paula, principalmente os estudos de Paiva e Godoy revelam esses problemas, uma vez que a regionalização por eles proposta para a primeira metade dos oitocentos passa a ser discutível, pois o critério de segmentação desconsidera justamente o processo histórico de constituição e delimitação daqueles espaços regionais. E segue afirmando que

os autores poderiam perfeitamente discutir a produção econômica e demográfica das regiões mineiras a partir da configuração atual no século XIX; porém, ao afirmarem que tal regionalização já havia sido configurada na primeira metade dos oitocentos, desconsideram o processo histórico daquelas formações. Ademais, a própria delimitação temporal destes estudos – a primeira metade do século XIX – não permite a interface com a formação regional estabelecida no século XX, pois é justamente, naquele período em que o movimento centrífugo das regiões mineradoras para o *hinterland* que se inicia no final do século XVIII, está maturando-se; sendo momento crucial para a própria constituição dos espaços regionais futuros.⁸¹

Ainda de acordo com Ricardo de Paula, um indício que demonstra o anacronismo do modelo de Godoy e Paiva é a forma como a região da Zona da Mata é representada. Segundo ele a configuração da região tal qual foi representada no modelo criticado só foi estabelecida no final do século XIX, quando o café já alcançava os municípios de Manhumirim e Carangola, bem além de Muriaé. Essa configuração espacial não existiria antes da década de 1870, entretanto, já estaria presente na distribuição regional feita por Godoy e Paiva, considerada assim anacrônica, pois não leva em consideração os processos históricos das formações regionais. “A autora em seu estudo toma como dada àquela configuração regional já no início do século XIX”.⁸²

Outro problema é o fato de as divisões regionais, não importando aí o modelo adotado, não levarem em conta ou não visualizarem a diversidade interna existente em cada sub-região. O trabalho desenvolvido por Ângelo Alves Carrara é um excelente exemplo, uma vez que, observando a Zona da Mata mineira, demonstra sua heterogeneidade. No caso a região apresentaria um perfil intra-regional diferenciado: o Sul, com Juiz de Fora, Mar de Espanha e Leopoldina, seria a área de dominância da grande propriedade, do trabalho maciçamente escravo e das vinculações estreitas com o Rio de Janeiro; o Centro, com Rio

⁸¹ Idem, *ibidem*, p.69-70.

⁸² Idem, *ibidem*, p.72.

Pomba, Ubá, Viçosa e Muriaé, teria um perfil pequeno produtor, com a escravidão mesclada ao trabalho familiar e a diversificação agrícola, e, finalmente, o Norte, com Ponte Nova e Manhuaçu, constituiria uma fronteira aberta, onde as características de ambas as regiões anteriores apareceriam bastante mescladas.⁸³

Prosseguindo em nossa tarefa de relacionar as propostas de regionalização de Minas Gerais no século XIX, encontramos a dissertação de mestrado de Márcio Marcos Rodarte, outro pesquisador ligado ao CEDEPLAR/UFMG.⁸⁴ Interessado no estudo do processo de urbanização ocorrido em Minas Gerais durante o século XIX, Rodarte adotou os conceitos de “teoria do lugar central” e “sistema de cidades”, a fim de comprovar a manutenção da região central como detentora da maior rede de cidades de todo território mineiro, mesmo tendo ocorrido o deslocamento dos principais pólos urbanos (que na primeira metade do oitocentos eram Ouro Preto e o Serro) para a Zona da Mata (Juiz de Fora e Mar de Hespanha), devido ao crescimento econômico propiciado pela expansão da cafeicultura a partir da década de 1870. Mesmo com o deslocamento dos principais centros urbanos para a Mata, Rodarte afirma que o interior de Minas, ou seja, o Centro, preservou muito de sua estrutura urbana já existente na primeira metade dos Oitocentos.⁸⁵

Para compreender a dinâmica e as mudanças operadas no sistema de cidades durante o oitocentos o autor procurou analisar o fluxo de informações transmitidas via serviços postais, constatando que estes estavam intimamente ligados aos antigos pólos urbanos da província, o que auxiliou em sua manutenção como pólos regionais, além de preconizar “a formação de novos núcleos urbanos nas porções meridionais da Província”. Ao utilizar os dados do serviço postal, Rodarte acabou por estabelecer uma proposta de regionalização correspondente àquela utilizada pelo próprio sistema de Correios, através do qual foi possível mapear os trajetos por onde as correspondências circulavam. De acordo com o autor, as áreas correspondentes ao modelo de regionalização

refletem e delimitam de modo mais exato as diferenças de dinâmicas ocorridas em cada lugar, a despeito de se verificar diferenças de infra-estrutura dos Correios internas a cada linha. Se, por exemplo, um distrito está localizado dentro da área de influência da linha Sul, e não na linha do Oeste, sabemos que os seus canais de comunicação via Correio estão mais voltados para as localidades ao sul da Província de Minas e norte da Província de São Paulo, que outros pontos localizados mais ao norte de Minas.⁸⁶

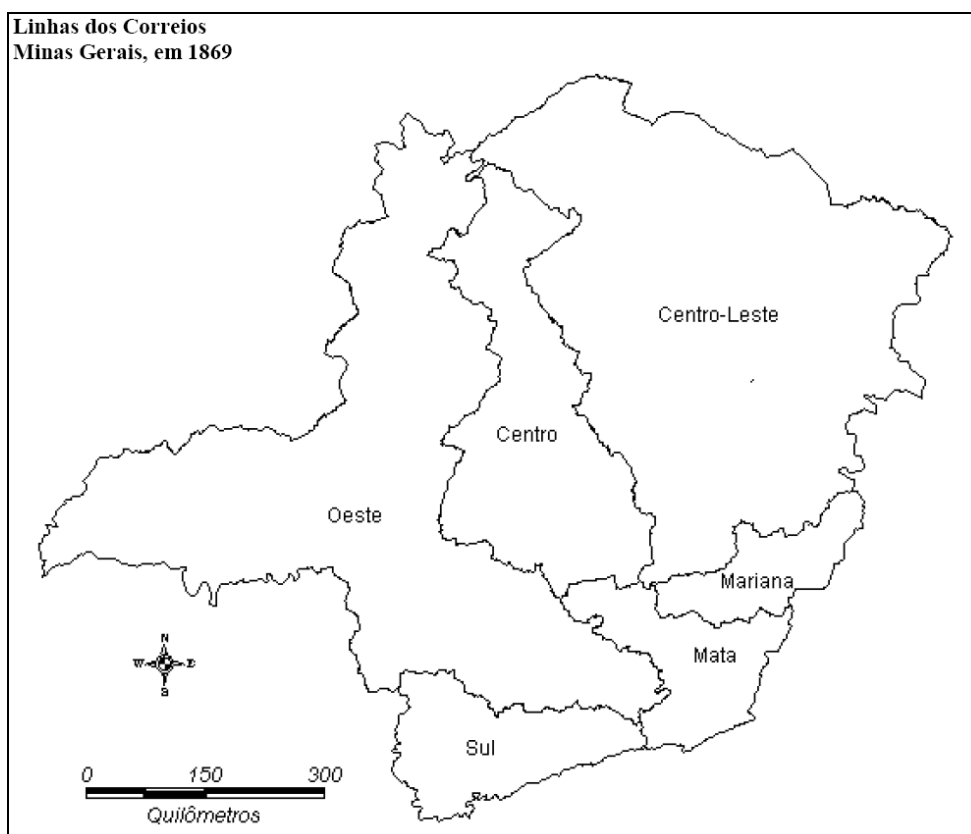
⁸³ CARRARA, Ângelo Alves. Op. Cit.

⁸⁴ RODARTE, Márcio Marco Sampaio. *O Caso das Minas que não se esgotaram*. Op. cit.

⁸⁵ Idem, *ibidem*, p.90.

⁸⁶ Idem, *ibidem*, p.78.

Mapa 5: Divisão regional segundo Mário Sampaio Rodarte



Fonte: RODARTE, Mário Marco Sampaio. Op. cit., p.78

Passamos então ao trabalho de Mônica Oliveira, originalmente tese de doutorado, também defendida em 1999, onde nos é apresentada uma variação do modelo concebido por Roberto Martins e Douglas Libby. Interessada no estudo da expansão da cultura do café na região da Zona da Mata, a autora irá operar uma modificação na regionalização proposta por Libby, retirando uma fração da região Metalúrgica-Mantiqueira que será chamada de “Campo das Vertentes”, englobando os termos de São João del-Rei e Barbacena. Tal operação é justificada não apenas pelas particularidades econômicas dos referidos municípios, apontados como mais agrários e mercantis em comparação com outros da “Metalúrgica”, mas também por representarem um ponto de ligação entre a antiga região mineradora e a Zona da Mata. Ainda de acordo com Mônica Oliveira, seria a partir do “Campo das Vertentes” que teriam saído os recursos necessários para a expansão da cafeicultura na Zona da Mata, ainda na primeira metade do XIX.⁸⁷

⁸⁷ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit.

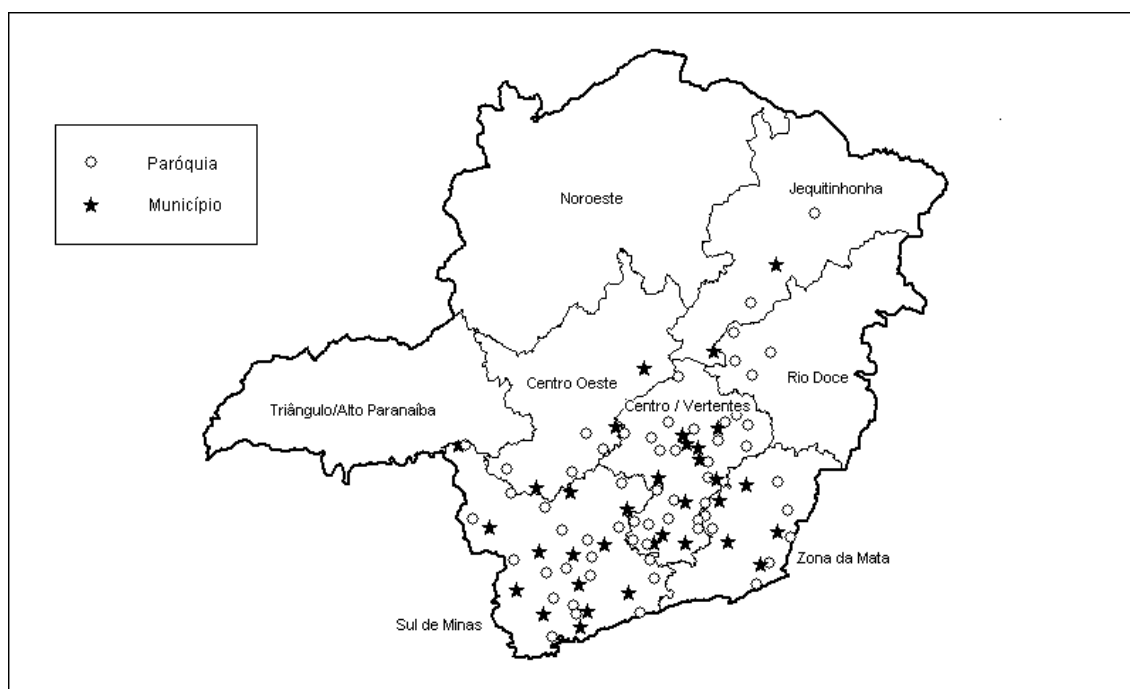
(...) do geral para o particular, de forma que o conjunto dos elementos seja dividido em grupos cada vez menores, enfatizando-se as diferenciações entre lugares. O segundo caminho parte da ideia de agregados alocados em subconjuntos maiores. Neste procedimento o foco dirige-se para a busca de regularidades.

(...)

Há que se ressaltar ainda que a escolha entre tipos regionais (não conexos) ou regiões constitui uma decisão subjetiva, mas que influi na apresentação dos resultados, segundo os objetivos esperados com a regionalização.⁸⁹

A partir dos critérios metodológicos apontados acima as autoras dividiram a província da seguinte maneira: Centro, Centro-Oeste, Campo das Vertentes, Jequitinhonha/Rio Doce, Mata, Sul, Sudoeste, Norte/Noroeste e Triângulo, sendo que para essas duas últimas regiões não foram encontrados mapas de população para o período abordado.

Mapa 7: Divisão regional segundo Maria do Carmo Salazar e Helenice Silva.



Fonte: MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da; LIMA, Maurício Antônio de Castro. Op. cit., p.10.

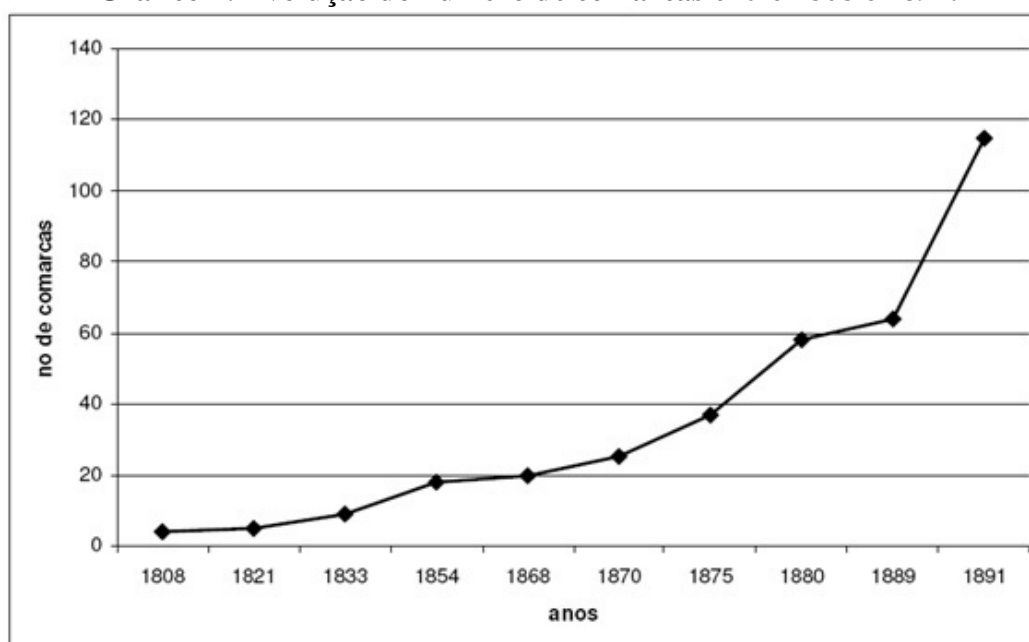
O historiador norte-americano Laird Bergad, cujo trabalho sobre a economia escravista em Minas nos períodos colonial e imperial já foi comentado, optou por um

⁸⁹ MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da; LIMA, Maurício Antônio de Castro. População de Minas Gerais na segunda metade do séc. XIX: novas evidências. *Anais do X Seminário sobre a economia mineira*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 2002, p.9

caminho que julgo arriscado para dividir o território mineiro. Bergad utilizou como parâmetro as divisões judiciárias, as comarcas, acompanhando suas mudanças ao longo do XIX.⁹⁰ Apesar de representarem uma forma de segmentação do espaço própria do tempo em que foi engendrada, a divisão político-administrativa do território não leva em consideração as fronteiras econômicas e culturais existentes. Não obstante, as comarcas mineiras passaram por uma frenética transformação durante todo o século XIX o que dificulta ainda mais a delimitação dos espaços regionais.

A partir das divisões judiciárias apresentadas por Bergad, Luiz Fernando Saraiva apresentou uma tese que ilustra bem o crescimento do número de comarcas em Minas, dentro do que classificou como “movimento autonomista”:

Gráfico 1: Evolução do número de comarcas entre 1808 e 1891.

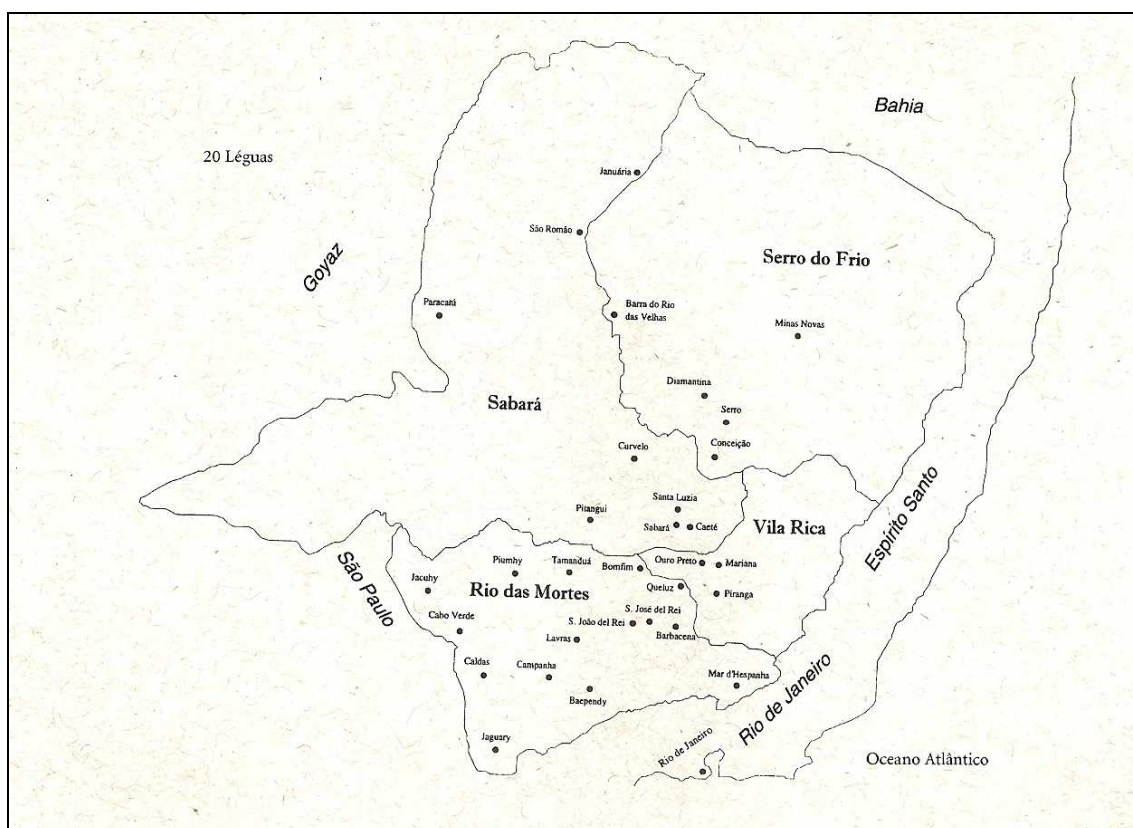


Fonte: SARAIVA, Luiz Fernando. Op. cit., p.34.

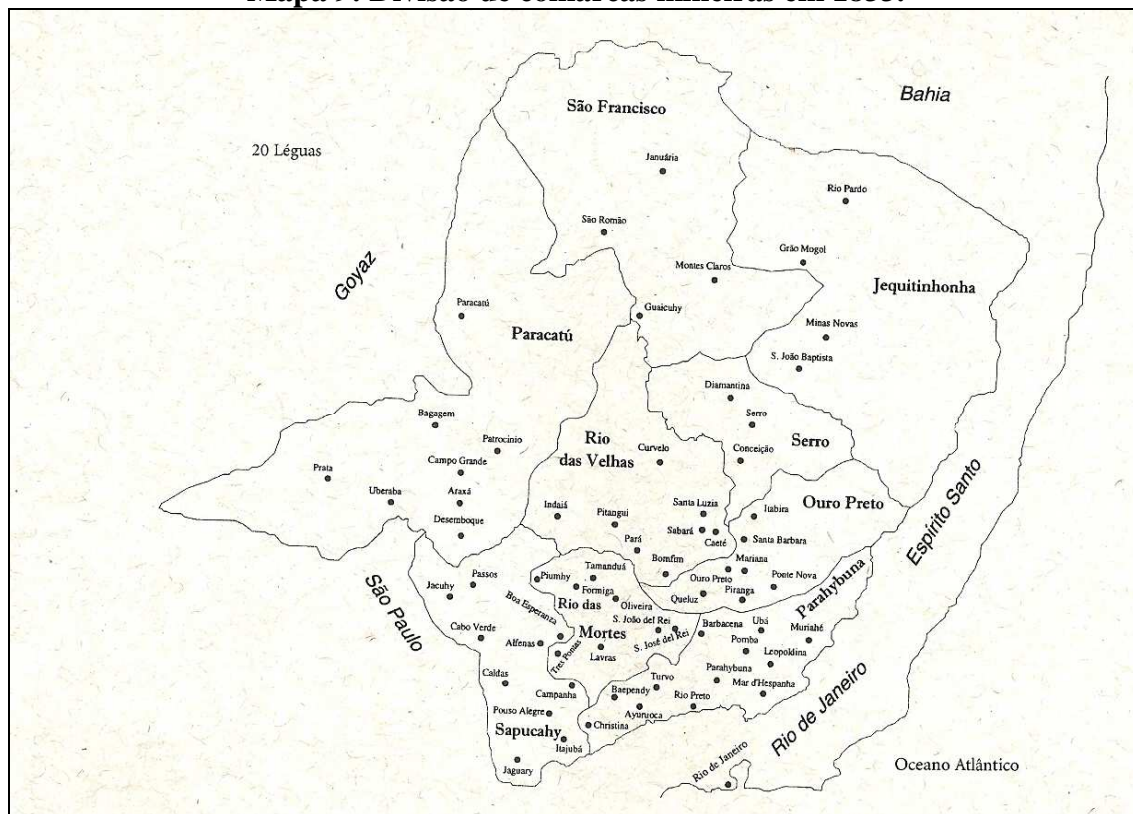
A evolução numérica demonstrada no gráfico acima pode ser observada nos mapas apresentados por Bergad:

⁹⁰ BERGAD, Laird W. Op. cit.

Mapa 8: Divisão de comarcas mineiras em 1808



Mapa 9: Divisão de comarcas mineiras em 1833.



Finalmente, ao percorrer esse mesmo trajeto, Luiz Fernando Saraiva chegou a uma conclusão com a qual o leitor também deve ter se deparado: não há como definir a divisão regional de Minas Gerais no XIX a partir de uma única ou mesmo um conjunto de variáveis econômicas, valendo o mesmo para critérios voltados para a identidade política. A saída intentada por Saraiva foi combinar as realidades econômicas e políticas a fim de “captar minimamente as identidades possíveis”, mesmo porque o principal interesse da pesquisa empreendida pelo autor é exatamente a relação entre a economia e as disputas políticas internas da província.⁹¹

Apesar das críticas atribuídas à regionalização proposta por John Wirth, Saraiva julga que é este modelo o que mais se aproxima das diversas identidades políticas que se desenvolveram em Minas Gerais ao longo do XIX. Para o autor, o modelo inspirado nas regionalizações existentes na primeira metade do século XX não estaria em desacordo com a formatação política de fins do oitocentos, como acusaram muitos historiadores. Saraiva aposta na regionalização de Wirth como a que mais se aproxima dos desdobramentos que as atividades econômicas e colonizações provocaram nas Minas Gerais na virada para o século XX, uma vez que as disputas políticas da República Velha analisadas pelo *brasilianista* possuíam raízes no período imperial.⁹²

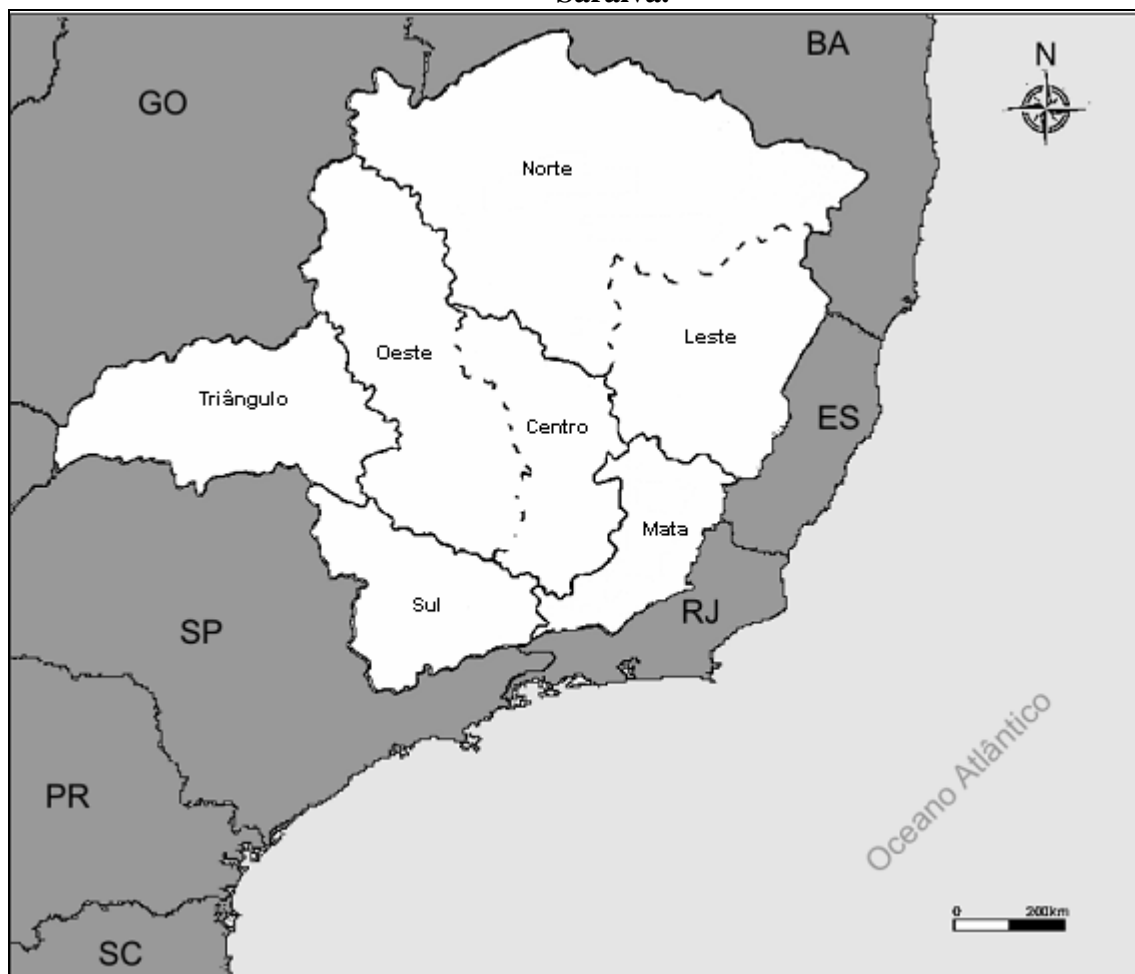
Definimos assim que a província mineira a partir de meados do século XIX será composta de três regiões com identidades definidas ou ‘estáveis’, como o *Centro*; o *Sul* e o *Norte*. As regiões do *Triângulo* e da *Mata* irão consolidar suas identidades ao longo da 2ª metade do Dezenove a partir da expansão das atividades econômicas e povoamento devendo ser vistas então como ‘em formação’. Por fim duas regiões que podem ser consideradas como regiões como ‘incompletas’ para o período, o *Leste* e o *Oeste* visto serem tributárias da expansão de populações da região *Central* principalmente em direção ao *Oeste* e do *Norte* em relação ao *Leste* depois da criação da Companhia do Vale do Rio Mucuri por Teófilo Benedito Otoni.⁹³

⁹¹ SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Minas Gerais*. Op. cit., p.73

⁹² Idem, *ibidem*.

⁹³ Idem, *ibidem*.

Mapa 12: Identidades políticas mineiras no século XIX de acordo com Luiz Fernando Saraiva.



Fonte: SARAIVA, Luiz Fernando. Op. cit.; p.75.

O caminho apontado por Saraiva sem dúvida tem o grande mérito de combinar aspectos econômicos e políticos, contudo, padece dos mesmos riscos de todos os outros modelos visitados aqui. Concordo com o autor no que diz respeito à proximidade da regionalização de John Wirth com as identidades políticas de fins do Império, entretanto, cabe questionar se elas correspondem necessariamente ao “espaço vivido”, ou seja, à identidade das populações que ocupavam esses espaços. A noção de “identidades estáveis ou definitivas” concebida pelo autor e aplicada para as regiões do centro, zona da mata, norte e triângulo, é extremamente plausível, principalmente se pensarmos o processo de ocupação dessas áreas comparado às regiões oeste e leste, que ainda no fim do século XIX apresentavam um “vazio populacional” considerável. Todavia, será que podemos “colocar no mesmo balaio”, habitantes de locais tão distantes uns dos outros como Paracatu e Araxá, integrantes da região “oeste”, como se compartilhassem de uma mesma identidade? Encontrar esse caminho para as muitas Minas não é simples.

Pensando especificamente nos objetivos da pesquisa aqui intentada, o estudo do abolicionismo em Minas Gerais na última década da escravidão, e na necessidade premente de compreender as nuances regionais, o modelo apresentado por Mônica Oliveira nos pareceu bem adequado. Não resta dúvida que o modelo construído por Clotilde Paiva e Marcelo Godoy possui seus méritos, contudo, tal regionalização foi produzida a partir de um conjunto de indícios que apontam para uma realidade muito distante no tempo daquela sobre a qual tentamos nos debruçar.

A despeito das críticas sofridas pela regionalização de Libby, não a enxergo com tanta distância daquela cunhada por John Wirth e aproveitada por Saraiva. Não obstante, a modificação operada por Mônica Oliveira, ou seja, a separação do Campo das Vertentes da região Metalúrgica-Mantiqueira, me parece adequada quando penso na especificidade econômica da primeira região em relação à segunda. Não obstante, cabe lembrar que a região das Vertentes acabou por se estabelecer como ponto intermediário entre os antigos núcleos urbanos do centro da província e as novas áreas em ascensão econômica (Mata e Sul). Obviamente, tal escolha não se faz sem riscos.

Mapa 13: Divisão regional mineira no século XIX.



Fonte: Elaboração própria a partir do modelo apresentado por Mônica Oliveira.

Escolhido o modelo de regionalização, resta ainda pensar em um método que possibilite a identificação dos espaços centrais de cada região, ou seja, seus principais centros urbanos. Tal procedimento se faz necessário para que se possa compreender ainda mais as

idiossincrasias regionais, através das cidades-pólo de cada região, levando em consideração que estes espaços, muitas vezes, têm um papel determinante na configuração das identidades regionais. Cabe ressaltar, porém, que este expediente não se apresenta como um instrumento de delimitação da análise aqui intentada, tendo-se buscado o exame da documentação produzida para além das principais cidades da província.

Os conceitos de “lugar central” e “sistema de cidades” utilizados por Rodarte em sua dissertação de mestrado, podem ser de grande valia para a identificação dos pólos regionais. A chamada teoria dos lugares centrais, foi originalmente apresentada nos trabalhos de Walter Christaller, geógrafo, e August Lösch, economista, tendo como objetivo a compreensão da composição lógica das áreas de mercado e hierarquização dos centros urbanos, podendo ser definida como “qualquer agrupamento de habitações que constitui o centro de um *hinterland* rural e serve de intermediário econômico entre a periferia que dele depende e o mundo exterior”.⁹⁴ Contudo, as reflexões dos dois autores não se dão na mesma perspectiva, ainda que utilizando um raciocínio semelhante, sendo a orientação da análise da hierarquização dos núcleos urbanos, operada por Christaller, a diferença fundamental. A hierarquização pensada pelo geógrafo se dá a partir dos níveis mais inferiores da rede urbana e em Lösch a partir dos superiores, por fracionamento.⁹⁵

A Teoria do Lugar Central, desenvolvida por Christaller, e o modelo de redes urbanas apresentado por Lösch, estão baseados no princípio da centralidade, sendo assim o espaço organizado em torno de um núcleo urbano principal, chamado de lugar central. Seu entorno é uma região ou espaço complementar que possui uma relação de co-dependência com o núcleo principal, devido ao fato deste ser o “*locus* ofertante de bens e serviços por natureza urbanos”.⁹⁶ O ritmo de crescimento de determinado núcleo citadino dependeria da demanda por serviços urbanos especializados sobre a área atendida pelos lugares centrais, sendo a função primordial de um núcleo urbano atuar como centro de serviços para seu *hinterland* imediato, fornecendo bens e serviços centrais. “Estes, por sua vez, caracterizam-se por serem de ordens diferenciadas, gerando uma hierarquia de centros urbanos análoga aos bens e serviços que ofertam”.⁹⁷

⁹⁴ CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira & PAULA, João Antônio de. Op. Cit., p.11.

⁹⁵ Idem, ibidem.

⁹⁶ Idem, ibidem, p.12.

⁹⁷ Idem, ibidem.

O que o modelo procura demonstrar é que um sistema de cidades, uma rede inter e intra-urbana, caracterizada numa hierarquia de lugares centrais não é fortuita, e sim nasce de relações sócio-espaciais definidas, baseadas no tamanho, nas funções e nas distâncias interurbanas. Vale dizer, o tamanho das áreas de influência de cada lugar central varia na razão direta do tamanho e hierarquia dos centros, sendo a periferia de centros pequenos incluídas nas regiões complementares dos centros superiores. Quanto maior a centralidade de um lugar central, maior o seu entorno, ou seja, quanto maior a complexidade do serviço oferecido maior a área atendida por esse centro.⁹⁸

O problema em se hierarquizar o espaço, admitindo a existência de um espaço polarizador, é a possibilidade de deixar escapar a especificidade dos espaços subordinados, já que estes são colocados à margem. Outro problema é a utilização de critérios excessivamente econômicos no processo de hierarquização, que deixam de lado outros como a influência política e a identidade cultural.

Em sua dissertação de mestrado, Mário Rodarte lançou mão do conceito de lugar central ou centralidade urbana de forma a entender a dinâmica urbana mineira no oitocentos. Utilizando os documentos censitários do século XIX, Rodarte selecionou dados relativos ao um determinado conjunto de ocupações profissionais tidas como “atividades com *funções centrais*”, ocupações e serviços especializados dificilmente encontrados em qualquer núcleo urbano. De acordo com o autor, os centros de menor centralidade oferecem bens e serviços mais ubíquos, ou seja, facilmente encontrados, “enquanto que centros com maior centralidade ofertam, além dos bens e serviços ubíquos, os bens mais raros e especializados, de *alcance espacial e mercados mínimos* amplos”.⁹⁹ De acordo com esta perspectiva, quanto mais especializado é o serviço maior é sua restrição a cidades maiores e mais desenvolvidas, o que acaba por atrair a demanda existente em sua vizinhança.

Para definir o grau de centralidade das cidades mineiras ao longo do século XIX, foram consideradas as chamadas ocupações liberais presentes nos mapas de população da década de 1830/40 e no recenseamento imperial de 1872, excetuando-se os religiosos, de forma a destacar os aspectos econômicos das urbes, englobando ainda os comerciantes e uma parcela de artesãos, “que além de residirem em sua maioria dentro dos núcleos urbanos, podiam ser considerados ubíquos dentro do território mineiro”.¹⁰⁰ Os resultados dos dados coligidos podem ser observados através dos quadros a seguir:

⁹⁸ Idem, *ibidem*.

⁹⁹ RODARTE, Mário Marco Sampaio. Op. cit., p.48.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, p.61.

Quadro 2
Número de distritos e paróquias atendidos por determinadas atividades econômicas
Minas Gerais (1831-40 e 1872)

	Percentagem Urbana da Amostra	1831-40		1872	
		Número	Percentagem	Número	Percentagem
Juizes	55,56	35	14,8	55	15,5
Advogados	100,0	15	6,4	80	22,6
Notários e escrivões	64,00	66	28,0	213	60,2
Procuradores	80,00	10	4,2	43	12,1
Oficiais de justiça	66,67	44	18,6	188	53,1
Médicos	100,0	9	3,8	104	29,4
Cirurgiões	68,57	89	37,7	20	5,6
Farmacêuticos	87,50	46	19,5	159	44,9
Parteiros	73,68	53	22,5	190	53,7
Professores, etc.	71,43	82	34,7	321	90,7
Func. públicos	55,17	56	23,7	127	35,9
Artistas	93,10	57	24,2	165	46,6
Comerciantes, etc.	55,85	235	99,6	351	99,2
Op. de edificações	62,89	183	77,5	301	85,0
Op. em couros etc.	66,93	143	60,6	257	72,6
Op. em vestuários	67,45	223	94,5	322	91,0
Op. de calçados	65,72	221	93,6	334	94,4

Fonte: RODARTE, Mário Marco Sampaio. Op. cit., p.90.

Quadro 3
Oferta de serviços por nível de centralidade – Minas Gerais 1872

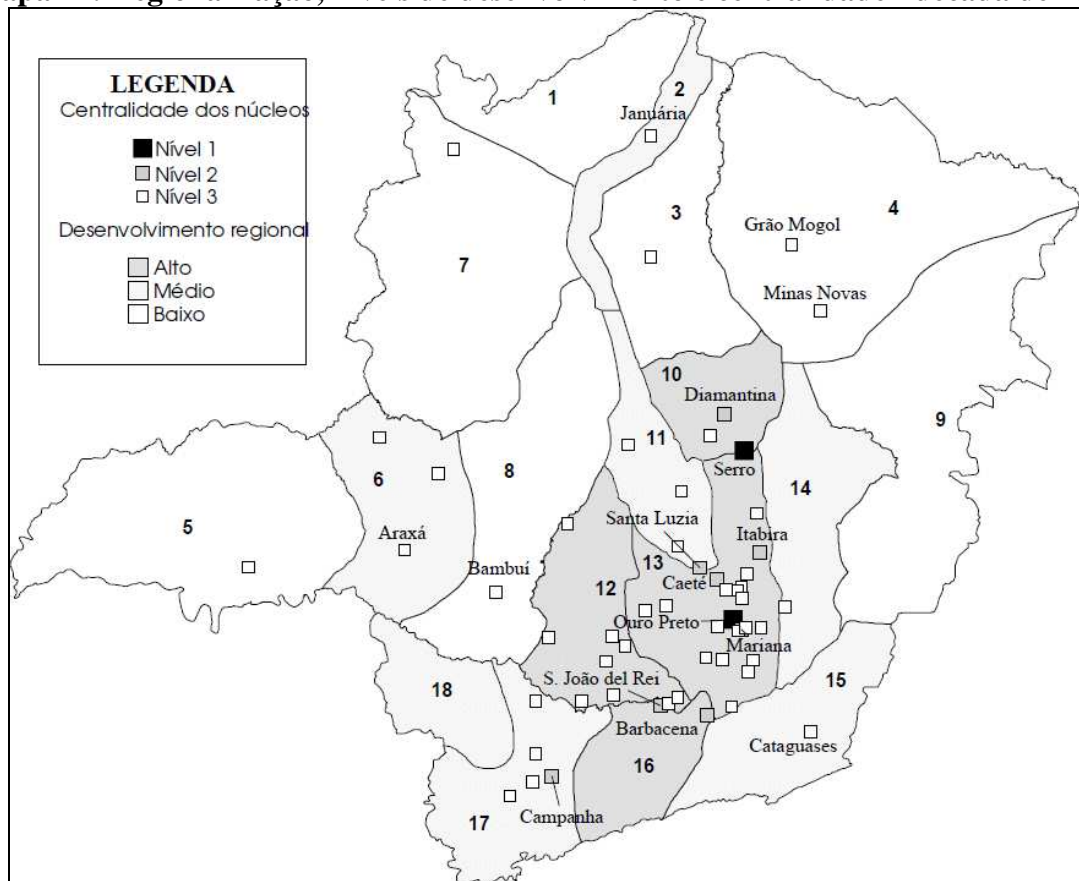
	Nível 1		Média	Nível 2		Média	Nível 3		Média	Nível 4		Média	Soma de Ocupações			
	Soma			N.	Perc.		Soma			N.	Perc.		Soma		N.	Perc.
	N.	Perc.					N.	Perc.					N.	Perc.		
Juizes	3	4%	2	32	42%	2	42	55%	0	0	0%	0	77	100%		
Advogado	41	13%	21	102	33%	6	159	51%	1	10	3%	0	312	100%		
Escrivões	10	3%	5	66	17%	4	182	46%	2	137	35%	1	395	100%		
Procurador	27	22%	14	6	5%	0	83	67%	1	7	6%	0	123	100%		
Ufsc. Justiça	33	7%	17	63	13%	4	208	44%	2	174	36%	1	478	100%		
Médicos	13	7%	7	47	24%	3	102	53%	1	30	16%	0	192	100%		
Cirurgiões	0	0%	0	8	28%	1	21	72%	0	0	0%	0	29	100%		
Farmacêuticos	5	1%	3	60	18%	4	184	54%	2	92	27%	0	341	100%		
Parteiros	1	0%	1	29	8%	2	152	43%	1	169	48%	1	351	100%		
Professores	42	3%	21	209	15%	13	607	42%	5	575	40%	3	1.433	100%		
Func. Públ.	31	5%	16	167	29%	10	309	53%	3	76	13%	0	583	100%		
Artistas	13	1%	7	91	10%	6	502	54%	5	319	34%	1	925	100%		
Comerciantes	816	5%	408	1.987	13%	124	5.843	39%	53	6.291	42%	28	14.937	100%		
Op. de edif.	448	15%	224	386	13%	24	962	33%	9	1.140	39%	5	2.936	100%		
Op. de couros	13	1%	7	220	14%	14	743	49%	7	551	36%	2	1.527	100%		
Op. de vest.	48	1%	24	508	15%	32	1.367	41%	12	1.424	43%	6	3.347	100%		
Op. de calc.	42	1%	21	690	14%	43	2.190	43%	20	2.174	43%	10	5.096	100%		

Fonte: RODARTE, Mário Marco Sampaio. Op. cit., p.90.

Uma versão adaptada do modelo de regionalização de Godoy e Paiva, contendo os resultados da pesquisa de Rodarte, permite a localização dos chamados lugares centrais nas décadas de 1830 e 1870. Não obstante, chama atenção o deslocamento dos centros urbanos

com o mais alto nível de centralidade, concentrados na região central da província durante a primeira metade do XIX, para a Zona da Mata, a partir do desenvolvimento da cafeicultura:

Mapa 14: Regionalização, níveis de desenvolvimento e centralidade - década de 1830.

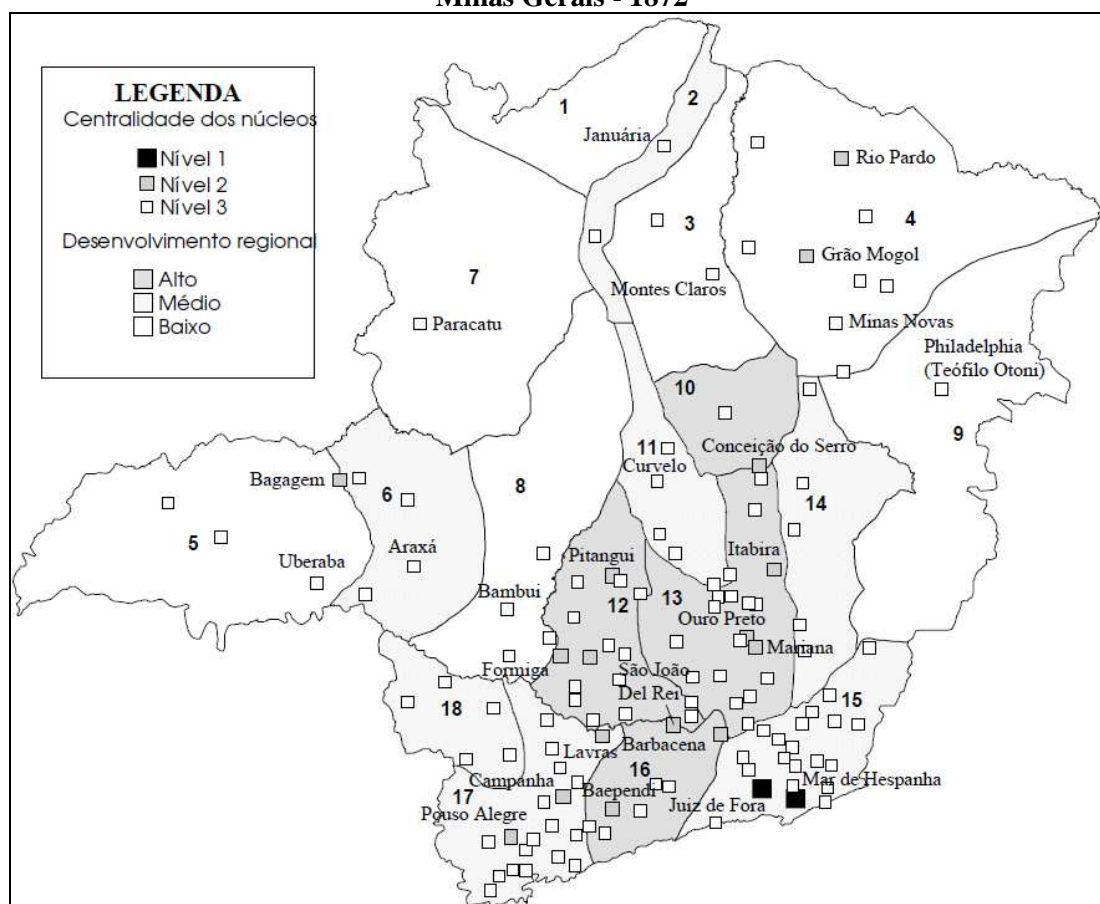


Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Centralidade: **Nível 1:** Ouro Preto e Serro; **Nível 2:** Itabira do Mato Dentro, Vila de Campanha, Mariana, Santa Luzia, Diamantina, Barbacena, Caeté, S. João del Rei; **Nível 3:** Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, Brumado, São Gonçalo, Santana do Sapucaí, Passagem, Guarapiranga, Furquim, Catas Altas, Grão Mogol, Minas Novas, Cachoeira do Campo, Araxá, Januária, Brumado, Queluz, Matosinhos, Dolores da Boa Esperança, Cláudio, Prados, Vila de São José (Tiradentes), Bom Sucesso, Oliveira, Bambuí, Formiga, Espírito Santo, Nossa Senhora do Socorro, Mutuca, Desterro do Mello, Santa Rita da Meia Pataca, Nossa Senhora de Oliveira, São Sebastião, Nossa Senhora da Saúde, Itatiaia, Dolores do Campo Formoso, Santana da Barra do Rio do Espírito, Coromandel, Buritis, Nossa Senhora da Abadia, Itaverava, Santana de Traíras, Santo Antônio da Mouraria, Santíssimo Coração de Jesus, Morro da Garça, São Sebastião do Itatiaia, Perdões, Carmo do Japão, Santo Antônio Abaixo; **Nível 4:** nível mais baixo de centralidade, composto pelos demais 177 distritos pesquisados, não visualizados no mapa.

Fonte: MELLO FILHO, Marcelo S. B. de; SANTOS JÚNIOR, José M. dos; RODARTE, Mario M. S. Nem desconcentração espacial, nem ruralização: o processo de ocupação demográfica, na Província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870. In: *XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina-MG. Anais, 2006, p.5.

**Mapa 15: Regionalização, níveis de desenvolvimento de 1830 e centralidade urbana
Minas Gerais - 1872**



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Centralidade: **Nível 1** - Juiz de Fora e Mar de Espanha; **Nível 2:** Ouro Preto; São João del Rei; Barbacena; Baependi; Itabira; Mariana; Conceição do Serro; Grão Mogol; Formiga; Lavras; Rio Pardo; Tamanduá; Campanha; Pitangui; Pouso Alegre; Bagagem; **Nível 3:** Queluz; Sabará; Dolores da Boa Esperança; Conceição do Pouso Alto; Sto. Ant. de Arassuahy; Ponte Nova; Paracatu; São Romão; Contendas; Santa Luzia; Curvelo; Uberaba; Três Pontas; São Miguel do Pombo; Leopoldina; Ubá; Bom Fim; Piranga; Santana dos Ferros; Taboleiro Grande; Salinas; Santana do Onça do Rio de São João; Sete Lagoas; Prados; Presídio; Brumado de Suassuhy; Piedade do Pará; Santa Bárbara; Cocais; Congonhas do Sabará; Carmo do Pouso Alto; São Gonçalo da Campanha; Campo Belo; Arcos; Oliveira; Cláudio; Sta. Rita de Sapucaí; Carmo da Borda da Mata; Santana de Capivari; Perdões; Espírito Santo do Pombo; N. Sra. da Piedade; Div. Esp. Sto. do Mar de Espanha; São João Nepomuceno; Aflitos; Sr. dos Passos do Rio Preto; São José do Tijuco; São João da Chapada; Carmo do Rio Claro; São Seb. do Paraíso; Lagoa Dourada; São José do Rio Preto; Bom Despacho; Madre de Deus do Angú; Além Parahyba; Chapéu d'Uvas; Rio Novo; Montes Claros; São Bartolomeu; Capela Nova; Piedade da Boa Esperança; Saúde; Dolores de Indaiá; Santa Margarida; Caeté; Taquarussu; Santo Antônio do Rio do Peixe; São Miguel e Almas; Minas Novas; Capelinha; Philadelphia; Brejo do Salgado; Carmo da Bagagem; Patrocínio; Varginha; Cristina; Santa Catarina; Três Corações; Alfenas; Piumhy; Cabo Verde; N. Sra. do Desterro; Candeas; Bambuí; São José do Paraíso; São João Batista da Cachoeira; Carmo do Cambuí; Itajubá; Soledade de Itajubá; Santa Rita de Boa Vista; Bom Sucesso; João Gomes; Porto do Turvo; São Vicente Férrer; Mercês do Pombo; Sacramento; Sto. Ant. do Monte; Carmo do Prata; Papagaio; São João Batista; Arassuahy; Muriaé; Dolores da Vitória; Ribeirão Vermelho; Brejo das Almas; Januária; Araxá; Aiuruoca; Jaguarí; Conceição do Mato Dentro; Passos; **Nível 4:** nível mais baixo de centralidade, composto pelas demais 225 paróquias pesquisadas, não visualizadas no mapa.

Fonte: MELLO FILHO, Marcelo S. B. de; SANTOS JÚNIOR, José M. dos; RODARTE, Mario M. S. Nem desconcentração espacial, nem ruralização: o processo de ocupação demográfica, na Província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870. In: *XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina-MG. Anais, 2006, p.6.

O mapa de centralidade urbana, desenvolvido a partir da pesquisa de Rodarte poderia servir de base para a identificação dos “locais centrais” de cada região, com a observação de que as balizas cronológicas da pesquisa se limitam à década de 1880, portanto posterior ao modelo apresentado, que levou em consideração os dados do censo de 1872. Entretanto, cabe dizer que a presente pesquisa não se limitou a tais espaços, tomando-os apenas como importante referência regional.

A inexistência de um conjunto de dados da mesma magnitude do recenseamento de 1872 para a década seguinte se impõe como um desafio. Nesse sentido, foi pensada a possibilidade de aliar os dados ocupacionais do censo de 1872, que deram origem ao modelo de centralidade urbana de Rodarte, com outros de natureza diversa, disponíveis para a década de 1880 e que possuem um caráter central dentro da pesquisa.

Levando em consideração o papel central desempenhado pela imprensa na campanha abolicionista e o fato de que sua presença nos centros urbanos do Brasil imperial era cada vez mais requisitada, tendo sido vista como verdadeiro símbolo de progresso e modernidade recorri ao levantamento feito por José Pedro Xavier da Veiga e publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro para verificar os centros urbanos mineiros que possuíam a maior concentração de jornais entre os anos de 1880 e 1888, balizas temporais adotadas na pesquisa.¹⁰¹ Acredito que tal expediente é perfeitamente aliável aos parâmetros utilizados por Rodarte a partir do censo de 1872 (categorias profissionais e serviços especializados), permitindo assim pensarmos nos periódicos como indícios de centralidade urbana. Não custa dizer que a fundação e impressão de um jornal no século XIX era algo extremamente custoso, além de demandar o emprego de mão de obra especializada, fatores que muitas vezes determinaram o caráter efêmero da maioria dos periódicos. O resultado do levantamento feito pode ser observado pela tabela abaixo, na qual foi aplicada a regionalização proposta por Mônica Oliveira:

¹⁰¹ VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 3, p. 119-249, jan./mar., 1898.

Quadro 4: Centros urbanos com maior concentração de jornais entre os anos de 1880 e 1888.

Região	Cidade	Nº de jornais 1880	Nº de jornais Séc. XIX
Metalúrgica-Mantiqueira	Ouro Preto	35	163
Mata	Juiz de Fora	20	55
Triângulo	Uberaba	20	56
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	Diamantina	13	45
Vertentes	São João Del Rei	11	41
Sul	São José do Paraíso (Paraisópolis)	11	19
	Campanha	09	33
Oeste	Pitangui	11	17
Alto Parnaíba	Bagagem (Estrela do Sul)	05	10
São Francisco-Montes Claros	Montes Claros	2	4
Paracatu	Paracatu	1	5

Fonte: VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. Op. Cit.

O resultado exposto na tabela apresenta certa similaridade à centralidade urbana exposta por Rodarte ao repetir algumas das urbes indicadas entre as de maior centralidade em sua respectiva região, com a diferença que, ao contrário do exposto no mapa 17, as regiões central ou metalúrgica, representada pela capital Ouro Preto, lidera o *ranking* da edição de jornais, seguida pela zona da mata, representada por Juiz de Fora e do triângulo, representado por Uberaba. Contudo, surpreendeu o fato do município sul-mineiro de São José do Paraíso (atual Paraisópolis) ter se apresentado com o número de 11 periódicos, número superior àquele apresentado por Campanha, cidade que se firmou ao longo do XIX como “capital” do sul das Gerais, tendo papel decisivo no universo político da região e mesmo da província. Não obstante, no modelo de centralidade construído a partir do censo de 1872, Campanha aparece como sendo de nível 2, estando assim atrás apenas de Juiz de Fora e Mar de Hespanha que detinham o nível de centralidade mais alto.

Com a intenção de solucionar esse impasse regional, lancei mão dos Relatórios de Presidente de Província de Minas, onde constam dados relativos à população escrava nos anos de 1882, 1884 e 1887, a fim de verificar o peso da escravidão especialmente nos dois municípios sul mineiros. Para fins de comparação também foram utilizados os dados constantes do censo de 1872.

Quadro 5: População escrava nos centros urbanos com maior número de jornais editados na década de 1880.

Região	Cidade	Nº escravos			
		1872	1882	1884	1887
Metalúrgica-Mantiqueira	Ouro Preto	5632	2756	2455	1986
Mata	Juiz de Fora	14868	20713	21582	20905
Triângulo	Uberaba	8302	3611	3111	3005
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	Diamantina	2086	7510	6849	5969
Vertentes	São João Del Rei	8092	6697	3795	3715
Sul	São José do Paraíso (Paraisópolis)	-	2180	1804	1641
	Campanha	6750	5333	5392	4623
Oeste	Pitangui	6590	5007	3101	2961
Alto Parnaíba	Bagagem (Estrela do Sul)	2963	2963	2475	2192
São Francisco-Montes Claros	Montes Claros	4046	3657	3193	3210
Paracatu	Paracatu	2638	1714	1587	1548

Fonte: Recenseamento Imperial de 1872 e Relatórios de Presidente de Província de Minas Gerais.

Os dados sobre a população escrava podem indicar a maior importância da cidade de Campanha se comparada a São José do Paraíso. Não obstante, Campanha ocupava ainda o posto de sede distrito eleitoral, o que pode confirmar o grau de importância desta urbe em relação a São José do Paraíso.¹⁰² A escolha não se faz sem risco.

Mais uma vez, é necessário ressaltar que os lugares centrais não têm aqui uma rígida função limitadora, mas tão somente referencial. O delineamento dos espaços regionais engloba a identificação de seus pólos articuladores, sendo que muitas vezes são eles os responsáveis pelo desenho de um primeiro esboço da imagem de cada região, possibilitando-nos a visualização de suas particularidades dentro da diversidade mineira, não valendo para o estudo dos indícios apresentados pelas fontes analisadas nesta pesquisa (imprensa, correspondência policial, entre outras). A fluidez das fronteiras pode revelar interações muitas vezes invisíveis nos espaços excessivamente esquadrihados. Assim como o próprio espaço, o lugar central deve ser entendido como um campo dinâmico, em constante transformação, determinada pela ação daqueles que lhe habitam. Serão entendidos como componentes essenciais para a configuração do espaço regional e de sua identidade, justamente por serem pontos de irradiação e atração econômica, política e cultural. Contudo, assim como a divisão regional adotada, a escolha dos lugares centrais é uma entre tantas outras possíveis para o vasto território mineiro cujas “mil faces” ainda estão por ser plenamente desvendadas.

¹⁰² SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Minas Gerais*. Op. cit., p.285

Capítulo 2 – O último sopro de uma instituição agonizante: escravidão, abolicionismos e múltiplas visões da liberdade na imprensa mineira.

*Salve, Imprensa, nobre invento,
Espada da inteligência!
Salve, archote luminoso,
Do progresso e da ciência!*

*Hino à Imprensa
Bernardo Guimarães¹*

2.1 - Imprensa: espada da civilização e do progresso nos anos finais da escravidão

Os versos do conhecido autor de *A Escrava Isaura*, o mineiro Bernardo Guimarães, publicados em uma edição do *O Trabalho*, jornal abolicionista que circulou em Ouro Preto no ano de 1883, refletem bem a imagem que os letrados brasileiros de fins do oitocentos tinham a respeito da imprensa e, porque não, de si mesmos. A imprensa era vista como uma verdadeira arma na luta pela transformação da jovem nação tropical que era o Brasil, ainda tomada de graves mazelas que a afastavam das “luzes do século”, da ciência, do progresso e da civilização. Os homens de letras do Império eram então os grandes responsáveis (se não os únicos em sua própria concepção) por empunhar aquela “espada da inteligência”, através da qual ceifariam as mazelas que degradavam a nação, sendo a principal delas, sem dúvida, o “cancro roedor” da escravidão.

Foi sob o signo da revolução e da expansão dos princípios liberais de fins do século XVIII que a invenção de Johannes Guttenberg se estabeleceu definitivamente, não como mero repositório de imagens da realidade, mas como o veículo através do qual determinada visão de mundo elaborada por grupos sociais ou instituições poderia ser disseminada. A imprensa se apresentou como um dos mais eficazes instrumentos de propagação de ideias e leituras particulares sobre a realidade, com variadas finalidades, fosse como mecanismo de salvaguarda do *establishment* ou, ao contrário, como arma contra ele, a exemplo do que ocorreu na França revolucionária.²

Como explica o historiador norte-americano Robert Darnton, quando corremos os olhos sobre as notícias estampadas em um jornal não travamos contato com a descrição dos fatos da forma como ocorreram, mas sim com uma interpretação de alguém sobre o ocorrido.³ Entretanto, mesmo estando longe de ser um espelho da realidade, as palavras impressas nos

¹ O TRABALHO. Ouro Preto, 24 de fevereiro de 1883. Biblioteca Nacional.

² DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.16.

³ Idem, ibidem, p.18.

jornais nos permitem uma aproximação com um determinado contexto histórico, com os argumentos que alimentavam as discussões mais candentes, com as principais polêmicas ventiladas pela imprensa como *locus* privilegiado na formação da opinião pública. As informações publicadas nos jornais devem ser encaradas “como uma das maneiras como segmentos localizados e relevantes da sociedade produziram, refletiram e representavam percepções e valores da época”.⁴ Não obstante, os jornais não podem ser vistos apenas meros instrumentos de dominação ideológica exercida pela elite letrada, mas como “parte de um movimento dialético com o contexto sócio-histórico”.⁵

Muitas vezes, o processo de “criação” da notícia leva em conta sua correspondência com as concepções culturais diretamente relacionadas ao receptor da informação, ou seja, o texto é moldado de acordo com os estereótipos ou percepções prévias da realidade com as quais lida o público leitor.⁶ No caso, o produtor da notícia deve conhecer seu público, entender quais são suas expectativas diante do texto, qual argumento lhe será mais palatável, qual estilo de construção textual mais lhe agradará etc.

Concordando com a perspectiva utilizada por Darnton, Andréa Santos Pessanha, reafirma a existência de um franco diálogo entre os jornais e seus leitores. A linha editorial de um determinado periódico criava expectativas em seu público, firmando então “um tipo de pacto implícito com o leitor”.⁷ Segundo a autora, o jornalismo não se limita a noticiar o fato, os jornais reconstroem o acontecido, tecendo expectativas e opiniões próprias a partir de uma visão específica. Dessa forma, a imprensa acaba por (re)produzir o fato ao influenciar na constituição de uma opinião em torno dele.⁸

Por trás da confecção de um jornal encontra-se um emaranhado de teias sociais que envolvem seus proprietários e redatores, cujas filiações políticas, ideológicas e mesmo relacionais, se refletem nos textos publicados. Portanto, é preciso pensar as teias que envolvem o jornal para além das mais visíveis, pensando “nos laços mais finos que o amarram

⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.17.

⁵ PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006, p.29. A perspectiva contrária, que indica a imprensa como um mero mecanismo de controle ideológico do poder constituído, pode ser encontrada em: ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. 2ª edição. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução crítica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

⁶ DARNTON, Robert. Op. cit., pp.92 e 96.

⁷ PESSANHA, Andréa Santos da Silva. Op. cit., p.30.

⁸ Idem, ibidem, p.32.

e posicionam”. É necessário pensar o impresso como um documento histórico, “enlaçado nas relações de poder da sociedade que o produz”.⁹

Humberto Fernandes Machado também destaca como a própria composição das notícias e sua localização nas páginas dos jornais reflete as escolhas e ou estratégias engendradas pelos “jornalistas”, na medida em que determinadas informações poderiam ser destacadas ou relegadas aos cantos obscuros da “folha”, dependendo do grau de simpatia dos seus proprietários e redatores.¹⁰ Ainda segundo o autor,

A manipulação da informação, ou a sua omissão, vincula-se, muitas vezes, às posturas dos colaboradores ou, ainda, às expectativas do público leitor. As matérias se prestam a uma série de interpretações e devemos tomar, portanto, um cuidado minucioso para não superestimá-las, ou subestima-las, transformando-as em verdades absolutas.

Consequentemente, devemos encarar esta fonte com bastante cautela, pois os escritos dos jornalistas buscam influenciar os leitores de várias maneiras, de acordo, inclusive, com a sua posição política. Não esperemos encontrar isenção e imparcialidade por parte dos articulistas.¹¹

Essas estratégias são especialmente interessantes para compreendermos o jogo retórico que existia na imprensa brasileira da segunda metade do século XIX, época em que “os letrados lutavam por suas ideias e grupos, pela sobrevivência ou morte na cena da literatura e do jornalismo”.¹² Trata-se de um jogo de retórica, a arte do convencimento como entendia Aristóteles, onde o conhecimento prévio e domínio do “auditório” ao qual eram dirigidas as palavras, além, claro, da autoridade embutida na figura do autor, eram de vital importância. Como afirma José Murilo de Carvalho, “auditórios diferentes exigem argumentos e estilos diferentes. Cada auditório terá seus valores, cada época terá seus auditórios”.¹³ Funciona quase como um jogo de xadrez, onde cada movimento é cuidadosamente estudado a fim de ganhar terreno no “campo” do adversário, que, obviamente, responderá de sua parte, defendendo ou atacando.

Nos anos imediatamente posteriores à independência, momento em que a ainda incipiente e efêmera imprensa brasileira se viu livre da dura vigilância da censura portuguesa,

⁹ GOODWIN JÚNIOR, James William. *Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, pp.14-15.

¹⁰ MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados. A imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991, p.19.

¹¹ Idem, ibidem, p.21.

¹² VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p.13.

¹³ CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi-Revista de História*, 1 (2000), p.138.

as estratégias utilizadas no jogo retórico eram ainda mais claras e violentas. Os panfletos e os jornais publicados na década de 1820 apresentavam verdadeiras guerras de autores que “cuspiam marimbondos”, onde a regra era a utilização do *argumentum ad personam*, ou seja, a desqualificação direta do adversário, sua completa desmoralização.¹⁴ Apesar de aparentar algo muito pouco civilizado, José Murilo de Carvalho nos esclarece que mesmo a agressão pessoal e direta fazia parte de um estilo específico de argumentação fundado na concepção retórica proveniente da reforma pombalina operada no ensino das universidades portuguesas, onde era “clara a exigência de virtude do orador como garantia da capacidade suasória do argumento. No gênero retórico deliberativo, sobretudo, que é o que se aplica ao debate político, não se pode dizer ‘façam o que eu digo, não o que eu faço’”.¹⁵

Voltando a pensar no contexto da segunda metade do século XIX, podemos elucubrar que a imprensa estaria no centro da disputa daquilo que Pierre Bourdieu chamou de poder simbólico, ou seja, a capacidade que determinado grupo social tem de criar, gerenciar e alimentar um sistema simbólico cujo objetivo é a legitimação de ideias ou mesmo do poder constituído. Os jornais teriam um papel central na construção dos sistemas simbólicos, entendidos como instrumentos de conhecimento e comunicação responsáveis pela legitimação da dominação existente. Dessa forma, os jornais auxiliariam o processo de naturalização e dissimulação do poder simbólico de forma que ele se torne imperceptível àqueles a ele submetidos, algo essencial, já que o poder simbólico só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles sujeitos a ele, além dos que o exercem.¹⁶

A incorporação de determinados valores pelos indivíduos é essencial dentro do processo de legitimação do poder simbólico. A ação das estruturas sociais sobre os indivíduos se dá de dentro para fora, ou seja, primeiramente a partir do círculo familiar ou da classe social onde incorporam uma série valores e regras que conduziriam sua ação. Grosso modo, esse conjunto de valores transmitidos pelo grupo no qual um indivíduo se encontra inserido é o chamado *habitus*. O *habitus* seria uma matriz geradora de comportamentos, visões de mundo ou sistemas de classificação da realidade incorporados pelos indivíduos. Nas palavras

¹⁴ LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821 –1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Ainda sobre o papel da imprensa no processo de independência veja, entre outros: RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Faperj/Revan, 2003; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: HUCITEC, 2005; GALVES, Marcelo Cheche. “Ao público sincero e imparcial”: *Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: PPGH-UFF, 2010.

¹⁵ CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil. Op. cit., p.140.

¹⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, p.08.

de Bourdieu, “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital”.¹⁷ Contudo, a estrutura social representada pelo *habitus* nortearia as ações dos indivíduos, mas a incorporação não se daria de forma totalmente mecânica, podendo sofrer assim algumas alterações operadas pelo próprio indivíduo que pode modificar seu *habitus* e assim, inclusive, se mover entre diferentes grupos sociais.

Outro conceito central na obra de Bourdieu é o *campo*. Complementar ao conceito de *habitus*, o *campo* consiste no espaço em que ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais, ou seja, é o *locus* privilegiado da construção do poder simbólico. Esse espaço é permeado pelas disputas entre os atores sociais que o compõe e lutam pela hegemonia interna, utilizando o poder e a violência simbólica para legitimar seus discursos. Cabe pensar também que a disputa pelo controle do *consensus*, a luta simbólica, é travada por “especialistas na produção simbólica (produtores a tempo inteiro)”, que atuam dentro de cada *campo*, como os jornalistas. No caso, esses especialistas concorrem não só pelo monopólio de produção simbólica em campos específicos (religioso, artístico, cultural etc.), mas também por posições dentro do grupo.¹⁸

Esse processo de legitimação da dominação se constitui como uma violência simbólica, cujo “público alvo” sofre a com desqualificação de sua cultura, incapaz de perceber o caráter arbitrário e impositivo da “cultura legítima”. O exercício da violência simbólica pode ser visualizado, por exemplo, nos artigos publicados na imprensa brasileira cujo mote era a transmissão de conjuntos de valores tidos à época como universais e adequados, bem como outros que tinham como preocupação a ordenação e o enquadramento social, especialmente da população negra e escrava, através da disseminação de um discurso que apontava para as “deficiências morais” e inaptidão do trabalho dessa parcela da população. Nesse sentido, a elite letrada intentava impor sua visão de mundo e guiar os processos sociais em curso, se esforçando para legitimar sua dominação, seja ela econômica, política ou cultural, além de cristalizar seus valores e fazer com que estes fossem completamente absorvidos pelo grosso da população. Contudo, é evidente que esse não é um processo mecânico, cujas engrenagens funcionam perfeitamente.

Mesmo com os sistemas simbólicos trabalhando a todo vapor a fim de dissimular a dominação existente e naturalizá-la, há a possibilidade de os indivíduos se moverem de forma independente, absorvendo o *habitus* transmitido à sua maneira, o que pode determinar o rumo de sua trajetória pessoal, possibilitando a inserção em um grupo social ou *campo*. Não

¹⁷ Idem, *ibidem*, p.61.

¹⁸ Idem, *ibidem*, pp.11-12.

obstante, não podemos perder de vista as disputas internas dentro de cada *campo* existente no universo das elites intelectual e política, no caso, a base do movimento abolicionista.

O surgimento e proliferação de jornais e panfletos políticos acabaram por inaugurar uma nova dimensão da “esfera pública”, para além dos espaços privados, primeiros locais de mobilização política.¹⁹ O conceito de “esfera pública” ou “opinião pública” é extremamente polissêmico, tendo sido definido pelo filósofo Jürgen Habermas como um espaço através do qual seria possível aos agentes sociais construir e manifestar em público (pela expressão oral ou escrita) uma opinião sobre assuntos de interesse geral, antes restrita à esfera privada.²⁰ Dentre as várias possibilidades de conceituação, Marco Morel definiu a “opinião pública” como uma “operação simbólica de transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral”²¹, observando ainda que o termo/conceito implica a “existência de um público que pode ser, ao mesmo tempo, receptor ou criador dessa opinião”.²²

Desde 1871, quando o governo Imperial, através do gabinete Rio Branco, resolveu interferir decisivamente nos negócios concernentes à questão da liberdade, ao promulgar a chamada lei do ventre livre, que o problema da “organização do trabalho” virou ponto de pauta obrigatório nas páginas da imprensa ou mesmo nas rodas de conversa de todo Império.²³

As mudanças iniciadas na década de 1870, sobretudo as diretamente relacionadas às reformas de Rio Branco, tiveram, entre outras consequências, o adensamento da vida urbana do país e a crescente presença de grupos letrados que não haviam nascido em berço senhorial. Politicamente marginalizados e cada vez mais longe dos cobiçados e já escassos cargos públicos, antigo “anel protetor do poder e de suas ordens”²⁴, a chamada “geração de 1870”

¹⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Op. cit. Sobre a história da imprensa no Brasil veja: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

²⁰ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2. ed. Trad.: Flávio R. Kothe. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003, pp.42-74. Ver também: BURKE, Peter. A comunicação na História. In: RIBEIRO, Ana Paula Goular; HERSCHMANN, Micael (orgs.). *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X; Globo Universidade, 2008, p.64.

²¹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Op. cit., p.200.

²² MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp.33-34.

²³ Uma interessante análise do contexto e processo de discussão da Lei do Ventre Livre pode ser encontrada em: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²⁴ Ao refletir sobre o universo intelectual latino-americano, o crítico literário uruguaio Angel Rama apontou para o papel central do círculo letrado no processo de ordenamento do espaço urbano e na salvaguarda do poder. RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.43.

foi a principal emissora dos clamores por novas mudanças, um “bando de ideias novas” que teria na imprensa seu principal “palanque”.²⁵

A década de 1880, aquela através da qual a escravidão deu seus últimos e dramáticos passos, depois de séculos de longa e intensa vigência no Brasil, representou um verdadeiro desafio aos homens da “ilha de letrados”.²⁶ Sua espada, sua arma na luta pela construção de uma nação ideal, foi manejada das mais diversas maneiras, tanto na luta contra a escravidão, quanto a favor de sua continuidade. Ora com golpes brandos, ora com outros mais contundentes, os homens de letras desferiram palavras que visavam indicar à nação aquele que acreditavam ser o melhor caminho a se seguir na senda da civilização.

Nos derradeiros anos de existência da escravidão no Brasil, o número de jornais cresceu a olhos vistos, beneficiados não apenas pela modernização técnica que barateou os custos de sua produção, mas também da ampliação de um público leitor que passava a ter contato com as ideias ventiladas pelos grupos contestadores.²⁷ Como destacou Ângela Alonso, formava-se naquele momento “um pequeno espaço público, no qual o movimento intelectual desenvolveu seu proselitismo e sua *performance*”.²⁸ O espaço dos jornais passou a ser encarado como *locus* alternativo de contestação por parte da “geração de 1870”, em contraposição ao espaço formal da política no Império. A partir da imprensa se delinearam novas formas de ação política, de associação e manifestação pública, que logo não figurariam apenas em suas páginas.²⁹

Essa nova imprensa chacoalhou o debate sobre as reformas. Com um corpo de redatores marginalizados em relação às instituições imperiais, tornou-se uma alternativa de visibilidade e um espaço de enunciação coletiva de críticas, projetos e reivindicações. Esta situação de independência política somada à orientação do repertório científico do fim do século deu a esses jornais um caráter inovador.³⁰

Uma nova imprensa floresceu, sobretudo, a partir da década de 1880, carregada de crítica ao *status quo* imperial, se constituiu como *locus* privilegiado das ideias antiescravistas,

²⁵ A “geração de 1870” foi definida por Ângela Alonso como um movimento político-intelectual de caráter reformista, responsável por tenaz (e diversa) crítica intelectual e ação política contestatória em relação à estrutura de poder vigente no Brasil em fins do século XIX. ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp.21-49. Ver também: VENTURA, Roberto. Op. cit.

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.65.

²⁷ ALONSO, Ângela. Op. cit., p.265. Sobre avanço da imprensa brasileira durante a década de 1880 veja também: BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, pp.117-140.

²⁸ Idem, ibidem.

²⁹ Idem, ibidem, p.275.

³⁰ Idem, ibidem, p.279.

mas não apenas delas. Como afirma Lilia Schwarcz, era patente a forma como “a partir da década de 1880 o abolicionismo tomou as ruas e os jornais da época, assim como ficaram evidentes as falácias dessa sociedade escravocrata, que mantinha um discurso liberal como fachada”.³¹ Não faltaram homens de letras que se colocassem como verdadeiros arautos da civilização ditando, a partir das tribunas parlamentares e dos periódicos, os ensinamentos necessários para a resolução da “questão do dia”.

A favor da abolição, articulistas como José do Patrocínio, povoaram as páginas dos jornais com argumentos cuja finalidade era “sensibilizar os oponentes eventuais e acidentais para a justiça de suas propostas sobre o fim do cativeiro”.³² Para outro importante propagandista da abolição, Joaquim Nabuco, convencer a opinião pública da real necessidade de se abolir a escravidão era algo mais que urgente, pois, dessa forma, os focos de resistência à campanha pela abolição poderiam ser mais facilmente neutralizados, além de influenciar as ações do próprio governo imperial a favor da liberdade.³³ Entretanto, não se pode ignorar o fato de que os jornais do período, mesmo os declaradamente abolicionistas (que existiam em menor número), também traziam em suas páginas visões extremamente preconceituosas e distorcidas em relação aos negros, rotulados repetidas vezes como “preguiçosos”, “malandros”, “sujos” ou “perigosos”.³⁴ Uma supervalorização do papel da imprensa no combate ao escravismo pode acabar por esconder os paradoxos e contradições presentes nos “próprios veículos abolicionistas, que, afinal, pertenciam a uma sociedade escravista”.³⁵ Os jornais expressavam os embates existentes naquela sociedade de fins do oitocentos, “agindo como reprodutores e criadores desses movimentos”.³⁶

A disputa pela “legitimidade das palavras” estava a todo vapor na década de 1880, pensando especialmente nas discussões acerca do fim da escravidão estampadas na imprensa. Indivíduos que compunham o mesmo *campo* disputavam não só a hegemonia dentro do grupo, mas também a legitimidade de suas ideias. Seria o caso, por exemplo, dos debates entre militantes abolicionistas e defensores da escravidão (ou entre os próprios abolicionistas), que povoaram com fartura as páginas os jornais do Segundo Reinado. Cabe pensar como os

³¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. In: SANTOS, Flávio Gomes dos; CUNHA, Olívia. (Org.). *Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p.24.

³² MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa abolicionista e censura no Império do Brasil. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia C. P. de Brito (org.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008, p.250.

³³ Idem. Joaquim Nabuco: Paternalismo e Reformismo na Campanha Abolicionista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a.161, n. 406, jan./mar. 2000, pp.46-47.

³⁴ Idem. *Palavras e brados*. Op. cit., p.19.

³⁵ MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro. Op. cit., p.88.

³⁶ Idem, *ibidem*, p.89.

integrantes do *campo intelectual* construíram uma disputa simbólica fundada muitas vezes na suposta autoridade de seu discurso. Muitas vezes, os integrantes do *campo* lançavam mão de diferentes estratégias a fim de legitimar suas ideias, como a utilização de figuras retóricas, tais como referências a textos clássicos, o que poderia emprestar maior legitimidade ao discurso e assim representar um passo à frente do jogo da “arte do convencimento”. Trocando em miúdos, a forma como o discurso era produzido - e esse ainda é um exemplo específico do *campo intelectual* -, poderia emprestar mais legitimidade, não só à ideia apresentada, mas também à figura do próprio autor diante de seus receptores.

Tendo se atido a princípio às paredes dos salões da camarilha política do Império, o discurso abolicionista logo chegou com toda força às páginas da imprensa que se apresentou como um dos *loci* privilegiados do debate político e social em torno do tema da abolição. Os jornais serviram de palco para que os múltiplos discursos sobre o processo de extinção da escravidão, bem como a ação dos diversos atores sociais envolvidos neste processo histórico, fossem visualizados em suas variadas formas, contudo, o proscênio se estendia também para fora de suas páginas. Além da imprensa outras “frentes de combate” passaram a ser utilizadas pelos abolicionistas, onde, muitas vezes sem aprovação dos “espíritos mais serenos”, se colocaram frente a frente com os personagens mais interessados na conquista da liberdade.³⁷

Ao lado dos jornais, os abolicionistas também realizaram sua militância através da organização de sociedades e clubes, através dos quais, aos poucos, a propaganda passava a se aproximar de espaços públicos mais plurais, para além dos salões imperiais. A *British and Foreign Anti-slavery Society*, cuja ação foi decisiva na luta contra a escravidão no “velho mundo”,³⁸ serviu de inspiração para a fundação da primeira instituição do gênero no Brasil, a *Sociedade Brasileira contra a Escravidão*, organizada por figuras como Joaquim Nabuco, André Rebouças, João Clapp, José do Patrocínio, entre outros, em setembro de 1880.³⁹ Mesmo a Sociedade tendo como sua ferramenta primeira *O Abolicionista*, órgão de imprensa oficial da entidade, sua experiência foi fundamental para a organização das primeiras conferências abolicionistas no país, protagonizadas pelas mesmas personalidades que encabeçavam a lista de fundadores. Saltando da imprensa e do ainda mais limitado espaço do

³⁷ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. 2 ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2010.

³⁸ CARVALHO, José Murilo. *Escravidão e Razão Nacional*. In: _____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, pp.36-37.

³⁹ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, pp.172-173.

parlamento e câmaras para os salões e teatros da Corte Imperial, a propaganda abolicionista estava a um passo de alcançar as ruas.⁴⁰

A “ilha de letrados” que da imprensa batalhava para mudar o país, foi obrigada a lidar, além da já tão melindrosa questão da abolição, com as ações muitas vezes perpetradas por aqueles que compunham o “mar de analfabetos” que compunham o grosso da população. A preocupação com a preservação da ordem pública, da economia e da hierarquia social foi presença constante nos periódicos editados Império a fora, sendo redigidos inclusive por muitos dos militantes da abolição, e não era para menos. As ruas finalmente haviam ganhado *status* de palco para as reivindicações dos diversos grupos sociais, sobretudo daqueles que se encontravam alijados das tribunas do poder, o que representou um verdadeiro desafio para aqueles que temiam pela desestabilização da nação e pretendiam trilhar um caminho tido como mais estável até a tão sonhada civilização.⁴¹

A rua foi ressignificada. Adquiriu um sinal positivo como o espaço do uso público da razão – da crítica, nos termos da época – e como o lugar da verdadeira representação popular. A rua passou a disputar, e vantajosamente no final da década, com o Parlamento o *locus* do fazer político, num claro avanço do conteúdo republicano que a experiência do Primeiro Reinado e da Regência hesitou em assumir.⁴²

O avanço da campanha abolicionista contou com o incremento da participação popular, não apenas nos já apinhados centros urbanos, onde a chamada “arraia miúda” passava a se colocar também como protagonista, colaborando para a quebra de uma cultura política que se mantinha circunscrita aos herméticos salões da elite imperial e, portanto, distante dos personagens que circulavam pelas ruas e senzalas do país.⁴³

É evidente que muitos dos que se auto-intitulavam “arautos da liberdade” se encerraram nos salões e temeram as consequências da agitação que se fazia tanto no ambiente urbano quanto no rural, sobretudo por parte dos escravos, que na reta final do caminho para a abolição manifestaram sua resistência de forma mais contundente, tendo como exemplo as fugas em massa. O tom contemporizador tão comum em muitos periódicos, reflexo da “preocupação com o desmantelamento do aparelho produtivo e uma convulsão social”,

⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. Introdução: Com o coração nos lábios. In: PATROCÍNIO, José do. *Campanha abolicionista: coletânea de artigos*. Introdução: José Murilo de Carvalho; notas: Marcus Venício T. Ribeiro. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1996, p.11.

⁴¹ ALONSO, Ângela. Op. cit., p.283.

⁴² MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/Anpuh, 2007, p.29.

⁴³ MACHADO, Maria Helena P. Op. cit., p.147.

fantasma que atormentava senhores escravistas desde a grande revolta da ilha de São Domingos (Haiti),⁴⁴ não foi a única faceta do movimento abolicionista.

Pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas têm demonstrado que o movimento abolicionista adquiriu uma nova face na medida em que ganhava as ruas e se aproximava da população, proporcionando a construção de projetos e atuações muito diversas.⁴⁵ Matizando a ação abolicionista em São Paulo, nos anos finais do regime escravista, Maria Helena Machado, por exemplo, percebeu as interações entre a chamada “*arraia miúda*” e os vários grupos abolicionistas, tendo como resultado a mescla de ideias de natureza bem diversa. Império a fora, os discursos estampados nos jornais ou pronunciados nos *meetings*⁴⁶ e demais manifestações de rua organizadas pelos abolicionistas, chamavam a atenção dos setores populares dos centros citadinos que, mesmo de forma turbulenta e desorganizada, sentiam-se atraídos pelas palavras que ecoavam pelas ruas.⁴⁷ Contudo, não há como negligenciar a importância da imprensa (mesmo com suas contradições e paradoxos) como um dos principais instrumentos de propaganda na campanha pelo fim da escravidão.

Mesmo ilhadas no meio do “mar de analfabetos” que compunha a sociedade brasileira de fins do século XIX, as informações veiculadas pela imprensa poderiam reverberar até os ouvidos da maior parte da população que não dominava a linguagem escrita.⁴⁸ A introdução e o avanço da cultura impressa não eliminaram o espaço das representações orais que se faziam presentes “desde a recitação de poesias ao pronunciamento de discursos políticos”,⁴⁹ o que possibilitava que um público ouvinte, formado por analfabetos, tomasse ciência daquilo que era publicado na imprensa através do burburinho das ruas, podendo, inclusive, elaborar sua própria interpretação sobre os fatos noticiados, imprimindo neles novos significados.⁵⁰

Há fortes indícios de que o impacto da imprensa foi decisivo no Império brasileiro, passando a atingir um número cada vez maior de pessoas, mesmo que a

⁴⁴ MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados*. Op. cit., p.13.

⁴⁵ MACHADO, Maria Helena P. Op. cit.; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. Op. cit.; SANTOS, Cláudia Andrade dos. *Projetos sociais abolicionistas*. Op. Cit.; CASTILHO, Celso Thomaz. *Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*. A dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in History in the Graduate Division of the University of California, Berkeley. Berkeley: University of California, 2008.

⁴⁶ Tipo de reunião/expressão pública difundida a partir da Inglaterra. Segundo Ângela Alonso, o advento dos *meetings* “tanto se apropriava de formas de protesto em uso em várias partes do Ocidente quando ressignificava a tradição político-cultural brasileira”. ALONSO, Ângela. Op.cit., p.283.

⁴⁷ MACHADO, Maria Helena P. Op. cit., p.139.

⁴⁸ REIS, Liana Maria. Op. cit., p.52.

⁴⁹ BURKE, Peter. A comunicação na História. Op. cit., p.65.

⁵⁰ MACIEL, Guilherme de Souza. *O Recreador Mineiro (Ouro Preto: 1845 – 48): Formas de Representação do Conhecimento Histórico na Construção de uma Identidade Nacional*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas. Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2005, p.43.

quantidade de leitores ainda fosse muito pequena ao longo do século XIX. A prática da leitura em voz alta, costume da época, no âmbito doméstico ou em público, era valorizada, fazendo com que a palavra impressa fosse difundida para um círculo bem mais alargado do que o de seus leitores propriamente ditos.⁵¹

Marco Morel e Mariana Barros também destacam como os locais de venda e circulação da imprensa, como as tipografias (primeiras livrarias), cafés e armazéns, eram palco de leituras coletivas e de múltiplas sociabilidades, o que nos impede de taxar a imprensa de tão somente “elitista” mesmo em um cenário de baixo grau de alfabetização. Segundo os autores, mesmo no Brasil escravista, “havia cruzamentos e interseções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas”.⁵² Como também observou Humberto Machado, a partir da década de 1870 os jornais “ganham as ruas” dos principais centros urbanos, apinhadas por grupos de vendedores ambulantes, constituídos por “rapazinhos italianos, negros e mulatos”, que ensurdeciam os transeuntes com o anúncio das notícias do dia.⁵³

A intensa movimentação das ruas na segunda metade do século XIX, manifesta em movimentos com ampla participação popular, como foi o caso da Revolta do Vintém, iniciada em dezembro de 1879, mostra como setores não-letrados da sociedade podiam se organizar e mesmo partilhar, através de suas próprias redes de informação, determinadas demandas ou interpretações do mundo no qual viviam.⁵⁴

Em Minas Gerais a primeira e fugaz empreitada “jornalística” se deu com a fundação do jornal *O Compilador Mineiro*, composto na oficina tipográfica criada por Manuel José Barbosa em Ouro Preto, tendo circulado entre outubro de 1823 e janeiro de 1824. Pouco tempo depois do desaparecimento do *Compilador*, foi editado na mesma tipografia o *Abelha do Itaculmy*. Já no ano seguinte, também em Ouro Preto, surgiu *O Universal*, “o mais longo periódico mineiro do Primeiro Reinado e das Regências”.⁵⁵ De acordo com Luciano da Silva Moreira, com o surgimento das primeiras tipografias criadas em Minas Gerais, os

⁵¹ FILHO, Luciano M. de Faria; JINZENJI, Mônica Yumi NASCIMENTO, Cecília V.; INÁCIO, Marilaine Soares. Educar para civilizar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 44, jan./jun., 2008, p.75.

⁵² MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro. Op. cit., p.45.

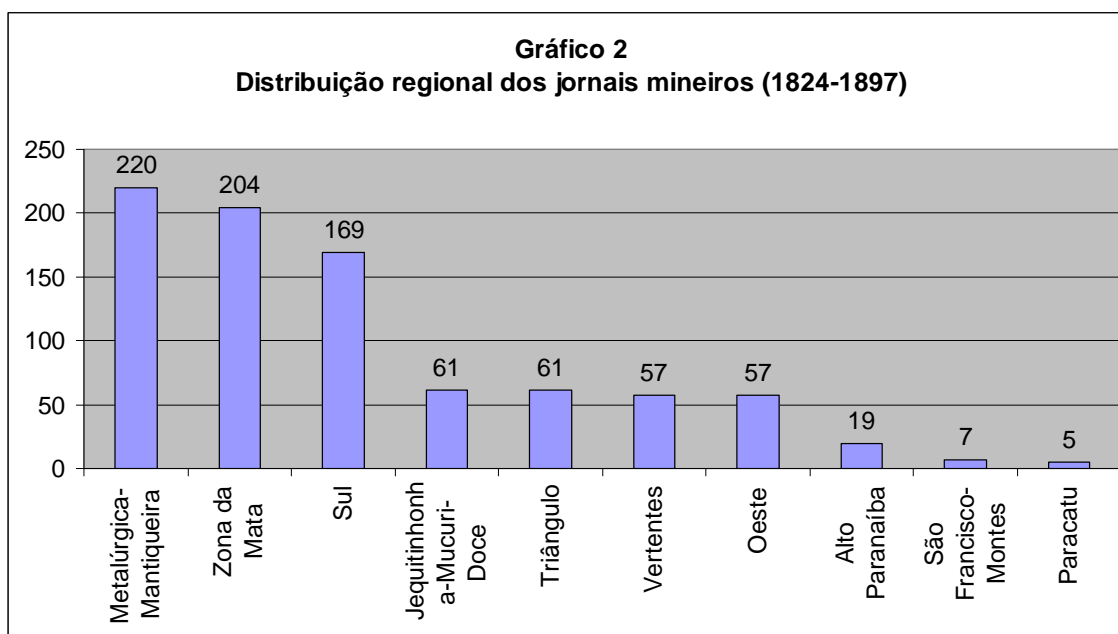
⁵³ MACHADO, Humberto. *Palavras e brados*. Op. cit., p.18.

⁵⁴ SILVA, Eduardo. *Dom Obá d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

⁵⁵ BARATA, Alexandre Mansur; GOMES, Gisele Ambrósio. Imprensa, política e gênero. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 44, jan./jun., 2008, p.47.

periódicos foram fundamentais para “a formação de uma esfera constituída para a manifestação da ação política”.⁵⁶

A geografia da imprensa em Minas Gerais durante o século XIX pode ser traçada a partir de um levantamento empreendido por José Pedro Xavier da Veiga, publicado em 1898 na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, considerado o primeiro trabalho sobre a história da imprensa mineira.⁵⁷ Responsável pela criação do Arquivo Público Mineiro em 1895, permanecendo como seu diretor até 1900 (ano de sua morte), Xavier da Veiga havia acumulado larga experiência política nas fileiras do Partido Conservador, além de ter se dedicado à direção de dois jornais em Ouro Preto: *A Província de Minas: órgão do partido conservador*, publicado entre 1879 e 1889; e *A Ordem*, que circulou entre 1889 e 1892.⁵⁸ Em sua pesquisa, o “arconte do Arquivo Público Mineiro” listou todos os jornais editados em Minas Gerais entre os anos de 1824 e 1897, datas de criação do primeiro jornal mineiro e de transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte, respectivamente. Nesse período foram criados na província nada menos que 860 jornais, sendo que a região Metalúrgica-Mantiqueira, em razão de abrigar a então capital da província, concentrou a maior parte dos impressos.



Fonte: VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. Op. cit.

⁵⁶ MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2006, p.90.

⁵⁷ VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. Op. cit.

⁵⁸ SILVA, Marisa Ribeiro. *História, memória e poder: Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: PPGH-UFGM, 2006, p.4, 63.

Entretanto, o mapa da concentração de jornais em Minas mudou consideravelmente na década de 1880, quando as regiões Zona da Mata e Sul sofreram um verdadeiro “surto jornalístico”. Como podemos observar na tabela abaixo, o número de jornais nas regiões supracitadas deu um salto na década de 1880, reflexo do crescente vigor econômico, proporcionado pela cafeicultura na Zona da Mata e pela economia de abastecimento na região Sul da província.

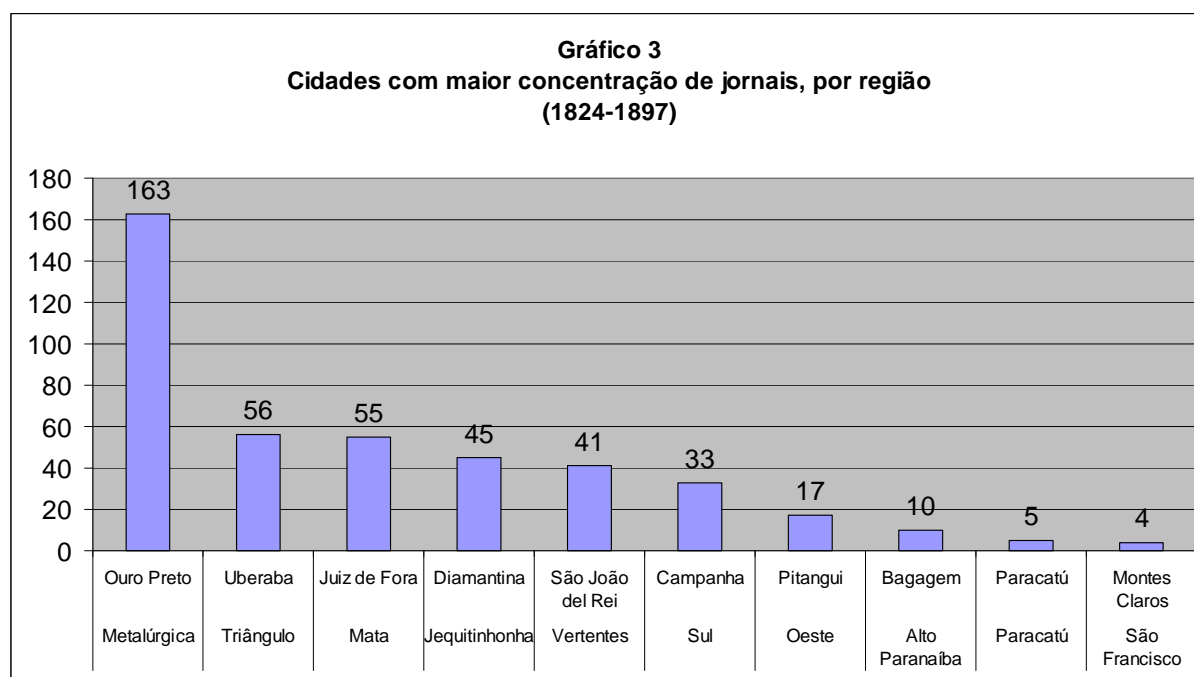
Quadro 6: Distribuição regional dos jornais mineiros, de acordo com escala de tempo (1824-1897).								
	Déc. 1820	Dec.1830	Déc.1840	Déc.1850	Déc.1860	Déc.1870	Dec.1880	Dec.1890
Metalúrgica-Mantiqueira	10	25	18	13	7	20	42	85
Zona da Mata	0	0	0	0	0	9	71	124
Sul	0	3	0	2	6	24	63	71
Jequitinhonha-Mucuri-Doce	1	6	1	0	2	12	14	25
Triângulo	0	0	0	0	0	9	24	28
Vertentes	2	8	5	2	2	5	17	16
Oeste	0	0	0	0	0	0	24	33
Alto Paranaíba	0	0	0	0	0	0	11	8
São Francisco-Montes Claros	0	0	0	0	0	0	2	5
Paracatu	0	0	0	0	0	0	1	4
Total	13	42	24	17	17	79	269	399

Fonte: VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. Op. cit.

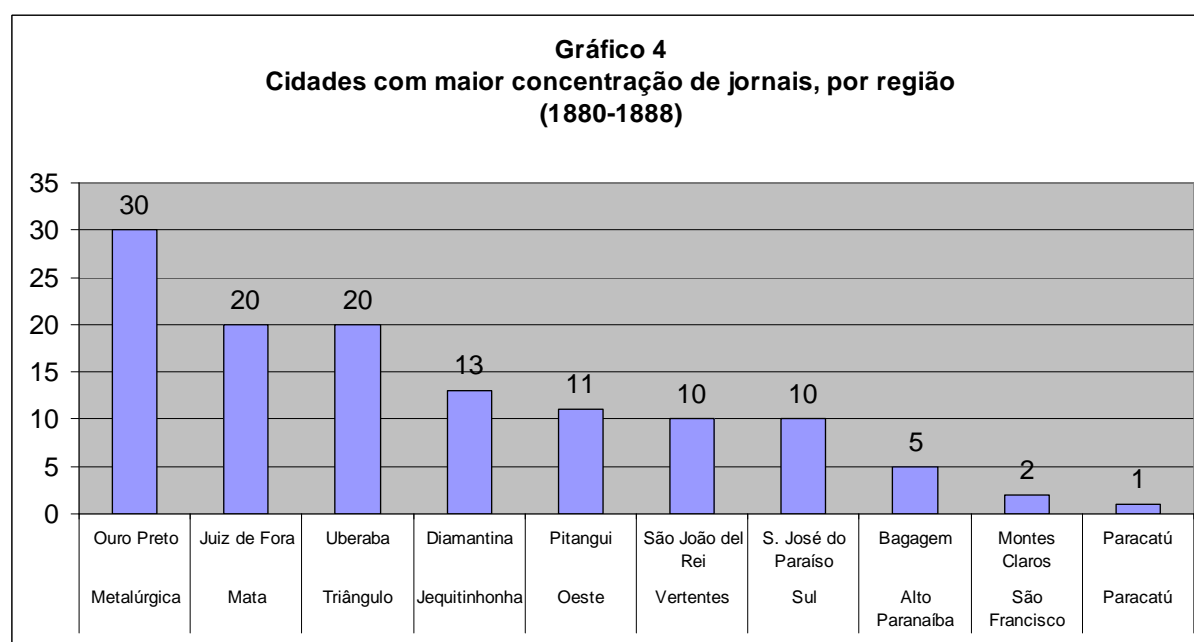
Como já observado, a condição de centro de poder político e administrativo que manteve até perder tal posto para Belo Horizonte em 1897, fez com que Ouro Preto concentrasse o maior número de periódicos publicados em Minas Gerais durante praticamente todo o século XIX. Ainda de acordo com as informações conferidas por José Pedro Xavier da Veiga, entre os anos de 1824 e 1897 foram editados 163 jornais na antiga capital, seguida por Uberaba com 56 periódicos, Juiz de Fora com 55, Diamantina com 45 e São João del Rei com 41 jornais.⁵⁹ Ainda de acordo com os dados de Xavier da Veiga, entre os anos de 1880 e 1888 (período abarcado por esta pesquisa), circularam a partir da capital 30 jornais, sendo que a produção em outros municípios cresceu a olhos vistos. No mesmo período, Juiz de Fora e Uberaba publicaram cada um 20 jornais, seguidos de Diamantina com 13 periódicos.⁶⁰

⁵⁹ VEIGA, J. P. Xavier da. Op. cit.

⁶⁰ Idem, ibidem.



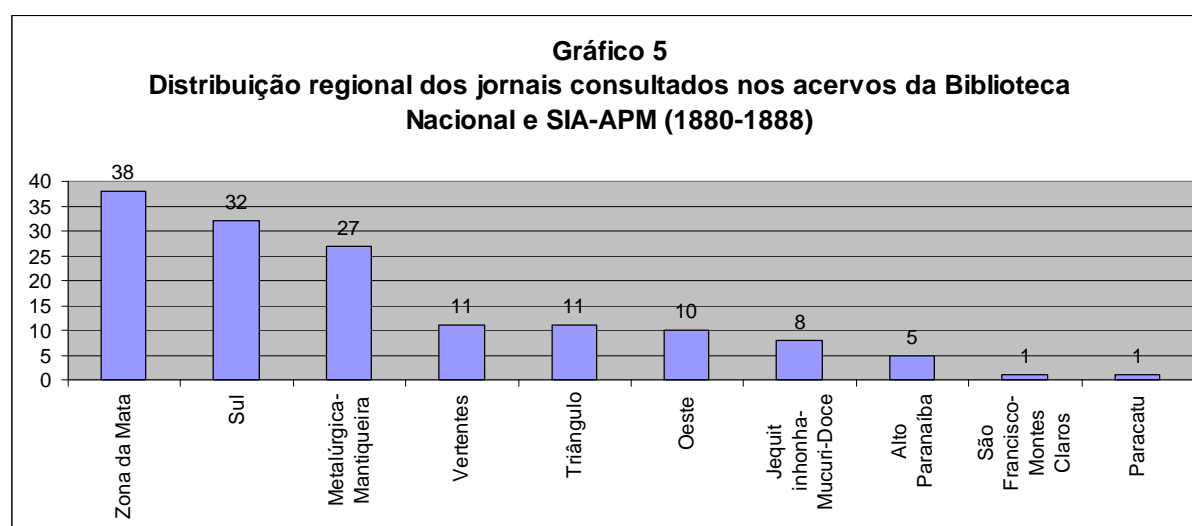
Fonte: VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. Op. cit.



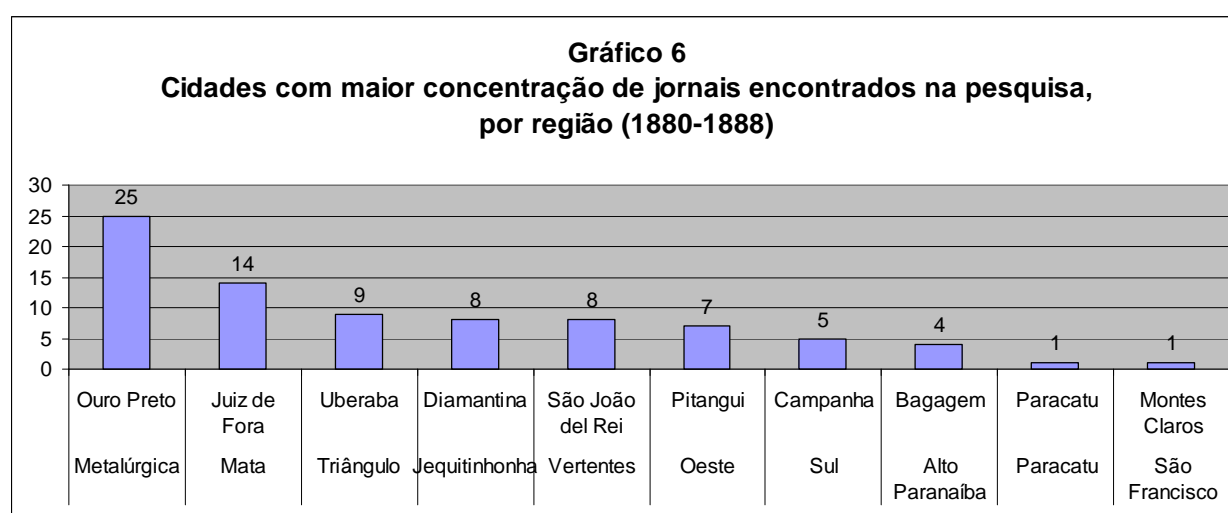
Fonte: VEIGA, J. P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. Op. cit.

Infelizmente, boa parte dos jornais publicados em Minas Gerais durante o século XIX se perdeu através do tempo. Contudo, é possível ter acesso a uma porção considerável desses impressos através dos acervos do Arquivo Público Mineiro e da Biblioteca Nacional. A *Coleção Jornais do Século XIX*, disponível na internet através do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM), reúne um conjunto de 49 jornais editados

em Minas entre 1880 e 1888.⁶¹ Já os setores de periódicos e obras raras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, guardam o impressionante conjunto de 95 periódicos mineiros, muitos deles hoje exemplares únicos. Somando o acervo existente nas duas instituições, chegamos ao número de 144 títulos pesquisados, o que representa aproximadamente 53% do total de jornais publicados no período (269), de acordo com os dados de Xavier da Veiga.



Fonte: Biblioteca Nacional e Sistema Integrado de Consulta do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM).



Fonte: Biblioteca Nacional e Sistema Integrado de Consulta do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM).

De acordo com Marcelo Magalhães Godoy, apesar das dificuldades apresentadas pelo baixo número de exemplares remanescentes, alguns indícios mostram que os jornais da

⁶¹ Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro – Coleção de Jornais Mineiros do Século XIX: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/jornais/search.php>

capital possuíam uma longevidade maior do que aqueles que circulavam no interior da província. O autor também observou a relevante presença nos jornais da capital de anunciantes de cidades dela distantes, fato que pode sugerir que esses periódicos tinham uma boa circulação não só na região imediatamente próxima à Ouro Preto, mas mesmo em regiões mais longínquas de Minas Gerais, o que demonstra a influência desses periódicos dentro da província.

Foram encontradas evidências de atípica circulação dos órgãos de informação oficiais, que eram impressos em Ouro Preto. Para além da área de influência da capital provincial, periódicos de Ouro Preto deviam alcançar espaços subordinados a outros centros regionais, mas que regularmente recebiam as folhas oficiais. Ilustrativa é a rogativa de dois irmãos farmacêuticos de Muriaé, cidade a quase 40 léguas de Ouro Preto e próxima à divisa de Minas Gerais com o norte fluminense, para que seus clientes continuassem a frequentar o estabelecimento especializado. O anúncio divulgado no *Diário de Minas* só poderia dirigir-se a consumidores locais ou das circunvizinhanças, especialmente tratando-se de mercadorias destinadas ao atendimento de necessidades específicas e não-regulares.⁶²

Tal fato nos permite imaginar como as discussões sobre o fim da escravidão, especialmente acerca do movimento abolicionista, poderiam chegar mesmo em lugares onde inexistia a imprensa periódica. Ademais, a falta do funcionamento de órgãos de imprensa locais em algumas regiões tornava ainda mais premente a busca dos periódicos editados na velha capital ou dos principais centros citadinos das várias regiões da província, cuja imprensa estava em franco desenvolvimento, como foi o caso de Juiz de Fora (Zona da Mata), Uberaba (Triângulo), Diamantina (Jequitinhonha-Mucuri-Doce) e São João del Rei (Vertentes). Nosso intento aqui é perceber como os homens de letras das Minas e das Gerais pensaram o processo de extinção da escravidão na província, qual feição a onda abolicionista que banhou o Império ganhou em terras mineiras, observando as diferentes dinâmicas regionais, além de analisar a forma como escravos e libertos surgiram nesse intrincado enredo.

2.2 - Faltam braços? Arranjos e rearranjos da mão de obra.

Desde a proibição definitiva do tráfico transatlântico de escravos pela Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, que proprietários escravistas temiam a falta de braços em suas lavouras. Reclamações e cobranças em relação a uma suposta falta de braços escravos em terras mineiras foram uma constante. Autoridades de diversas localidades passaram manifestar seu

⁶² GODOY, Marcelo Magalhães. Comércio & propaganda nos periódicos oitocentistas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 44, jan./jun., 2008, p.92.

temor com uma possível carência de mão de obra, enviando correspondências e representações ao governo provincial, exigindo a aplicação de medidas que visassem, literalmente, a salvação da lavoura, mas não só dela. Ao longo da segunda metade do século XIX, câmaras municipais de todos os cantos da província passaram alardear o que entendiam ser uma grave crise que se abatia sobre seus municípios, resultando em atraso econômico, principalmente em comparação a plagas tidas como mais prósperas, como a vizinha província de São Paulo.⁶³ Políticos, fazendeiros, comerciantes, todos reclamavam não só da diminuição do número de escravos, mas também da decadência econômica geral, rezinga que persistiu até a abolição. Contudo, o quadro de decadência tão dramaticamente pintado não retratava fielmente a realidade daqueles tempos.

Um número vultoso de pesquisas, mormente aquelas dedicadas ao estudo da economia mineira em tempos de Império, tem mostrado que, ao contrário do que alardeavam autoridades locais e proprietários escravistas, Minas Gerais manteve ao longo do oitocentos um constante crescimento demográfico (população livre e escrava) e uma economia estabilizada. Contrariando as teses que afirmavam que o período posterior ao auge minerador, vivido no século anterior, teria sido de franca decadência,⁶⁴ trabalhos como os desenvolvidos por Roberto Borges Martins, Douglas Cole Libby, Afonso de Alencastro Graça Filho, entre outros, indicaram, com fartura de dados, que a província passou por um profundo processo de diversificação econômica.⁶⁵ Para Douglas Libby, a economia mineira passou por um processo de “acomodação evolutiva”, ocorrendo a substituição ou concomitância da mineração com um amplo leque de atividades econômicas, como a agricultura mercantil e de subsistência ou ainda atividades proto-industriais siderúrgicas e têxteis. Seria esse processo de

⁶³ CONSENTINO, Daniel do Val. *Um múltiplo de transições: A transição para o trabalho livre em Minas Gerais*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Unicamp. Campinas, 2006, pp.85-87.

⁶⁴ Parte da historiografia sobre Minas Gerais produzida até a década de 1970 apostou na tese de que a economia da região teria entrado em franca decadência após o esmorecimento do surto minerador, o que teria provocado a dispersão da população dos principais núcleos urbanos e a transferência maciça da mão de obra escrava para regiões economicamente mais dinâmicas, como as zonas cafeeiras paulistas e fluminenses. Veja em: FURTADO, Celso. Op. cit.; SIMONSEN, Roberto. Op. cit.; PRADO JÚNIOR, Caio. Op. cit.; CONRAD, Robert. Op. cit.; COSTA, Emília Viotti da. Op. cit..

⁶⁵ Entre os trabalhos que rejeitaram a tese da decadência econômica mineira após o auge das atividades mineradoras destacam-se: LENHARO, Alcir. Op. cit.; MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence*. Op. cit.; MARTINS, Roberto Borges. “Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora”. Op. cit.; SLENES, Robert W. “Os Múltiplos Porcos e Diamantes”. Op. cit.; LIBBY, Douglas Cole. Op. cit.; MARTINS, Roberto. Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Op. cit.

diversificação econômica que possibilitou a manutenção de uma vultosa e crescente população escrava, concentrada, sobretudo, em pequenos plantéis.⁶⁶

O mito da decadência econômica mineira, em muito alimentado por uma nostalgia da *auri sacra famis* setecentista, muito presente, sobretudo, entre os habitantes das regiões mineradoras,⁶⁷ também trazia consigo a crença de que braços cativos, outrora utilizados na lavra do ouro e do diamante, teriam migrado regiões agro-exportadoras, como os Vales do Paraíba paulista e fluminense, ou mesmo da Zona da Mata mineira. Entretanto, fosse em razão da diversificação das atividades agrícolas voltadas para a subsistência, como entendeu Roberto Martins,⁶⁸ ou das atividades ligadas à exportação, incluindo nesse grupo não só a cafeicultura, mas também a mineração, que não desapareceu por completo, além da agropecuária de abastecimento que supria as demandas das urbes mineiras e algumas regiões do Rio de Janeiro e São Paulo, como observou Robert Slenes,⁶⁹ a escravidão se manteve pujante em Minas Gerais, sem alijar completamente os proprietários da mão de obra que a consideravam quase perdida.⁷⁰

Ao analisar relatórios e correspondências recebidas pelo governo provincial mineiro entre 1850 e 1888, Daniel do Val Consentino constatou que a reclamação em relação à falta de braços para lavoura, feita pelas elites locais, representadas pelas câmaras municipais, foi uma constante. O autor chama atenção para o fato de que os clamores em relação à falta da mão de obra escrava não terem significado, necessariamente, uma realidade, refletindo mais uma preocupação com o futuro da lavoura e de sua mão de obra, do que um problema concreto.⁷¹ Não obstante, como indicam os estudos de Roberto Martins, o tráfico interprovincial se organizou plenamente na década de 1860, resolvendo o problema da possível falta de braços, mantendo a província como importadora líquida de escravos até a década seguinte.⁷²

⁶⁶ LIBBY, Douglas Cole. Op. cit., p.14

⁶⁷ Idem, ibidem.

⁶⁸ MARTINS, Roberto Borges. Op. cit.

⁶⁹ SLENES, Robert W. Op. cit.

⁷⁰ Ainda sobre tráfico de escravos para Minas Gerais veja também: PARREIRA, Nilce Rodrigues. *Comércio de Homens em Ouro Preto no século XIX*. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1990; FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006; PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c.1809-c.1830*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

⁷¹ CONSENTINO, Daniel do Val. Op. cit., p.97

⁷² MARTINS, Roberto Borges. “Minas Gerais, Século XIX”. Op. cit; Idem, “Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez”. Op. cit.

Ao percorrer as páginas dos jornais editados nas várias regiões de Minas Gerais durante a década de 1880, não foi difícil constatar que as reclamações feitas à época da proibição do tráfico ainda se faziam presentes, tendo como novo combustível o aumento das discussões em torno da abolição da escravidão. Redatores e seus colaboradores comentaram, muitas vezes de forma extremamente calorosa, a suposta falta de braços, o atraso da lavoura e a ruína de Minas - que em fins do oitocentos seria apenas um arremedo dos “tempos dourados” da colônia -, e, sobretudo os perigos representados por uma considerável população de escravos e de um processo de abolição tido como demasiadamente rápido. Em um novo período de incertezas, a elite letrada tratou de afirmar ao seu público leitor que a possibilidade de uma grande crise era certa, sendo catastrófica caso algumas medidas não fossem rapidamente tomadas. Entre as inúmeras soluções apontadas para resolver o problema da chamada “transformação do trabalho” de forma tranquila e sem abalo para as finanças (do Estado e dos proprietários escravistas), se apresentaram com maior constância medidas como o rígido controle dos escravos e libertos, que, para a maioria dos redatores e articulistas, seriam pouco afeitos ao trabalho, além de representarem sempre uma ameaça em potencial. Em menor escala, surgiam nas páginas dos jornais discussões sobre a introdução de imigrantes, tidos como mais civilizados e, por vezes, menos custosos que os trabalhadores nacionais.⁷³

Arroubos imigrantistas foram sentidos ao longo da década de 1880, em jornais de toda Minas Gerais. Protestos eram direcionados ao governo provincial, reivindicando a criação de uma política de fixação de imigrantes, tidos como ferramentas ideais para recolocar a economia provincial nos trilhos do progresso.

A primeira tentativa de se estabelecer um núcleo de colonização com o uso de imigrantes estrangeiros em Minas data de 1848, mas a preocupação das autoridades provinciais com relação ao tema permaneceria modesta, sem encontrar os objetivos acalentados até a abolição.⁷⁴ As discussões em torno da introdução de imigrantes europeus em Minas Gerais foram retomadas em 1870 quando José Maria de Sá Benevides, então presidente da província, ponderou que, combinada com os “ociosos” braços nacionais, a entrada de colonos estrangeiros poderia impulsionar o progresso “material e moral” da terra

⁷³ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco*. Op. cit.

⁷⁴ MONTEIRO. Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas, 1889, 1930*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994, p.11-15.

mineira.⁷⁵ Na década seguinte foram promulgadas inúmeras leis que visavam atrair imigrantes europeus para a província, sendo que uma delas, aprovada em 1881, determinava inclusive a concessão de favores pecuniários aos fazendeiros que estivessem dispostos a acolher os braços imigrantes, além de uma firma comercial estabelecida na Corte, responsável por agenciar os trabalhadores, que também contaria com o incentivo.⁷⁶ Contudo, as coisas não andaram exatamente como pretenderam as autoridades.

Em sua edição do dia 15 de agosto de 1882, *O Pharol*, periódico editado na cidade de Juiz de Fora, na época principal pólo econômico da Zona da Mata e da própria província por conta da crescente produção de café, chamava atenção de seus leitores para uma grande oportunidade de negócio. O anúncio era dirigido a um público muito especial (se não o principal) entre os leitores do jornal: os cafeicultores. Aos fazendeiros “matenses” foi indicada a contratação dos serviços de famílias imigrantes vindas de Tenerife, no arquipélago espanhol das Ilhas Canárias. Assinado pela firma *John Petty & Comp.*, estabelecida no Rio de Janeiro, o anúncio trazia todos os detalhes do negócio, que prometia ser extremamente vantajoso para os cafeicultores. Chamava a atenção para o fato de os colonos “serem peritos agricultores de arado, morigerados e cumpridores dos seus deveres”, vindos do “velho mundo” com suas famílias, circunstância que “anuncia sua estabilidade neste país”, fatos comprovados pela satisfação daqueles que já haviam contratado os serviços de colonos da mesma procedência.⁷⁷

A propaganda explicava que os contratos celebrados entre os fazendeiros e os colonos seriam no sistema de parceria e pelo prazo de cinco anos, “sendo tais contratos os mais vantajosos, pois os Srs. Fazendeiros pagam o trabalho dos seus colonos com o que estes produzem”. Os interessados poderiam se valer das vantagens oferecidas pela Lei Provincial n.2819, promulgada em 24 de outubro de 1881, que garantia uma subvenção correspondente a nada menos que a metade das despesas com o transporte dos trabalhadores estrangeiros, “desde o porto de sua procedência até a chegada ao lugar do seu destino”, informando ainda o preço das passagens, que para um “adulto de 14 anos para cima” custaria dez libras esterlinas, a “câmbio do dia de chegada”, o que daria aproximadamente 113 mil réis. Uma vez em terras brasileiras, havia ainda a facilidade de transportar gratuitamente os braços importados pela estrada de ferro D. Pedro II, “cortesia” do governo imperial. Por fim, foi informado que até o

⁷⁵ CASTILHO, Fábio. *Entre a Locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão de obra no Sul de Minas (1870-1918)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009, p.62.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p.64.

⁷⁷ PHAROL. Juiz de Fora, 15 de agosto de 1882. BN.

fim daquele mês de agosto de 1882, era esperada a chegada do vapor *San Martin* ao porto do Rio de Janeiro, trazendo uma “grande partida destes colonos”.⁷⁸ Era um “negócio da China”, ou melhor, das Canárias.

Em julho de 1884, o jornal conservador ouropretano *A Província de Minas* deu publicidade a um artigo publicado originalmente no *Messenger du Brésil*, do Rio de Janeiro, chamando atenção para os benefícios da utilização de braços europeus. Segundo o artigo, mesmo pagando caro, os fazendeiros só lucrariam ao empregar em suas lavouras “trabalhadores mais ativos”. Mesmo sob o sistema de arrendamento, de acordo com o articulista visto como inferior na Europa, teria demonstrado alta eficiência nas fazendas onde os colonos estrangeiros haviam sido estabelecidos, sendo que “os cafeeiros que lhes são confiados produzem médias extraordinárias, tanto como também *a parte do patrão*” (grifo original). Com a eficiência constatada, seria possível afirmar que “se toda cultura fosse feita por rendeiros ativos seria mais considerável do que o total da antiga colheita dos escravos”.⁷⁹ Tomando como exemplo as áreas cafeeicultoras de São Paulo, o artigo mostra que em tudo o trabalho imigrante era superior ao “ineficiente” escravo:

Eis aí a verdadeira conclusão, a que se impõe. Um fazendeiro tem hoje no Paraíba uma fazenda de 400 mil pés de café de toda idade, que insuficientemente tratados por escravos pouco numerosos produzem termo médio de 25 arrobas por mil pés ou 10 mil arrobas ao todo; com essas 10 mil arrobas, ele tem de manter, alimentar seus escravos, substituí-los por outros ou pagar o ágio de sua compra. Tome ele colonos, fixe-os sem contratos, interessando-os suficientemente pelo arrendamento, esses colonos interessados e contentes, cientes de ficar tanto quanto queiram, limparão melhor os cafeeiros, colherão com cuidado, sem estragar os rebentos quase em flor, e a produção média de fazenda do Paraíba, sem atingir 100 arrobas como em S. Paulo, se elevará pouco a pouco a 40, 50 e talvez a 60 arrobas.⁸⁰

Também o jornal *A Verdade*, “semanário imparcial e popular” editado na cidade de Itajubá, Sul da província, se dirigiu aos seus leitores comentando a respeito do caráter benéfico da introdução de braços mais claros e civilizados em suas lavouras. Ao comentar a realização na Corte de uma reunião da Sociedade Central de Imigração, na edição do dia 11 de março de 1886, o redator da “folha”, o capitão Antonio José Leite, rasgou elogios às iniciativas imigrantistas/colonizadoras da entidade, tidas como ações capazes de garantir a integridade da lavoura. O redator louvava os esforços de alguns fazendeiros que procuravam

⁷⁸ Idem, *ibidem*.

⁷⁹ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 24 de julho de 1884. Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro - SIA-APM.

⁸⁰ Idem, *ibidem*.

introduzir trabalhadores livres em suas terras, substituindo “o péssimo e feio trabalho do escravo”.⁸¹

Digna de elogios também era a vizinha província de São Paulo, tida como modelo por conta de sua bem sucedida empreitada imigrantista, devendo ser imitada; ao contrário de Minas, inerte e atrasada, com alguma vantagem para a “zona do Sul”. Segundo o redator, aqueles que visitavam a província de São Paulo tinham a oportunidade de apreciar “com alegria a transformação e a reforma em muita coisa” possibilitada pela introdução dos colonos europeus, sendo que a capital daquelas terras sequer parecia ser uma cidade brasileira de tão adiantada, com suas empresas e construções, sendo que “até os costumes indicam a feição ou o tipo do estrangeiro laborioso e útil”.⁸² Ao contrário de São Paulo e Rio de Janeiro, que se moviam “no trilho do progresso”, Minas Gerais, outrora “colosso respeitável”, continuava inerte, abatida e desprestigiada, apesar de sua população numerosa, das “riquezas de seus terrenos e fertilidade de seus campos”. O cenário pintado no texto era de desolação, com raras exceções apresentadas por um ou outro município que apresentava algum “melhoramento material de vantagem”, o que “constitui uma exceção para firmar a regra em contrário”.

Minas Gerais seria um colosso inerte e retrógrado diante do avanço paulista. Os municípios de Itajubá, Paraíso e Pouso Alegre, localizados ao sul do gigante adormecido, segundo o redator, representavam talvez uma exceção ao quadro de estagnação, com seus “solos férteis”, lutando bravamente para imitar a província vizinha. O texto deixa escapar o rancor em relação ao governo provincial, que apesar do desenvolvimento agrícola do Sul ainda não tinha sido capaz de lhe fornecer um dos grandes símbolos do progresso no século XIX, o trem de ferro.⁸³ Chama atenção a forma como os textos transpiram certo rancor em relação ao governo provincial, além de uma proximidade, ou quase adoração, em relação à vizinha província de São Paulo. Tais manifestações refletem a dificuldade em amalgamar as várias regiões “mineiras”, como discutimos no primeiro capítulo.

Na edição do dia 18 do mesmo mês, *A Verdade* trazia em seu editorial críticas à inércia do governo em relação ao assentamento de colonos estrangeiros, tendo se perdido tempo e dinheiro público sem conseguir solucionar o problema. Segundo o texto, a nação definhava diante de “terríveis dificuldades”, que ameaçavam subverter suas “bases primordiais, dividindo-a em dois campos inimigos”. O redator reclamava que as discussões em torno da lei dos sexagenários, promulgada em setembro do ano anterior, teria

⁸¹ A VERDADE. Itajubá, 11 de março de 1886. SIA-APM.

⁸² Idem, ibidem. Sobre a introdução de trabalhadores imigrantes na cafeicultura paulista, consulte: STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp.17-52.

⁸³ A VERDADE. Itajubá, 11 de março de 1886. SIA-APM.

“melindrado” a implantação de novas medidas imigrantistas. Não obstante, afirmou ainda que a lei que libertava os escravos com idade superior aos 65 anos não representava um progresso na substituição dos braços cativos pelos livres.⁸⁴ Para o redator, o incentivo às manumissões particulares, feito pelas autoridades imperiais, também não seria o melhor caminho a seguir, jogando para o Estado a responsabilidade na condução do processo de “transformação do trabalho”. “Qual será o médico, que a enfermidade tão perigosa, quão gravíssima, aplique o certo e enérgico remédio? A iniciativa particular é incapaz por impotente”, exclama o redator do jornal de Itajubá.

Só o governo, tutor nato de tudo e de todos, de coisas e homens, de inventos e necessidades é capaz de batalhar e vencer. Só ele pode fazer como César: *veni, vidi, vinci*.

Eis, pois, legisladores do futuro, mãos à obra e a providência vos fade bem. Rasgai as trevas que enublaram os horizontes da pátria, fazei surgir a brilhante aurora de ressurreição, eterna juventude do progresso.

E vós, ministro da agricultura, que vos achais na cúpula do edifício social pela sabedoria da cora e sufrágio do ramo legislativo temporário não desanimeis; avante; lembrai-vos da lenda de Asshaverus. Energia, firmeza e decisão, pois querer é poder. E a pátria radiante de progresso, rutilante de civilização, não consentirá que vosso nome caia no pó do esquecimento; ao contrário o erguerá ao panteão de seus homens e ilustres, de seus benfeitores, e a posterioridade será nossa, o que será uma glória.⁸⁵

O “importantíssimo assunto” da imigração também foi objeto de exame do *A Folha Sabarense*, jornal publicado na cidade de Sabará, região Metalúrgica-Mantiqueira, em seu editorial do dia 25 de setembro de 1887. Lopes de Azeredo, “redator principal” do referido jornal, rendia encômios às autoridades provinciais que haviam acabado de aprovar um projeto de lei que “veio dar ânimo de falar à pequena imprensa e trazer alento à lavoura tão decadente na nossa província”.⁸⁶ Outrora grande, Minas Gerais se via abatida diante daquilo “que deveria elevá-la ao Zenith de prosperidade: a diminuição dos braços escravos”. Além do recurso ao argumento da decadência ampla e geral por conta da falta de mão de obra, parte integrante da velha “nostalgia colonial”, o texto apresenta ainda uma série de observações em relação ao suposto caráter negativo dos escravos e seus descendentes:

⁸⁴ Joseli Nunes Mendonça chama atenção para a forma como proprietários escravistas, políticos conservadores e dissidentes liberais, acusaram o projeto Dantas (sexagenários) de quebrar o “espírito da lei de 1871”, ou seja, em seu entendimento (e conveniência) algumas das promessas feitas no corpo da lei Rio Branco, como o respeito ao direito de propriedade senhorial, garantido através da indenização dos escravos libertados, além da manutenção de um ritmo lento e gradual no processo de emancipação que garantisse a ordem social e econômica do país foram ameaçados pela proposta original. MENDONÇA, Joseli M. Nunes. *Entre as mãos e os anéis: a Lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999, p.139.

⁸⁵ A VERDADE. Itajubá, 18 de março de 1886. SIA-APM.

⁸⁶ A FOLHA SABARENSE. Sabará, 25 de setembro de 1887. SIA-APM.

Mas tem razão: sem portos de mar, sem vias férreas que atravessassem o seu vasto território e habituada a tudo obter do estúpido trabalho dos homens máquinas, vindos das plagas africanas, a troco de vis miçangas, ou dos seus infelizes descendentes, sente-se contrariada pelas patrióticas e humanitárias ideias, nascidas dos grandiosos cérebros dos – Rio Branco, Dantas, José Bonifácio, Joaquim Nabuco e tantos outros – que trabalharam e trabalham para extirpar da briosa terra de Santa Cruz o nauseabundo cancro da – ESCRAVIDÃO.

Qual outro Lázaro do Novo Testamento precisa a província de Minas de um Cristo para ressuscitá-la do profundo letargo em que jaz e esse não pode ser senão – *a imigração estrangeira bem escolhida*.⁸⁷

Enquanto não encontrava seu Cristo, Lázaro, ou melhor, Minas Gerais, estaria à mercê da decadência material, da escassez de vias férreas (símbolos de progresso), tendo já alguma dificuldade em manter seu “hábito” de utilizar os braços dos “homens máquinas”, elemento cada vez mais escasso. Para o redator Lopes de Azeredo, ao lado das ideias patrióticas de Rio Branco, do conselheiro Souza Dantas, José Bonifácio e Nabuco, a imigração poderia ser o tal Cristo a reerguer o cadáver insepulcro que seria Minas Gerais. A chegada dos braços “bem escolhidos” ressuscitaria a província e sua economia, mas, ao que parece, relegaria para o fundo da tumba os estúpidos “homens máquinas” e seus “infelizes descendentes”.

A preocupação com a chegada de estrangeiros também tomou conta das páginas outros jornais espalhados pelo “mosaico mineiro”. *O Waggon*, editado na cidade de Uberaba, no Triângulo, que, como sugere o nome, tinha entre seus objetivos a luta pela instalação de uma ferrovia na região, além de também dedicar-se aos interesses dos municípios de Uberaba, Prata, Monte-Alegre e do sul de Goiás, igualmente encampou a luta pela vinda de imigrantes, desde que “bem escolhidos”. Em sua edição de 05 de agosto de 1884, o jornal dirigido por Manoel Felipe de Souza e José Augusto de Paiva Teixeira, publicou artigo intitulado “A imigração no presente”, cujo autor, que assinou apenas como J.C., afirmava que, em vista da proximidade da “solução da grande questão que é substituir o braço escravo por trabalhadores livres”, todas as resistências, preconceitos ou interesses pequenos, deveriam ser superados a fim de preparar o país para uma vida nova.⁸⁸ A vida nova a que se referia o articulista viria sob a égide do trabalho livre, resultado, segundo ele, das ações perpetradas por alguns de seus contemporâneos, que haviam amanhado de forma prudente a semente da emancipação dos escravos, “planta propícia que tem de tudo fecundar”. Contudo, havia risco daquela semente não vingar.

O articulista chamou atenção dos leitores para uma possível ameaça ao processo de transição para o trabalho livre, representada por um “conselho” oferecido pelo *Clube da*

⁸⁷ Idem, *ibidem*.

⁸⁸ O WAGGON. Uberaba, 05 de agosto de 1884. BN

Lavoura aos “lavradores” brasileiros: a imigração chinesa. Tida pelo autor como parte de um conjunto de “ideias bem incompletas” a respeito do futuro do país, a imigração chinesa seria extremamente inconveniente e perigosa. Contra a chegada dos chineses, J.C. bradou: “Alto lá, srs. do *Clube*! Não queremos os *chins* aqui para nada. Nada de asiáticos, assim como de africanos; queremos europeus”.

O recado estava dado, não haveria por que experimentar o trabalho dos *chins* em terras brasileiras, já que teriam “provado o mal em toda parte”, assim como os africanos que seriam a fonte de todo atraso experimentado pelo país. “Fiquem todos arredados que deles já chega!”, asseverou, completando que todos deviam se convencer de que a “velha e grande lavoura” não podia mais se submeter ao “caiporismo” que castigava o interior do país. Apenas o europeu teria o poder de recuperar o atraso agrícola em curso, algo impossível ao *chin*, “mais caro do que os jornaleiros”, que poderia “galvanizar o amortecido princípio de feudalismo”, sendo sempre uma “asquerosa inconveniência” tanto para o Estado quanto para a “raça brasileira”.⁸⁹

Depois de tanta acidez, surgiram os elogios à província de São Paulo, “hoje a região mais rica do Império, a melhor cultivada, a melhor provida de engenhos e de caminhos de ferro”. Para o articulista, a razão do progresso paulista não era outro senão o fato de ter “abraçado cordialmente os imigrantes que para ela volveram seus passos”, fazendo com que fosse o ponto do Brasil que gozava melhor reputação entre os europeus, justamente por ser grande “importador de braços livres e honrados”.⁹⁰

Não muito distante de Uberaba, na cidade de Bagagem (atual Estrela do Sul), região do Alto Paranaíba, outro articulista (que também preferiu assinar apenas com iniciais) publicou artigo sobre o candente tema da imigração no jornal *A Bagagem*, “periódico agrícola, literário, noticioso e comercial”. O autor que se identificou apenas como N.T., indagava aos leitores como a lacuna criada pela troca do braço escravo pelo livre (que com razão acreditava estar próxima) seria suprida. Sua resposta foi direta: “A previdência lógica em uma tal situação impõe a todos o dever de cooperar coletivamente pelo restabelecimento da ordem natural, atraindo a emigração, garantindo-a e fornecendo-lhe os meios de progresso”.⁹¹ Os habitantes do sertão não deveriam ser os últimos a contribuir para a colonização das terras brasileiras, que só poderia trazer-lhes os melhores benefícios, uma “salvaguarda da nossa prosperidade”, como estava disposto a provar.

⁸⁹ Idem, *ibidem*.

⁹⁰ Idem, *ibidem*.

⁹¹ A BAGAGEM. Bagagem, 14 de junho de 1885. BN

O incógnito articulista prosseguiu afirmando que o tipo de trabalho existente no sertão seria o mais apropriado para os colonos europeus, sendo que o cultivo de gêneros como cana, fumo e café, só teriam a ganhar “com a introdução de um braço mais enérgico e mais inteligente”. Tendo indicado o caráter benéfico da chegada dos imigrantes, o articulista pôs-se a discutir as qualidades e aptidões dos braços que deveriam salvar a lavoura, lembrando que especialmente nas províncias da região sul do Brasil a preferência em relação aos colonos alemães havia garantido um “brilhante progresso”, principalmente combinada com a colonização italiana, tida por ele como mais forte e robusta, porém menos inteligente. Ao contrário de alemães e italianos, a imigração chinesa “seria a pior e mais desoladora praga”.⁹²

Como queriam os articulistas e redatores cujos “brados” acabamos de conhecer, a ideia de se promover a imigração chinesa para o Brasil não vingou. Proposto pela primeira vez pelo visconde de Sinimbu em 1878, o projeto de imigração chinesa foi prontamente rejeitado pelo Parlamento tendo como base “temores” muito parecidos com os que foram publicados nos jornais mineiros que visitamos há pouco.⁹³ Sinimbu atribuía aos trabalhadores asiáticos qualidades opostas àquelas alardeadas pelos que se opunham à sua introdução no país, afirmando em relatório apresentado ao Ministério da Agricultura que eram “morigerados, sóbrios e dedicados ao trabalho”. Entretanto, o visconde destacava que a função dos chineses não seria a colonização, mas apenas o preparo do terreno para a chegada do trabalho livre.⁹⁴

Em 1883, uma comitiva de diretores da Companhia de Comércio e Imigração Chinesa, solenemente acompanhada por um mandarin, chegou a ter audiência com o Imperador Pedro II, contudo, seus negócios não lograram êxito.⁹⁵ O temor de que a introdução de chineses levaria à “mongolização” do país foi um argumento usado até mesmo por Joaquim Nabuco.⁹⁶ O racismo era uma das moedas correntes no Brasil de fins do oitocentos. Mesmo os defensores da vinda dos *chins* ou *coolies* (expressões muito utilizadas para designar os chineses) não cogitavam sua inserção em projetos de colonização, defendendo uma imigração temporária, a fim de evitar o “perigo amarelo”.⁹⁷

Voltando à reclamação da falta de braços e os clamores por imigrantes europeus em Minas Gerais, para aborrecimento de políticos e parte considerável da “opinião pública”,

⁹² Idem, *ibidem*.

⁹³ VENTURA, Roberto. Op. cit., p.63.

⁹⁴ MACHADO, Humberto. *Escravos, Senhores e Café: A Crise da Cafeicultura Escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888*. Niterói: Clube da Literatura Cromos, 1993, p.119.

⁹⁵ SILVA, Eduardo. *Dom Obá d'África*. Op. cit., p.97.

⁹⁶ VENTURA, Roberto. Op. cit., p.63.

⁹⁷ SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *REVISTA USP*, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002, p.124, nota 22.

mesmo com os incentivos criados, a maioria das medidas aprovadas pelo governo provincial mineiro não lograram êxito, sem atrair a atenção de fazendeiros e tampouco uma quantidade expressiva de imigrantes. Dos 52.582 imigrantes que entraram em Minas entre os anos de 1884 e 1901, 76% chegaram no período entre 1896 e 1897, ocasião posterior à abolição.⁹⁸

Ao observar os discursos da elite letrada em torno da abolição em São Paulo, Célia Azevedo concluiu que as reclamações em torno da falta de braços na verdade representavam “uma asserção genérica, sem fundamentos quantitativos, no mais das vezes feita em função de necessidades específicas regionais ou então de interesses especificamente imigrantistas”.⁹⁹ Sem obviamente confundir a situação de São Paulo no que tange a condução do processo de abolição com aquela enfrentada em Minas Gerais, a assertiva oferecida pela autora pode nos ajudar a pensar nos “porquês” das reclamações mineiras em torno da suposta falta de mão de obra e os arroubos imigrantistas presentes na imprensa. Concordando com Célia Azevedo, e guardando as devidas proporções, acredito que a insistência na introdução de imigrantes como solução para a suposta “falta de braços”, projeto que no fim das contas fracassou, significa uma estratégia para a implementação de projetos tidos pelas elites como mais adequados aos modelos civilizatórios que pretendiam seguir ou mesmo construir.

De acordo com Ana Lúcia Lanna, a despeito das discussões políticas e da campanha na imprensa, a introdução de imigrantes não seduziu os fazendeiros mineiros que acabaram por acolher a mão de obra nacional, mesmo que não fosse considerada a melhor. Ainda segundo a autora, “a reivindicação de braços para a lavoura não implica, no geral, uma associação ao imigrante, mas a possibilidade de controle da força de trabalho existente, na qual se incluem os ex-escravos”.¹⁰⁰ Para Daniel Consentino, o grande problema de Minas Gerais no que tange à imigração foi que, ao contrário de São Paulo, que “deu um salto rumo ao desenvolvimento capitalista”, os mineiros preferiram reiterar um projeto aristocrático e arcaizante, sobretudo em suas regiões economicamente mais dinâmicas, onde o apego à escravidão se manteve firme até o 13 de maio de 1888.¹⁰¹

O editorial da edição de 20 de outubro de 1883 do *Pharol*, jornal editado em Juiz de Fora, principal pólo cafeeiro da Zona da Mata, reflete as dificuldades impostas pelos próprios fazendeiros para o estabelecimento de imigrantes em Minas. George Charles Dupin,

⁹⁸ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: A Passagem Para o Trabalho Livre na Zona da Mata Mineira, 1870 – 1920*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988, p.77.

⁹⁹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Op. cit., p.136.

¹⁰⁰ LANNA, Ana Lúcia Duarte. Op. cit., p.81. Sobre imigração para Minas Gerais consulte ainda: GRECO, Ângelo Antonio. *Em busca de braços fecundantes: política, economia e preconceito no discurso da imprensa mineira sobre a imigração (1888-1898)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. São Paulo, 2009.

¹⁰¹ CONSENTINO, Daniel do Val. Op. cit., p.113.

proprietário e redator do jornal, chamou a atenção de seus leitores para o “grave problema da imigração”, segundo ele, objeto de “preocupação de alguns cérebros verdadeiramente patriotas e cogitação de muitos especuladores”, que naquele momento acentuava-se de maneira decisiva no Brasil. Para Dupin, o vácuo deixado pelo “iminente” desaparecimento do braço escravo deveria ser preenchido por “novos elementos de vida”, não sendo indicada a utilização do nacional liberto, mesmo reunido em núcleos e sob sistema de parceria, medida tida por seus contemporâneos como deveras infrutífera, visto a “educação errada e viciosa que recebe o homem no Brasil”.¹⁰²

Mesmo sendo favorável à utilização do trabalho imigrante, Dupin chamou atenção dos leitores para a dificuldade de sua introdução enquanto o elemento escravo ainda predominasse no país, bem como estabelecimentos rurais cuja forma de administração não se coadunava “com os sentimentos do colono nascido livre e criado em terras onde não existem escravos”. As marcas da escravidão espantavam os colonos europeus que jamais se sujeitariam ao mesmo ritmo e sistema de trabalho imposto aos cativos. Ao contrário do escravo, que “por sua condição sujeita-se a tratos e privações”, do europeu os fazendeiros poderiam exigir trabalho, “mas assinando um contrato reservará ele para si o direito de ser homem; de pensar e de obrar um pouco também por si mesmo”. Era necessário, pois, que os cafeicultores da Zona da Mata mineira, a quem com certeza Dupin dirigia suas palavras, deixassem de lado seu obstinado apego à escravidão, a fim de seguir o caminho para o progresso da lavoura e do país.

Porque são poucas as exceções, pequeno é o número de *fazendeiros* que compreenderão o modo de tratar o homem livre que vem substituir ao escravo em suas fazendas.

Daí essas revoltas nas fazendas; as fugas dos colonos e o descrédito para a colonização.

Saindo de um regime de ferro com dificuldade adotará a lavoura outro qualquer que convenha ao homem livre.

O feitor, as senzalas, o eito, as tarefas – são coações que amedrontam e afugentam o trabalhador livre, que procurando o Brasil vem sempre receoso e prevenido.¹⁰³

Caso as dificuldades para a introdução de imigrantes permanecessem, o redator sugeria que a saída seria mesmo investir na preparação da colonização nacional. Com imigrantes europeus sendo espantados pela permanência das marcas da escravidão nas fazendas, o melhor seria educar escravos e seus descendentes para o trabalho livre. Os ingênuos (nascidos de ventre livre desde 1871, mas atrelados aos proprietários de suas mães

¹⁰² O PHAROL. Juiz de Fora, 20 de outubro de 1883. BN

¹⁰³ Idem, *ibidem*.

até pelo menos os 21 anos de idade) deveriam ser preparados para o futuro, inspirando-lhes o amor ao trabalho e a ambição de possuir algo, como a “casinha que é sua e ao pequeno quintal que cultivará em suas horas de descanso”. Era preciso firmar escravos e seus descendentes no solo das fazendas, como se ali tivessem raízes profundas, vivendo com sua família e seus companheiros de labuta. Dupin reconheceu que existia o risco do ex-escravo querer deixar as terras onde viveu, pois era natural querer se livrar de um lugar que lhe despertasse “recordações muito tristes”, como “o galés que deixa a algema e parte sem ousar olhar para o lugar onde residiu e onde foi mártir”. Os fazendeiros deveriam se esforçar para fazer com que os futuros homens livres reconhecessem sua nova posição, despertando neles “o desejo de viver por si e de ser útil a si e à sociedade”.¹⁰⁴

As dificuldades para o assentamento de colonos estrangeiros na Zona da Mata figuraram mais uma vez nas páginas do *Pharol* em sua edição de 01 de fevereiro de 1885. No editorial intitulado “Triste sintoma”, a atenção dos leitores foi direcionada para a possível evasão de 14 famílias alemãs que haviam se estabelecido em Juiz de Fora. Em tom dramático, o texto denuncia a partida do grupo de “colonos aclimatados, acostumados já à lavoura do país, colonos morigerados que residem aqui há mais de vinte anos, cujos filhos nasceram aqui e que são conhecidos como homens honestos e trabalhadores!”.¹⁰⁵ George Dupin seguia afirmando que “quando todos se queixam da falta de braços e empenham-se por todos os meios para obtê-los à custa dos maiores sacrifícios”, o principal município da região mais rica da província, “que aspira os foros de adiantamento”, repelia de seu seio os braços que já possuía. Para o redator, aquele fato poderia ser o mesmo “triste sintoma” dos problemas que o município poderia enfrentar no futuro para reorganizar sua mão de obra.

Explique quem puder semelhante anomalia!

Quando todos se queixam da falta de braços e empenham-se por todos os meios para obtê-los à custa dos maiores sacrifícios; o município de Juiz de Fora, na sua soberba indiferença, deixa que vá procurar trabalho fora, os braços que possui.

E obriga-nos a atirar aos ventos da publicidade a notícia que encima estas linhas e que repetimos como fecho das nossas considerações, recomendando àqueles que pensam que a tomem na devida consideração:

*“Embarcam hoje para a fazenda do Piracema, município de Santo Antonio de Pádua, 14 famílias alemãs que não encontram aqui meios de subsistência”.*¹⁰⁶

Dias depois, o redator voltou a se ocupar dos colonos alemães, informando que, segundo os próprios, sua partida se devia ao fato das terras que lhes foram legadas serem de

¹⁰⁴ Idem, ibidem.

¹⁰⁵ Idem, 01 de fevereiro de 1885. BN

¹⁰⁶ Idem, ibidem.

má qualidade, impedindo-os de obter boas colheitas. Tendo recebido convite de um fazendeiro do município fluminense de Santo Antonio de Pádua, os chefes de cada família decidiram por lá se aventurar, sem, contudo, levar consigo esposas e filhos, que ainda permaneceriam em Juiz de Fora.¹⁰⁷

Dada a dificuldade em atrair para o vasto território mineiro os “bem escolhidos e civilizados braços europeus”, proprietários e letrados tiveram que se entender com o “braço nacional”, leia-se aí principalmente escravos, libertos e seus descendentes. Tal fato se constituía em um sério problema dado a concepção negativa que existia em torno da imagem dos negros de forma geral, tidos como preguiçosos; perigosos ou inferiores do ponto de vista intelectual e físico. Como foram forjados pelas elites letradas do Império, natural que os jornais nos ofereçam exemplos vivos do juízo e imagem que estas mesmas elites faziam, não só dos negros/escravos, mas todo o “populacho”, concepções que se enquadravam perfeitamente nos ideais de desenvolvimento então em voga.¹⁰⁸ Entretanto, mesmo através desse espaço é possível perceber os traços das ações perpetradas pelo “zé povinho”. Cabe lembrar que a historiografia brasileira sobre a escravidão demonstrou nas últimas décadas como os escravos foram muito além do papel de agente passivo, antes pintado pelos intelectuais do século XIX (e mesmo pela historiografia), atuando ativamente no cotidiano escravista, negociando, se rebelando e por vezes alcançando sua liberdade.¹⁰⁹

O fato é que, quase no apagar das luzes, os cafeicultores da Zona da Mata acabaram por aceitar o braço nacional como a alternativa mais viável frente a uma crise que já lhes parecia inevitável. Em sua edição de 18 de março de 1888, o *Pharol* estampou em suas páginas um artigo intitulado “O Colono Nacional”, que expressava descontentamento com o desprezo com que os fazendeiros “matenses” tratavam o tema. O redator Lindolpho de Assis¹¹⁰ estava convencido de que o “sertanejo” era “uma força apenas não aproveitada” e que era chegado o momento de experimentar a sua capacidade para o trabalho, acreditando que o braço nacional possuía as aptidões necessárias “para todos os ramos da indústria mineira”.

¹⁰⁷ Idem, 05 de fevereiro de 1885. BN

¹⁰⁸ Acerca das teorias racistas e ou racialistas que circularam pelo Brasil de fins do oitocentos consulte: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; VENTURA, Roberto. Op. cit.

¹⁰⁹ Dentre os vários trabalhos que adotam essa perspectiva podemos citar: LARA, Sílvia H. *Campos da violência*. Op. cit.; REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. Op. cit.; REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito*. Op. cit.; AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Op. cit.; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Op. cit.; PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII*. Op. Cit.; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹¹⁰ Após 14 anos à frente do jornal, George Charles Dupin transmitiu a propriedade e redação do *Pharol* para Lindolpho de Assis. De acordo com o próprio Dupin, a razão da venda foi sua saúde fragilizada. PHAROL. Juiz de Fora, 01 de dezembro de 1885.

Para o redator, não era mais possível se calar, “ser indiferentes e cúmplices no desprezo com que são considerados aqueles dignos e honrados trabalhadores”, preconizando as vantagens que o uso dos trabalhadores nacionais poderia trazer.¹¹¹

Assis chamou atenção dos fazendeiros para o fato de que todos os anos, mais especificamente no mês de abril, uma quantidade considerável de trabalhadores imigravam dos sertões mineiros em direção à Zona da Mata para trabalhar em seus cafezais, sendo que “durante o intervalo que medeia de abril a setembro se empregam em diferentes trabalhos”, mostrando variadas aptidões, assim como plena capacidade de trabalho, mas que, ganhando algum dinheiro, logo retornavam para seus lares, “merecendo por isto a pecha de inconstantes e volúveis, quando é exatamente pelo sentimento contrário, que estes homens rudes, porém honrados e trabalhadores, volvem, aos lares onde ansiosas os aguardam a esposa, a velha mãe, a família enfim de quem são os únicos arrimos”.¹¹²

Para o redator, a exemplo do que acontecia em relação à introdução de imigrantes estrangeiros, deveriam ser criadas associações que tivessem como mote a colonização dos “milhares de sertanejos” existentes na província, o que representaria verdadeira economia para os cafeicultores. O fazendeiro que quisesse ser feliz, “da quadra atual para diante”, afirmou, não teria outra opção senão colonizar suas terras com o trabalhador nacional, “aquele a quem está destinado o futuro de nossa lavoura”, tendo vantagem sobre o estrangeiro por já estar aclimatado, ser sóbrio, obediente e não possuir ambições de se tornar proprietário, ansiando apenas “o amor, a confiança e proteção de seus patrões e *um canto*, onde arme a sua casa rústica, desde que por um contrato regularmente passado se lhe garanta uma estabilidade duradoura”.¹¹³

O caso é que no dia 17 de março de 1888, um dia antes da publicação do artigo comentado acima, um grupo de distintos cafeicultores da freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Sarandy, marcaram uma reunião a fim de discutirem o futuro de suas lavouras. O encontro realizado na casa do capitão Modesto Camillo de Campos foi inicialmente dirigido por Francisco José Henriques, vice-presidente do clube que haviam fundado no ano de 1884, clube este que reativam naquele instante, sendo eleita nova diretoria tendo como presidente o barão de Monte Mário, auxiliado pelos senhores Necézio José Tavares (1º secretário) e Candido Dutra de Moraes (2º secretário). Além do grande número de fazendeiros e negociantes, a reunião contou com a participação do senhor Cornélio Gama, representante

¹¹¹ O PHAROL. Juiz de Fora, 18 de março de 1888. BN

¹¹² Idem, *ibidem*.

¹¹³ Idem, *ibidem*.

do jornal *O Pharol*, que entregou à nova mesa diretora do clube de “lavradores” um ofício de seu redator, Lindolpho de Assis, que colocou as colunas de sua folha à disposição dos nobres representantes da lavoura, “para a defesa de seus interesses”.¹¹⁴

Iniciada a reunião, o barão de Monte Mário, novo presidente do clube logo passou a palavra ao “senhor doutor” Necézio que propôs a constituição de uma comissão que teria como missão o estabelecimento de propostas para a resolução da “crise atual”. Após a manifestação dos senhores Azarias José de Andrade e Christiano Nóbrega, que prontamente defenderam a adoção de um sistema de colonização mista, combinando braços nacionais e estrangeiros, os presentes acabaram por acatar a proposta do 1º secretário, sendo a comissão composta pelos senhores Barão de Monte Mario, dr. Agostinho Corrêa, dr. Francisco J. Henriques, vigário João de Castro, capitão Severino José Henriques e Azarias José de Andrade, ficando acertado que os integrantes se reuniriam no dia 24 daquele mês de março para “combinar as medidas mais úteis” contra a crise, medidas essas que seriam apresentadas em nova assembleia dos fazendeiros, marcada para o dia 10 de abril.¹¹⁵

A edição de 23 de março de 1888 do *O Pharol* trouxe estampada em suas páginas um projeto de colonização nacional de autoria do senhor Joaquim Nogueira Jaguaribe, então presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora,¹¹⁶ que havia sido apresentado à comissão de fazendeiros da freguesia de Sarandy. O projeto, que para o redator Lindolpho de Assis pareceu “bem prático e de fácil realização”, trazia logo no início uma lista de considerações que apontavam as várias desvantagens da adoção de trabalhadores europeus, entre elas o fato de que acalentavam o desejo de tornarem-se proprietários; exigirem moradias em bom estado, “forradas, envidraçadas e caiadas”; além de custar o dobro da despesa geralmente dispensada ao colono nacional que se contentava com “uma casa de sapé, barreada, o que no máximo poderá importar” 130 mil réis. Mas as vantagens do nacional não paravam por aí.

Segundo Jaguaribe, os nacionais se sujeitavam sem reclamação a todos os sistemas de trabalho, aceitando tanto o salário quanto a parceria, querendo nada além do próprio trabalho, um “lugar seguro e tranquilo, onde morar, o amor e proteção de seus patrões”. Por derradeiro, o autor do projeto apresentou a proposta de criação de uma companhia de colonização nacional, cuja finalidade seria “trazer dos sertões de Minas” para os municípios cafeeiros da Zona da Mata colonos nacionais acompanhados de suas famílias, descrevendo ainda uma

¹¹⁴ Idem, 20 de março de 1888.

¹¹⁵ Idem, ibidem.

¹¹⁶ GENOVEZ, Patrícia Falco. *As Malhas do Poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002, p.100.

estimativa de custos para que o intento fosse materializado.¹¹⁷ É interessante observar como a proposta elaborada por Jaguaribe vai de encontro às observações tecidas pelo redator do *O Pharol* em edição anterior do jornal, tendo também clamado aos fazendeiros a adoção da mão de obra “sertaneja”, o que pode indicar a possibilidade de diálogo entre eles.¹¹⁸

Chegado o dia 10 de abril de 1888, os fazendeiros da freguesia de Sarandy se reuniram mais uma vez na casa do senhor Modesto Camillo de Campos, ansiosos para tomar parte das conclusões a que chegaram os membros da comissão responsável por apontar os caminhos mais seguros para a “transformação do trabalho”. Em seu relatório, os membros da comissão afirmavam que os cafeicultores haviam dormido ao invés de agir, sendo “indiferentes e apáticos aos males que com grave iminência” se desencadeariam sobre suas cabeças. Reconheciam que os libertos não deixavam de ser “aproveitáveis nos serviços para os quais tem manifesta aptidão”, salientando, contudo, que só poderiam utilizar um terço de seus serviços, “por motivos, que nenhum de nós ignora”. A única saída seria adotar “como medida urgentíssima e inadiável, que os lavradores desta paróquia, já e já mandem vir famílias de trabalhadores livres de que precisem”, lançando mão das providências tomadas pela Assembleia Provincial e governo de Minas, “secundados pela Associação de Imigração, constituída na cidade de Juiz de Fora”, utilizando assim as facilidades para o suprimento de braços estrangeiros, bastava escolher a nacionalidade e o tipo de contrato a ser celebrado.¹¹⁹ No fim das contas, os conselhos de Lindolpho de Assis e Joaquim Nogueira Jaguaribe não foram levados em consideração e o relatório foi aprovado.

Ao que parece, tendo sido voto vencido dentro da comissão de Sarandy, o vigário João de Castro preparou texto a parte, também lido durante a reunião do dia 10 de abril, no qual caminhou na contramão de seus colegas. Entre as “teorias de uns e da prática de outros”, o vigário afirmou que os resultados dos diversos projetos de transição para o trabalho livre não eram plenamente conhecidos e que “aqueles que vão se conhecendo variam segundo as zonas diferentes em que são exercidos e segundo a uberdade do solo a que se aplicam”. O sacerdote seguiu sua explanação questionando o suposto sucesso da colonização estrangeira em São Paulo, que “corre com muitos garbos”. “Não lhe sucederá vir depois de um abismo outro abismo?”, indagou. Sem querer dar “arras de pessimista”, o padre afirmou que era viva a possibilidade de que em um futuro próximo os proprietários tivessem de se lamentar do mal causado pela maciça entrada de estrangeiros no país, como ocorrera nos Estados Unidos, onde

¹¹⁷ O PHAROL. Juiz de Fora, 23 de março de 1888. BN

¹¹⁸ Idem, 18 de março de 1888. BN

¹¹⁹ Idem, 12 de abril de 1888. BN

o governo, “vendo o país cheio, repleto mesmo de estrangeiros provindos em virtude da grande corrente imigratória” sentia-se ameaçado pelo “terrível pauperismo ou, o que é pior ainda, da funesta mendicidade, principais fatores do comunismo!”. Havia necessidade de se agir com urgência sim, mas com “passo medido pela reflexão, e firmado no terreno sólido da realidade”. Para o vigário de Sarandy, não se podia alongar o passo sem método, sem reflexão, abrindo-se as “portas da freguesia para toda espécie de imigração”, como queriam seus pares, uma precipitação que poderia sacrificar seu futuro.¹²⁰

A fórmula proposta pelo vigário tinha entre seus ingredientes o pedido para que os fazendeiros ali reunidos se esforçassem para aproveitar o maior número possível de libertos, permanecendo estes em seus estabelecimentos, instituindo contrato de locação de serviços, “ou qualquer outro razoável”, oferecendo-lhes as mesmas vantagens que seriam apresentadas aos estrangeiros, “ou ainda um pouco maiores, atendendo-se a que os atuais servidores da lavoura têm a seu favor mais aptidão para o gênero” de trabalho ali existente, possuindo ainda bons hábitos, “salvo poucas exceções”. Os nacionais, ou melhor, os libertos, “pouca ou a nenhuma alteração essencial obrigarão o regime dos estabelecimentos, o que não acontecerá com a administração do colono estrangeiro”.¹²¹

Além dos libertos, indicados pelo vigário como primeira alternativa, os fazendeiros poderiam ainda se servir da grande população existente no “centro da província de Minas”, “gente válida da qual grande número interna-se na mata do café, no tempo das colheitas”, como também haviam observado Lindolpho de Assis e Joaquim Nogueira Jaguaribe. Bastava oferecer-lhes as mesmas comodidades e vantagens pensadas para os estrangeiros, garantindo a instalação dos trabalhadores e de suas famílias. A acusação de que os nacionais eram indolentes, sem estímulos ou ambição foi prontamente rechaçada pelo sacerdote que afirmou que os trabalhadores que por ali laboravam mostravam exatamente o contrário, “e desde que convidados e atraídos, se decidam a aceitar, é porque querem o trabalho”. Os indolentes, prosseguiu, “os que não tem estímulos e nem ambição, com certeza deixar-se-ão ficar em suas choupanas”.¹²²

Por fim, o vigário João de Castro alertou que, caso fosse realmente necessário admitir trabalhadores estrangeiros, deveria ser dada preferência aos de origem portuguesa ou alemã, “exclusivamente e nenhuma outra”. As razões para a preferência manifestada seria o fato de que “nenhuma outra procedência tem tão pronunciados os hábitos de trabalho e de economia,

¹²⁰ Idem, 13 de abril de 1888. BN

¹²¹ Idem, *ibidem*.

¹²² Idem, *ibidem*.

como aquelas duas, o que é uma estimável garantia de estabilidade”, além de “sua conformidade com as maiores ou menores vantagens, que se lhes possa oferecer”.¹²³

Sem terem certeza da real proximidade da abolição, outros grupos de fazendeiros seguiram o exemplo dos colegas da freguesia juizforana de Sarandy, tendo ocorrido encontros e discussões semelhantes em Piáu e Paraibuna.¹²⁴ Contudo, como destaca Luiz Fernando Saraiva, as clamores imigrantistas acabaram sendo suplantados pela preferência ao trabalhador local.¹²⁵ Parte integrante da região chamada por Ricardo Salles de “Coração do Império”¹²⁶, a Zona da Mata mineira enfrentou dilemas semelhantes àqueles que ocupavam as mentes dos fazendeiros das outras regiões tomadas pelo “ouro verde”, especialmente o Vale do Paraíba Fluminense. O tenaz apego à escravidão, observado nas regiões cafeeiras, só esmoreceu às portas da abolição, quando a discussão sobre o uso do quase esquecido trabalhador nacional passou a ser uma opção, fazendo-se necessário converter os “caboclos” supostamente ociosos e preguiçosos em instrumentos úteis para a lavoura do café.¹²⁷

Com tanta incerteza em relação ao futuro, não só os proprietários da Zona Mata, mas de toda província, lançaram mão de estratégias que visavam garantir braços para lavrar suas terras. Batizados, festas de aniversário, banquetes políticos ou mesmo missas de sétimo dia eram muitas vezes as ocasiões ideais para manifestar publicamente os atos filantrópico-paternalistas dos senhores de escravos, que a partir daquele momento passariam a ser

¹²³ Idem, ibidem.

¹²⁴ Idem, 20 e 21 de abril de 1888. BN. Ao analisar o esboroar da escravidão em regiões cafeeiras do sudeste brasileiro, Hebe Mattos registrou diversas reuniões organizadas pelos fazendeiros, cujo objetivo era discutir questões relativas à reorganização, não só do trabalho dos libertos, mas também do controle social exercido sobre eles. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Op. cit.

¹²⁵ SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870-1900*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2001, p.155. Sobre o processo de abolição na Zona da Mata mineira, veja também: GUIMARÃES, Elione Silva. *Violência entre parceiros de cativeiro: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2006; LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Os padrões de alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2006; GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006; FANNI, Silvana Oliveira. *Conquistando a liberdade: de escravos a libertos*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2006; FRANCISCO, Raquel Pereira. *Laços da senzala, arranjos da flor de maio: relações familiares e de parentesco entre a população escrava e liberta – Juiz de Fora (1870-1900)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007; FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na zona da mata mineira oitocentista*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

¹²⁶ O autor entende como “Coração do Império” a região formada pela Bacia do Rio Paraíba fluminense e paulista, pela Baixada Fluminense e Zona da Mata mineira, espaço que abrangia as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, além do Município Neutro da Corte. SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.265.

¹²⁷ MACHADO, Humberto. *Escravos, Senhores e Café*. Op. cit., p.123.

verdadeiros arautos da abolição. Dos escravos, aqueles beneméritos cidadãos não esperavam menos do que reações dignas de um “bom Pancrácio”, se jogando aos seus pés e fazendo juras de amor e obediência.¹²⁸ Ao brilhantemente analisar uma crônica machadiana na qual o agradecido e resignado Pancrácio era uma das personagens centrais, Sidney Chalhoub nos indica a forma como os senhores escravistas tentavam reafirmar seu domínio, mostrando aos escravos e à sociedade que eles (e não o Estado) detinham a prerrogativa da alforria. Em tempos que a abolição parecia cada vez mais próxima (mas continuava obviamente sendo uma incerteza), era essencial convencer os escravos de que “o caminho para a alforria passava necessariamente pela obediência e fidelidade em relação aos senhores”, transformando-os em libertos “ainda mais fiéis e submissos a seus antigos proprietários”.¹²⁹

Ao noticiar os atos de libertação de escravos, muitos jornais acabavam por passar um recado às alas tidas como radicais do movimento abolicionista, que insistiam na campanha pela decretação da abolição imediata por parte do Estado, além do incentivo às fugas dos escravos. O número crescente de manumissões seria a prova cabal de que os próprios senhores seriam os responsáveis pela queda da escravidão, eliminando aos poucos, e de forma sublime, as marcas daquela instituição ultrapassada.

Avesso à propaganda, dizia *O Pharol*, o barão de São João Nepomuceno, falecido em 1883, era, além de grande fazendeiro, um progressista, estando na vanguarda até o fim de seus dias. Teria ele sempre cuidado do bem-estar de seus escravos, “como o bom pai cuida dos filhos”, concedendo inúmeras cartas de alforria sem solicitar as “trombetas da ostentação”, querendo ocultar suas bem-feitorias, como o fato de ter transformado um de seus libertos, o mordomo Belmiro, em “cidadão honesto e moralizado pai de família, e por exceção também, de uma dedicação sem limites e amigo verdadeiro”. O barão, que não gostava da publicidade de “certos assuntos”, acabou por ser beneficiado pela imprensa, tendo sua imagem de fazendeiro supostamente progressista e generoso, cristalizada junto aos libertos e escravos que ainda deixara para seus herdeiros.¹³⁰

Mesmo com a morte do senhor a filantropia poderia atingir os escravos, que, obrigados pelo testamento do finado, deveriam trabalhar por mais alguns anos antes de receberem plena liberdade. Nesse sentido, inúmeras alforrias “testamentárias” foram divulgadas ao longo da década de 1880, como a ocorrida por ocasião do falecimento do senhor Custódio Teixeira Leite, que concedia manumissão a 88 escravos, tendo ele

¹²⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Op. cit., pp. 95-97.

¹²⁹ Idem, *ibidem*, pp.99-100.

¹³⁰ O PHAROL, 07 de junho de 1886. BN

manifestado tal vontade ainda em vida. De acordo com a notícia publicada no jornal *Província de Minas*, da capital Ouro Preto, os herdeiros do dito finado promoveram a liberdade dos cativos diante do juiz de órfãos, tendo o herdeiro principal assumido a administração da fazenda, garantindo ainda trabalho aos libertos na mesma propriedade.¹³¹ Em São José d'El-Rey (atual Tiradentes), região das Vertentes, Dona Maria Luiza Mendonça Rezende, “ultimamente falecida em sua fazenda da Roça Grande”, deixou em seu testamento, “entre muitos e diversos legados piedosos e filantrópicos”, a liberdade a quinze escravos, sendo duas condicionais.¹³²

Quase às portas da abolição o *A Folha Sabarense* dava conta do recebimento de uma carta enviada pelo tenente-coronel Caetano Mascarenhas, estabelecido em Ponte Nova, norte da Zona da Mata, datada de 27 de novembro de 1887, informando que no dia 31 de dezembro de 1889 libertaria todos seus escravos, além de desistir dos serviços dos ingênuos. De acordo com a missiva, o “caridoso” tenente-coronel havia determinado que legaria aos futuros libertos que se comportassem como “bons cidadãos”, casas e terras para viver e labutar.¹³³

Uma nota retirada do *O Paiz* do Rio de Janeiro, e primeiramente publicada no *Propaganda* de Diamantina, noticiava que, seguindo o exemplo do irmão residente em Ponte Nova, “os Srs. Drs. Pacífico e Sebastião Mascarenhas, dignos representantes de Minas pelo 4º e 5º distritos” (respectivamente Sabará e Pitangui) e membros de uma das mais ricas e ilustres famílias da “zona sertaneja desta província”, poderiam libertar de forma onerosa seus mais de 500 escravos no dia 01 de janeiro de 1888, tendo eles que prestar serviços até 31 de dezembro de 1890. A nota terminava com exclamações: “A ideia caminha! Caem os últimos redutos!”.¹³⁴

Não raro, a libertação condicional de escravos era noticiada como a comprovação de que determinado fazendeiro aderira à campanha abolicionista, sendo pintado como dono de um “coração grandioso”, ao contrário daqueles que ainda insistiam na manutenção do azorrage escravista. Um artigo publicado no *A Folha Sabarense* noticiou mais um ato de libertação de escravos, afirmando seu autor, que, assinou apenas como “*um abolicionista*”, que apesar de estarem em pleno sertão, entenda-se aí a região Metalúrgica-Mantiqueira, os fazendeiros dali acabavam por ensinar o caminho do progresso àqueles da zona cafeeira, mostrando que ali havia um movimento mais adiantado e civilizado do que nas áreas tidas como mais desenvolvidas da província, lê-se aí a Zona da Mata. Segundo o autor incógnito, a ideia

¹³¹ A PROVÍNCIA DE MINAS, 09 de outubro de 1884. SIA-APM.

¹³² Idem, 13 de agosto de 1885. SIA-APM.

¹³³ A FOLHA SABARENSE. Sabará, 18 de dezembro de 1887. SIA-APM.

¹³⁴ Idem, 25 de dezembro de 1887. SIA-APM.

abolicionista caminhava com rapidez pelos sertões mineiros graças aos esforços de um cidadão prestimoso, autor de “ações dignas de corações grandiosos”, em contraposição àqueles que insistiam em preservar o “tronco e a vergasta do feitor como símbolo do adiantamento do comércio, indústria, e agricultura”.¹³⁵

Os fazendeiros dos “sertões de Minas” foram pintados pelo “*abolicionista*” como verdadeiros amantes da liberdade, que, ao contrário dos cafeicultores da Mata, sempre haviam tratado “a sua propriedade como se fosse uma só família”, a despeito das falhas da legislação então vigente, “empregando para isso meios justos e que não trouxessem imediatos prejuízos aos seus”. Entre os pequenos lugares da região central de Minas, a freguesia do Tabuleiro Grande, município de Sete Lagoas, se destacaria como grande exemplo através das ações de um “cidadão prestante, cujo caráter é digno de admiração pelas qualidades francas e leais que o nobilitam”, verdadeiro protetor da “raça oprimida”, qualidades comprovadas pelo fato de ter ele combinado com outros proprietários a concessão de nada menos que 336 liberdades, “umas com cláusulas de prestação de serviço, outros sem elas”.¹³⁶

O homenageado da vez era o senhor Antonio Cândido da Silva Mascarenhas, Barão de Sete Lagoas, “um dos poucos homens que compreendem a conveniência dessas liberdades para o progresso de nosso país”. Se os escravos eram tratados como se fossem da família, eram antes disso uma propriedade que, como o diz o texto, não poderiam ser libertados sem que para isso fossem empregados os “meios justos e que não trouxessem imediatos prejuízos aos seus conterrâneos”.¹³⁷ Assim como o barão de S. João Nepomuceno, o de Sete Lagoas também se dizia avesso à publicidade, mas, como aquele, não conseguiu fazer com que sua “beneficência” não fosse divulgada. A imprecisão do número de alforrias condicionais e gratuitas nos deixa na incerteza de quantos daqueles “oprimidos” estariam realmente livres.

No município do Pará, o Exmo. Sr. C. João Alves, importante fazendeiro daquela localidade, também resolveu promover um ato de generosidade, tido pelo redator da *Folha Sabarense* como “prova mais frisante e evidente de adiantamento da ideia abolicionista”, “restituindo a uma grande massa de homens aquilo que a bárbara e atrasada lei [...] com os argumentos sofísticos de um legislador sem coração: a *liberdade*”.¹³⁸ Seguindo o exemplo do tenente-coronel Mascarenhas, Alves também prometeu a uma grande quantidade de escravos a liberdade para o ano de 1890, concedendo apenas aos bem comportados e morigerados casas e terras:

¹³⁵ Idem, 22 de janeiro de 1888. SIA-APM.

¹³⁶ Idem, ibidem.

¹³⁷ Idem, ibidem.

¹³⁸ Idem, 05 de fevereiro de 1888. SIA-APM.

No dia 1 de janeiro do corrente ano o Sr. Cel. João Alves deu plena liberdade aos seus escravizados Estevão e sua mulher, e declarou aos demais, em número superior a 50, que no dia 1 de janeiro de 1890 estariam todos livres, prometendo-lhe se procedessem bem, lhes daria casa, terras e outras coisas que necessitam para seus estabelecimentos.

É digna de menção esta promessa do Sr. Cel. João Alves que dói além de outros proprietários, ajudando aos seus ex-escravizados, evitando assim que mais tarde viessem a tornarem-se maus cidadãos por falta de meio de subsistência e acostumassem a algum vício, que os impedisse de procurar qualquer gênero de trabalho. O nosso honrado amigo foi além com aquele habitual e franco espírito de magnanimidade que o caracteriza, desiste também do serviço de todos os ingênuos.¹³⁹

Maria Helena Machado lembra que, para abolicionistas como Joaquim Nabuco, a conscientização da classe senhorial era mais que necessária para garantir uma caminhada tranquila rumo ao progresso. Dessa forma, atitudes pretensamente humanitárias dispensadas pelas elites em relação aos escravos, sob a forma de libertações espontâneas, porém ordenadas e pedagógicas, eram tidas como dignas de aplauso.¹⁴⁰ Ainda segundo a autora,

Iniciativas ocasionais, as doações de glebas de terras a escravos, mais além do mero paternalismo que tradicionalmente informava a relação dos senhores com seus escravos, podem expressar uma certa visão que, embora minoritária, animava os projetos dos reformistas sobre os quadros da transição.¹⁴¹

Segundo Luiz Fernando Saraiva, mesmo os fazendeiros da cafeeira região da Zona da Mata, acusados pelos “colegas” do “sertão” de apresentar tenaz resistência à libertação de seus escravos, também teriam adotado como estratégia a promoção de alforrias “em massa” a fim de assegurarem a manutenção da mão de obra já existente em seus cafezais. Saraiva afirma que na região de Juiz de Fora, a abolição teria sido precedida pela ampla libertação de escravos por parte dos fazendeiros locais, fato que teria significado também um ato político e articulado, tendo como referência o Barão de Santa Helena, “senador da região e principal representante dos interesses políticos destes cafeicultores”. Com a abolição próxima, algo que, obviamente, desconheciam, os fazendeiros juizforanos trataram de libertar seus plantéis, “negociando, ou anunciando ‘salários’”, conforme mostram as notícias estampadas nos jornais nos dias que antecederam o 13 de maio.¹⁴²

Um exemplo emblemático dessa estratégia pode ser visualizado em uma celebração que os ex-escravos do tenente coronel Manoel Vidal Barbosa Lage teriam preparado para seu

¹³⁹ Idem, 05 de fevereiro de 1888. SIA-APM.

¹⁴⁰ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico*. Op. cit., p.68.

¹⁴¹ Idem, *ibidem*.

¹⁴² SARAIVA, Luiz Fernando. Op. cit., p.140.

“libertador”. Um dia antes da abolição, *O Pharol* informou aos seus leitores que, ao saber da chegada do coronel à sua fazenda, os libertos trataram de celebrá-lo, “saudando-o com entusiásticas aclamações de júbilo, atirando aos ares inúmeros foguetes e oferecendo-lhe vistosos ramalhetes de flores”.¹⁴³ Segundo a notícia, a catarse do festim teria vindo com um discurso proferido por um dos libertos que, “interpretando os sentimentos de seus companheiros, dirigiu-se respeitosamente ao coronel Vidal” solicitando dele a promessa de que permitiria a organização da festa em honra de São Pedro, no dia que lhe era consagrado (29 de junho), na fazenda cujo nome homenageava justamente o santo fundador da Igreja Católica.¹⁴⁴ A nota ressalta ainda que os libertos esperavam que a comemoração fosse “abrilhantada por todos os amigos do seu ex-senhor”, que havia sido vereador de Juiz de Fora entre os anos de 1881 e 1884,¹⁴⁵ descendendo de uma família que havia cultivado o costume de alforriar seus escravos.¹⁴⁶ Na mesma notícia há ainda menção a um suposto diálogo entre outro fazendeiro, o comendador Pedro Procópio Rodrigues - proprietário de nada menos que 19 fazendas -,¹⁴⁷ e seus libertos, afirmando que estes, ao serem indagados pelo ex-senhor se queriam permanecer na fazenda, “percebendo salário ou se pretendiam retirar-se”, teriam respondido: “- Nós só deixaremos a sua fazenda, se o senhor nos mandar embora!”.¹⁴⁸

Já na página seguinte da mesma edição do *Pharol*, figura uma carta assinada por Christiano Augusto de Rezende e datada de 10 de maio, tendo como destinatário Geraldo Augusto Rezende, o Barão do Retiro. No caso, o liberto Christiano vinha a público para prestar agradecimento ao seu ex-senhor, de quem esteve em poder por cinco anos, por ter-lhe concedido a liberdade, não tendo dele recebido nada “senão inúmeros benefícios que jamais esquecerei: melhor tratamento não encontraria em qualquer outro lugar”.¹⁴⁹ Ao encerrar a nota, Christiano afirmou seu desejo de prosperidade para seu ex-senhor, vereador e filho mais velho de José Ribeiro de Rezende, o barão de Juiz de Fora, e sua família.¹⁵⁰

¹⁴³ O PHAROL, 12 de maio de 1888. BN

¹⁴⁴ Idem, ibidem.

¹⁴⁵ GENOVEZ, Patrícia Falco. *As Malhas do Poder*. Op. cit., p.100.

¹⁴⁶ FREIRE, Jonis. Op. cit., p.280.

¹⁴⁷ GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação*. Op. cit., p. 142, nota 95.

¹⁴⁸ O PHAROL, 12 de maio de 1888. BN

¹⁴⁹ Idem, ibidem.

¹⁵⁰ REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. Baronato em família – considerações acerca da crise cafeeira em Juiz de Fora a partir da família Ribeiro de Rezende (1885–1914). In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; SOUZA, Sônia Maria de; FERNANDES, Cássio (orgs.). *Anais do II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social. Micro História e os caminhos da História Social*. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c2-a36.pdf>; GENOVEZ, Patrícia Falco. *As Malhas do Poder*. Op. cit., p.99.

É interessante notar que, além da liberdade, Christiano também recebeu do ex-senhor o próprio sobrenome. Prática muito comum no Brasil escravista, o nome do senhor poderia, em muitos casos, ser legado ainda na pia batismal, ou, como parece ter sido o caso de Christiano, ser adotado após a alforria, como símbolo da nova condição social.¹⁵¹ No caso, a adoção do sobrenome poderia significar o estabelecimento de um laço simbólico perene entre liberto e ex-senhor, indicando aí sua gratidão ou mesmo “dívida” contínua, além de simbolizar a nova condição. Entretanto, o uso do sobrenome do antigo proprietário também pode significar a construção de estratégias de promoção social na vida pós-cativeiro, através do uso da “herança imaterial” legada pelo possível prestígio que o nome adotado possuía.¹⁵² Não obstante, para além destas perspectivas, há de se pensar que sua significação, obviamente, poderia ser reconstruída pelos libertos e seus descendentes, uma vez que o “sobrenome é construído ao longo da vida em função das identidades familiares e sociais que se quer carregar”.¹⁵³

As alforrias, doações de pequenas porções de terra, ou até mesmo os festejos, foram, muitas vezes, ingredientes básicos de uma manobra para garantir tanto a manutenção de braços quanto do poder sobre eles. Como destacou Hebe Mattos,

Nos últimos meses da monarquia e ainda na primeira década republicana, os ex-senhores continuaram a tentar acionar sua ascendência sobre os homens nascidos livres, seus dependentes, bem como sua influência sobre as autoridades locais, para forçar os libertos a tomar contrato de trabalho.¹⁵⁴

Ao analisar estes e outros casos que estamparam as páginas da imprensa da cidade de Juiz de Fora e em processos criminais, tanto nos últimos momentos de vigência escravista, quanto naqueles imediatamente posteriores à abolição, Elione Guimarães concluiu que, embora houvesse uma oferta de mão de obra nacional significativa na Zona da Mata, os fazendeiros locais chegaram a enfrentar alguns problemas de insuficiência de trabalhadores,

¹⁵¹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1988, p.327.

¹⁵² LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁵³ GUEDES, Roberto. Parentesco, Escravidão e Liberdade (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.233-263, jan/jun 2011, p.247. Sobre a incorporação de sobrenomes por parte de ex-escravos veja, entre outros: SOARES, Márcio de Sousa. Fortunas mestiças: perfilhação de escravos, herança e mobilidade social de forros em Campos dos Goitacases no alvorecer do oitocentos. *Revista Estudos de História*, Franca, n.2, v.9, p.165-194, 2002; ALENCASTRO, Luís Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: _____. *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp.53-59.

¹⁵⁴ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Op. cit., p.284.

envolvendo em episódios de disputa e/ou manutenção de braços, fossem nacionais ou estrangeiros.¹⁵⁵

Evidentemente, o fato de que, especialmente na Zona da Mata, a maioria dos escravos permaneceu nas propriedades não impediu que alguns preferissem delas sair para experimentar a liberdade de fato e de direito, o que, obviamente, desagradou os agora patrões, que não perderam tempo em povoar as páginas da imprensa, bradando contra o ócio, a “vagabundagem” e o “vício”.¹⁵⁶

Como nos informa Elione Guimarães, quando a “propaganda” não bastou, alguns ex-senhores não pensaram duas vezes em usar a violência para manter os libertos de onde não queriam que saíssem. Nas palavras da autora, e poderemos observar mais à frente,

Os homens recém saídos do escravismo ficaram entregues à própria sorte, tiveram que enfrentar a prepotência dos ex-senhores de escravos, as recusas destes em aceitarem suas decisões e escolhas, e não descarto que muitos tiveram que se entregar ao furto para sobreviver. Apesar de todos os revezes, eles se dedicaram às reconstituição/reconstrução de suas famílias, e não formam poucas as dificuldades com as quais se depararam. Aos poucos, conquistam na luta e no enfrentamento a consolidação de um direito que a Lei de 13 de maio de 1888 e a Constituição de 1890 lhes garantiu em teoria: a conquista da cidadania. Esta luta ainda não teve fim.¹⁵⁷

2.3 - Negros, feiticeiros e pernósticos.

Não há como negar o poder simbólico das amplas libertações e a forma como exerciam influência sobre a população escrava. Ao oferecer a liberdade, mesmo que fosse “desde que”, o senhor acabava por inserir o escravo em um jogo de dom e contra-dom no qual deveria corresponder à dádiva senhorial com a oferta de sua obediência, submissão e trabalho.

¹⁵⁸ Contudo, não podemos esquecer que esse era apenas o ponto de vista de uma das partes envolvidas. Para os proprietários a concessão da alforria era uma prerrogativa exclusiva, exercida ali como estratégia de controle, entretanto, os atos de negociação e rebeldia dos escravos tinham seu peso no processo de libertação, e não era pequeno. As notícias de fugas, de perto ou mesmo de outras províncias, além de revoltas, serviam para pressionar os senhores escravistas a optarem pela alforria, fora a constante negociação exercida pelos mancípios, que também teciam suas estratégias.

¹⁵⁵ GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação*. Op. cit., p. 147.

¹⁵⁶ Idem, ibidem, pp.145-147.

¹⁵⁷ Idem, ibidem, p.156.

¹⁵⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Dos males da dádiva*. Op. cit., p.26.

Para os membros da “República das Letras”, eram eles os grandes responsáveis por guiar os passos do “povo” em seu processo educação. Falando especialmente aos senhores de escravos e não a estes, os articulistas se esforçavam para demonstrar a necessidade de extinguir-se a mácula escravista recorrendo muitas vezes a descrições pormenorizadas do males causados pela escravidão.

O jornal *Estrella do Sul*, publicado na cidade de Bagagem, no Alto Paranaíba, estampou na primeira página de sua edição de 16 de julho de 1882 a descrição de uma das várias “cenas da escravidão” publicadas em outras folhas da província. Os redatores denunciaram a violência com a qual um grupo de escravos foi arrastado para fora da cidade a fim de serem vendidos, fato “que impressionou dolorosamente a todos que dele tiveram contato”.¹⁵⁹ Segundo o jornal, no dia 12 de junho do mesmo ano, uma leva de 60 escravos, “pouco mais ou menos”, teria partido da cidade a fim de serem vendidos em um local chamado Malta do Rio, chamando atenção a crueldade com que os cativos eram conduzidos pelos mercadores, enchendo de “indignação e horror a quantos assistiram à saída deles”.¹⁶⁰

Acorrentados ou algemados, os escravos seguiam sua marcha aos prantos ou entoando “cantigas tristes”, logo interrompidas pelo desespero de um velho que teria reconhecido entre os membros do desagradável cortejo duas de suas filhas “e bem certo da sorte delas, apeou-se para abraçá-las pela última vez”, fazendo com que “as lágrimas do pai confundiam-se com as das filhas”. Aos prantos o velho (possivelmente liberto) teria suplicado aos condutores do comboio que permitissem que ele se despedisse das filhas, fato que não amoleceu os condutores que teriam bradado: “Que é isto?! Para adiante! Toca, toca!”. Segundo os redatores do jornal, tal cena poderia comover o mais duro dos corações, “mas não o dos traficantes de carne humana, porque esses seguem uma regra de conduta traçada somente pela torpe cobiça, e empregam meios, às vezes, menos confessáveis para ganharem dinheiro cuja sede os devora”.¹⁶¹

Os redatores seguiram em sua denúncia, afirmando que antes de deixarem a cidade, os escravos haviam sido mantidos em condições deploráveis em uma casa imunda, convertida em prisão. Homens e mulheres de todas as idades dividiam o mesmo espaço, muitos deles algemados ou presos a troncos. Contudo, o que mais parece ter indignado os redatores foi o estado de completo abandono no qual se achavam um grupo de idosas, ex-escravas

¹⁵⁹ ESTRELLA DO SUL. Bagagem, 16 de julho de 1882. BN

¹⁶⁰ Idem, *ibidem*.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*.

abandonadas por seus senhores em vista dos músculos fatigados e vitimados por doenças. Livres, mas cativas de sua decrepitude, as anciãs teriam seguido com o comboio de escravos:

Entre eles havia algumas mulheres velhas que haviam sido escravas, mas que, não podendo mais trabalhar em razão de sua avançada idade e das enfermidades adquiridas nos excessivos trabalhos e privações do cativo, tinham sido abandonadas pelos senhores, os quais declaram que por *humanidade e gratidão deram liberdade a suas escravas!*

Que *sublime* exemplo de humanidade!

Enriquecer à custa do trabalho e da liberdade de um indivíduo, e depois abandoná-lo à mercê da miséria e da fome quando ele, extenuado pela idade, trabalhos e privações, já não pode prestar mais serviços aos injusto e ilegítimo senhor!

Que ironia!

Que afronta à religião e à moral!

Algumas das mulheres velhas de que falamos, arrastadas pelo amor maternal, acompanharam o comboio, para serem testemunhas, talvez, da mais repugnante imoralidade praticada em suas [filhas] virgens pela violência dos condutores...¹⁶²

Se as lágrimas de um pai que via as filhas ser cruelmente arrastadas, ou o triste estado de abandono no qual se achavam as anciãs, não comoviam o “coração de pedra” dos traficantes, quem sabe não poderia comover os leitores do jornal que, ao serem confrontados com a crueldade da instituição escravista, poderiam ser convencidos de que o melhor mesmo seria sua extinção. Para os redatores, a indiferença muitas vezes demonstrada pelo povo em relação às “cenas da escravidão” ocorria “porque, nascido e criado no meio de escravos, habitua-se a presenciar estas cenas, e torna-se, por assim dizer, indiferente e insensível a elas”. Educados pelos pais no cultivo do desprezo e aversão aos escravos, apenas através de uma educação os brasileiros deveriam “emancipar-se do erro em que viviam, e ter ideias próprias, porque já pensam mais livremente”. A partir da educação e do contato com o debate sobre a extinção da escravidão “o povo começa a crer que a escravidão não tem apoio em lei alguma, nem direito algum”.¹⁶³

No entendimento das elites, se era preciso acabar com a escravidão para desimpedir o caminho para a civilização, era igualmente urgente controlar e educar os negros a fim de torná-los aptos para a vida em liberdade. Na medida em que o fim da escravidão se tornava mais iminente, tornava-se urgente e necessária “a submissão e lealdade dos cativos que começavam a ganhar a liberdade”.¹⁶⁴ A imagem de massa inculta e inerte pairava sobre os escravos e seus descendentes, sendo presença marcante nas páginas da imprensa e mesmo nos

¹⁶² Idem, *ibidem*.

¹⁶³ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. Dos males da dádiva. Op. cit., p.26.

discursos das mais proeminentes lideranças da “cantinela humanitária-paternalista”¹⁶⁵ que se destacava entre as alas moderadas do movimento abolicionista.¹⁶⁶

Muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça negra, ao seu desenvolvimento mental atrasado, aos seus instintos bárbaros, ainda, às suas superstições grosseiras. A fusão do catolicismo, tal como o apresentava ao nosso povo o fanatismo dos missionários, com a feitiçaria africana, influência ativa nas camadas inferiores, intelectualmente falando, da nossa população, e que pela amadurecimento, pelos contatos da escravidão doméstica, chegou até aos mais notáveis dos nossos homens; a ação de doenças africanas sobre a constituição física de arte do nosso povo; a corrupção da língua, das maneiras sociais, da educação e outros tantos efeitos resultantes do cruzamento com uma raça num período mais atrasado de desenvolvimento; podem ser considerados isoladamente do cativo.¹⁶⁷

Ao mesmo tempo em que os jornais exibiam artigos denunciando a violência da escravidão e seus efeitos sobre a população livre, também ocupavam suas páginas com críticas à índole e inferioridade da população negra. Como primeiro exemplo, podemos tomar as palavras impressas no número inaugural do *Bocayú*, periódico impresso na cidade de Rio Pomba, Zona da Mata. O artigo-programa redigido por seu editor e proprietário, o senhor Jorge Rodrigues do Coura, explicava aos leitores a origem do nome do jornal, inspirado nos primeiros habitantes das margens dos rios Pomba e Peixe, os Bocayús, que se destacavam “pela sua bela e rija musculatura, espírito alevantado e indômito!”.¹⁶⁸ Ao destacar as virtudes dos “antepassados”, cujas flechas disparavam das “elevadas comas” indo “certeiras abater os alados dominadores do espaço”, o jornalista lamentava ter sido aquele “solo cheio de exuberância e erizado por pujantíssimas florestas” colonizadas pelo braço africano, eleito como responsável por todo atraso e devastação:

Encontrariam, entretanto, os desoladores vestígios do ferro e do fogo manejados pelo braço do cativo africano que nos amoleceu o corpo, quebrou-nos as energias d’alma e afez-nos por toda a parte ao espetáculo do parasitismo inocentado e do servilismo inconsciente!

Teriam um riso amargo, misto de condolência e de sarcasmo para uma geração, qual nos encontravam, tão suspeitosa da própria força como da terra aparentemente sáfara, à qual nunca havemos restituído uma partícula mínima do que lhe temos pedido e arrancado em séculos de devastação!¹⁶⁹

¹⁶⁵ MACHADO, Maria Helena P. De Rebeldes a Fura-Greves: as duas faces da experiência da liberdade do Quilombo do Jabaquara na Santos pós-emancipação. In: SANTOS, Flávio Gomes dos; CUNHA, Olívia. (Org.). *Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007, p. 246.

¹⁶⁶ SALLES, Ricardo. Joaquim Nabuco, o abolicionismo e a nação que não foi. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a.161, n. 406, pp. 1-258, jan./mar. 2000, pp. 53-75.

¹⁶⁷ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000, p.101.

¹⁶⁸ O BOCAYU. Rio Pomba, 09 de abril de 1882. Biblioteca Nacional.

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*.

Responsáveis pelo amolecimento dos braços, pela quebra d'alma e pela ruína da herança deixada pelos já extintos bocayús, os africanos seriam a grande mácula da terra. Tidos como elementos inferiores, escravos e libertos deveriam ser no mínimo aperfeiçoados pela educação das “luzes do século”. Mesmo quando a abolição era defendida, a imagem de inferioridade vinha à tona, como no jornal conservador *A União*, no qual o articulista orava para que Deus apressasse “o dia em que o negro não viva mais sujeito às consequências da *seleção natural*; nem dependente das harmonias atavistas, como um instrumento de trabalho na frase cínica e fria dos parlamentares Estadistas. Esta prece fazemo-la em nome da civilização”.¹⁷⁰

A questão racial havia se tornado central no Brasil de fins do século XIX. Como lembra Roberto Ventura, “o racismo científico foi adotado, de forma quase unânime, a partir de 1880, enviesando os ideários liberais, ao refrear suas tendências igualitárias e democratizantes e dar argumentos para estruturas sociais e políticas autoritárias”.¹⁷¹ A gramática racial era amplamente utilizada pelas elites a fim de garantirem a continuidade da escravidão ou mesmo para restringir o acesso pleno de libertos e seus descendentes à qualidade de cidadãos.¹⁷² Africanos e seus descendentes preocupavam os olhos vigilantes das elites, atentos aos desvios apresentados por aquela “miseranda raça”, que por vezes insistiam em praticar seus atos bárbaros de feitiçaria e curandeirismo, ou mesmo desvios sexuais.

O *Correio de S. José*, editado em Além Paraíba, Zona da Mata, noticiou um fato no mínimo curioso em sua edição de 22 de junho 1884. Por muitos anos uma mulher chamou a atenção dos habitantes da região de Leopoldina, demonstrando habilidades pouco comuns ao “belo sexo”. A mulher, de quem não sabiam a origem e tão pouco a idade, havia chegado à freguesia de Conceição da Boa Vista contavam-se mais ou menos 20 anos, tendo começado a trabalhar ativamente nas fazendas de café, atuando como administradora e feitora, “ficando na ausência dos proprietários com a liberdade que sabe sempre angariar e obter, com o que o homem tem de mais caro neste mundo, mulher e filhos”. Era muito admirada sua “constituição varonil”, além “do desembaraço e arrojo com que por mais de uma vez ter feito frente a homens que não são tidos por covardes”. Seus traços africanos, sua habilidade no

¹⁷⁰ A UNIÃO. Ouro Preto, 21 de outubro de 1886. SIA-APM.

¹⁷¹ VENTURA, Roberto. Op. cit., p.58.

¹⁷² MATTOS, Hebe Maria. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.18. Ainda sobre os usos da “gramática racial” no processo de abolição da escravidão, consulte: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

manejo do revólver, que sempre trazia consigo, além de seus braços fortes, espantavam aqueles que estranhavam tanta valentia vinda de uma mulher que, com o tempo passou a também se dedicar aos serviços de curandeira e parteira.¹⁷³

Tudo ia muito bem para a mulher feitora, até o dia em que resolveu tomar uma boa carraspana, revelando sua verdadeira identidade. No dia 07 de junho de 1884, durante sua visita ao arraial de Conceição da Boa Vista, a mulher resolveu tomar um trago, que logo se revelaria exagerado, fazendo com que se tornasse completamente “descomposta”, o que acabou por proporcionar aos presentes “uma descoberta espantosa”. Com ar de galhardia e revolta, os editores do *Correio de S. José* revelaram o ocorrido:

Essa mulher que tem tido ingresso em casa de tantas famílias, essa mulher que todos tinham em conta de respeitável e de bons costumes, essa mulher que por tantas vezes tem tido sob a sua guarda o respeito e a honra de muitas famílias, *mirabile dictu*, essa mulher não era mulher – *essa mulher era homem!*
Causa horror e causa pasmo ver-se tanta audácia e tanto atrevimento!
Mas é verdade! Tudo isto é verdade! Bastante o provam muitas pessoas que o presenciaram e tal verificaram!
Isto é horrível! É monstruoso! Mas o que excede os limites, o que se não pode compreender, é que essa mulher, ou melhor, esse homem continue ainda a viver com as vestes femininas, e o faça impunemente!¹⁷⁴

Os editores questionavam onde estariam as autoridades que ainda não haviam prendido aquela personagem, bradando que aquilo representava a degeneração do país que não possuía leis que punissem semelhante “crime”. “Onde estamos! Que costumes temos! Para onde vamos!?”, bradavam, informando que a “feitora” pretendia retirar-se dali, sem receber nenhum tipo de punição.¹⁷⁵ De acordo com Jocélio Teles dos Santos, a legislação brasileira no século XIX não continha um dispositivo jurídico proibindo homens e mulheres de se apresentarem com indumentária do sexo oposto, contudo, o artigo 280 do Código Criminal do Império previa punição àqueles que desrespeitassem o decoro público, ofendendo a moral e os bons costumes, recurso jurídico que poderia enquadrar aqueles que lançassem mão da inversão da indumentária, possibilitando que as forças policiais do oitocentos reprimissem tais práticas.¹⁷⁶

¹⁷³ CORREIO DE S. JOSÉ. Além Paraíba, 22 de junho 1884. BN

¹⁷⁴ Idem, ibidem.

¹⁷⁵ Idem, ibidem.

¹⁷⁶ SANTOS, Jocélio Teles dos. “Incorrigíveis, afeminados, desenfreados”: Indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. *REVISTA DE ANTROPOLOGIA*, SÃO PAULO, USP, 1997, V. 40 n°2., p.146. Ainda sobre história da homossexualidade no Brasil, consulte: MOTT, Luís. *O sexo proibido: escravos, gays e virgens nas garras da Inquisição*. Campinas, Papius, 1988.

Por vezes a atenção da polícia também era chamada para a atividade de curandeiros, que com suas rezas e drogas atendiam a população. Esse era o caso de um homem que circulava pelas bandas de Lavras, no Sul da província, que, além do curandeirismo, afirmava ser um enviado de Deus.¹⁷⁷ Hábitos tidos como atrasados e perigosos deveriam ser imediatamente combatidos:

CURANDEIRA

Sr. redator do *Pharol*: Prestaria V. um serviço, chamando pela sua folha a atenção da polícia, ou de quem competir, sobre uma curandeira, moradora à rua do Sapo, nesta cidade, onde tem seu consultório e enfermaria, aplicando aí suas mezinhas aos incautos, que daí saem sempre em mísero estado de saúde, devido às drogas aplicadas por ela em doses cavaleares.¹⁷⁸

Contudo, pelo menos para o redator do *O Pharol*, nem todos atos de curandeirismo eram dignos de perseguição. Tudo parecia depender da cor da pele e estrato social dos envolvidos, como fica patente em uma nota sobre a morte de uma conhecida benzedeira de Juiz de Fora, pessoa distinta e conhecida, muitas vezes chamada para o exercício de suas funções. Dona Maria José Dias, também conhecida por Dona Maria de Souza, natural de São João del Rei, do alto de seus 90 anos de idade, era objeto do respeito e estima da população local, ocupando-se “em *benzer*”, exercício “a que se entregava na crença de que por tal meio curava doenças, afugentava maus espíritos e trazia felicidade à pessoa *benzida*, servindo-se sempre de um ramo de arruda”. Tida em alta conta pela sociedade local, não era raro que um carro a fosse buscar em casa para “os exercícios de suas funções”. Diante da morte daquela distinta senhora, o redator não tinha outra alternativa senão orar para que a terra lhe fosse leve.¹⁷⁹

Assim como a curandeira da rua do Sapo, D. Maria de Souza se entregou durante boa parte de seus 90 anos de idade à cura de doenças, contudo, ao contrário da “colega” tida como um perigo para ordem pública, D. Maria, que ao que parece não carregava na pele o estigma da cor, ganhou respeito e notoriedade através do uso de sua fé católica e de seu ramo de arruda.

As páginas do *O Pharol* registrariam ainda a incomoda existência de outro “intrujão”, que desafiava as “luzes do século”, ali mesmo pelas margens do Rio Paraibuna, próximo dos olhos de uma autoridade, lidando com sua feitiçaria e, segundo a opinião do redator, enchendo a burra com o dinheiro dos tolos que lhe procuravam. Para o redator parecia incrível

¹⁷⁷ O LAVRENSE. Lavras, 24 de julho de 1887. SIA-APM.

¹⁷⁸ PHAROL. Juiz de Fora, 06 de janeiro de 1883. BN

¹⁷⁹ Idem, 19 de junho de 1883. BN

que em pleno “século das luzes” ainda existissem aqueles que se deixavam enredar pelas artimanhas de um curandeiro, feiticeiro e embusteiro que devorava o dinheiro dos mais ingênuos. Vivendo próximo a uma fazenda e de um “representante da autoridade”, o curandeiro dizia curar qualquer moléstia através da administração de ervas variadas e “artimanhas”, atividades que, segundo o jornal, contrariavam lei que mandava “recolher à sombra estes *curadores*”. “O que admira é que na casa em que está, estejam todos com... peneiras; se não o *mulato* já o teria apalpado as costas do caboclo. Mora perto um representante da autoridade, por isso esperamos providências”.¹⁸⁰

Mais um caso de feitiçaria foi noticiado nas páginas do *O Pharol*, em sua edição de 14 de dezembro de 1887. A correspondência datada do dia 8 de dezembro, transmitida do município de Rio Novo por Olympio Araújo, informava que na fazenda do Córrego de Sanct’Anna havia uma preta liberta que estava a fazer “diabruras, coisas de arrepiar os cabelos!...”. Segundo o missivista, as “mágicas incomparáveis” da liberta “mandingueira” teriam deixado o povo abismado, tendo, entre outras coisas, tirado uma “feitiçaria danada” da perna de um fazendeiro, tendo dito “a ele que em cima do fogão da sua cozinha tem um ‘monte de feitiços’, preparados por uma escrava da fazenda!...”. Dizia que a feiticeira tinha “feito coisas que nem é bom se contar”, indagando se “não seria bom que o sr. delegado de polícia fizesse-lhe uma ‘consulta’?... Dessas que a lei aconselha em tais casos?”.¹⁸¹

Aos “curadores” deveria pesar a mão forte da lei, impedindo não só que ludibriassem o povo, mas também que disseminassem costumes tão perniciosos. Apesar da legislação imperial não considerar a prática religiosa não-católica como crime, o Código Criminal possuía um capítulo que punia aqueles que ofendessem a religião e os bons costumes em locais públicos (assim como no caso do travestismo), contudo sem explicitar quais seriam os atos que configurariam o delito. Segundo João José Reis,

quando as autoridades rotulavam os sacerdotes africanos de feiticeiros e promotores de superstições, isso não tinha efeito legal positivo, constituía discurso de desqualificação social, cultural e étnica, embora com consequências para os assim desqualificados. Pois não faltavam meios de punir os negros que desviavam da religião oficial e dos costumes convencionais, sobretudo meios para perseguir a liderança de religiões como o candomblé.¹⁸²

¹⁸⁰ Idem, 17 de abril de 1884. BN

¹⁸¹ Idem, 14 de dezembro de 1887. BN

¹⁸² REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.142.

A inexistência de uma legislação em âmbito imperial que condenasse explicitamente os feitiços diversos, comumente praticados pelo país, não impedia que leis locais, editadas pelas câmaras, tratassem da repressão a tais manifestações religiosas.¹⁸³ Outrossim, nada impedia que os próprios letrados fizessem o papel de autoridade, criminalizando as práticas mágicas, já que representavam uma séria ameaça “ao processo civilizatório ocidental no qual as elites educadas desejavam encaixar o Brasil”.¹⁸⁴

Conforme atestou Marcelo Rodrigues Dias, ao analisar documentação criminal dos municípios de São João del Rei, Oliveira e Itapecerica, na região das Vertentes; o recurso ao curandeirismo e às feitiçarias ocorreu de forma intensa durante a segunda metade do século XIX em Minas Gerais. Segundo o autor, as práticas mágicas da feitiçaria e os métodos tradicionais de cura ainda conservavam ampla aceitação em Minas Gerais em fins do oitocentos, tendo sido duramente atacadas pela “opinião pública” que se fazia presente na imprensa – alinhada com as ideias de evolução científica então em voga -, além das autoridades ávidas pela preservação do ordenamento social.¹⁸⁵

O preconceito em relação aos costumes e caráter dos negros era manifestado de diferentes maneiras, sempre se destacando a necessidade de civilizá-los. Os africanos deveriam de uma vez por todas participar do “banquete do progresso”. Uma interessante nota publicada no *Pharol* de Juiz de Fora, informando sobre o fato de um africano ter se diplomado em medicina na Europa. O tom elogioso do texto não deixa espaçar que aquele era um fato extraordinário, pouco comum aos atrasados africanos:

UM DOUTOR AFRICANO

Acaba de receber o grau de doutor em medicina pela faculdade de Bruxelas um negro africano a quem os jornais daquela cidade fazem os maiores encômios. Dizem ser um rapaz de grande talento, ilustração e de uma amabilidade e polidez singular.

É congo de origem, porém segue para a Guiné onde pretende estabelecer-se para clinicar. Deixou em Bruxelas entre os companheiros e na academia entre os lentes muitas e simpáticas amizades, pela sua boa conduta e honradez.

Bravo! A África se associa ao banquete do progresso!¹⁸⁶

O jornal republicano *Colombo*, editado na cidade sul-mineira de Campanha, trouxe à lume o fato de ter recebido correspondência enviada por um clube literário de Bragança

¹⁸³ Idem, ibidem, p.143.

¹⁸⁴ Idem, ibidem, p.143.

¹⁸⁵ DIAS, Marcelo Rodrigues. *Repressão ao curandeirismo nas Minas Gerais na segunda metade do oitocentos*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2010.

¹⁸⁶ PHAROL. Juiz de Fora, 27 de julho de 1882. BN

Paulista, solicitando que fossem para ele remetidas edições de suas folhas. Esse tipo de pedido era extremamente comum, sobretudo entre os próprios jornais, no entanto, a correspondência não havia sido assinada por membros da “República das letras”. Os escravos Mathias Henrique da Silva e Faustino da Silva Paiva, respectivamente presidente e secretário do Clube Literário dos Escravos em Bragança Paulista, eram os signatários da correspondência. Reconhecendo sua “objeta condição de eliminados do seio da humanidade e equiparados aos mais ínfimos animais”, “parias errantes em uma terra” que não lhes pertencia, os escravos missivistas haviam concluído que a instrução seria o único meio possível para que pudessem se reerguer “moral e intelectualmente de tão mísera condição”, tendo por isso fundado o Clube Literário, onde, em suas horas de descanso buscavam preparo para os possíveis males sociais provocados pela emancipação. Era necessário se preparar para a liberdade.

O futuro mostrará que não é vã nossa dedicação; e que o trabalho insano de hoje será amanhã em lenitivo para as míseras de uma vida, que nunca teve sois nem auroras. Temos fé e temos coragem. Virá breve o dia, em que o progresso, como o Jehovah hebraico, fará a luz neste caos infame, onde não há moral nem direito.¹⁸⁷

Convencidos da necessidade de fugir dos “males sociais” que poderiam lhes atingir quando alcançassem a liberdade, os escravos do Clube Literário de Bragança Paulista resolveram utilizar suas horas de descanso para resgatar sua moral e intelectualidade da mísera condição imposta pelo cativo. É interessante observar como os valores engendrados no seio dos grupos hegemônicos eram absorvidos pelos “dominados”, demonstrando a força do processo de dissimulação do poder simbólico e da incorporação do *habitus* da elite letrada.¹⁸⁸ Não obstante, também chama atenção a forma como os membros do Clube de Bragança se colocaram como vanguarda de sua raça, como agentes de seu processo civilizatório. Ao tomar frente da missão pedagógica ditada *a priori* pela elite branca, os escravos letrados pareciam ter a pretensão atuarem como uma espécie de intelectuais orgânicos *avant la lettre*, a serviço de sua raça.¹⁸⁹

Segundo Marcus Vinícius Fonseca, o processo de abolição da escravidão trouxe consigo uma pequena transformação da educação no Brasil, que deixou de ser restrita ao mundo privado, passando a adquirir um papel estratégico dentro da transição para o trabalho livre. As elites letradas, políticos e proprietários escravistas passaram a reivindicar a aplicação

¹⁸⁷ COLOMBO. Campanha, 08 de fevereiro de 1882. SIA-APM.

¹⁸⁸ BOURDIEU, Pierre. Op. cit.

¹⁸⁹ GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

da educação como instrumento de controle dos ex-escravos e seus descendentes, evitando assim que a hierarquia social vigente sofresse grandes abalos. Contudo, Fonseca afirma que essas propostas para a educação pouco evoluíram na prática cotidiana, apesar de terem se firmado como discurso consensual entre as elites do Império, tendo a educação papel de mecanismo disciplinador e de proteção às hierarquias raciais e sociais erigidas ao longo de três séculos de vigência escravista.¹⁹⁰

Sem dúvida, a iniciativa deveria ser digna da simpatia da elite letrada que tanto desejava a educação e controle do “braço nacional”. Entretanto, a notícia vinda da “adiantada” província de São Paulo não gerou apenas simpatias.

Mesmo tendo entendido a iniciativa como louvável, os redatores do *Colombo* não deixaram de assinalar que mesmo procurando a senda da civilização, as “pobres vítimas” letradas de Bragança Paulista aparentavam ser um tanto quanto “pernósticos”. Ao chamar os escravos de pedantes, os redatores do jornal republicano de Campanha da Princesa, acabavam por desconfiar de suas habilidades intelectuais, mantendo o estereótipo de atraso tão em voga, determinando que o processo não pudesse ser conduzido por qualquer um, sendo a elite branca e letrada a principal responsável por guiá-los na senda da civilização.¹⁹¹

Mais incisivo que os colegas de Campanha, F. Capanema Júnior, redator do *Iniciador* de Pitangui, região Oeste, entendia a notícia sobre a existência de um clube literário comandado por escravos não representava um exemplo de falseamento intelectual, mas sim uma experiência perigosa:

Clube Literário de Escravos

O Baependyano dá notícia de um clube dos escravos, fundado agora em Bragança, S. Paulo.

O presidente é um escravo, e escravo é também o secretário e tudo mais.

Ora os escravos metidos em letras!

O progresso não tem limites.

Que perniciosas propagandas hão de sair desse clube!

Dar luzes ao escravo antes de dar-lhe liberdade é fazê-lo conhecer a humilhação de seu estado, aspirar a igualdade e odiar aquele que lhe extorquiu o sagrado direito da liberdade – o senhor.

Parece-nos, portanto, que não é por aí que se devia começar a caridosa reforma.¹⁹²

Para o redator do *O Iniciador* a notícia da fundação do clube dos escravos não era um bom sinal, visto que através da educação os mancípios poderiam ter ciência da exploração sofrida no cativeiro, sendo capazes de engendrar “perniciosas propagandas” contra aqueles

¹⁹⁰ FONSECA, Marcos Vinícius. *População negra e educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009, p. 107.

¹⁹¹ COLOMBO. Campanha, 08 de fevereiro de 1882. SIA-APM.

¹⁹² O INICIADOR. Pitangui, 09 de abril de 1882.

que lhes haviam extorquido “o sagrado direito de liberdade”. As mudanças não poderiam começar dessa forma, ou o tipo de educação que os escravos deveriam receber era outra, voltada não para o intelecto, mas sim para o trabalho. Seria muito mais difícil exigir submissão e lealdade de um escravo letrado e dado a leitura de jornais do que de outro analfabeto, mais preocupado com a manutenção de sua rocinha e com as ordens do senhor. Como afirma Lilia Schwarcz,

A civilização, que consistiria “no câmbio da vida simples”, era grande fim, já alcançado pela sociedade branca e que a população de cor devia “conquistar lentamente”. Essa conquista não se faria, porém, sem a destruição de elementos considerados “bens capitais” da civilização africana. Assim, os negros, perdendo seus “preconceitos” ou, em outros termos, sua cultura e religião, ganhariam o direito de acesso à “verdadeira civilização”, marcada pelos muitos símbolos de progresso da época. A escalada de tal degrau se daria, é claro, de forma lenta e gradual, da mesma maneira morosa que se considerava ser o acesso ao conhecimento científico ou à economia e à cultura nos países civilizados.¹⁹³

A possibilidade da abolição trouxe consigo uma intensa preocupação manutenção da ordem entre os escravos, visando por um lado impedir a perda dos braços que já eram tidos como escassos e por outro temendo revoltas que colocariam em risco não apenas os bolsos, mas também os pescoços dos senhores escravistas. Até às portas da abolição, os jornais passaram a publicar notícias através das quais fica patente a estratégia dos senhores em manter seu mando sobre a mão de obra escrava, divulgando o suposto caráter filantrópico expresso nos atos de concessão de alforrias e as denúncias dos atos de violência e rebeldia manifestados pelos escravos. Como observou Maria Helena Machado,

O clima de incerteza e insegurança minava a tranquilidade pública, tão cara aos senhores e autoridades que procuravam, nos anos 1880, manter-se na liderança de um projeto pacífico de extinção da escravidão, no qual, feitos receptores, os novos libertos tornar-se-iam devedores da benemerecência das camadas senhoriais.¹⁹⁴

Mesmo com todas as dificuldades imposta aos escravos para conquistarem sua liberdade, o Brasil possuía uma das maiores taxas de concessão de alforria entre as sociedades escravistas modernas, o que, logicamente, significava a existência de um número considerável de libertos circulando pelo Império. Entretanto, a vida em liberdade poderia ser repleta de obstáculos, como alforrias condicionais, que antes de 1871 poderiam inclusive ser revogadas; as restrições em relação a direitos políticos constitucionais; ameaças de reescravização; entre

¹⁹³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos males da dívida. Op. cit., p.29.

¹⁹⁴ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico*. Op. cit., p.92.

outros problemas. Sidney Chalhoub denominou esses percalços enfrentados pelos libertos no Brasil do século XIX como uma “precariedade estrutural da liberdade”. Segundo o autor, o fato de o processo de libertação dos escravos ter ocorrido em concomitância com a continuidade da escravidão até 1888, fazia com que a alforria conquistada se tornasse frequentemente precária, perigando o liberto ser reescravizado, legal ou ilegalmente.¹⁹⁵

A ameaça sobre a vida em liberdade foi sentida pelo liberto João Lourenço Ferreira, que havia sido acusado de ter usurpado um terreno pertencente aos seus ex-senhores. Em carta remetida ao jornal *Folha Sabarense*, datada de 10 de setembro de 1887 no Curral d’El-Rei, e publicada em sua edição do dia 17 de setembro de 1887, Victorino Archanjo Ferreira alegou ser o legítimo herdeiro das terras ocupadas por João na localidade denominada “Mata Paus”, distrito da Lapa. Victorino afirmou que o liberto “não contente com sua liberdade, tão generosamente concedida” pelos finados Boaventura Ferreira Ribeiro e sua esposa, Dona Francisca Pereira da Silva, quis figurar como dono da propriedade alheia, “aproveitando-se da ausência e bondade de seus proprietários”, tendo se apresentado ao Juiz de Paz local, sem portar “um simples requerimento sem documento legal, no qual pretende provar o seu direito à referida propriedade”. Por meio da imprensa o suposto legítimo herdeiro também protestou contra o fato do Juiz de Paz não ter aceitado documento por ele apresentado, mantendo o liberto João como proprietário das terras.¹⁹⁶

No mês seguinte, as páginas do *A Folha Sabarense* ostentaram a reposta do liberto João Ferreira em relação à acusação de que era alvo.¹⁹⁷ Pela pena do reverendo vigário José João Nunes Moreira, João se apresentou “ante o respeitável público” afirmando que há mais de trinta anos ele e sua esposa Francisca Pereira da Silva residiam na propriedade reclamada por Victorino Ferreira, sem serem “perturbados na paz”, tendo ele pago mais de 50 mil réis de dízimos à fazenda pública pela casinha onde residiam. “A generosa liberdade que me concederam”, prosseguiu João, “só tenho de agradecer ao meu ex-senhor e a mais ninguém”, afirmando ainda que o interesse de Victorino se devia ao fato de não ter feito uma boa colheita, procurando amenizar suas perdas tomando-lhe a propriedade.¹⁹⁸

As ameaças contra a liberdade dos ex-escravos persistiram mesmo após a abolição, como registrou o *A Conjuração*, publicado na cidade de Campanha, cuja edição de 22 de maio de 1888 trazia a denúncia de que o tenente-coronel Francisco Carneiro Santiago,

¹⁹⁵ CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010, p.36.

¹⁹⁶ A FOLHA SABARENSE. Sabará, 10 de setembro de 1887. SIA-APM.

¹⁹⁷ Idem, 16 de outubro de 1887. SIA-APM.

¹⁹⁸ Idem, ibidem.

fazendeiro em Lambary, também sul da província, havia ignorado a lei de 13 de maio, continuando a manter seus ex-escravos “em completo cativoiro”, conservando-os trancados durante a noite e no duro trabalho na lavoura durante o dia. Ainda de acordo com a nota, o subdelegado daquela freguesia era filho justamente do tenente-coronel, que, obviamente, nenhuma providência tomou contra o atentado à liberdade “daqueles cidadãos que, por ignorância de seus direitos, estão sob a opressão de um potentado da aldeia”.¹⁹⁹ Mas Santiago não era o único a não aceitar a abolição.

Na mesma edição, *A Conjuração* trazia outra denúncia de flagrante desrespeito à lei de 13 de maio, constando que um fazendeiro da localidade conhecida por Mutuca havia declarado que só daria aos libertos o dia de sábado para seu descanso, pretendendo “continuar com o regime da escravidão em seu estabelecimento”. Posto isso, os redatores clamavam às autoridades competentes que averiguassem o fato “no sentido de evitar que sejam os novos libertos reduzidos ao antigo estado”.²⁰⁰

O caminho percorrido por escravos e libertos de fato não foi dos mais fáceis. Constantemente ameaçados pela “precariedade estrutural da liberdade”, pelo preconceito racial, projetos de trabalho e tutela impostos pelas elites, tiveram que se reinventar constantemente, engendrando as mais diversas estratégias de resistência. Definitivamente, não foram meros coadjuvantes. Muito pelo contrário, suas ações, progressivamente, ajudaram a corroer o escravismo, especialmente em seus últimos anos de vigência no Brasil.

¹⁹⁹ A CONJURAÇÃO. Campanha, 22 de maio de 1888. SIA-APM.

²⁰⁰ Idem, *ibidem*.

Capítulo 3 - Entre amantes da ordem e candidatos a revolucionários: os abolicionismos das Minas.

*Continuai, torvos abutres,
Continuai vosso festim!
Que importa que vãos
rumores
Lhe anunciem breve fim?
Em desprezo às ameaças
Deitai sangue em vossas
taças,
Saudai o gênio do mal!
Que importa que o
padecente
Morda de raiva a corrente,
Como feroz animal?*

*Não!... contra vossa
maldade
Uma hoste se vê surgir,
É a pujante mocidade
A quem pertence o porvir!
Tem por couraça... a
nobreza,
A imprensa... por fortaleza,
E um jornal... por pavilhão.
Serve a pena de espingarda,
A palavra de bombarda,
E a eloquência de canhão!*

(...)

*Sim!... se hoje o pobre cativo
Entre dores e amargura
Vive preso à vil senzala,
Como o morto à sepultura;
Amanhã com a fronte
erguida
Sobre esta terra querida
Não mais verterá seu pranto.
Eia... moços esforçados,
Amparar os desgraçados
É sublime, é nobre, é santo!¹*

Os versos de longas estrofes acima reproduzidos fazem parte de um poema ainda maior, declamado nos idos de 1881 durante uma festa em Ouro Preto. Promovida por “alguns moços de talento e elevados sentimentos”, o festim tinha como objetivo celebrar os dez anos de promulgação da chamada Lei do Ventre Livre, e a própria figura de seu autor - José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco –, sendo que um dos convivas exortava seus

¹ A ACTUALIDADE. Ouro Preto, 04 de outubro de 1881. SIA-APM.

colegas a irem além dos supostos benefícios trazidos pela lei. Para muitos dos presentes, a lei já havia praticamente decretado o fim da escravidão.² Discordando um pouco da tônica daquela que foi tida pela imprensa da antiga capital das Minas como uma das mais esplêndidas reuniões já organizadas por ali, o poeta autor dos versos que figuram como epígrafe deste capítulo, o advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo e professor da Escola Normal, Thomaz Brandão,³ acreditava que não bastava o exemplo da “patriótica lei” a qual rendiam homenagens naquele dia. Para ele, uma nova hoste deveria se erguer contra os “torvos abutres” escravistas.

O polivalente Thomaz se dirigia à “pujante mocidade”, suposta organizadora da festa, pedindo que ela lutasse de forma mais efusiva pelo fim da escravidão, e, para ele, as armas empunhadas pelos jovens abolicionistas seriam a nobreza de seus sentimentos e a força de suas palavras estampadas na imprensa, meio pelo qual a escravidão começaria a ser minada. Para Thomaz, cujos versos foram declamados por um colega, o Sr. Santos, a juventude deveria se municiar das armas certas para o combate contra a escravidão: “a pena de espingarda, a palavra de bombarda, e a eloquência de canhão”.⁴ Ao que parece, o poeta havia prestado atenção aos discursos proferidos por Jeronymo Sodré e Joaquim Nabuco no parlamento, onde no ano anterior (1880) haviam se posicionado de forma clara e muito dura contra a sobrevivência da escravidão em terras brasileiras, expondo inclusive os limites e contradições da lei promulgada por Rio Branco em 1871.⁵ Mesmo não condenando explicitamente a Lei do Ventre Livre como fizeram os referidos parlamentares, Thomaz Brandão deu a entender em seus versos que não acreditava ser aquela legislação suficiente para dar cabo da escravidão. Quase no apagar daquele que foi chamado de “século das luzes”, o Brasil ainda se via às voltas com o problema da escravidão que barrava a realização dos ideais de progresso e civilização da pequena “ilha de letrados” do Império.⁶

Os versos do professor Thomaz soavam quase como uma profecia do que iria ocorrer até o 13 de maio de 1888, data do último suspiro da escravidão em terras brasileiras. De fato,

² Idem, *ibidem*.

³ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883; LIMA, Cláudio de. Notas sobre alguns estabelecimentos de Ouro Preto. In: *Bi-Centenário de Ouro Preto: 1711-1911 – Memória Histórica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911, p.116.

⁴ A ACTUALIDADE. Ouro Preto, 04 de outubro de 1881. SIA-APM.

⁵ CONRAD, Robert. Op. cit, pp.166-168.

⁶ Sobre as várias apropriações da ideia de progresso no Brasil da segunda metade do século XIX consulte: GRAHAM, Richard. Spencer e o Progresso. In: _____. *Grã-bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense, 1973; BOCK, Kenneth. Teorias do Progresso, Desenvolvimento e Evolução. In: BOTTOMORE, T. B. e NISBET, R. (orgs.) *História da Análise Sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

durante a década de 1880, a imprensa se constituiu como um dos principais palcos da ação abolicionista. A “bombarda” dos defensores da liberdade disparava a partir dos jornais uma saraivada de argumentos que tinham como alvo a escravidão e aqueles que a ela ainda se apegavam. Para José do Patrocínio, a vitória da liberdade contra a escravidão se devia, sobretudo, à “atitude da imprensa e [a]o calor da palavra para limar e fundir os grilhões de três séculos de cativo”.⁷ Contudo, a munição utilizada era extremamente variada, podendo ir da defesa do fim imediato do “cancro roedor” que ameaçava o futuro da jovem nação tropical, até a simples divulgação das “filantrópicas” manumissões que cresciam a cada dia. Tudo parecia demonstrar que muitos brasileiros aderiam ao “espírito do século” de forma ordeira, sem provocar grandes rupturas na estrutura do Estado-nação nem no próprio tecido social.

A eloquência, outra das peças de artilharia indicadas pelo professor Thomaz, era utilizada com maestria por articulistas como José do Patrocínio, que inundavam as páginas dos jornais com argumentos cuja finalidade era “sensibilizar os oponentes eventuais e acidentais para a justeza de suas propostas sobre o fim do cativo”.⁸ Para outro importante propagandista da abolição, Joaquim Nabuco, convencer a opinião pública da real necessidade de se abolir a escravidão era algo mais que urgente, pois dessa forma os focos de resistência à campanha pela abolição poderiam ser mais facilmente neutralizados, além de influenciar as ações do próprio governo imperial a favor da liberdade.⁹

O discurso abolicionista extrapolava assim as paredes dos salões da camarilha política do Império chegando com toda força à imprensa que se apresentou como um dos *loci* privilegiados do debate político e social em torno da abolição. Os jornais serviram de palco para que a ação dos diversos atores sociais envolvidos no processo histórico que levou ao fim da escravidão fosse visualizada em suas variadas formas, contudo, o prosscênio se estendia também para fora suas páginas. Além da imprensa outras “frentes de combate” também passaram a ser utilizadas pelos abolicionistas. Entretanto, a onda abolicionista não banhou Minas Gerais de forma homogênea.

Os diferentes matizes regionais existentes na província de Minas Gerais na segunda metade do século XIX, responsáveis pela configuração de um verdadeiro mosaico político, cultural e econômico, se fizeram sentir na campanha pela abolição. A pujante heterogeneidade regional mineira, discutida no primeiro capítulo, se fez refletir no processo de emancipação

⁷ MACHADO, Humberto. Imprensa abolicionista e censura no Império do Brasil. Op. cit., p.260.

⁸ Idem, ibidem, p.250.

⁹ Idem, Joaquim Nabuco: Paternalismo e Reformismo na Campanha Abolicionista. Op. cit., pp.46-47.

escrava, assim como nas inúmeras manifestações abolicionistas presentes em seu território. Assim como são muitas as Minas, foram vários os abolicionismos que se manifestaram nas páginas da imprensa mineira, obedecendo a diferentes *modus operandi* e concepções acerca da abolição. A leitura do verdadeiro mar de jornais existente em Minas Gerais na década de 1880 revelou não só a existência de diferentes matizes regionais em relação ao discurso abolicionista, mas também diferentes níveis de interação entre os agentes sociais diretamente envolvidos na campanha pela abolição, que muitas vezes mantiveram um diálogo mais vivo com interlocutores de outras regiões do Império do que com seus comprovincianos.

Como sugere o título deste capítulo, os discursos favoráveis à abolição oscilaram entre o respeito à ordem estabelecida, manifestada através da defesa de um processo de emancipação controlado e gradual, àquelas que pregavam a abolição imediata e não indenizada. Definitivamente não havia consenso sobre o caminho a se percorrer até a liberdade, o que estava longe de ser uma especificidade mineira. Entretanto, tal variedade de discursos e práticas manifestadas através da imprensa é de grande importância no sentido de suplantarem interpretações historiográficas (e de senso comum) que promoveram verdadeira homogeneização do processo de abolição em Minas Gerais.

Temática ainda carente de um número maior de pesquisas, o estudo do abolicionismo em Minas Gerais foi, durante um tempo relativamente longo, centrado em interpretações que cimentaram a ideia de que, além de francamente moderada, a campanha pela abolição teria apresentado feições muito parecidas em todo imenso território mineiro. Ainda pouco prestigiado por parte da historiografia mineira, se comparada às pesquisas relativas às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, o abolicionismo foi tratado muitas vezes de forma tangencial ou mesmo sendo relacionando de forma estreita a processos históricos ocorridos em outras plagas do sudeste escravista, supostamente irmanadas no cultivo dos cafezais, determinando a moderação ou conservadorismo do movimento abolicionista presente em Minas Gerais, negando assim as especificidades do processo de abolição mineiro.

As pesquisas capitaneadas por Oíliam José e Liana Maria Reis foram durante um longo período as principais, senão as únicas, referências de trabalhos específicos sobre o abolicionismo em Minas. Guardando importantes diferenças de fundo teórico e metodológico, os trabalhos supracitados tinham em comum o fato de apostarem no caráter moderado e homogêneo das ações ali perpetradas.

Em seu trabalho pioneiro, publicado em 1962, Oíliam José afirma que o movimento abolicionista não teve em terras mineiras um papel muito ativo, em comparação com o ocorrido em outras províncias. Acostumados ao silêncio e quietude das “alterosas”, os

mineiros teriam preferido agir de forma bem comedida, colaborando apenas de “alguma forma” para que nas montanhas mineiras também se fizesse ouvir o protesto contra a escravidão.¹⁰ Nesse caso, o autor atribui à formação cultural e religiosa dos mineiros o fator determinante para que a crítica à escravidão na província fosse marcada por ações tímidas e isoladas de alguns poucos intelectuais, profissionais liberais e estudantes, uma vez que, segundo ele, “o ambiente provinciano mineiro, com suas definidas realidades políticas, sociais e econômicas, não lhes era propício”.¹¹

Já em sua pesquisa sobre a presença da rebeldia escrava e do abolicionismo na imprensa mineira na segunda metade do século XIX, Liana Maria Reis destaca as falhas da pesquisa empreendida por Oíliam José, que segundo ela, determinou a vitória da “ideologia da mineiridade” sobre o abolicionismo “embora sem o saber”. Para Reis, além da falta de rigor metodológico o autor não levou em conta aspectos importantes como o peso da conjuntura econômica sobre o processo de abolição.¹² Com base na análise da documentação oficial e da imprensa, a autora afirma que o movimento abolicionista em Minas Gerais surgiu no empuxo das discussões em torno da questão servil que ocorriam no âmbito nacional. Sua singularidade ficaria por conta da especificidade da economia e do escravismo na província. Uma economia diversificada e basicamente agrária, com destaque para a pequena e média posse de escravos, teria colaborado para a manutenção do regime escravista e para o estabelecimento de limites na atuação do movimento abolicionista, que teria apresentado ali uma feição mais moderada e presa aos projetos da elite branca.¹³ Mesmo apontando para o caráter moderado e legalista do abolicionismo mineiro, a autora afirma que este teria conseguido, principalmente através da imprensa, auxiliar na construção de uma mentalidade antiescravista na província, inclusive entre os escravos.¹⁴

Nos últimos anos tem-se tentado promover uma análise sobre o movimento abolicionista mineiro que vá além da *mitologia da mineiridade* ou dos componentes econômicos que sustentavam a escravidão em Minas Gerais. Em trabalho anterior, tendo como objeto o estudo do movimento antiescravista nas cidades mineiras de Ouro Preto e Mariana no período entre a promulgação da chamada Lei do Ventre Livre (1871) e a abolição (1888), procurei observar as nuances dos discursos e práticas manifestos, indo além das teses tradicionais já expostas. Contrariando as afirmações de Oíliam José e Liana Reis, a análise de

¹⁰ JOSÉ, Oíliam. *A Abolição em Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

¹¹ Idem, *ibidem*, p.99.

¹² REIS, Liana Maria. *Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira – 1850/88*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993.

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p.201.

um variado *corpus* documental composto por periódicos, relatos de época, documentação judicial e eclesiástica apontou para um caminho diverso. As informações cotejadas indicaram que assim como ocorreu em outros pontos do Império, o abolicionismo mineiro apresentou-se de forma multifacetada e não apenas como um movimento eminentemente elitista e moderado, fruto dos costumes mineiros ou da dependência econômica em relação ao trabalho escravo.¹⁵

O teor das discussões acerca da promulgação da Lei do Ventre Livre publicadas na imprensa revela posicionamentos diversos daqueles expressados pela bancada mineira na Câmara Imperial que, maciçamente, votou contra a Lei do gabinete Rio Branco em 1871, revelando, inclusive, que as opiniões sobre a Lei estavam regionalmente localizadas dentro da província. Já na década de 1880, o movimento abolicionista em Ouro Preto não agiu apenas sob os ditames do paternalismo ou dos interesses econômicos. A atuação abolicionista observada estava longe de ser homogênea assim como as reações dos diversos atores sociais diante da ação dos abolicionistas. Também nas barras dos tribunais havia quem condenasse a escravidão como um crime desde a década de 1870. Advogados identificados com ideais abolicionistas foram fundamentais para que inúmeros escravizados pudessem alcançar a liberdade, especialmente aqueles que alegavam terem sido trazidos ao Brasil após a proibição do tráfico transatlântico de escravos, instituída pelas leis de 1831 e 1850. Já naquela que foi a primeira cidade das Minas, a “Leal Cidade de Mariana”, o clero foi o principal responsável pela propaganda antiescravista. Alinhado com o projeto de emancipação gradual e a preocupação com o controle social dos escravos, o então bispo diocesano, Dom Antonio Maria Correa de Sá e Benevides, se colocou como o principal arauto da abolição na antiga Vila do Carmo ao apadrinhar a criação da Associação Marianense Redentora dos Cativos em 1885, e ao redigir sua *Pastoral Sobre a Extinção do Elemento Servil* em outubro de 1887.¹⁶

Em sua dissertação de mestrado recentemente defendida, Denílson de Cássio Silva empreendeu pesquisa sobre o processo de abolição e pós-abolição da escravidão na cidade de São João del-Rei, processo esse denominado pelo autor como “drama social da abolição”.¹⁷ Ao analisar informações constantes na imprensa local, além de ações cíveis de liberdade e de tutela, além de Código de Posturas e inventários *post mortem*, o autor descortinou um

¹⁵ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ SILVA, Denilson de Cássio. *O drama social da abolição: Escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João del-Rei*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

intricado e tenso enredo social vivenciado pela sociedade local, tendo como pano de fundo, projetos de manutenção da hierarquia social vigente, cooptação de mão de obra, e luta dos egressos da escravidão pela conquista da cidadania. Especificamente sobre o abolicionismo, a pesquisa empreendida por Denílson Silva se contrapôs às teses que afirmavam sua inexistência ou predominância de um discurso moderado e conservador em São João del-Rei, definindo o apego à escravidão apenas como “conservadorismo”. O autor propôs um exame mais profundo e atento das lutas em torno de ideias e práticas sociais desencadeadas em fins do século XIX, afirmando que

O fato de haver interesses e grupos poderosos unidos ao redor de tais diretrizes, a ponto de a memória e de parte da historiografia assentirem na existência de um suposto predomínio ou consenso das mesmas, não exclui certa dimensão conflitual, que, em vez de opor uma minoria “resistente” a uma pretensa maioria “inexpugnável”, encontrava, na impresibilidade do processo histórico, alternativas em pleno processo de disputa. Dessa perspectiva, a inclinação de boa parte da elite são-joanense em preservar a propriedade e a ordem é problematizada e novos atores e novas possibilidades descortinam-se, durante e após a abolição.¹⁸

Ao analisar informações publicadas na imprensa local sobre tentativa de fundação de uma sociedade abolicionista em setembro de 1884, Denílson Silva observou uma variedade complexa de falas em torno do processo de abolição, acompanhados de um alto grau de tensão envolvendo um intrincado e igualmente múltiplo ideário abolicionista.¹⁹

Retornando aos empolgados versos de Thomaz Brandão, surge uma pergunta: como “a pujante mocidade” teria respondido ao apelo do professor? O objetivo central deste capítulo é exatamente verificar como os “moços de talento e elevados sentimentos” e todos os outros simpatizantes da abolição em Minas Gerais teriam respondido ao clamor do professor Thomaz, levando a intrincada discussão sobre o fim da escravidão para as páginas dos jornais da então província de Minas Gerais, durante a década de 1880.

3.1 – “A imprensa... por fortaleza”: os jornais abolicionistas de Ouro Preto.

Como já exposto, o abolicionismo mineiro foi interpretado por alguns autores como um processo pautado por ações tímidas, predominantemente legalistas e paternalistas, fruto dos costumes dos habitantes das montanhas ou da importância que o regime de trabalho escravo ainda tinha para sua economia. Ao contrário do que afirmaram Oíliam José e Liana

¹⁸ Idem, *ibidem*, p.15.

¹⁹ Idem, *ibidem*, pp.132-158.

Reis em seus trabalhos, parece que os versos declamados pelo professor Thomaz Brandão reverberaram pelas íngremes e irregulares ladeiras da capital Ouro Preto, sendo interpretados de diversas maneiras.

Não fugindo muito à regra do que acontecia em outros pontos do Império, a retórica de muitos daqueles que se diziam “batalhadores da grande causa”, mais parecia um pêndulo que oscilava entre a preocupação com a manutenção da ordem e o clamor pelo fim da última barreira no caminho do progresso. Bem das vezes, as sociedades abolicionistas organizadas em Ouro Preto agiram de acordo com os ditames da *mineiridade* como afirmou Oíliam José, ou dos interesses econômicos e dos projetos políticos da elite como interpretou Liana Reis, porém, a atuação de alguns dos personagens dessa história estava muito longe de seguir apenas esse roteiro.

Capital da então província de Minas Gerais, Ouro Preto pode ser considerada o centro do abolicionismo mineiro, tendo concentrado o maior número de sociedades abolicionistas ao longo da década de 1880. Foram fundadas na capital cinco sociedades abolicionistas: a Sociedade Abolicionista Ouropretana (1881), o Clube Abolicionista Mineiro Visconde do Rio Branco e a Sociedade Libertadora Mineira (ambas em 1883), o Clube de Libertos Viscondessa do Rio Novo (1884), e por fim a Sociedade Libertadora Ouropretana, fundada no ano de 1886. Todas essas entidades manifestaram suas ações através dos jornais da capital, anunciando a aprovação de seus estatutos, suas reuniões, além, é claro, das libertações de escravos. Contudo, contrariando a afirmação de Liana Reis a respeito da inexistência de uma imprensa abolicionista em Minas, Ouro Preto assistiu também a criação de pelo menos três jornais dedicados à causa da abolição: *O Trabalho: periódico literário, instrutivo e abolicionista* (1883), *A Vela do Jangadeiro – periódico abolicionista* (1884) e *Ordem e Progresso - órgão do Clube Abolicionista Mineiro Visconde do Rio Branco* (1884).

É exatamente nas páginas desses periódicos que a heterogeneidade abolicionista entre os letrados mineiros salta aos olhos. Enquanto os festivais promovidos pelas sociedades da capital eram regados a peças musicais habilmente executadas pelas senhoras e mocinhas mais distintas da “tradicional família mineira”, para outros personagens que por ali circulavam o certo mesmo era auxiliar diretamente as vítimas de um roubo chamado escravidão a conseguirem de volta sua sagrada liberdade.²⁰

Dos três jornais foram encontradas apenas algumas edições do *O Trabalho* e do *A Vela do Jangadeiro*. Do primeiro periódico restou somente a edição número 05, datada de 23

²⁰ COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit. Especialmente o capítulo 2.

de fevereiro de 1883, localizada na Biblioteca Nacional. Já do *A Vela do Jangadeiro* foram encontradas duas edições depositadas na Biblioteca Nacional (nº07 de 13 de julho e nº10 de 24 de agosto de 1884) e outras duas encontram-se disponíveis no banco de dados do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro, na Coleção de Jornais Mineiros do século XIX (nº11 de 07 de setembro e nº18 de 31 de dezembro de 1884). Não foi encontrada nenhuma edição do *Ordem e Progresso*, no entanto, uma nota publicada no *A Província de Minas* noticiou a fundação do órgão de imprensa do clube *Abolicionista Mineiro Rio Branco*, tendo sido editado pela primeira vez no dia 21 de abril de 1884, possuindo como redator chefe o presidente do clube abolicionista, o engenheiro Chrockatt de Sá.²¹ A nota informava ainda que a publicação do jornal seria quinzenal, entretanto, nenhuma outra referência à sua circulação foi veiculada por parte da imprensa ouropretana.

As edições encontradas do *O Trabalho* e do *A Vela do Jangadeiro*, que eram impressas na tipografia da *Província de Minas*, possuíam dimensões modestas, com suas quatro pequenas páginas divididas em três colunas, tendo praticamente todo espaço tomado pela propaganda abolicionista, sem contar com os tradicionais anúncios comerciais, costumeiramente publicados nas duas últimas páginas da maioria dos jornais editados no mesmo período. O frontispício do *O Trabalho* informava, além do nome de seus redatores, informações como a periodicidade de sua publicação, que era de três vezes ao mês; o preço do exemplar avulso, de 200 réis; o valor das assinaturas trimestrais, que deveriam ser pagas de forma adiantada, custando mil e quinhentos réis, além do preço das publicações e anúncios, que custavam 50 réis a linha, para o público em geral, e 25 réis para os assinantes.²² Já o *A Vela do Jangadeiro* tinha periodicidade quinzenal, com o número avulso ao valor de 100 réis e a assinatura anual a 5 mil réis, sem haver menção à possibilidade de serem publicados anúncios.

O frontispício do *A Vela do Jangadeiro* informava ainda o endereço do escritório de sua redação, localizado em um chalé na Travessa do Jangadeiro. A coincidência dos nomes do jornal e do logradouro pode até parecer um “golpe de marketing” *avant la lettre* promovido pelos professores Samuel Brandão e Affonso de Britto, redatores do periódico, e não deixa de ser interessante pensar como o nome da travessa pode ter sido fruto de um “batismo” abolicionista. Não foi possível descobrir se o logradouro já atendia por esse nome sugestivo antes da fundação do jornal em 1883, mas o certo é que assim foi identificado até o início do século XX, quando foi rebatizado com o nome de Joaquim Cândido da Costa Sena, ex-aluno e

²¹ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 26 de abril de 1884. SIA-APM.

²² O TRABALHO. Ouro Preto, 24 de fevereiro de 1883. BN.

professor da Escola de Minas, tendo sido ainda alvo dos malogrados projetos de modernização da antiga capital mineira, na década de 1890, quando ainda tentava se manter no posto de centro político de Minas Gerais.²³

Fotografia 1: Provável sede do jornal *A Vela do Jangadeiro*. Chalé da antiga travessa dos Jangadeiros, atual rua Costa Sena.



Fonte: <http://maps.google.com.br/>

Necessário também destacar a carga simbólica do nome do jornal comandado por Samuel Brandão e Affonso de Brito. Trata-se de uma clara referência à ação abolicionista perpetrada na província do Ceará em 1881, onde os jangadeiros liderados pelo “Dragão do Mar” Francisco José do Nascimento, fecharam o porto de Fortaleza ao tráfico interprovincial de escravos, impondo duro golpe aos negócios da escravidão naquela província, e impulsionando as ações abolicionistas naquela província.²⁴

O valor dos jornais abolicionistas estava abaixo das quantias exigidas pelos órgãos de publicidade dos partidos conservador e liberal de Ouro Preto, respectivamente o *A Província de Minas* e o *Liberal Mineiro*, principais jornais da capital. A título de comparação, em 1884 o *A Província de Minas*, que era publicado semanalmente, vendia seus números avulsos por 100 réis, cobrando a anuidade de 10 mil réis para seus assinantes na capital e 12 mil réis para

²³ NATAL, Caion Menegello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2007, p.42.

²⁴ MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012, p.34.

os do interior provinciano.²⁵ Já o *Liberal Mineiro*, publicado três vezes por semana, oferecia assinaturas anuais a 14 mil réis e semestral a 09 mil réis para a capital, cobrando dos assinantes “de fora” 15 mil ao ano ou 10 mil réis por semestre.²⁶

Imagem 1: Primeira e última páginas do jornal abolicionista *A Vela do Jangadeiro*



Fonte: Biblioteca Nacional.

Mesmo praticando valores bem abaixo do que cobravam os representantes das principais cores políticas que então vestiam o Império, os redatores do *A Vela do Jangadeiro* enfrentaram problemas com o pagamento das assinaturas, tendo manifestado preocupação com a inadimplência, rogando, “pois, aos amigos que tão cavalheiramente” haviam acolhido o jornal que fizessem “a mercê de mandarem satisfazer as suas assinaturas no escritório da redação”, sendo o mesmo pedido aos “amigos de fora da capital”, que poderiam remeter o pagamento pelo correio.²⁷ A inadimplência ameaçava o contrato firmado com a tipografia

²⁵ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 10 de julho de 1884. SIA-APM.

²⁶ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 12 de julho de 1884. SIA-APM.

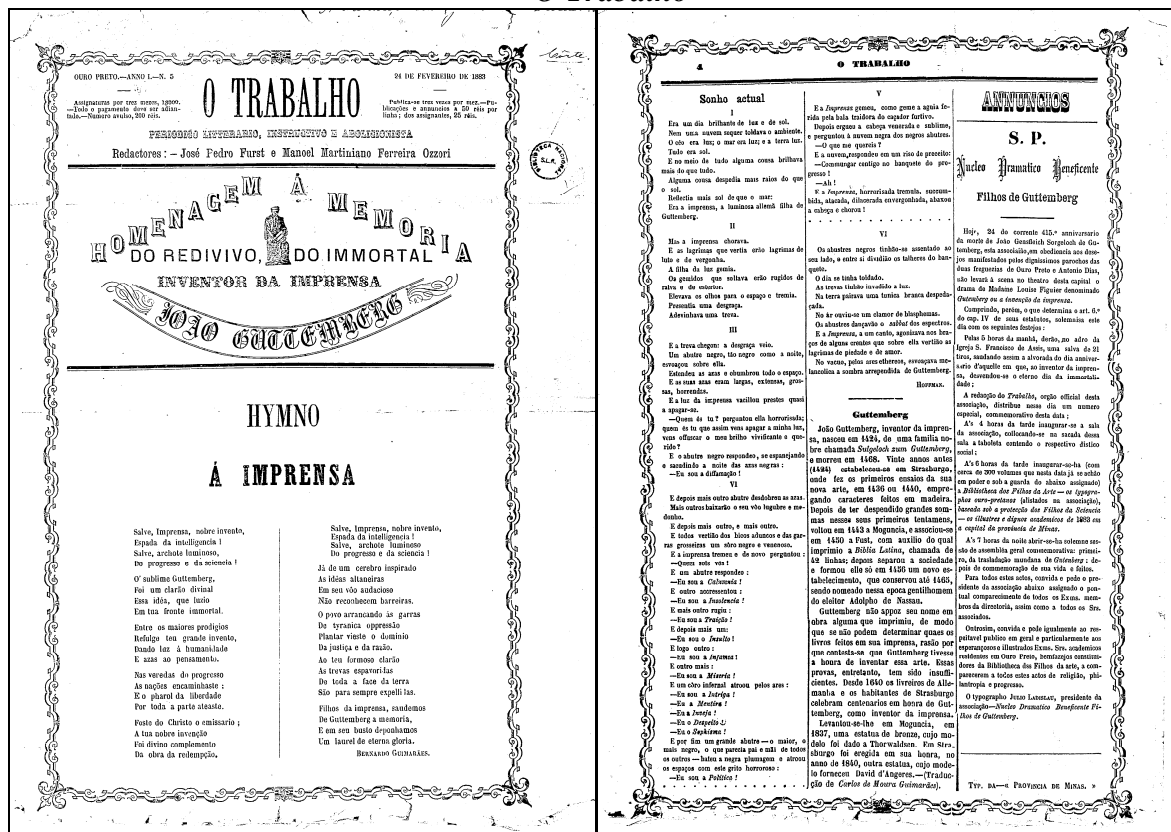
²⁷ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 13 de julho de 1884. BN.

responsável pela impressão do periódico, e nove meses depois de sua estreia, muitos assinantes haviam recebido os exemplares sem terem honrado o pagamento:

AVISO – Pedimos aos dignos cavalheiros da província que, durante nove meses, tem se dignado receber o nosso periódico, a graça de mandar satisfazer o importe da assinatura.

O dinheiro pode ser remetido pelo registro do correio, com declaração do valor.²⁸

Imagem 2: Primeira e última páginas do jornal abolicionista
O Trabalho



Fonte: Biblioteca Nacional.

Mesmo sendo o número de edições encontradas bastante reduzido, estas possuem informações extremamente relevantes e que possibilitam uma releitura das interpretações historiográficas anteriormente tecidas sobre o tema, levando em conta que a existência desses jornais até pouco tempo era completamente negligenciada ou mesmo esquecida pela historiografia mineira.

O surgimento dos jornais abolicionistas recebeu imediata atenção dos demais órgãos de imprensa da capital, que, além de noticiarem sua criação, aproveitaram o ensejo para deixar à mostra sua opinião sobre os caminhos a serem trilhados pelo movimento

²⁸ Idem, 31 de dezembro de 1884. SIA-APM.

abolicionista. Ao saudar os novos colegas de imprensa, o redator e proprietário do jornal conservador *A Província de Minas*, José Pedro Xavier da Veiga, em meio aos encômios rendidos pela iniciativa, aproveitava para lhes enviar um recado: o problema da escravidão deveria ser resolvido com sabedoria e patriotismo, “sem que a lei e a ordem social fossem atacadas”. Para ele, os novos periódicos deveriam lutar pela abolição sim, mas com a devida prudência.

“O Trabalho”

Com este título, começou antontem sua publicação nesta cidade um “periódico literário, instrutivo e abolicionista”, redigido pelos Sr.s José Pedro Furst e Manoel Martiniano Ferreira Ozzori, moços que louvavelmente consagram ao estudo o tempo que lhes sobeja dos trabalhos quotidianos.

Neste número-estreia, o *Trabalho* já revela a inteligência e bons sentimentos de seus jovens redatores, que mostram-se adesos às boas ideias que o amor das letras e da liberdade desperta, e que o espírito religioso soe gerar iluminando nobres tentativas, que a experiência e o estudo saberão dirigir por bom caminho.

Não temos senão palavras de simpatia e de animação para o novo periódico ouropretano, ao qual desejamos sinceramente toda a sorte de prosperidades.

“Quem trabalha reza”, diz um provérbio oriental, que não faz mais do que sintetizar numa frase magnífica a grande e fecunda lei imposta à humanidade pelo Supremo Legislador.

Seja, pois, o – *Trabalho* – não só o título mas também a divisa efetiva dos moços que hasteiam modestamente esse lábaro promissor nas oficinas da imprensa.²⁹

“A Vela do Jangadeiro”

Com este título e [sob] a inteligente redação do Srs. Samuel Brandão e Affonso de Brito, professores do Liceu Mineiro, apareceu a 6 do corrente nesta cidade um periódico abolicionista, de publicação quinzenal.

Além do artigo-programa e de outros escritos, em que a redação expõe habilmente seus intuitos, o primeiro número da Vela do Jangadeiro traz discursos [proferidos] à 25 de Março, nas festas havidas nesta capital, comemorando a total libertação dos escravos do Ceará, e também uma poesia por essa ocasião recitada.

Já temos externado nosso modo de pensar sobre o gravíssimo problema da atualidade, que desejamos e esperamos ver resolvido com sabedoria e patriotismo, sem que a lei e a ordem social sejam atacadas.

Nesse nobre empenho acreditamos que serão profícuos e fecundos os esforços dos que, como os esperançosos jornalistas, sentem-se animados de patrióticos intuitos. Saudamos, pois, aos novos e dignos colegas mineiros, desejando-lhes todas as prosperidades e todas as glórias.³⁰

“Ordem e Progresso”

Sob esta denominação apareceu nesta cidade, a 21 do corrente – 92º aniversário da morte de Tiradentes – o primeiro número de um periódico quinzenal, órgão do club denominado – Visconde do Rio Branco.

²⁹ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 04 de janeiro de 1883. SIA-APM.

³⁰ Idem, 10 de abril de 1884. SIA-APM.

É redator chefe da *Ordem e Progresso* o ilustrado engenheiro Sr. Dr. Chrockatt de Sá, sendo diversos os seus colaboradores.

No terreno legal, nos dirigidos com a devida circunspeção e prudência, são sem dúvida louváveis todos os esforços em bem da causa emancipadora, jamais se olvidando aqueles que a ela se dedicam de que ao lado dos interesses nobilíssimos que promovem estão outros igualmente elevados e respeitáveis – os da ordem pública e dos direitos garantidos por lei.

Certos de que por igual modo pensa a digna redação da *Ordem e Progresso*, lhe dirigimos nossas cordiais saudações.³¹

Podemos observar claramente não apenas a existência de um diálogo entre os jornais, mas a forma como estes de fato serviam como palco para a disputa pelo poder simbólico. O redator do *A Província de Minas* se lança com tudo na disputa pela “legitimidade das palavras” frente aos seus neófitos colegas. Lançando mão de sua autoridade de experiente jornalista e militante do partido conservador, Xavier da Veiga aproveita o ensejo para realizar seu primeiro movimento no “jogo da retórica”, ditando aos periódicos abolicionistas as regras que eles deveriam seguir em sua labuta. Ao mesmo tempo, o jornalista constrói a notícia na tentativa de cristalizar diante do público leitor sua visão conservadora daquilo que deveria ser a “transição” para o trabalho livre: um processo que deveria levar em conta a preocupação com a “razão nacional”, com a preservação da ordem pública, o respeito às leis, e, sobretudo, ao “sagrado” direito de propriedade. Mas a disputa pela “autoridade” das palavras se desenrolaria também dentro dos próprios jornais abolicionistas.

Outros jornais da província registraram a existência dos órgãos de imprensa abolicionistas de Ouro Preto. O jornal *Aurora Aterricense*, “folha religiosa, literária, noticiosa, agrícola e comercial” editada em Aterrado, Sul de Minas Gerais, publicou no dia 28 de janeiro de 1883 nota sobre o recebimento do primeiro número do jornal abolicionista *O Trabalho*, “interessante periódico” dirigido por José Pedro Furst e Manoel Ozzori, transcrevendo trecho de um de seus textos, em meio aos desejos de vida longa ao “novo colega”: “...nem sentimento mais generoso que o de ecoar os gemidos augustosos [sic] dos míseros escravos, cuja condição é um insulto à Deus, à civilização e à própria natureza, cujo trabalho concorre, quem sabe?... para esterilizar o solo de nossa pátria. E é que tentamos”.³² Também *O Sertanejo*, editado na cidade de Pitangui, região Oeste da província, noticiou o recebimento de um exemplar do *O Trabalho*, agradecendo aos colegas as “bondosas frases que nos dirige, noticiando o aparecimento do nosso modesto e obscuro Sertanejo”.³³

³¹ Idem, 26 de abril de 1884. SIA-APM.

³² AURORA ATERRADENSE. Aterrado, 28 de janeiro de 1883. BN

³³ O SERTANEJO. Pitangui, 21 de outubro de 1883. BN

Já o *Waggon* de Uberaba fez registro da fundação do “interessante periódico” *A Vela do Jangadeiro*, informando aos leitores que “como se depreende de seu título, o novo campeão, regido habilmente por duas esperanças da nova geração, defende com denodo a sacrossanta causa da liberdade”. Ao agradecer a remessa de um exemplar do jornal, os redatores do *Waggon* desejavam que os abolicionistas não perdessem “o fervor com a luta em defesa dos pobres cativos”.³⁴ No mês seguinte, os redatores do *Waggon* fizeram nova referência ao *A Vela do Jangadeiro* em seu “artigo de fundo”, afirmando ser o jornal dirigido por Samuel Brandão e Affonso de Brito, “um dos mais ilustrados e destemidos paladinos na grande luta que hoje mais que tudo prende as atenções do povo brasileiro”. Os redatores seguiam com os elogios ao jornal abolicionista que possuía o mérito de não ocupar nenhuma de suas com outro assunto que não a luta pela abolição, “que por seu interesse e magnitude vai dia a dia suplantando e lançando à margem outras questões sociais”.³⁵

A própria política já não tem razão de ser, por isso que hoje o eleitor procura mais saber se o candidato é abolicionista ou escravagista, pouco se lhe dando que seja liberal ou conservador.

A imprensa abolicionista tem tratado da matéria profeticamente, distinguindo-se entre todos os apóstolos da nobre cruzada *A Vela do Jangadeiro*.

Em linguagem limitada e fluente aquele humanitário periódico tem desenvolvido e analisado a questão por todos os lados, já apresentando a escravidão com todos os seus horrores, já indicando e promovendo com perícia e denodo os meios de sua total e imediata extinção.

Todos os seus artigos merecem a geral transcrição da imprensa abolicionista e cristã; cada uma das suas frases é uma gota d’água cristalina e desinfetante que vem purificar o país daquela pútrida e feia nódoa, e deve, portanto, ser recolhida no áureo cofre do jornalismo, a fim de que não role para o mar do esquecimento.

Quiséramos que todos lessem *A Vela do Jangadeiro*, para fazer dela melhor ideia do que aquela que damos nesta sucinta e imperfeita apreciação, que muito deixa a desejar.

Quanto a nós, que pelo diminuto formato da nossa folha, não podemos, bem a nosso pesar, transcrever os seus belos e edificantes artigos, limitamo-nos a formar dela a mais linda coleção do nosso escritório.³⁶

O único número encontrado do *O Trabalho* foi dedicado à memória do inventor da imprensa. Os artigos e poesias publicados no jornal destacavam o papel libertador desempenhado pela imprensa desde sua criação no século XV. Logo na primeira página, um hino à imprensa composto pelo ouropretano Bernardo Guimarães (o autor de “A Escrava Isaura”) exaltava as qualidades da invenção de Gutenberg, que teria encaminhado as nações do mundo ao caminho do progresso e da ciência, disseminando por toda parte a liberdade. O

³⁴ O WAGGON. Uberaba, 11 de setembro de 1884. BN

³⁵ Idem, 19 de outubro de 1884.

³⁶ Idem, ibidem.

escritor ouropretano chega a afirmar que a criação da imprensa foi uma espécie de complementação da obra redentora de Jesus Cristo, que livrara o povo das garras da tirania e da opressão, vindo ao mundo para implantar “o domínio da justiça e da razão”.³⁷

Raciocínio semelhante foi tecido pelo redator Manoel Ferreira Ozzori, para quem a imprensa era uma das três luzes que iluminavam a humanidade: a primeira seria a luz da criação divina, que através do Sol e das estrelas derramava sobre a Terra “seus raios vivificadores”, possibilitando a vida; a segunda seria a luz da salvação trazida à Terra por Jesus Cristo para a redenção dos criminosos e infelizes seres humanos que já a tinham transformado “em foco de todos os vícios, de todas as misérias, de todos os crimes inimagináveis”; e, por derradeiro, seria a imprensa a terceira luz que veio reacender as palavras de liberdade pregadas por Cristo que se perdiam no tempo. Para o abolicionista Manoel Ozzori, a imprensa era um “complemento divino da divina obra da redenção, luz de prosperidade para as nações, de ciência para os homens, mensageira da paz e felicidade universal”.³⁸ Este foi o tom de todos os textos publicados naquela edição do jornal, que em nenhum momento tocou de forma mais incisiva na questão da abolição da escravatura.

A visão de progresso apresentada no *Trabalho*, tão combinada com preceitos cristãos, contrasta com o fato de que muitos dos intelectuais brasileiros da segunda metade do XIX estarem rompendo seus laços com o pensamento religioso a favor de uma visão mais secular do mundo, caso completamente relacionado à leitura que faziam das novas teorias que atravessavam o Atlântico como o naturalismo, o cientificismo, o positivismo e a etnologia. Para o crítico literário Roberto Ventura, o “naturalismo e o cientificismo tiveram, no Brasil, papel semelhante à Ilustração na Europa no século XVIII, ao trazer um saber *secular e temporal*, afastado das concepções religiosas”.³⁹ Entretanto, os abolicionistas do *O Trabalho* não conseguiam elaborar uma ideia de progresso apenas vinculada “à irresistível força da ciência”, como já faziam muitos de seus contemporâneos.⁴⁰ Ao que parece, a tradição religiosa tão presente entre os que circulavam entre as ladeiras de Ouro Preto ainda se fazia presente com bastante força.

Já no *A Vela do Jangadeiro* é possível observar de forma mais clara as discussões lançadas por seus redatores e colaboradores em torno da abolição, e, inclusive, as diferentes interpretações que construíram. No editorial da edição de número 07, publicada em 13 de julho de 1884, os redatores se referiram à importância da imprensa abolicionista, destacando a

³⁷ O TRABALHO. Ouro Preto, 24 de fevereiro de 1883. BN

³⁸ Idem, *ibidem*.

³⁹ VENTURA, Roberto. Op. cit., p.12.

⁴⁰ GRAHAM, Richard. Op. cit., p.243.

forma como “cada vez se acentua mais brilhante o efeito da propaganda abolicionista”.⁴¹ Samuel Brandão e Affonso de Britto comemoravam o avanço da campanha abolicionista que “dos clubes saiu para as praças públicas e das tribunas saiu para a imprensa”, e que naquela altura já havia conseguido libertar todos os escravos do Ceará, Amazonas e estava prestes a conseguir o mesmo no Rio Grande do Sul. Para os redatores, a “santa evolução” do abolicionismo, que já havia se tornado tema obrigatório de todas as discussões da câmara dos deputados e do senado, não poderia parar diante “da grita dos que a tudo se opõe”, intensificando a agitação pública. Contudo, os redatores, que também eram professores do Liceu Mineiro, sublinharam que não incitavam nenhum tipo de desordem, pelo contrário, pretendiam uma transição pacífica para o trabalho livre, inclusive indenizando os senhores:

Nas dobras do abolicionismo se envolvem de uma parte todo o futuro do país e de outra grandes perigos que procuramos conjurar, nós, abolicionistas, acoimados de anarquistas e petroleiros, e que, entretanto, libertamos os escravos pagando os senhores; que conseguimos despertar e interessar o país na solução de uma questão de humanidade, e de melhoramento moral e material; e que sob a gloriosa - *Vela do Jangadeiro* – fazemos uma evolução científica, uma revolução pacífica na opinião do país, para quem apelamos confiadamente.⁴²

A proposta dos redatores, ao contrário de seus colegas do *Trabalho*, apresentava-se em sintonia com a ideia de progresso como fruto da “evolução científica”, contudo, pareciam dar alento à retórica de Xavier da Veiga, afirmando que processo de abolição deveria avançar sim, mas em observância à ordem pública e aos direitos dos proprietários de escravos que deveriam ser devidamente indenizados. Porém, os textos de outros militantes que usaram as mesmas páginas do *A Vela do Jangadeiro* para expor suas ideias divergia um pouco do tom conciliador dos mestres Samuel Brandão e Affonso de Britto.

No mesmo número em que os redatores argumentavam a favor de uma “revolução pacífica”, o colega Manoel Ozzori, redator do *O Trabalho*, publicou um artigo cujo título era “*A escravidão é um crime - Trabalhem*”, e que, ao que parece, era o terceiro de uma série intitulada “Escravidão e Abolicionismo”.⁴³ Ozzori assumia logo no título de seu artigo um lema bem parecido com aquele criado por José do Patrocínio e adotado pela Confederação Abolicionista (“A escravidão é um roubo”), fundada no ano anterior, argumentando que todos os princípios da “filosofia político-religiosa dos modernos tempos” e as próprias lições transmitidas pela história apontavam para a ilegalidade da escravidão. Ozzori argumentou

⁴¹ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 13 de julho de 1884. BN

⁴² Idem, ibidem.

⁴³ Idem, ibidem.

ainda que a permanência do escravismo impedia o adiantamento social e o progresso que poderiam ser gerados pelo trabalho livre, o que para ele também configuraria em crime. Em outro artigo publicado na edição do dia 07 de setembro de 1884, Manoel Ozzori subiu um pouco o tom de sua argumentação.⁴⁴

No artigo intitulado “A propriedade escrava”, Ozzori continuou atacando a legalidade da escravidão, afirmando que aquela era “uma instituição condenada por todos os homens de sentimentos nobres, por toda a filosofia possível e pela própria ciência econômica”. Era defendida apenas pela “legião negreira” que insistia em argumentar sua legalidade “na imprensa que se vende e nas desmoralizadas tribunas do parlamento e assembleias provinciais”. Para o abolicionista, as alegações de que a abolição seria um “assalto a uma propriedade legítima” era um absurdo só sustentado por “cegos de vontade”, “miseráveis escravocratas e emancipadores hipócritas”. Manoel Ozzori argumentava que não havia como sustentar a legalidade de um crime cometido por monstros, “filhos cobiçosos de Portugal”, que haviam acorrentado e vendido homens livres na África para satisfazer “a sede do vil ouro” que contaminava a Terra de Santa Cruz. E continuava atacando: “O miserável que os vendeu tinha o direito de fazê-lo? Não tinha e é um ladrão porque, como também não se contesta, é ladrão quem vende o que lhe não pertence”.⁴⁵ A desculpa muitas vezes apresentada de que a escravidão era um erro cometido pelos antepassados não justificava de forma alguma sua persistência. Para Manoel Ozzori, quem comprou algo que sabia não pertencer ao vendedor foi conivente com o roubo, e comprando o que não devia e nem podia comprar, era consequentemente um ladrão. Além disso, mesmo que o crime tivesse sido cometido há dois mil anos, seriam os descendentes das vítimas do referido delito eternamente livres. Por fim, o abolicionista fecha seu artigo com um ar ameaçador:

Quando constituíeis essa falsa propriedade devíeis pensar que um dia os homens de bem reclamariam os direitos de seus semelhantes, indignamente menosprezados.
É o que acontece.
Resistes?
É porque desejais a revolução.
Manoel Ozzori.
Ouro Preto, 5 de setembro de 1884.⁴⁶

A resistência escravista é ameaçada com uma revolução. Ao contrário de seus colegas redatores do *A Vela do Jangadeiro*, Manoel Ozzori demonstra afinação com o discurso das

⁴⁴ Idem, Ouro Preto, 07 de setembro de 1884. SIA-APM.

⁴⁵ Idem, ibidem.

⁴⁶ Idem, ibidem.

alas mais radicais do abolicionismo. Para ele, não havia porque indenizar ninguém já que a escravidão era nada mais nada menos que um crime secular, e se os escravistas não tratassem de por fim a continuidade do crime o próprio povo daria um jeito de fazê-lo. Mas ele não era o único que discordava da ideia de revolução pacífica e indenizada propagada por Samuel Brandão e Affonso de Britto.

Um colaborador que assinou seu artigo como “*O amigo Incognitus*” denunciava, assim como Manoel Ozzori, a ilegalidade da escravidão.⁴⁷ Para o incógnito abolicionista, o descumprimento da lei de 1831 era a prova cabal de que a escravidão no Brasil não passava de um crime. A culpa de “tão afrontoso desacato da lei, tão criminoso atentado, praticado à luz do dia” seria do próprio governo brasileiro que agiu durante anos com negligência. Ao lançar mão da lei de 1831, a primeira a determinar a proibição do tráfico internacional de escravos para o país, como argumento básico para a qualificação da escravidão como um crime, o abolicionista anônimo se juntava a figuras de relevo do movimento, como Luiz Gama, José do Patrocínio e Rui Barbosa.⁴⁸ O jovem estudante de direito Rui Barbosa, por exemplo, ainda nos idos de 1869, chegou à conclusão de que muitos dos escravos existentes no Brasil eram na verdade pessoas livres. O jovem Rui acreditava que a manutenção do tráfico após a lei de 1831 determinava a liberdade, não só dos africanos forçados a fazer a travessia do Atlântico, mas também de todos seus descendentes. Para ele, se o governo aceitava a fraude em que consistiu a lei de 1831, todo o sistema escravista estava sob suspeita. O desrespeito à lei era a prova cabal de que a escravidão era senão um crime.⁴⁹

Detentor da maior população de escravos e afro-descendentes das Américas, o Brasil teve sua principal fonte de mão de obra ameaçada desde os últimos tempos coloniais, quando a Grã-Bretanha passou a pressionar o governo lusitano, e posteriormente o brasileiro, a fim de proibir o tráfico transatlântico de escravos africanos. Entre 1810 e 1826, uma série de tratados foi firmada com o governo britânico, muito a contragosto de portugueses e brasileiros (especialmente a elite diretamente ligada aos negócios da escravidão) que muitas vezes não hesitaram em demonstrar sua relutância e oposição à extinção do comércio que consideravam vital para a economia da colônia e depois Império do Brasil.

Em 1810, o governo português, refugiado há dois anos no Rio de Janeiro, se viu às voltas com a primeira pressão exercida por seu principal aliado e protetor, no sentido de se

⁴⁷ Idem, 13 de julho de 1884. BN

⁴⁸ PATROCÍNIO, José do. *Campanha abolicionista: coletânea de artigos*. Op. cit.; AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 1999.

⁴⁹ SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon*. Op. cit., pp.53-55.

tornar ilegal o comércio de escravos nos territórios não-portugueses na África. Cinco anos mais tarde, em 1815, a pressão britânica resultaria em um novo tratado através do qual o príncipe regente Dom João VI concordava com a proibição do tráfico ao norte do Equador e, já em 1817, o monarca português aprovou medidas que visavam à aplicação da proibição parcial do comércio negreiro. Os acordos bilaterais garantiram à Grã-Bretanha o poder de abordar toda e qualquer embarcação portuguesa suspeita de transportar escravos ilegalmente comprados na África, além de possibilitar a criação de tribunais internacionais ou comissões mistas localizados no Rio de Janeiro e Serra Leoa, responsáveis pela recepção e julgamento dos acusados de exercício de comércio ilegal. Ao contrário do pretendido pelos britânicos, ao invés de sofrer uma diminuição, forçada pela ameaça de punição, o comércio aumentou consideravelmente.⁵⁰

Em 1822 o Brasil se livrou do jugo português, mas manteve inalterado o regime de trabalho escravo, bem como sua principal fonte, o tráfico. A primeira constituição brasileira, com foros de liberal, foi promulgada em 1824 tendo entre suas linhas o reconhecimento dos preceitos de igualdade e liberdade que, na prática, não seriam para todos. O liberalismo à moda brasileira foi moldado à sombra da força e do dinamismo da economia escravista, não sendo apenas uma “ideia fora de lugar”, mas uma resposta específica ao seu dilema liberal/democrático.⁵¹ Liberalismo e escravidão passaram a ocupar, contraditoriamente, o mesmo espaço, o que não era novidade no continente. Não só no Brasil, mas em toda a “Afro-América”, constituições liberais foram proclamadas tolerando-se a escravidão, que se sustentou através do respeito ao sagrado direito de propriedade, o que, obviamente, dificultou o estabelecimento e expansão dos direitos civis, principalmente da população negra. Mesmo aqueles que conseguiam se livrar do jugo escravista continuavam a sofrer com restrições ao pleno gozo dos direitos civis e políticos, muito em razão da discriminação racial, tendo de conviver com o drama de poderem ser confundidos com escravos fugitivos, sendo sujeitados a toda sorte de arbitrariedades caso não apresentassem provas de sua liberdade.⁵²

Entretanto, como destacou Keila Grinberg, mesmo carregada de contradições, principalmente em relação à sobrevivência da escravidão, a Constituição de 1824 abriu espaço para que setores da população reivindicassem seu direito à cidadania, movimento que partiu

⁵⁰ CONRAD, Robert. Op. cit., p.31. Ainda sobre o processo de extinção do tráfico de escravos para o Brasil, consulte também: BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1976.

⁵¹ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004, p.9-10. Uma discussão sobre a natureza das ideias liberais no Brasil pode ser encontrada em: ALONSO, Ângela. Op. cit.; SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora de lugar”. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

⁵² MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Op. cit, p.21

“principalmente daqueles indivíduos que tinham vivido diretamente ou através de seus antecessores a experiência da escravidão”.⁵³ Um bom número de africanos e seus descendentes, escravos, libertos ou livres, lutaram pela real aplicação dos direitos mencionados na primeira Constituição brasileira, chegando a impetrar ações judiciais nesse sentido, contudo, a grande maioria continuaria completamente alijada da condição de cidadã e o descumprimento dos acordos e leis de proibição do tráfico têm responsabilidade direta sobre esse fato.⁵⁴

Em 1826, após quatro anos de dura negociação, os britânicos firmaram com o governo brasileiro independente um novo tratado visando à proibição do tráfico de escravos. O novo acordo incorporou provisões constantes nos tratados de 1815 e 1817, estabelecendo o prazo de quatro anos para que o comércio internacional de escravos fosse considerado totalmente ilegal, passando a ser qualificado como pirataria. Em 7 de novembro de 1831, o governo regencial do Império (o imperador Pedro I havia abdicado ao trono em 7 de abril do mesmo ano) promulgou lei específica confirmando a proibição do tráfico, além de declarar a liberdade de todos os escravos africanos ilegalmente trazidos para o país a partir daquela data.⁵⁵ A lei enquadrava os importadores de escravos no artigo 179 do Código Criminal (criado no ano anterior), referente à redução de pessoas livres à escravidão, prevendo ainda multa de duzentos mil réis por cada escravo ilegalmente importado, assim como o pagamento das despesas com a “reexportação para qualquer parte da África”. Além da punição aos traficantes, a lei previa em seu artigo quinto o pagamento de recompensa de trinta mil réis por cabeça apreendida a todo aquele que apresentasse às autoridades denúncia de desembarque de escravos ilegais no país.⁵⁶ Tudo estaria certo, se a legislação fosse cumprida, mas não foi.

O que se seguiu à promulgação da lei de 7 de novembro de 1831, também conhecida como lei Feijó, foi o completo desrespeito à legislação, não só por parte dos proprietários

⁵³ GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebolças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.32.

⁵⁴ Sobre os usos da justiça por parte de escravos no Brasil, consulte: CHALHOUB, Sidney. Op. cit.; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Op. cit.; GRINBERG, Keila. *Liberata - a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994; SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Os escravos vão à Justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade. Bahia, século XIX*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000; GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros*. Op. cit.; AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos escravos: Lutas e Abolicionismo na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003; COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit.

⁵⁵ CONRAD, Robert. Op. cit., p.32.

⁵⁶ GURGEL, Argemiro Eloy. *A Lei de 7 de novembro de 1831 e as ações cíveis de liberdade na Cidade de Valença (1870-1888)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ / IFCS, 2004.

escravistas, mas por parte do próprio Estado. A ameaça de punição não intimidou os “importadores” que contavam com a completa conivência do governo imperial, que procurava fechar seus olhos aos atos de pirataria. O fato do corpo de funcionários do Estado responsáveis pela apreensão e julgamento dos contrabandistas serem em grande medida formado por proprietários escravistas ou correligionários políticos a estes ligados, dificultava ainda mais a aplicação da lei. Não obstante, os olhos de uma autoridade poderiam ser facilmente fechados com “uma combinação de suborno e intimidação”.⁵⁷ Como destacou Robert Conrad, nas duas décadas que se seguiram após a promulgação da lei Feijó os traficantes de escravos tiveram liberdade quase completa, com “conhecimento e aprovação total da maioria dos regimes brasileiros”, fato claramente observado por representantes estrangeiros, que relatavam às suas nações a conivência das autoridades brasileiras com o “tráfico tão ousado quando horroroso”.⁵⁸ Residia nesse amplo e desavergonhado desrespeito legal a origem de uma das expressões de uso mais popular entre os brasileiros: “lei para inglês ver”. A lei de 1831 foi, assim como outras tantas leis criadas em solo brasileiro, uma promessa feita sem a intenção de ser cumprida.

A completa inobservância da lei de 1831, bem como os tratados estabelecidos anteriormente, garantiu a escravização de milhares de africanos trazidos ao Brasil, assim como boa parte de sua descendência até 1888. Como bem observou Luiz Felipe Alencastro em audiência pública sobre a adoção de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras, realizada no Supremo Tribunal Federal no ano de 2010, o “pacto dos sequestradores constitui o pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira”, mais ainda, estava fundado ali “o princípio da impunidade e do casuísmo da lei” que marcam a história brasileira até os dias atuais.⁵⁹

O “pacto dos sequestradores” de africanos só se viu abalado de fato quando o governo britânico voltou à cena entre os anos de 1849 e 1850, ao endurecer decisivamente a repressão aos traficantes escravistas em águas territoriais brasileiras, irritando e constrangendo as autoridades imperiais que se viram obrigadas a ceder às demandas britânicas com uma nova lei de proibição do tráfico, a chamada lei Eusébio de Queiroz, promulgada em 4 de setembro de 1850. Com a nova lei, o tráfico passaria a ser combatido de forma efetiva, entretanto, a legislação trouxe consigo, na prática, a anistia aos antigos traficantes e a consequente

⁵⁷ BETHELL, Leslie. Op. cit., p.85.

⁵⁸ CONRAD, Robert. Op. cit., p.32-33.

⁵⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal*. Brasília, 2010. Texto disponível em: <http://sequenciasparisienses.blogspot.com/2010/04/cotas-e-democracia.html>

convivência com o crime da escravização de milhares de africanos introduzidos ilegalmente no Brasil, assim como seus descendentes.

Décadas após as tentativas de proibição do tráfico de escravos para Brasil, integrantes das alas mais radicais do movimento abolicionista acabaram por resgatar o desrespeito à lei de 7 de novembro de 1831 como um dos principais argumentos para determinar a completa ilegalidade da escravidão. Em fins da década de 1860 advogados abolicionistas como Luiz Gama, passaram a utilizar a lei Feijó como argumento a favor da liberdade dos escravos importados ilegalmente, uma atitude que perturbou as autoridades brasileiras que consideravam tal argumento deveras radical. Uma lei que não havia “pegado”, letra morta aos olhos de muitos, passou a ser invocada por advogados que a consideravam “matéria clara e positiva”.⁶⁰ Um número absurdo de escravos introduzidos no país no interregno entre 1831 e a cessação definitiva do tráfico em 1850, deveriam ser declarados livres atendendo às disposições da lei. Para alguns dos magistrados encarregados de julgar esse tipo de processo o caso era no mínimo perturbador. Uma decisão favorável a um escravo africano que tivesse chegado ao país ilegalmente poderia gerar um efeito cascata. Se os africanos introduzidos no país após 1831 eram todos livres, automaticamente seus descendentes também seriam. Sendo assim, a escravidão não seria apenas imprópria, imoral ou ilegítima, mas completamente ilegal.

Voltando às páginas do *A Vela do Jangadeiro*, outro colaborador anônimo identificado apenas pela abreviatura J.S., defendia claramente em seu artigo a abolição imediata. O inominado J.S. argumentava que estavam redondamente enganados aqueles que acreditavam ser a abolição imediata apenas um ato humanitário e filantrópico. Na verdade, o fim imediato da escravidão era nada mais que o ponto final de uma grave ofensa ao “direito natural, axiomático, incontestável e incontestado, o direito da liberdade individual”.⁶¹ Segundo ele, se os senhores escravistas colocassem acima de seus interesses a própria consciência, zelando finalmente por sua honra, iriam perceber todas as vantagens geradas pela abolição imediata, que, inclusive, seria moralmente mais vantajosa para eles do que para seus escravos. Para o articulista, não havia dinheiro que compensasse a ruína moral provocada pela escravidão, e qualquer prejuízo econômico que a abolição imediata poderia gerar não seria maior do que a ofensa ao caráter e à dignidade do homem.⁶²

⁶⁰ AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha*. Op. cit., p.83.

⁶¹ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 24 de agosto de 1884. SIA-APM.

⁶² Idem, *ibidem*.

Francisco Goulart Horta também usou as páginas do *A Vela do Jangadeiro* para demonstrar o quanto estava indignado por ainda ser a pátria refém “da mais bárbara, da mais imunda, da mais corrupta das instituições!”.⁶³ Francisco que, ao que parece, escrevia de alguma localidade ligada ao cultivo do café, lamentava o pouco que podia fazer em uma terra de “corações tão duros quanto a raiz do cafeeiro”, onde “não concebe outro meio de cultivar a não ser com o suor do pobre escravo – [...], morto pelo cansaço, esfomeado e lacerado pelo azorrague!”.⁶⁴ Mesmo diante de tais adversidades, Francisco mantinha “ardentes desejos” de ver uma transição rápida do trabalho escravo para o livre, prometendo lutar por seu ideal enquanto tivesse um “sopro de vida”. O articulista demonstrava sua indignação contra a aristocracia de “Lord Landes” que não tinham pudor em esmagar a religião e a pátria, contanto que pudessem contemplar “das douradas janelas de seus palacetes” as dezenas de seres humanos que insistiam em chamar de sua propriedade. Francisco Horta denunciava ainda que em sua freguesia existia um grande número de homens livres reduzidos à escravidão, uns comprados com matrículas falsificadas e outros que eram africanos trazidos ao Brasil depois da lei de 1831. Segundo Francisco, os pretensos senhores de sua freguesia contavam com a conivência de juízes que não admitiam nenhuma petição no sentido de libertar os escravos, “isto é de os restituir à liberdade”.⁶⁵

Nas páginas do mesmo jornal os militantes abolicionistas disputavam a “legitimidade das palavras” de forma aberta e franca. Fica clara a falta de um consenso sobre qual deveria ser o projeto de abolição mais indicado ou qual seria o *modus operandi* de suas ações cotidianas. Outrossim, chama atenção a forma como o *A Vela do Jangadeiro* se apresentou como um espaço democrático, capaz de comportar opiniões tão diversas e quase opostas.

Consenso sobre a forma como deveria ser a luta contra a escravidão era algo que não existia no movimento abolicionista de Ouro Preto. Poderíamos dizer que a velha capital conviveu com diferentes abolicionismos, uma variedade de leituras da realidade e da luta pela abolição, o que pode ter determinado de forma decisiva os rumos dos últimos capítulos da luta pela abolição.

Em suas memórias, o farmacêutico Aurélio dos Santos Pires, estudante em Ouro Preto durante a década de 1880, afirmou que, adentrando o ano de 1888, a “velha capital se transformou em asilo de numerosos fugidos que desertavam das fazendas em busca de

⁶³ Idem, Ouro Preto, 31 de dezembro de 1884. SIA-APM.

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁵ Idem, *ibidem*.

liberdade que lhes era assegurada pelos irmãos brancos”.⁶⁶ Ouro Preto teria se transformado no principal destino dos cativos que fugiam do domínio de seus senhores. Chegando à capital, eram acolhidos e ocultados pela face radical do abolicionismo ouropretano, os candidatos a revolucionários, que dessa forma rompiam definitivamente com os conselhos de figuras prudentes e preocupadas com a ordem pública, os amantes da ordem, como o conservador Xavier da Veiga. Espíritos mais afoitos, candidatos a revolucionários, como Manoel Ozzori, podem ter sido os responsáveis pelo grande afluxo dos fugidos para a capital, lugar onde talvez não fosse difícil encontrar pessoas suficientemente entusiasmadas e corajosas que estivessem dispostas a ir além dos saraus lítero-musicais e das páginas dos jornais.

O aumento das fugas para a capital foi comentado pela imprensa, não só aquela da capital das Minas. O jornal *Cidade do Rio*, de propriedade de José do Patrocínio e editado no Rio de Janeiro, publicou uma nota referindo-se ao fato de “bandos de escravizados” de vários municípios mineiros terem abandonado “dignamente o trabalho não retribuído nas fazendas” dirigindo-se à Ouro Preto. Patrocínio dizia acreditar que aqueles escravizados “humilhados pelo chicote, quase mortos pela fadiga, para o sustento de uns tantos vagabundos” seriam bem recebidos pela população de Ouro Preto, que protegeria “caridosamente os briosos e martirizados lavradores negros”.⁶⁷ Contudo, tal fato não gerava apenas simpatias, preocupando autoridades amantes da ordem (dos dois maiores credos partidários), escravistas empedernidos, e, inclusive, alguns dos que se auto-intitulavam líderes abolicionistas.

Atitude tida por muitos como irresponsável, o acoitamento de fugidos parece ter alcançado proporções consideráveis na reta final do processo de abolição em Ouro Preto. Uma declaração estampada no jornal *Liberal Mineiro*, órgão do partido liberal, dá uma boa amostra de como os nervos de alguns estremeciam com essa situação:

Devemos como órgão de um partido sério na província e insuspeito à causa do abolicionismo, que nos tem merecido todos os extremos, desmascarar, para inutilizá-la, a calúnia, adrede assoalhada, de que cabe-nos responsabilidade por esse êxodo de trabalhadores servís que tem procurado a capital como refugio para sua sorte miseranda.

A atitude franca e positiva que desde muito assumimos nesta questão, agitando-a em bem dos escravos e dos senhores, que não deviam ser colhidos de surpresa pelos acontecimentos matematicamente previstos, nos dá autoridade e insuspeição para dizermos que não vemos sem desgosto e apreensões a aglomeração, na capital, de elementos que lhe podem perturbar a segurança e a tranquilidade, sem que nem a ideia abolicionista e nem os míseros, de cuja sorte tanto nos condoenmos, colham do fato o mínimo proveito.⁶⁸

⁶⁶ PIRES, Aurélio. *Homens e factos de meu tempo: 1862-1937*. São Paulo: 1939, p. 84.

⁶⁷ CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1888. BN

⁶⁸ LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 03 de março de 1888. SIA-APM.

Mesmo os membros do partido liberal (que diziam apoiar a causa abolicionista através de seu órgão de imprensa e que, inclusive, possuíam entre seus correligionários líderes das sociedades abolicionistas locais) alertavam sobre o perigo e o prejuízo que os fugidos representariam para a sociedade, mesmo sendo um fato previsto “matematicamente”. Por sua vez, os escravos não se dirigiram para Ouro Preto sem esperar por lá algum tipo de auxílio, no caso de pessoas que tinham uma concepção bem diferente da “ideia abolicionista” a que se referiram os editores do jornal.

Ao que parece, os nossos candidatos a revolucionários, já no apagar das luzes (sem o saber) e junto com os escravos, que passaram a ter a velha capital como destino certo em sua fuga rumo à liberdade, surpreenderam os amantes da ordem. É evidente que não deflagraram uma revolução como ameaçou o abolicionista Manoel Ozzori, mas deram cores mais vivas aos versos declamados em 1881 pelo professor Thomaz Brandão. O pedido do professor foi atendido: a imprensa foi de fato utilizada como um dos pontos de apoio da campanha pela abolição. Mais ainda, as páginas dos jornais abolicionistas serviram de cenário para as discussões entre os abolicionistas que, muitas vezes, divergiam sobre qual caminho seguir até a abolição. Já na reta final da luta pela liberdade, essas mesmas divergências saltaram das páginas dos jornais direto para as íngremes e irregulares ladeiras da capital, onde a prudência parece ter sido vencida pela radicalidade.⁶⁹

3.2 - Amantes da ordem, candidatos a revolucionários e seus clubes.

Ao percorrer as páginas dos jornais mineiros publicados na década de 1880, percebi que o grosso das discussões ou a própria organização de associações abolicionistas e emancipadoras se fizeram presentes em praticamente todas as regiões. Entretanto, há de se destacar que a presença dos discursos abolicionistas e emancipadores se fizeram mais presentes em cidades das regiões Metalúrgica-Mantiqueira, Jequitinhonha, Triângulo e Sul. O teor das discussões e demonstrações públicas não obedeceu a uma lógica homogeneizante ou previsível, sendo que os agentes sociais desenvolveram sua própria “gramática da abolição”, estabelecendo por vezes franco diálogo com grupos organizados nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Apesar de a capital ter se destacado como uma espécie de centro do abolicionismo na província, a cena ali estabelecida não atraiu a completa atenção de alguns dos militantes da abolição estabelecidos em outras áreas do vasto território mineiro.

⁶⁹ COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit., pp. 131-135.

No que diz respeito à organização de associações abolicionistas (dedicadas tanto à propaganda quanto à concessão de manumissões) ou emancipadoras (preocupadas apenas com a distribuição de alforrias), Liana Maria Reis computou em sua pesquisa pelo menos 11 agremiações criadas entre 1870 e 1888, sendo que as duas mais antigas teriam sido fundadas nas cidades de Diamantina e Barbacena em 1871.⁷⁰ Entretanto, verifiquei menções na imprensa e na historiografia sobre a existência de pelo menos 20 entidades desse tipo espalhadas pela província:

Quadro 7: Associações emancipadoras e abolicionistas em Minas Gerais (1870-1888)				
Região	Cidade	Associação	Natureza	Data de fundação
Jequitinhonha	Serro	Obreiros da Liberdade	Emancipadora	1870
Jequitinhonha	Diamantina	Associação Patrocínio de Nossa Senhora das Mercês	Emancipadora	1870
Vertentes	Barbacena	*n/d	Emancipadora	1871
Metalúrgica-Mantiqueira	Ouro Preto	Sociedade Abolicionista Ouopretana	Abolicionista	1881
Jequitinhonha	Diamantina	Sociedade Abolicionista Diamantinense	Abolicionista	1882
Zona da Mata	Juiz de Fora	n/d	n/d	1882
Oeste	Tamanduá	n/d	n/d	1882
Metalúrgica-Mantiqueira	Ouro Preto	Sociedade Abolicionista Visconde do Rio Branco	Abolicionista	1883
Metalúrgica-Mantiqueira	Ouro Preto	Sociedade Libertadora Mineira	Abolicionista	1883
Metalúrgica-Mantiqueira	Ouro Preto	Sociedade dos Libertos Viscondessa do Rio Novo	Emancipadora	1884
Jequitinhonha	Diamantina	Clube Abolicionista de Diamantina	Abolicionista	1884
Triângulo	Uberaba	Sociedade Dramática Abolicionista	Abolicionista	1884
Triângulo	Uberaba	Sociedade Abolicionista Filhas do Calvário	Abolicionista	1884
Vertentes	São João del-Rei	Club Abolicionista S. Joanense	n/d	1884
Metalúrgica-Mantiqueira	Mariana	Associação Marianense Redentora dos Cativos	Emancipadora	1885
Metalúrgica-Mantiqueira	Ouro Preto	Sociedade Libertadora Ouopretana	Emancipadora	1886

⁷⁰ REIS, Liana Maria. Op. cit., p.110.

São Francisco-Montes Claros	Montes Claros	Sociedade Beneficente Emancipadora	Emancipadora	1887
Metalúrgica-Mantiqueira	Matosinhos/Sabará	n/d	Emancipadora	1888
Sul	Caldas	Diretório Abolicionista de Caldas	Abolicionista	1888
Sul	Itajubá	Comissão Libertadora	Emancipadora	1888

* Não determinado

Fontes: MATTA MACHADO FILHO, Aires da. *Arraial do Tijuco, cidade de Diamantina*. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p.147; REIS, Liana Maria. Op. cit., p.110; A ACTUALIDADE. Ouro Preto, 22 de março de 1881. SIA-APM; O LÁBARO DO FUTURO. Diamantina, 15 de janeiro de 1882. BN; ECHO DO POVO. Juiz de Fora, 21 de setembro de 1882. BN; GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1882. BN; LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 14 de novembro de 1883. SIA-APM; A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 17 de abril de 1884. SIA-APM; A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 07 de setembro de 1884. SIA-APM; O WAGGON. Uberaba, 09 de março de 1884. BN; O WAGGON. Uberaba, 04 de maio de 1884. BN; SILVA, Denílson de Cássio. Op. cit., p.149; COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit., pp.110-130; LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 17 de dezembro de 1886. SIA-APM; A FOLHA SABARENSE. Sabará, 25 de setembro de 1887. SIA-APM; O SOCIALISTA. Caldas, 03 de junho de 1888. BN; A VERDADE. Itajubá, 15 de março de 1888. SIA-APM.

Como podemos notar no quadro acima, das 10 regiões mineiras, apenas em duas não foi constatada a criação de associações emancipadoras ou abolicionistas, sendo que a região Metalúrgica-Mantiqueira concentrou o maior número agremiações, 05 delas apenas na capital Ouro Preto. Também chama atenção o fato de que 09 agremiações, quase metade do total, terem natureza emancipadora, sendo 08 abolicionistas e outras 03 cuja natureza de suas atividades não foi identificada. Algumas sociedades tiveram apenas sua criação anunciada pelos jornais, sem deixar mais informações sobre suas atividades ou mesmo seu nome, o que impede que saibamos se de fato conseguiram se organizar ou não. Entretanto, mesmo as informações mais fragmentadas são registros de tentativas de organização em torno da campanha pela abolição, atos que muitas vezes podem ter elevado ainda mais o já alto grau de tensão existente entre abolicionistas, senhores e escravos. Mesmo as tentativas fracassadas de criação de clubes podem servir de indícios para pensarmos o grau de penetração dos projetos emancipacionistas e abolicionistas nas diversas regiões mineiras. Por outro lado, a inexistência de um movimento abolicionista organizado na forma de sociedades ou jornais exclusivamente dedicados à propaganda não significa a completa ausência de falas abolicionistas ou de vários abolicionismos.

As primeiras associações emancipadoras de Minas Gerais teriam surgido nas cidades do Serro e Diamantina, ambas localizadas na região Jequitinhonha-Mucuri-Doce, tendo as agremiações sido criadas sob o manto da Igreja Católica, ou melhor, sob os auspícios do então bispo diocesano de Diamantina, Dom João Antonio dos Santos. Segundo Aires da Matta

Machado Filho, no dia 17 de julho de 1870, sob os auspícios de Vossa Excelência Reverendíssima, a sociedade filantrópica “Os obreiros da liberdade” foi criada no Serro, tendo como principal objetivo “emancipar na pia batismal e dar alimento a crianças, principalmente do sexo feminino, nascidas de ventre escravo”, antecipando assim as determinações da lei do ventre livre, que seria promulgada em setembro do ano seguinte.⁷¹ Já no dia 11 de julho do mesmo ano de 1870, uma reunião organizada na Câmara Municipal de Diamantina, contando com alguns dos figurões políticos locais, teve como pauta a fundação e aprovação dos estatutos da Associação Patrocínio de Nossa Senhora das Mercês, cujo artigo primeiro determinava: “Fica instituída nesta cidade de Diamantina, com o fim de auxiliar a emancipação do elemento servil, uma pia sociedade sob os auspícios de N. S. das Mercês”.⁷² No ano seguinte, o relatório apresentado pelo então presidente da província, Antonio Luiz Affonso de Carvalho, à Assembleia Provincial, chamava atenção dos deputados para o número de manumissões conferidas em Minas Gerais no triênio de 1868 a 1870, destacando a existência de duas associações manumissoras na província, sendo “uma na Diamantina e outra em Barbacena, ambas, segundo consta, funcionam com regularidade, e se outras se tem formado, oficialmente não há notícia”.⁷³

Não restaram muitas informações sobre a atuação das associações emancipadoras de Diamantina e do Serro, bem como de sua congênere de Barbacena. Especificamente acerca da Associação Patrocínio de Nossa Senhora das Mercês, ficou a menção de Aires da Mata Machado Filho em relação ao caráter “filantrópico” e “abolicionista” de seu padrinho e protetor, o bispo Dom João Antonio dos Santos, aspecto que será tratado com o devido esmero mais à frente, quando também será observada a atuação do bispo de Mariana, Dom Antonio Maria Correa de Sá e Benevides.

Entre as agremiações fundadas já na década de 1880, pelo menos quatro foram apenas anunciadas ou não lograram êxito em seu processo de fundação. O jornal *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro, noticiou em sua edição número 236, de 14 de outubro de 1882, que na cidade de Tamanduá (atual Itapeverica), região Oeste de Minas Gerais, os senhores Marciano A. de Araújo, José dos Santos Cerqueira e João Victor Correa, haviam fundado um clube abolicionista, “contando já um número considerável de sócios”, fato recebido com a maior

⁷¹ MATTA MACHADO FILHO, Aires da. *Arraial do Tijuco, cidade de Diamantina*. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p.147.

⁷² Idem, *ibidem*.

⁷³ *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa de Minas Gerais na seção extraordinária de 2 de março de 1871 pelo presidente O Ilm. e Exm. Sr. Doutor Antonio Luiz Affonso de Carvalho*. Ouro Preto: Typografia de J. F. de Paula Castro, 1871, p.85. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais. O mesmo relatório foi publicado no jornal ouropretano *Noticiador de Minas*, em sua edição de 20 de maio de 1871, conforme anotou Liana Maria Reis. REIS, Liana Maria. Op. cit., 110.

satisfação pelos redatores da folha, que tinha em seus quadros ninguém menos que José do Patrocínio.⁷⁴ Contudo, nada mais encontramos a respeito do clube de Tamanduá.

O jornal *A Verdade*, de Itajubá, região Sul noticiou com entusiasmo uma reunião ocorrida no Paço Municipal, em 11 de março de 1888, convocada pelos senhores Capitão Antonio José Rennó e Dr. José Pereira dos Santos, rodeados, principalmente, por “lavradores e possuidores de escravos” daquele município. Os organizadores da reunião teriam conseguido convencer os proprietários escravistas da necessidade de ser extinta a escravidão no Brasil, acordando com estes que deveriam conceder a seus escravos a “liberdade imediata”, “com a condição de serviço” até o dia 07 de setembro daquele ano, tendo os escravos direito a receber um salário até 25 de dezembro, com o direito de lavrar as terras dos antigos senhores, acordo selado com “aplausos, música, fogos e cumprimentos”, além da organização de uma Comissão Libertadora presidida por Adolpho Olinto, Aureliano Magalhães, Christiano Brazil, cel. Pereira Júnior, estes redatores do *A Verdade*, e o cidadão João Carneiro Sobrinho, responsáveis por fazer cumprir o combinado em toda a comarca.⁷⁵ Como bem observou Fábio Francisco de Almeida Castilho em sua dissertação de mestrado sobre “a transição da mão de obra no Sul de Minas”, tanto o acordo de libertação quanto o trabalho da Comissão Libertadora tinham a clara intenção de mostrar que a “transição” cabia à “iniciativa particular”, ou seja, aos próprios senhores de escravos e não ao Estado, assim como se torna clara a estratégia de manutenção dos libertos nas terras em que haviam labutado como escravos.⁷⁶ A combinação entre alforrias condicionais e gratuitas teria feito com que ainda naquele mês de março de 1888 os trabalhos da Comissão Libertadora lograsse êxito, fato comemorado pelos redatores do *A Verdade* que declararam ser Itajubá a primeira cidade de Minas Gerais a abolir a escravidão.⁷⁷

Outros anúncios da fundação de sociedades também surgiram na reta final para a abolição. Uma carta enviada à *Folha Sabarense*, remetida a partir da freguesia de Mattosinhos, também na região Metalúrgica-Mantiqueira, datada de 26 de março de 1888, informava ao senhor redator que por aquelas bandas a onda abolicionista também crescia na forma de “fatos humanitários, que de dia para dia vão aparecendo”.⁷⁸ Segundo o missivista que se identificou apenas como G., sendo ele e o redator do jornal “apologistas entusiásticos” da “santa causa da liberdade”, não poderia deixar de apreciar os atos humanitários praticados

⁷⁴ GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1882. BN

⁷⁵ A VERDADE. Itajubá, 15 de março de 1888. SIA-APM

⁷⁶ CASTILHO, Fábio. *Entre a Locomotiva e o fiel da balança*. Op. cit., pp.140-151.

⁷⁷ A VERDADE. Itajubá, 15 de março de 1888. SIA-APM

⁷⁸ A FOLHA SABARENSE. 08 de abril de 1888. SIA-APM

por um “respeitabilíssimo ancião”, o visconde do Rio das Velhas que havia oferecido sublime exemplo aos outros fazendeiros ao fundar naquele arraial um clube abolicionista, ato que teria atraído a adesão de outros “agricultores”, como o major Julio César Teixeira Guimarães que declarou livres os seus escravizados Pedro, Ramiro, Anna e Raquel. Também outro major, Antonio Mascarenhas que teria prometido libertar todos seus escravos, em número superior a 100. O missivista encerrou a correspondência afirmando esperar que o atual gabinete pudesse em breve extinguir completamente a “nódoa negra da escravidão”.⁷⁹ Enquanto isso “cá no centro da Província de Minas, bradaremos a plenos pulmões: louvado seja Deus!”. Se o clube o do visconde arrecadou outros simpatizantes, e como estes de fato demonstraram sua adesão à “santa causa da liberdade” não sabemos.

Também *O Socialista*, “folha popular” publicada em Caldas, região Sul, ao comentar sobre as festas em comemoração à abolição ocorridas na cidade, afirmou que o Diretório Abolicionista local iria organizar um baile em homenagem ao juiz de direito da comarca, José Antonio Saraiva Sobrinho, sem conferir qualquer outra informação que dissesse respeito às atividades do Diretório.⁸⁰

O apego à escravidão, principalmente nas áreas dominadas pela cafeicultura, e mesmo a disputa em torno dos projetos de “transição”, influenciaram decisivamente a vida e morte de clubes abolicionistas e/ou emancipadores.

Em Juiz de Fora, “lugar central” da Zona da Mata, a única menção clara à presença abolicionista encontrada foi registrada no jornal *Echo do Povo*, propriedade de Augusto de Mello e Luiz Olive, tendo como redator o bacharel João Fonseca Hermes. Em sua edição do dia 21 de setembro de 1882 foi publicada nota informando que, no dia 28 daquele mesmo mês, seria fundado na cidade um clube abolicionista, evento que contaria com a ilustre presença dos “distintos escritores e abolicionistas Joaquim Campos Porto e José do Patrocínio”.⁸¹ Tal novidade também foi noticiada na Corte através da *Gazeta da Tarde*, que reverberava a notícia originalmente publicada no jornal de Juiz de Fora, completando que “dando esta notícia, só temos palavras de animação por esta ideia”.⁸² Lembrando que um dos convidados de honra para a inauguração do clube abolicionista, José do Patrocínio, era redator da *Gazeta*, é interessante pensar como os dois jornais poderiam ter estabelecido um rico diálogo em torno da campanha pela abolição. Entretanto, após as duas notas publicadas no

⁷⁹ Idem, *ibidem*.

⁸⁰ O SOCIALISTA. Caldas, 03 de junho de 1888. BN

⁸¹ ECHO DO POVO. Juiz de Fora, 21 de setembro de 1882. BN

⁸² GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1882. BN

mês de setembro de 1882, nada mais se falou a respeito do tal clube abolicionista, nem de sua festa de fundação.

A resistência às ideias abolicionistas foi algo corrente em todas as regiões da província,⁸³ mas em nenhum outro lugar demonstrou tão tenaz repúdio à campanha pela abolição quanto a Zona da Mata, especialmente sua principal cidade, Juiz de Fora. Pólo da região tida como o “*centro dinâmico*” da economia da província, Juiz de Fora se tornou na virada do século XIX para o XX, o primeiro centro industrial de Minas Gerais, o que teria determinado o desenvolvimento de sua infra-estrutura urbana e assim como de seus arrabaldes.⁸⁴

No período equivalente às duas últimas décadas de vigor escravista, a região da Zona da Mata teria recebido, segundo as contas de Martins e Slenes, aproximadamente 61% do influxo líquido de escravos para as regiões mineiras que receberam mão de obra cativa durante o período. Já por volta de 1880, a região concentrava aproximadamente 35% da escravaria mineira.⁸⁵ A maior parte desses braços encontrava-se concentrada nas mãos de grandes fazendeiros de café do município de Juiz de Fora.

Rômulo Garcia Andrade constatou através do estudo de inventários *post mortem* e de Editais de Leilões publicados nos jornais de Juiz de Fora, analisados no período entre de 1870 e 1880, que o tamanho médio das propriedades do município era de 236 alqueires com plantéis compostos entre 60 a 198 escravos e 237.714 pés de café.⁸⁶ Segundo Andrade, os grandes proprietários (possuidores de mais de 50 escravos) concentravam 85% dos cativos, 88% da produção de café e 84% das terras. Os médios proprietários (10 a 19 escravos) detinham 12% dos escravos, 10% do café e 14% das terras, enquanto que os pequenos proprietários concentravam apenas 3% dos escravos, 2% das terras e do café.⁸⁷

O aparente malogro da organização do clube abolicionista noticiado pelo *Echo do Povo* parece indicar a o alto grau de dificuldade de penetração da propaganda abolicionista na “Manchester Mineira”. Ao que parece, a presença de grupos abolicionistas organizados em

⁸³ AMARAL, Alex Lombello. *Cascudos e chimangos: Imprensa e Política em São João del-Rei (1876-1884)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Juiz de Fora, 2008, pp.196-234; CASTILHO, Fábio. Op. cit., pp.100-105; SILVA, Denilson de Cássio. Op. cit., pp.132-158.

⁸⁴ Sobre o desenvolvimento urbano e industrial de Juiz de Fora veja: GIROLETTI, Domingos. *Industrialização em Juiz de Fora: 1850-1930*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988; e PIRES, Anderson. *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930*. Dissertação de Mestrado, UFF, 1993.

⁸⁵ SLENES, Robert. Op. cit., pp.458, 465; e MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, Século XIX. Op. cit.

⁸⁶ ANDRADE, Rômulo Garcia. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 11 n°22, 95-125, maio/agosto 1991, pp.95-97.

⁸⁷ Idem, ibidem, p.111.

Juiz de Fora definitivamente não teve o peso que lhe atribuiu Oíliam José, para quem a cidade, assim como a capital da província, seria um reduto de propagandistas da abolição.⁸⁸

Assim como Oíliam José, Thiago Bueno Pereira também atribuiu a Juiz de Fora o título de “palco privilegiado de muitos dos embates relativos à ‘questão servil’”.⁸⁹ O autor se valeu do fato da cidade ter sido um grande centro econômico para afirmar, corroborando com a tese de que os centros urbanos seriam cenário ideal para o desenvolvimento de ideias progressistas/reformistas, acreditando que para ali teriam convergido um grande fluxo de ideias abolicionistas.⁹⁰ Entretanto, o autor esbarra na falta de comprovação empírica para tal afirmação. Assim como em outros pontos do Império, os jornais juizforanos de fato estamparam artigos sobre a questão servil (como pudemos notar anteriormente), contudo, a ausência de informações para além do que foi noticiado pelo *Echo do Povo* acaba por indicar a inexistência de um abolicionismo efervescente naquela cidade, como acreditara o autor.

Dentre as inúmeras discussões estampadas na imprensa de Juiz de Fora, impressiona o temor expresso por parte dos fazendeiros da região em relação a um possível avanço da onda abolicionista sobre seus cafezais. A edição de 13 de janeiro de 1881 do *O Pharol* estampava artigo intitulado “Os Nossos Lavradores”, descrevendo as discussões ocorridas em reunião do clube da lavoura local que, através da fala seu presidente, deixava clara a preocupação de seus com o avanço daquele movimento “irresponsável”:

Disse S.S que nesta época, em que alguns espíritos precipitados, aventam questões que podem perturbar a ordem pública, promovendo a desorganização do trabalho, e principalmente do trabalho agrícola, não era de estranhar que a distinta classe de lavradores, prevendo o perigo, se congregasse para o conseguimento [sic] de medidas que tenham por fim salvaguardar os seus interesses.

Esses interesses, garantidos pela lei, são tão importantes, que não afetam somente os lavradores, mas compreendem em vasta esfera quase toda a fortuna pública e particular.

Esses interesses, garantidos pela lei, são tão importantes, que não afetam somente os lavradores, mas compreendem em vasta esfera, quase toda a fortuna pública e particular.

Promovendo esta reunião, a distinta classe dos lavradores demonstra compreender a gravidade dos acontecimentos, e procurando defender seus direitos, promove diretamente a defesa dos interesses de todas as classes sociais, gravemente comprometidas com a desorganização do trabalho.⁹¹

⁸⁸ JOSÉ, Oíliam. Op. cit., p.99.

⁸⁹ PEREIRA, Thiago Bueno. Abolicionismo em Juiz de Fora – MG, 1870/1888. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. ANPUH. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

⁹⁰ Idem, ibidem, p.05

⁹¹ O PHAROL. Juiz de Fora, 13 de janeiro de 1881. BN

A imagem fantasmagórica daqueles “espíritos precipitados” colocava em xeque os interesses particulares daqueles “lavradores”. Interesses particulares que, muitas vezes, acabavam confundidos com os interesses públicos, em virtude da influência que os grandes proprietários exerciam sobre a política local.⁹² A própria Câmara Municipal de Juiz de Fora armou guarda em defesa dos interesses agrícolas como podemos notar no trecho a seguir:

A Câmara Municipal da cidade de Juiz de Fora, como intérprete fiel dos sentimentos e interesses de seus munícipes, resolveu unanimemente, em sessão do três do corrente mês, por indicação de um de seus membros, representar ao senado e à Câmara dos senhores deputados, no intuito de solicitar providências e medidas que façam cessar o estado anormal de coisas criado pelo movimento abolicionista, o qual, pela atitude assumida, constituiu-se elemento de desordem e fontes de atentados contra a propriedade servil, reconhecida e garantida pela legislação do país; pondo em perigo constante a segurança pessoal dos proprietários de escravos, principalmente lavradores, promovendo intempestivamente a desorganização do trabalho, em condições já muito precárias; e desconhecendo que o problema da emancipação depende de medidas complexas e de máxima prudência.⁹³

Levando em conta que a região de Juiz de Fora foi a que mais recebeu mão de obra escrava nas décadas de 1870 e 1880 em Minas, ou seja, seus plantéis eram relativamente novos, qualquer agitação nas senzalas poderia levar aqueles escravos a organizarem fugas ou mesmo violentos motins.⁹⁴ Além disso, os exemplos abundavam em outras regiões, muitas vezes com participação abolicionista, como no interior paulista, o que certamente aumentava a tensão entre os fazendeiros.

Mesmo tendo aparentemente naufragado, a tentativa de organização de um clube que contava com apoio explícito de conhecidos abolicionistas da Corte, indica que mesmo sofrendo com ampla resistência, a campanha abolicionista tinha ali representantes, mesmo que eventualmente obrigados a agir nas sombras ou nas entrelinhas jornalísticas. A ausência de informações mais consistentes acerca de uma ação abolicionista perene na cidade de Juiz de Fora pode ainda permitir imaginar que as preocupadas manifestações dos senhores vereadores poderiam se referir não a um movimento local, mas sim às agitações de outros pontos do Império, sobretudo a Corte (não tão distante), com quem os periódicos locais

⁹² Rômulo Andrade identificou a presença dos grandes proprietários entre os cidadãos votados nas eleições da Câmara Municipal de Juiz de Fora em 1860. Ao adentrarem a vida pública, os cafeicultores escravocratas garantiam uma ampla base de sustentação ao escravismo e às suas atividades econômicas. ANDRADE, Rômulo Garcia. Op. cit., p.111.

⁹³ O PHAROL. Juiz de Fora, 08 de maio de 1884. BN

⁹⁴ Sobre tráfico de escravos para Juiz de Fora veja: MACHADO, Cláudio Heleno. Tráfico interno e concentração de população escrava no principal município cafeeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora (segunda metade do século XIX). *X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR-UFMG, 2002.

mantinham um intenso diálogo. Contudo, isso não significa dizer que não tenha existido alguma agitação de motivação abolicionista em Juiz de Fora, mesmo que por “debaixo dos panos”. Pelo contrário, podemos inferir através do grande temor dos fazendeiros escravistas que a possibilidade de qualquer ação abolicionista na região era interpretada como a fonte de uma possível deterioração de seu domínio sobre os cativos.

Outro bom exemplo dos reflexos do clima tensão e mesmo disputa em torno dos projetos de abolição foi tentativa de organização de um clube abolicionista em São João del-Rei no ano de 1884, analisada por Alex Lombello Amaral e Denílson de Cássio Silva, que nela enxergaram uma variedade de posições e oposições em relação à campanha pela abolição.⁹⁵ A reunião convocada pelo tenente Francisco de Paula Pinheiro, ocorreu no dia 28 de setembro, justamente a data de comemoração dos 13 anos de promulgação da lei do ventre livre. Ambos os autores observaram a falta de consenso entre aqueles que se fizeram presentes na reunião de criação do clube acerca dos caminhos a serem seguidos até a abolição, dividindo os participantes em “emancipadores” e “abolicionistas”, o que acabou por atrapalhar sua plena organização.

Entretanto, o “naufrágio” do projeto em torno do Club Abolicionista S. Joanense,⁹⁶ ao invés de representar uma resistência ou conservadorismo extremado em relação ao abolicionismo, acaba por apontar para a circulação de uma miríade de projetos de abolição que variavam entre o gradualismo e a proposta de extinção imediata da escravidão, expostas nas páginas dos jornais locais, como o *S. João D’el-Rei*, dirigido justamente por Francisco de Paula Pinheiro, idealizar do Club. Como destacou Alex Lombello Amaral, “um *Club* que se reunisse e tivesse produzido atas, feito festas, arrecadado dinheiro, libertado escravos” não seria mais importante que “um jornal de linha editorial abolicionista”.⁹⁷ Para Denílson Silva, mesmo a apologia ao estabelecimento de um “abolicionismo pacífico”, baseado no respeito à ordem e à lei, muito presente nos debates em torno no Club, “apresentava riscos de desdobramentos inesperados e, portanto, uma dose não desprezível de insegurança”.⁹⁸

O fato é que a organização de associações em torno da propaganda abolicionista ou da promoção de alforrias em Minas Gerais tomou seu impulso decisivo na década de 1880. Ao lado da imprensa, as associações ou sociedades “temáticas” representavam “um dos pilares de sustentação do pequeno espaço público do Brasil oitocentista”, proporcionando um canal

⁹⁵ AMARAL, Alex Lombello. Op. cit., p.130; SILVA, Denílson de Cássio. Op. cit., p.138.

⁹⁶ SILVA, Denílson de Cássio. Op. cit., p.149.

⁹⁷ AMARAL, Alex Lombello. Op. cit., p.230.

⁹⁸ SILVA, Denílson de Cássio. Op. cit., p.149.

alternativo para a discussão pública, como observou Ângela Alonso.⁹⁹ Ainda de acordo com a autora, as associações fundadas em fins do Império apresentavam uma dinâmica similar, tendo, muitas vezes, vida demasiadamente fugaz:

Essas associações se organizavam em recintos abertos, de acesso livre. Formavam-se ao sabor dos temas do dia. Assim, conforme as mudanças na agenda política, algumas desapareciam para dar lugar a outras. Eram voláteis, durando pouco mais que meses, com composição também variável, ganhando e perdendo continuamente. É que eram quase sempre os mesmo indivíduos dando corpo a variadas associações: as sociedades abolicionistas, “científicas”, literárias, republicanas são quase sobrepostas.¹⁰⁰

Dentre as várias associações temáticas criadas na década de 1880, as abolicionistas eram as mais numerosas, tendo como exemplo máximo a Confederação Abolicionista, fundada em 12 de maio de 1883 no Rio de Janeiro, tendo à frente figuras do porte de José do Patrocínio, André Rebouças e João Clapp. A Confederação Abolicionista congregava 17 sociedades abolicionistas da Corte e de outras regiões do Império, tendo mantido um expediente que ia além dos *meetings*, uma vez que, contrariando a prudência pregada por alguns dos próceres abolicionistas, seus membros muitas vezes se dirigiram de forma direta aos escravos, tendo adotado a promoção de fugas como uma das táticas mais caras na luta pela abolição imediata e sem indenização. O slogan “a escravidão é um roubo” indicava que para os membros da Confederação a escravidão não passava de um crime o que automaticamente tornava a fuga de um escravo um ato legal, uma manifestação legítima de quem reivindicava seus direitos. Sendo a fuga o exercício de um direito, o acoitamento de um mancípio fugitivo - considerado crime capital para os proprietários escravistas mais apegados ao “velho sistema” -, não seria mais que parte a defesa da verdadeira legalidade.¹⁰¹

Em trabalho anterior pude analisar a dinâmica das sociedades antiescravistas (abolicionistas e emancipadoras) fundadas na então capital mineira, Ouro Preto, constatando que apesar de se vestirem com uma capa ordenadora ou moderada acabaram por dar ignição a ações tidas como deveras radicais, como o acoitamento de escravos fugitivos, que se dirigiram à cidade a partir de 1887.¹⁰²

No rastro das primeiras manifestações de propaganda abolicionista, como a criação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, e da organização das primeiras conferências

⁹⁹ ALONSO, Ângela. Op. cit., p.281.

¹⁰⁰ Idem, ibidem, p.282.

¹⁰¹ SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura*. Op. cit., pp.60-61.

¹⁰² COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit., pp.63-135.

públicas da campanha, em 1880,¹⁰³ Ouro Preto assistiu a fundação de sua primeira sociedade antiescravista. Como informa o jornal *A Província de Minas*, no dia 13 de fevereiro de 1881, um domingo, uma “numerosa reunião” movimentou o teatro municipal com o objetivo de instalar “uma associação destinada a promover meios para a libertação de escravos”, uma ideia “filantrópica” que teria partido de “moços inteligentes, dignos professores e alunos da Escola de Minas”, instituição de ensino criada sob os auspícios do próprio Imperador, com o objetivo não só de formar geólogos e engenheiros de minas, mas de renovar o ensino de ciências no país.¹⁰⁴ Os presentes trataram logo de realizar a eleição de uma diretoria temporária da agremiação, tendo sido eleitos o professor Archias Medrado (presidente); Te. Cel. Hermogenes Rosa (vice-presidente); Alcides Medrado e Antonio Olintho dos Santos Pires (secretários); e o Sr. José Rodrigues Gomes Junior (tesoureiro). O jornal informava ainda que a Sociedade havia recebido “em favor de seu filantrópico fim um benefício dado pelo Sr. Cazali, com a magnífica companhia equestre e ginástica que dirige”, tendo o espetáculo sido realizado no dia 15 de fevereiro “com avultada concorrência publica e extraordinários aplausos dos espectadores”.¹⁰⁵

Tendo à frente o professor Archias Eurípedes da Rocha Medrado, que dez anos mais tarde alcançaria o posto de diretor da Escola de Minas, em substituição a seu fundador, o francês Henri Gorceix, a Sociedade Abolicionista Oupretana prosseguiu a todo vapor com suas atividades. Pouco mais de um mês após sua fundação, o secretário da Sociedade, Antonio Olinto dos Santos Pires, futuro líder republicano e então aluno da Escola¹⁰⁶, convocou os sócios para uma nova eleição da diretoria da entidade, realizada no dia 24 de março de 1881, uma quinta-feira, no paço da Câmara Municipal.¹⁰⁷

A composição da nova e definitiva diretoria não foi divulgada, mas a Sociedade seguiu organizando pelo menos mais duas reuniões, todas realizadas na casa do senhor [Augusto] Barbosa da Silva¹⁰⁸, um dos alunos prediletos de Gorceix e futuro professor da Escola de

¹⁰³ CONRAD, Robert. Op. cit., pp.172-173.

¹⁰⁴ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 19 de fevereiro de 1881. SIA-APM. Sobre a Escola de Minas de Ouro Preto, consulte: *A ESCOLA DE MINAS: 1876-1976. 1º Centenário*. 1º volume. Oficinas gráficas da Universidade Federal de Ouro Preto, 1976; CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto - o peso da glória*. 2. Ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

¹⁰⁵ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 19 de fevereiro de 1881. SIA-APM

¹⁰⁶ Engenheiro de Minas, turma de 1882. Professor interino de matemática (1884); agrimensura, topografia e cosmografia (1885); efetivado em 03 de maio de 1888. Foi o primeiro governador republicano do Estado de Minas Gerais, Ministro da Viação e deputado federal, tendo ainda ocupado diversos cargos públicos. *A ESCOLA DE MINAS: 1876-1976. 1º Centenário*. Op. cit., p.83.

¹⁰⁷ A ACTUALIDADE. Ouro Preto, 22 de março de 1881. SIA-APM

¹⁰⁸ Engenheiro de Minas, turma de 1882. Professor interino de cálculo diferencial e integral, mecânica racional e trigonometria esférica (1885), efetivado por concurso em 1889, sendo transferido para física e química. Foi professor do curso de Química Industrial, professor catedrático, vice-diretor e diretor em 1919, sendo exonerado

Minas¹⁰⁹, sempre aos domingos, pontualmente a uma da tarde.¹¹⁰ Contudo, fora essas reuniões e o auxílio para a alforria de dois escravos, ocorrida em 05 de junho de 1881,¹¹¹ os jornais da antiga capital silenciaram quanto às demais atividades da Sociedade em prol dos “pobres escravizados”, tendo sido registrada apenas a participação do orador da entidade, o professor Alcides Medrado¹¹², em uma festa em comemoração aos dez anos de promulgação da Lei do Ventre Livre, a mesma celebração na qual tomou parte o professor Thomaz Brandão, autor dos versos que servem de epígrafe deste capítulo.¹¹³

A participação de professores e estudantes no movimento abolicionista de Ouro Preto foi uma constante. Na antiga capital das Minas existiam cinco importantes instituições de ensino: a Escola de Farmácia de Ouro Preto, primeira instituição do gênero na América Latina, instituída por um decreto provincial de 04 de abril de 1839;¹¹⁴ o Liceu Mineiro, instituição de ensino secundário, fundada em 1854 e subordinada à Diretoria Geral da Instrução Pública da província;¹¹⁵ a Escola Normal, criada em 1873, tendo a incumbência de formar novas professoras para o ensino primário;¹¹⁶ a Escola de Minas de Ouro Preto, criada a pedido do Imperador Pedro II no ano de 1876 e dirigida pelo engenheiro francês Henri Gorceix, instituição que para Francisco Iglesias, teria, ao lado do lendário Colégio do Caraça, “importância decisiva na vida de Minas Gerais”;¹¹⁷ e o Liceu de Artes e Ofícios, fundado pelos engenheiros abolicionistas Chrockatt de Sá e Archias Medrado em 1884, sendo subordinado ao governo provincial a partir de 1886.¹¹⁸ Hoje, as duas instituições de ensino superior criadas no século XIX, EFOP e EMOP, funcionam como unidades acadêmicas da Universidade Federal de Ouro Preto.

A convivência entre as paredes das instituições de ensino fez com que os abolicionistas da capital, fossem lentes ou alunos, tivessem uma “experiência compartilhada”,

a pedido em 1927. Depois de diplomado esteve na Europa aperfeiçoando os estudos, subvencionado pelo Imperador Pedro II. A *ESCOLA DE MINAS*. Ouro Preto: Livraria Mineira, 1931, p.86.

¹⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto*. Op. cit., p.100.

¹¹⁰ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 05 de junho de 1881 e 06 de novembro de 1881. SIA-APM

¹¹¹ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 05 de junho de 1881. SIA-APM

¹¹² Nascido em Lençóis, Bahia, em 27 de setembro de 1857. Foi efetivado como diretor do Liceu Mineiro em agosto de 1886. Trabalhou como bibliotecário da EMOP a partir de dezembro de 1890. Integrou várias comissões do governo republicano, nos ministérios do Interior, Viação e Agricultura. A *ESCOLA DE MINAS*. Op. cit.; LIBERAL MINEIRO, 14 de agosto de 1886. SIA-APM

¹¹³ A ACTUALIDADE. Ouro Preto, 04 de outubro de 1881. SIA-APM

¹¹⁴ DIAS, José Ramos. *Apontamentos históricos do Sesquicentenário da Escola de Farmácia de Ouro Preto*. 3 ed. rev. Ouro Preto: UFOP, Escola de Farmácia, 1989, p.35.

¹¹⁵ Idem, ibidem, p.37. A partir da criação do Liceu, a EFOP passou a ser subordinada à Diretoria de Instrução Pública, funcionando no mesmo prédio do educandário até conseguir autonomia em 1883.

¹¹⁶ LIMA, Cláudio de. Notas sobre alguns estabelecimentos de Ouro Preto. In: *Bi-Centenário de Ouro Preto: 1711-1911 – Memória Histórica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911, p.116.

¹¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto*. Op. cit., p.15.

¹¹⁸ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 18 de janeiro de 1884. SIA-APM.

convivessem em uma “comunidade de experiência”, como definiu Ângela Alonso.¹¹⁹ Nichos de sociabilidade, as instituições de ensino também se configuraram, em grande medida, como celeiros de ideias abolicionistas, tendo os professores ocupado a liderança das sociedades fundadas em Ouro Preto, atraindo para ali boa parte de seus alunos, muitos dos quais chegaram a compor as diretorias das agremiações.¹²⁰

Mais de dois anos após a fundação da Sociedade comandada pelos professores e alunos da Escola de Minas, *A Província de Minas* mais uma vez noticiou a movimentação abolicionista existente na capital. No dia 31 de outubro de 1883, José Pedro Furst, primeiro secretário da diretoria provisória da Sociedade Libertadora Mineira, convocou os sócios da agremiação para a sessão a ser realizada no dia 01 de novembro, uma quinta-feira, ao meio dia, nas dependências do teatro municipal, com a finalidade de elegerem sua diretoria definitiva.¹²¹ Furst, que era redator da folha abolicionista *O Trabalho*, foi conduzido ao cargo de segundo secretário, porém acabou recusando o posto alegando “motivo dos muitos afazeres” que já lhe pesavam, garantindo, entretanto, que continuaria prestar à Sociedade seus “pequenos, mas sinceros serviços”.¹²² A posse da diretoria definitiva da Sociedade Libertadora Mineira ocorreu no dia 10 de novembro no paço da Assembleia Provincial, solenidade que contou, além dos discursos de praxe, com um “brilhante concerto musical” executado por “distintas senhoras” da sociedade ouropretana. De acordo com a nota publicada no *A Província de Minas*, a fundação da Libertadora Mineira foi homenageada por José Pedro Furst e Manoel Ozzori com uma edição especial do *O Trabalho*.¹²³

Praticamente ao mesmo tempo em que a Sociedade Libertadora Mineira dava seus primeiros passos, outro grupo abolicionista tratou de se movimentar na mesma direção da agremiação chefiada por Archias Medrado. Um anúncio publicado no *Liberal Mineiro* deu conta da existência do Clube Abolicionista Visconde do Rio Branco, que convocava seus sócios para uma reunião a ser realizada no teatro da capital no dia 15 de novembro de 1883.¹²⁴ Assim como a Libertadora Mineira, o Clube Rio Branco iniciou suas atividades sob o comando de uma diretoria provisória, tendo indicado seus comandantes “definitivos”, bem como aprovado seus estatutos, no dia 20 de novembro do mesmo ano, mais uma vez nas dependências do teatro municipal, um dos palcos/cenários mais concorridos da capital.¹²⁵ A

¹¹⁹ ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento*. Op. cit.

¹²⁰ COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit.

¹²¹ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 31 de outubro de 1883. SIA-APM

¹²² Idem, 03 de novembro de 1883. SIA-APM

¹²³ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 15 de novembro de 1883. SIA-APM

¹²⁴ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 14 de novembro de 1883. SIA-APM

¹²⁵ Idem, 24 de novembro de 1883. SIA-APM

presidência do Clube ficou nas mãos do engenheiro positivista Chrockatt de Sá Pereira de Castro, que no ano seguinte viria fundar o Liceu de Artes e Ofícios - juntamente com o professor Archias Medrado, presidente da *Libertadora Mineira* -¹²⁶, além de ocupar os cargos de fiscal das estradas de ferro de Leopoldina e Juiz de Fora.¹²⁷

As duas entidades desenvolveram atividades muito semelhantes, com destaque para aquelas que combinavam propaganda abolicionista, espetáculo musical, arrecadação de fundos e distribuição de alforrias,¹²⁸ uma fórmula acatada por todo Império.¹²⁹ Além de atividades parecidas os dois clubes costumavam ocupar sempre os mesmo espaços públicos, tanto para as conferências/festas, realizadas no teatro municipal e paço da Assembleia Provincial, quanto para as reuniões internas, frequentemente realizadas nas dependências do Liceu Mineiro, casa dos redatores do *A Vela do Jangadeiro*, os professores Affonso de Britto e Samuel Brandão.¹³⁰ E foi justamente sob o impulso da *Vela do Jangadeiro* que as duas sociedades abolicionistas realizaram seu maior espetáculo de propaganda da abolição. Exortados pelos mestres abolicionistas do Liceu, os membros da Libertadora Mineira e do Clube Rio Branco juntaram forças para, no dia 25 de março de 1884, comemorarem nas íngremes e tortuosas ruas da velha capital o fim da escravidão na província do Ceará, a “terra da luz”, como dizia José do Patrocínio. A festa, que será analisada de forma mais atenta no último capítulo deste trabalho, tratando especificamente das festividades abolicionistas em Minas, tomou as ruas de Ouro Preto, contando com público volumoso que pode ouvir e interpretar à sua maneira os discursos e signos expostos pelos “amigos da liberdade”.¹³¹

Ainda no correr do ano de 1884 os jornais da capital registraram a existência da Sociedade dos Libertos Viscondessa do Rio Novo, agremiação emancipadora que deixou poucos rastros de suas atividades. A primeira menção à existência da Sociedade dos Libertos foi um anúncio publicado no *A Província de Minas*, no qual o secretário da sociedade, Hypolito Peixoto de Carvalho, convocava os sócios para comparecerem a uma reunião marcada para o dia 20 de abril, às 10 da manhã no teatro da capital.¹³² Já no mês seguinte o próprio presidente da agremiação, Joaquim Caetano de Magalhães, convocou os sócios para

¹²⁶ Idem, 18 de janeiro de 1884. SIA-APM. O engenheiro Chrockatt de Sá e o professor Archias Medrado fundaram o Liceu de Artes e Ofícios de Ouro Preto em janeiro de 1884, permanecendo em sua direção até o ano de 1886. CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. Belo Horizonte: s/ed., 1969, p.135.

¹²⁷ Idem, 11 de novembro de 1884. SIA-APM

¹²⁸ COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit.

¹²⁹ Sobre festas abolicionistas veja: SILVA, Eduardo. Resistência negra, teatro e abolição da escravatura. In: *26ª Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa História*. Julho, 2006.

¹³⁰ COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit., p.88.

¹³¹ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 29 de março de 1884. SIA-APM; A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 27 de março de 1884. SIA-APM.

¹³² A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 17 de abril de 1884. SIA-APM

um novo encontro no teatro, a ser realizado no dia 04 de maio.¹³³ Uma nova menção às atividades da Sociedade dos Libertos só foi registrada no ano seguinte, quando jornal *O Diabinho* noticiou a alforria do sócio Elizeo, fato ocorrido no dia 03 de fevereiro de 1885, tendo a carta de liberdade sido entregue pelo Conselheiro Manoel Tertuliano Henriques, procurador e irmão do antigo senhor de Elizeo, o também Conselheiro Antonio José Henriques. Para os redatores do *O Diabinho*, o “primeiro ato de beneficência” da Sociedade dos Libertos deveria servir de exemplo para todos aqueles que ainda se viam atados aos grilhões escravistas, assim como os que deles já haviam se livrado, a fim de apressarem “o dia da libertação de cada um de seus irmãos”.¹³⁴

Fora os anúncios de reunião e a libertação do sócio Elizeo, a Sociedade dos libertos não divulgou outras atividades, como a arrecadação de fundos para compra da alforria de seus membros ainda escravizados. Algo que chama atenção é a homenagem que figura no próprio nome da sociedade, cujo alvo era a Viscondessa do Rio Novo. Maria Claudina Pereira de Carvalho, viúva do Barão de Entre-Rios, indicada pelos jornais da época como condessa legou em testamento as terras correspondentes à Fazenda Cantagalo, localizada no município fluminense de Paraíba do Sul, à Irmandade de Nossa Senhora da Piedade, responsável por manter os libertos em uma colônia agrícola cujo nome também homenageava a santa. Seguindo as determinações do testamento da condessa falecida em 1882, a colônia agrícola deveria abrigar e zelar pela manutenção de duas escolas destinadas à educação das crianças filhos dos ex-escravos, assim como as das áreas vizinhas, além de garantir a distribuição de lotes de terra entre os libertos que teriam o direito de cultivá-las, sendo obrigados a destinar metade da produção à Irmandade, tudo fiscalizado pelo juiz e pelo presidente da Câmara Municipal. Sem terem a propriedade da terra e sendo tutelados pela Irmandade e autoridades locais, os libertos e parte de seus descendentes permaneceram na colônia até 1932, ano em que foi desativada.¹³⁵

O legado testamentário da condessa do Rio Novo acabou por se transformar em uma referência para alguns abolicionistas, como Joaquim Nabuco, que viam na Colônia de Nossa Senhora da Piedade um exemplo de projeto para a “educação” dos libertos. Nabuco chegou mesmo a fazer referência à experiência proporcionada pela colônia de libertos em seu *O Abolicionismo*, afirmando que a “transição por meio da educação do escravo” desenvolveria

¹³³ Idem, 01 de maio de 1884. SIA-APM

¹³⁴ O DIABINHO. Ouro Preto, 27 de fevereiro de 1885. SIA-APM

¹³⁵ INNOCÊNCIO, Isabela Torres de Castro. “Liberdade e acesso a terra: Fazenda de Cantagalo, Paraíba do Sul (1882-1832)”. In: *Caminhos da História, Revista Discente do Programa de Mestrado em História*. Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, v. 1, 2005.

seu senso de cooperação, melhorando a sorte “dos servos da gleba”, repartindo com eles “a terra que cultivam na forma desse nobre testamento da condessa do Rio Novo”.¹³⁶ A *Gazeta de Barbacena*, região das Vertentes, reproduzindo publicação original da *Gazeta da Tarde*, ofereceu aos seus leitores cópia do testamento da condessa.¹³⁷ O *Pharol* de Juiz de Fora publicou nota informando que o Clube dos Libertos Contra a Escravidão havia oferecido à Câmara Municipal da Corte um retrato da virtuosa condessa:

A CONDESSA DO RIO NOVO

No dia 8 do corrente teve lugar, pelo Clube dos Libertos contra a escravidão, a entrega do retrato da condessa do Rio Novo para ser colocado em a sala de honra do [paço] da câmara municipal.

[Solene] foi esse momento, agradecendo o Sr. Dr. Nobre, presidente da câmara municipal, em breve e eloquente discurso, a oferta e terminando por prometer que seria o retrato da virtuosa condessa colocado na sala de honra do Paço da mesma Câmara.

É justo e bem poucas vezes têm os povos ensejo de pagar tributo tão bem merecido.

Será a recordação eterna de uma era de redenção para 400 cativos, e que maior serviço feito à pátria e à humanidade?¹³⁸

No tocante à homenagem acima citada, apesar de publicada no jornal *juizforano*, foi na verdade prestada na Câmara da Corte, pelo Clube dos Libertos de Niterói, agremiação fundada em 1881 sob os auspícios de João Clapp,¹³⁹ em conjunto com o Club Guttemberg, o Centro Abolicionista Ferreira de Menezes, e outras agremiações que, em procissão cívica, partiram “da estação Ferry para o paço da câmara”, entregar o quadro da condessa, encomendado por várias associações abolicionistas.¹⁴⁰ Infelizmente não foi possível verificar a sobrevivência do referido quadro.

Voltando à cena antiescravista de Ouro Preto, chegado o ano de 1886 uma reunião ocorrida nas dependências da Assembleia Provincial reuniu um heterogêneo grupo de senhores, composto por desembargadores; professores da Escola de Minas, do Liceu Mineiro e de outros estabelecimentos de ensino; militares; médicos; advogados; funcionários públicos e artistas, que resolveram se juntar com o objetivo de concorrer para a libertação dos cativos ainda existentes na capital até a inauguração de seu ramal ferroviário, achando por bem criar uma entidade que teria como função aglutinar todos os esforços para libertar a capital, a

¹³⁶ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Op. cit., p.147.

¹³⁷ GAZETA DE BARBACENA. Barbacena, 09 de julho de 1882. BN

¹³⁸ O PHAROL. Juiz de Fora, 14 de dezembro de 1882. BN

¹³⁹ SANTOS, Cláudia Andrade dos. Projetos sociais abolicionistas. Op. cit., p.65.

¹⁴⁰ GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1882. BN

Sociedade Libertadora Ouropretana.¹⁴¹ O fato é que o projeto de combinar a libertação dos escravos da capital com a chegada da “maria-fumaça”, símbolo máximo do progresso no século das luzes, acabou por abrigar sobre o mesmo “guarda-chuva” personagens tidos como “abolicionistas históricos”, caso do professor Archias Medrado, e outras que, curiosamente, já haviam declarado pouca simpatia com a campanha pela abolição, caso do político conservador e “escravocrata convicto” Diogo de Vasconcellos.¹⁴² A presidência da nova sociedade ficou nas mãos do líder liberal, ex-vice-presidente da província e vigário da capital, Cônego Joaquim José de Sant’Anna, acompanhado do Conselheiro Manoel Tertuliano Henriques e do conservador Diogo de Vasconcellos, como vice-presidentes, tendo ainda como secretários o Capitão Amaro Moura, Samuel Brandão, Leônidas Damásio e Archias Medrado, e como tesoureiros os comendadores Carlos Andrade e Xavier da Veiga.¹⁴³

À moda da campanha pela emancipação do Ceará, a “eclética” sociedade emancipadora constituiu 14 comissões que deveriam fazer o recenseamento parcial dos “escravizados” ainda existentes na capital, prevendo sua libertação de forma gratuita ou mediante prestação de serviços. Rua a rua, os membros de cada comissão deveriam, além do recenseamento, procurar amealhar recursos ou mesmo prendas que pudessem ser leiloadas em seus concertos e saraus, com o objetivo de nutrir os fundos da entidade.¹⁴⁴ Entretanto, o plano arquitetado não vingou. A Sociedade não conseguiu promover a alforria dos últimos cativos de Ouro Preto e a abolição acabou chegando antes da maria-fumaça, já que o ramal férreo que estabeleceu uma via de ligação com a Corte foi inaugurado apenas em julho de 1888.¹⁴⁵

Em Diamantina, berço de uma das primeiras sociedades emancipadoras fundadas na província, as notícias sobre movimentações abolicionistas aparecem a partir do ano de 1882, quando um jornal dirigido por um grupo de jovens estudantes republicanos passou a fazer referência direta à atuação de Joaquim Nabuco (inclusive sua derrota nas eleições ocorridas em novembro do ano anterior), e à fundação de um clube abolicionista no antigo Arraial do Tejuco.¹⁴⁶

De acordo com os jovens redatores do *O Lábaro do Futuro*, estando presentes no Paço Municipal “famílias e mais pessoas das mais gradas” daquela cidade, entretidas por uma “comovedora peça” executada pela banda de música do corinho, teve o senhor Antonio dos

¹⁴¹ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 17 de dezembro de 1886. SIA-APM

¹⁴² Em 1884, durante discussão acerca de uma representação contrária ao projeto Dantas na Assembleia Provincial mineira, Diogo de Vasconcelos atacou ferozmente o então chefe do gabinete, defendendo o processo gradual de emancipação e o direito de propriedade. COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit., pp.98-99.

¹⁴³ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 17 de dezembro de 1886. SIA-APM

¹⁴⁴ Idem, 31 de dezembro de 1886.

¹⁴⁵ CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. Belo Horizonte: s/ed., 1969, pp.117-119.

¹⁴⁶ O LÁBARO DO FUTURO. Diamantina, 15 de janeiro de 1882. BN

Santos Mourão, presidente da recém-criada Sociedade Abolicionista, a tarefa de apresentar os estatutos “provisoriamente adotados”, cujos fins foram por ele descritos em discurso que culminou com “frenéticos aplausos” e a execução da *marseillaise*. Após tecer mais algumas palavras, o presidente concedeu a fala ao senhor Josino de Quadros, que “pronunciou não pequeno discurso”, no qual afirmava ser uma vergonha a persistência da escravidão naquelas terras, enquanto já havia sido extirpada “pelo estrangeiro”, palavras igualmente saudadas por calorosos aplausos e uma “bonita peça executada pelo célebre compositor Antonio Efigênio de Souza”. “Repetidos apoiados” de todos os credos políticos teriam ecoado pelo Paço quando tomou a palavra o senhor Zoroastro, redator do *Lábaro*, com seu “discurso cheio de tropos e bem elaborado”. Por derradeiro, o presidente proferiu seu último discurso encerrando o “espetáculo”.¹⁴⁷

Além da descrição entusiasmada da solenidade de fundação da Sociedade Abolicionista Diamantinense, *O Lábaro do Futuro* ainda trazia em suas páginas um convite para uma “sessão magna solene” a ser realizada no Teatro Santa Izabel no dia 15 de janeiro, ao meio dia, assim como a composição da diretoria da Sociedade (originalmente publicada no *Voz do Povo*), que tinha entre seus quadros dois dos redatores do jornal, sendo o secretário Josino de Quadros e o procurador Josefino Sá. A lista de integrantes da Sociedade trazia ainda membros de algumas das famílias que praticamente monopolizavam a política da região, como os Matta Machado e os Felício dos Santos.¹⁴⁸

Sociedade Abolicionista

Criou-se há pouco, nesta cidade uma sociedade com este título e que parece ser coroada de louros.

Como já publicou a *Voz do Povo* assim ficou organizada a diretoria:

Presidente – Antonio dos Santos Mourão

Secretário – Josino de Quadros

Tesoureiro – Propércio

Procurador – Josefino Sá

Conselheiros:

Dr. Francisco Corrêa Rabelo

Dr. Álvaro da Matta Machado

João Nepomuceno Kubitschek

Cláudio Augusto Ribeiro de Almeida

Clementino Rabello de Campos

Manoel Ricardo Pires Camargos

José Felício dos Santos

¹⁴⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁴⁸ MARTINS, Marcos Lobato. Os Matta Machado de Diamantina: Negócios e política na virada do século XIX para o século XX. In: *Anais do XIII Seminário sobre a economia mineira. CEDEPLAR/UFMG*. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 2008.

Talvez por engano deixasse a *Voz do Povo* de publicar o nome do Sr. Ribeiro de Almeida, como fazendo parte do corpo conselheiro.¹⁴⁹

Ao comentar a “sessão magna solene” realizada no dia 15 de janeiro no Teatro Santa Izabel, regado à música e discursos, os redatores do *O Lábaro* chamaram atenção para o “incremento que em tão curto período de tempo tem tomado esta sociedade, mas isto é devido à dedicação e pujança dos seus membros”.¹⁵⁰ O fato é que o presidente convocou uma nova reunião no dia 13 de fevereiro em um dos salões do Externato, contando com “a concorrência de seus incansáveis companheiros de luta”.¹⁵¹ Entretanto, não foram encontrados outros vestígios sobre as atividades da sociedade, que aparentemente cedeu lugar para outra agremiação organizada em 1884. *A Vela do Jangadeiro* em sua edição de 07 de setembro de 1884 trouxe uma nota informando que no dia 15 de agosto daquele mesmo ano havia sido fundado um clube abolicionista na “adiantada cidade de Diamantina”. Junto à pequena nota constava a composição da diretoria do clube:

Presidente, Dr. Francisco Correa T. Rabello.
 1º Vice-presidente, Dr. Bento Bittencourt Berenger Cezar.
 2º Major Manoel Cezar P. da Silva.
 1º Secretário, Olympio Julio de O. Mourão.
 2º Arthur Napoleão A. Pereira.
 1º Orador, Dr. Theodomiro Alves Pereira.
 2º Dr. Antonio Thomaz de Godoy.
 Tesoureiro, Manoel Procópio Ribeiro Leão.
 Comissão de redação: João Raymundo Mourão, Sebastião Corrêa Rabello e José Sebastião Rodrigues Bago.¹⁵²

Tendo à frente Francisco Correa T. Rabello, que havia ocupado o posto de conselheiro na Sociedade organizada em 1882, a nova agremiação não chegaria completar um ano de existência. Com os calores provocados pela queda do gabinete Souza Dantas ainda bem acesos, o jornal *17º Distrito*, órgão de imprensa do diretório liberal de Diamantina, informou em sua edição de 30 de julho de 1885 que a votação de uma moção de apoio ao projeto Saraiva, apresenta pelo então presidente do Clube, Corrêa Rabelo, gerou uma mais que calorosa discussão entre os 25 associados presentes.¹⁵³ Apoiado por Berenguer Cezar e Antonio Felício dos Santos Mourão, Rabello argumentou que o fato do projeto possuir artigos como o que previa o crescimento do fundo de emancipação, através do aumento de

¹⁴⁹ O LÁBARO DO FUTURO. Diamantina, 15 de janeiro de 1882. BN

¹⁵⁰ Idem, 29 de janeiro de 1882. BN

¹⁵¹ Idem, 12 de fevereiro de 1882. BN

¹⁵² A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 07 de setembro de 1884. SIA-APM

¹⁵³ 17º DISTRITO. Diamantina, 30 de julho de 1885. BN

arrecadação em 5%, fazia com que tanto a proposta que tramitava na Câmara Temporária, bem como o próprio gabinete, fossem dignos do apoio “do partido abolicionista”.

Aberta a discussão, Álvaro da Matta Machado logo apresentou oposição à proposta do presidente, argumentando estar suficientemente convencido de que o projeto Saraiva “não satisfaz, absolutamente, as aspirações de um sincero abolicionista”. Matta Machado seguiu afirmando que se alguns artigos previam algum avanço, era certo que muitos outros representavam verdadeiros atentados “contra os princípios mais mezinhos do código abolicionista, que realmente admira-se como um verdadeiro abolicionista, um verdadeiro amigo dos míseros escravizados, anime-se a propor um voto de adesão ao seu autor”. Um projeto elaborado em contraposição àquele apresentado pelo gabinete Dantas, “que encontrou a maior oposição entre os mais *pacutos* representantes do pavilhão negro”, contando, porém, com amplo apoio de “todo o partido abolicionista”; só poderia mesmo ser recebido “de braços abertos, pelos mais intransigentes escravocratas da câmara, até pelo próprio Sr. Andrade Figueira!...”.¹⁵⁴

Aproximando-se de argumentos tidos por muitos de seus contemporâneos como radicais, Álvaro da Matta Machado alertou os demais sócios para o perigo representado pelo artigo 1º do projeto Saraiva, “tão apreciado pelo Sr. Andrade Figueira”, que exigia uma nova matrícula geral dos escravos, “*dispensando, porém, a declaração de naturalidade*”, o que equivaleria à revogação “do tratado de 23 de Novembro de 1826 e da lei de 7 de Novembro de 1831, que proibiram, tão severamente, o tráfico”. O abolicionista dimantinense prosseguiu argumentando que as disposições referentes à libertação dos “escravizados” de 60 a 65 anos representavam nada mais que mais uma injustiça ao exigir dos anciões “mais alguns anos de serviço, para satisfazer a insaciável *gana* de seus algozes, não os declara, em seguida, livres, mas apenas *excluídos da nova matrícula!*...”, lembrando ainda que o projeto ainda previa a instituição de punições “contra os acoitadores de escravizados fugidos, o que, por si só, dá uma perfeita ideia da *espécie do abolicionismo* do autor do projeto de 12 de Maio”, que não poderia merecer a confiança de “nenhum abolicionista sincero e de convicções verdadeiras”.

¹⁵⁴ Idem, ibidem. O conservador fluminense Domingos Andrade Figueira se destacou como um dos mais ferrenhos opositores do abolicionismo nas tribunas do Parlamento, tendo votado contra a Lei do Ventre Livre, além de ter proposto medidas que visavam a repressão do movimento abolicionista. MORAES, Renata Figueiredo. *Os maços de 1888: História e Memória na escrita da História da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF. Niterói, 2007, p.66; FERREIRA, Lusirene. *Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravidão na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSJ. São João del-Rei, 2010, p.67.

Por derradeiro, Matta Machado declarou aos companheiros que, caso a moção proposta pelo presidente fosse aprovada, deixaria de fazer parte da agremiação.¹⁵⁵

Corroborando com os argumentos defendidos por Álvaro da Matta Machado, Antonio Thomaz de Godoy sugeriu que fosse feita uma emenda na proposta do presidente, fazendo com que a “manifestação de adesão” não fosse enviada ao conselheiro Saraiva, mas sim “ilustres abolicionistas – conselheiro Dantas, conselheiro Rui Barbosa e deputado Joaquim Nabuco”.

Por seu turno, Antonio dos Santos Mourão, Berenguer Cezar e Corrêa Rabello, se viram obrigados a tecerem “longos e eloquentes discursos”, na tentativa de sustentar a proposta apresentada, sendo que Cezar e Rabello também afirmaram que caso a moção não fosse aprovada também “pediriam as contas” do Clube, pois a tinham apresentado na “melhor boa fé de suas consciências de abolicionistas, e não viam nela a menor inconveniência, mas, pelo contrário, um simples ato de merecida justiça ao Sr. conselheiro Saraiva”.¹⁵⁶

Quando a queda de braço retórica cessou foi feita uma votação nominal tendo a proposta do presidente sido rejeitada por ampla maioria, 22 votos contra 03.¹⁵⁷ Massacrados pelos companheiros, tendo ainda perdido o voto do Antonio dos Santos Mourão que deixou o local um pouco antes da votação, Corrêa Rabello e Berenguer Cezar cumpriram o prometido e anunciaram sua “demissão” do Clube, retirando-se da “sala das sessões” acompanhados de Sebastião Rabello, que também havia votado a favor da proposta. Com a saída de Corrêa Rabello, o major Manoel Cezar Pereira da Silva, 2º vice-presidente, ocupou a cadeira da presidência sugerindo aos companheiros que votassem a emenda proposta por Godoy, de dirigir uma moção de apoio ao conselheiro Dantas, Rui Barbosa e Nabuco, sendo aceita com unanimidade.

Mal a poeira havia se assentado, Matta Machado se dirigiu novamente aos colegas, congratulando-os por terem oferecido prova cabal de “independência e verdadeira compreensão dos sentimentos abolicionistas”, entretanto, que “nas condições especiais e anômalas em que se achava o mesmo Clube, desde o primeiro dia de sua instalação”, acreditava que sua sobrevivência seria mais nociva do que útil à “santa causa dos escravizados”, sugerindo assim sua completa dissolução, proposta aprovada por 17 contra 05 dos presentes.¹⁵⁸ Mal tendo esquentado a cadeira de presidente, Manoel da Silva garantiu que faria

¹⁵⁵ 17º DISTRITO. Diamantina, 30 de julho de 1885. BN

¹⁵⁶ Idem, ibidem.

¹⁵⁷ A edição de 07 de agosto de 1885 do 17º Distrito apresentou correção do número de sócios presentes, tendo um dígito a mais do que informado em edição anterior. 17º DISTRITO. Diamantina, 07 de agosto de 1885. BN

¹⁵⁸ 17º DISTRITO. Diamantina, 07 de agosto de 1885. BN

chegar aos líderes abolicionistas o voto de adesão do Clube, dando por encerradas as atividades do mesmo.¹⁵⁹

O clã dos Matta Machado, que se fazia presente na sociedade abolicionista com três de seus membros, Álvaro, Augusto e Pedro; além do “abolicionismo sincero”, tinha outras razões para defender a ferro e fogo o gabinete Manoel Souza Dantas. Talvez a razão mais forte tenha sido o fato de João da Matta Machado Júnior, irmão de Álvaro e Pedro, ter sido nada mais nada menos que ministro dos Negócios Estrangeiros do gabinete abolicionista Souza Dantas. Formado pela Faculdade de Medicina da Corte, o jovem João (tinha apenas 33 anos à época) pertencia à geração de figuras como Joaquim Murtinho e Lopes Trovão, tendo sido eleito como deputado provincial (1878), e deputado geral (1882), acumulando o cargo de Primeiro Secretário da Assembleia Nacional; até o posto de ministro no ano de 1884, sendo praticamente idolatrado por seus conterrâneos.¹⁶⁰

Ao retornar à Diamantina, pouco tempo após a queda do gabinete, João Matta Machado Júnior foi praticamente recebido como herói e ícone abolicionista, não só pelos diamantinenses. Segundo o *17º Distrito*, no dia seguinte a sua chegada na terra natal, o conselheiro Matta Machado teria comprado a liberdade do escravizado Luiz, “que era, até então, propriedade do Sr. Manoel Procópio Alves Pereira”, tendo sido a carta de liberdade entregue pelas mãos do Monsenhor Augusto Júlio Almeida, vigário geral de Diamantina, na presença de um grande número de pessoas que compunham o “melhor da sociedade” local. Ainda segundo a nota, ao passar pela cidade do Serro, o conselheiro teria restituído a liberdade a um “um outro brasileiro escravizado”, que “de gancho ao pescoço e algemas nos punhos”, era arrastado pelas ruas, “ao estalido dos açoites manejados pelas mãos de infames capitães do mato”.¹⁶¹

Já às portas da abolição o *Sete de Setembro*, órgão do partido conservador em Diamantina, vociferava contra os jornais abolicionistas existentes em Minas Gerais, afirmando que as informações sobre a extinção do elemento servil veiculadas por estes teriam como único objetivo, “anarquizar o trabalho, quer do campo, quer o da cidade”, colocando em “perigo iminente as famílias que legalmente possuem escravos”, perturbando a paz pública, “para o que criminosamente legislam os abolicionistas, apregoando em favor dos escravos regalias de que não gozam os cidadãos em geral”.¹⁶² Prosseguindo em seu ataque aos abolicionistas, J. Theodoro de Souza Lima, redator da folha conservadora, acusou o *Liberal*

¹⁵⁹ 17º DISTRITO. Diamantina, 30 de julho de 1885. BN

¹⁶⁰ MARTINS, Marcos Lobato. Op. cit., p.6.

¹⁶¹ 17º DISTRITO. Diamantina, 12 de julho de 1885. BN

¹⁶² SETE DE SETEMBRO. Diamantina, 12 de abril de 1888. SIA-APM

do Norte, folha adversária, de ter, em sua edição número 38, feito referência à existência de um suposto acórdão do Tribunal da Relação de Ouro Preto que determinando às forças policiais mineiras que não detivessem escravos fugidos, com o único objetivo de “anarquizar” ainda mais o trabalho rural e a ordem pública, atitude prontamente combatida pelo *Sete de Setembro* que transcreveu artigo do *Diário Oficial* apontando os dispositivos legais que legitimavam a prisão dos fugitivos.¹⁶³

O último ataque desferido naquela edição de 12 de abril de 1888 veio sob o título “Falso abolicionismo”, afirmando, ironicamente, que o fervor abolicionista que sobressaltava os “pacíficos habitantes” de Diamantina teria mesmo o poder de levantar até os mortos. Sendo a abolição causa vencida, não teria porque os abolicionistas continuarem lutando para alcançar “um lugar de honra entre os beneméritos da pátria”, cercando-se de negros “e ao som da marsehesa proclamar liberdades inoportunas”, apresentando-se como agitadores turbulentos que caminhavam no sentido oposto “aos intuitos que os inspiram”.¹⁶⁴

Após uma série de agressões desferidas, especialmente, contra os opositores liberais, o redator do *Sete de Setembro* baixou o tom no artigo de fundo publicado em sua edição de 26 de abril de 1888. J. Theodoro de Souza Lima clamou aos “ilustres propagandistas do abolicionismo” (havia deixado de ser anarquistas...) que levantassem também uma campanha pela colonização das férteis matas do Jequitinhonha. Menos agressivo, talvez por finalmente perceber (com nítido temor) o rumo sem volta que a questão da abolição havia tomado, o conservador passou a demonstrar mais preocupação com a substituição dos braços “dos irmãos escravizados” que em grande número fugiam das casas de seus senhores em direção à capital da província. Se um dique não fosse logo construído para impedir o avanço daquela onda [de fugas], o país poderia nela submergir trazendo consigo sua já empobrecida agricultura. Ódios e rancores políticos deveriam ser serenados a fim de que todos pudessem combater os males do gozo imprudente das doçuras da liberdade.¹⁶⁵

Bem distante de Diamantina, em Uberaba, os diretores do *O Waggon*, Manoel Felipe de Souza e José Augusto de Paiva Teixeira, foram acusados pelos colegas do *Jaguará*, publicado na cidade de Sacramento, também no Triângulo Mineiro, de serem abolicionistas, perigando que aconselhassem os escravos a cometer “todos os excessos contra os senhores”, pregando “a injustiça, o roubo, o assassinato, uma vez que sejam feitos pelos cativos em prol da liberdade, etc., e outras que tais doutrinas, *professadas por um dos redatores do novo*

¹⁶³ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*.

¹⁶⁵ Idem, 26 de abril de 1888. SIA-APM

órgão uberabense".¹⁶⁶ "Mais uma tirada desta e fugimos espavoridos! E esta? São uns pândegos estes nossos colegas...", responderam ironicamente, afirmando ainda que o periódico não havia se definido em relação à ideia abolicionista por ter sido criado mirando outros fins, contudo, asseguravam que se o programa da folha comportasse a propaganda abolicionista a ela se dedicariam como "convictos abolicionistas" que eram. Sem receio, os colegas do *Jaguará* podiam "espalhar por todo o orbe" que os diretores do *O Waggon* eram "sectários sinceros da abolição".¹⁶⁷

Sinceros sectários da abolição, os diretores do *O Waggon* foram uns dos primeiros a noticiar o surgimento de duas associações antiescravistas no antigo Sertão da Farinha Podre. Uma nota publicada em edição do dia 09 de março de 1884 chamava atenção dos leitores para a existência em Uberaba da Sociedade Dramática Abolicionista, responsável pela encenação de "bonitos dramas e comédias", sob a direção do ator B. Villarouco, sendo os espetáculos fonte de instrução para a mocidade local, além de meio pelo qual eram arrecadados fundos para o "humanitário fim da redenção dos cativos".¹⁶⁸ Já em maio daquele mesmo ano de 1884, as páginas do jornal estamparam a notícia de que os colegas redatores do jornal *Monitor Uberabense* haviam fundado a Sociedade Abolicionista Filhas do Calvário, associação teoricamente formada por senhoras. O ato promovido pelos colegas do *Monitor* foi indicado pelo *Waggon* como "cúmulo da perfeição" e prova de que aquele órgão se atentava para "as mais caras exigências de sua divina missão" ao lutar pela abolição, fazendo daquela folha uma "das filhas mais diletas de Gutemberg".¹⁶⁹ Contudo, após a divulgação da fundação da Sociedade Filhas do Calvário, pouco foi publicado a respeito de suas atividades.

De acordo com Florisvaldo Ribeiro Júnior, ao ser criada em abril de 1884, a Sociedade Filhas do Calvário teria função meramente emancipadora, se apresentando como instrumento de controle social dos cativos do município de Uberaba, primando pelo respeito ao direito de propriedade dos senhores. O autor aponta para o fato de Joaquim Antonio Gomes da Silva, um dos fundadores da agremiação, ter proposto a exclusão dos estatutos de uma disposição que previa a promoção de ação cível de arbitramento a favor dos escravos, caso não houvesse acordo entre os emancipadores e senhores acerca do valor da alforria. Ao invés de comprar briga judicial com os proprietários escravistas, Gomes da Silva sugeriu que a negociação da

¹⁶⁶ O WAGGON. Uberaba, 24 de fevereiro de 1884. BN

¹⁶⁷ Idem, ibidem.

¹⁶⁸ Idem, 09 de março de 1884. BN

¹⁶⁹ Idem, 04 de maio de 1884. BN

alforria ficasse restrita ao binômio Sociedade-senhores.¹⁷⁰ Entretanto, faltam informações que permitam definir com clareza a natureza das atividades da Sociedade Filhas do Calvário, até mesmo a confirmação da atuação feminina, já que todo processo de organização da agremiação foi capitaneado por homens.

Entre os fundadores da sociedade emancipadora, se destacavam os redatores do *Monitor Uberabense*. Joaquim Antonio Gomes da Silva (redator-chefe), Antonio Borges Sampaio (redator político) e Gaspar da Silva (redator literário), formavam o “núcleo duro” do “órgão político, literário, noticioso e comercial” que estampava com letras garrafais em seu frontispício o aviso de que ali não se aceitavam ANÚNCIOS DE FUGA DE ESCRAVOS.¹⁷¹ A assertiva feita por Florisvaldo Ribeiro Júnior de que a Sociedade fundada pelos “jornalistas” procurava atender os interesses dos proprietários contrasta um pouco com a atuação política e propagandista do grupo, registrada não apenas nos periódicos uberabenses.

Os redatores do *O Waggon*, por exemplo, destacaram o fato do liberal Joaquim Antonio Gomes da Silva, então deputado provincial eleito pelo 15º distrito, ter feito oposição em relação a uma proposta de moção de repúdio ao projeto Souza Dantas, apresentada na Assembleia Provincial em sessão de 26 de agosto de 1884. Segundo os diretores do *Waggon*, o colega teria se declarado “adepto fervoroso do projeto Dantas”, tendo enfrentado dura oposição da grande maioria dos parlamentares.¹⁷² De fato, a tarefa de Gomes da Silva não foi das mais gratas, mas ele não esteve só. Apenas um minúsculo grupo de deputados se levantou contra a proposta que trazia em si, entre outros elementos, a ferrenha defesa do caráter gradual e controlado do processo de emancipação, além do apelo ao respeito à propriedade escravista, tendo sido a moção aprovada por ampla maioria dos parlamentares, contando com 32 votos favoráveis, contra míseros 04 votos, interpostos pelos abolicionistas Américo Gomes Ribeiro da Luz, Joaquim Antonio Gomes da Silva Júnior, Camillo Prates e Manoel Joaquim de Lemos.¹⁷³

Eleitos por regiões distintas (respectivamente, Sul, Triângulo, Jequitinhonha e Oeste) os quatro deputados não representavam apenas um foco de resistência abolicionista na Assembleia Provincial, tendo seu papel de liderança amplamente reconhecido por seus contemporâneos. Apesar de ter sido eleito pelo 14º distrito eleitoral (Formiga), o advogado

¹⁷⁰ RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. *De batuques e trabalhos. Resistência negra e a experiência do cativo - Uberaba, 1856/1901*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo: PUC-SP, 2001, p.75.

¹⁷¹ MONITOR UBERABENSE. Uberaba, 17 de outubro de 1885. BN

¹⁷² O WAGOON. Uberaba, 21 de setembro e 05 de outubro de 1884. BN

¹⁷³ COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit., p.98; A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 07 de setembro de 1884. SIA-APM

Manoel Joaquim de Lemos era um conhecido militante abolicionista de Ouro Preto, tendo sido apontado pelo memorialista Aurélio Pires como presidente de uma sociedade abolicionista secreta, responsável por acolher os escravos fugidos que se dirigiam à capital,¹⁷⁴ tendo atuado ainda em pelo menos três ações de liberdade impetradas nos tribunais da capital, ocupando o posto de curador dos escravos em duas ocasiões.¹⁷⁵

Nas páginas do *Monitor Uberabense* de 10 de janeiro de 1886, em artigo intitulado “Apelo ao íntegro juiz de órfãos”, Gomes da Silva se dirigiu ao magistrado local afirmando que sendo ele “abolicionista, franco, sincero e intransigente”, advogaria com independência e energia “os direitos dos míseros” cativos que, “por uma aberração criminosa dos preceitos sacro-santos da justiça, do dever, da religião e da caridade, foram condenados a jazer nas galerias sombrias do cativo”, clamando ao juiz de órfãos que o auxiliasse na luta pela liberdade. O abolicionista chamava a atenção do magistrado para o fato de que, obedecendo disposições da lei Saraiva-Cotegipe, todos os escravos com 65 anos completos existentes em Uberaba já estariam aptos a receber plena liberdade, contudo, o regulamento de número 9.517, de 14 de novembro de 1885, determinava “que a nova matrícula, em que se tem de basear as futuras libertações”, só teria lugar a partir de 30 de março do ano seguinte, tendo os sexagenários que esperar mais de um ano para se verem livres da escravidão. Gomes da Silva seguiu lamentando os obstáculos criados pela legislação, além da velha resistência exercida pelos senhores, que fraudavam as matrículas transformando africanos ilegalmente trazidos para o país (após a lei de 1831) em seus escravos.¹⁷⁶ Sem pestanejar seguiu atacando os criminosos proprietários escravistas:

Os criminosos, que impunemente sequestraram a liberdade a tantos infelizes, sobre cuja miséria se enriqueceram, impulsionados pelos ditames de uma ambição sórdida e disfarçada; - aguardarão, com certeza, os últimos dias do prazo da matrícula, para, exibindo então os escravos de 65 anos, entrega-los à liberdade, da qual deviam gozar desde a data da promulgação da nova lei. Confiamos, porém, que um tal abuso se não há de realizar, porque, felizmente, temos autoridades e tribunais, cuja justiça exclui a mais fugidia contestação.¹⁷⁷

O abolicionista se apegava à possível boa vontade do ilustrado juiz de órfãos, único capaz de aplicar o corretivo necessário, requisitando ao coletor municipal relação de todos sexagenários ali matriculados, podendo o magistrado discriminar os detentores do direito à liberdade imediata, fixando seus nomes em locais públicos, além de fazer publicar na

¹⁷⁴ PIRES, Aurélio. Op. cit., 95.

¹⁷⁵ COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit., p.206.

¹⁷⁶ MONITOR UBERABENSE. Uberaba, 10 de janeiro de 1886. BN

¹⁷⁷ Idem, ibidem.

imprensa edital convocando-os nominalmente. Caso os ex-senhores apresentassem resistência, o magistrado não deveria pensar duas vezes em intimá-los sob acusação de crime de redução de pessoa livre à escravidão.

É preciso não ter complacência com aqueles que, ao fim deste século de luzes, pretendam ainda sugar o suor do pobre preto que já tem os pés na sepultura! Proceda com energia o ilustrado juiz de órfãos que terá os aplausos da sociedade, o apoio e os estímulos da própria consciência.¹⁷⁸

Ao contrário do que havia afirmado Florisvaldo Ribeiro Júnior, para quem Gomes da Silva havia incorporado as cores do emancipacionismo, saindo em defesa dos senhores, o redator-chefe do *Monitor Uberabense* pedia tratamento duro em relação aos “criminosos” que ainda teimavam em sugar o “suor do pobre preto”. Para Manoel Felipe de Souza e José Augusto de Paiva, antigos diretores do *O Waggon*, agora à frente do *Filho do Povo* junto com Randolpho Ribeiro, o comendador Gomes da Silva era um “soldado firme e destemido”, que nos seis anos de existência do jornal *Monitor Uberabense*, soube levar à frente a ideia abolicionista:

Quando vemos diversos jornalistas do interior abafar no peito, por conveniências particulares, sua opinião ilustrada sobre o abolicionismo, não podemos deixar de entusiasmar-nos quando também vemos surgir dentre eles um lutador valente na imprensa e na tribuna, que não subordina os impulsos generosos de seu coração a conveniências de qualidade alguma. Felicitamo-lo sinceramente.¹⁷⁹

A preocupação de Gomes da Silva em relação às atividades do judiciário local, procurando influenciar os trabalhos do magistrado responsável pelo julgamento dos processos relativos à libertação de escravos (juiz de órfãos), chama atenção para a possibilidade dos abolicionistas de Uberaba terem procurado interferir na esfera legal, patrocinando contendas cujo objeto em disputa era a liberdade, estratégia adotada por inúmeros militantes da abolição.¹⁸⁰ Mas Gomes da Silva pode não ter sido o único que estava de olho nas peijas judiciais em Uberaba. Conforme nos informa mais uma vez Florisvaldo Ribeiro Júnior, Antonio Borges Sampaio, redator político do *Monitor* e primeiro secretário da Sociedade Filhas do Calvário,¹⁸¹ ocupava também os cargos de promotor público e curador geral dos

¹⁷⁸ Idem, ibidem.

¹⁷⁹ FILHO DO POVO. Uberaba, 15 de novembro de 1885. BN

¹⁸⁰ Em sua tese de doutorado, Elciene Azevedo constatou a articulação entre advogados, e mesmo autoridades policiais e judiciárias, em prol de escravos que pleiteavam sua liberdade, ainda no fim da década de 1860, tendo a estratégia grande importância dentro da campanha pela abolição. AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos escravos*. Op. cit., especialmente o Capítulo II. pp.73-136.

¹⁸¹ RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. Op. cit., p.75.

órfãos, tendo atuado de forma decisiva a favor de escravos em ações cíveis de liberdade desde 1868.¹⁸² O que o autor considerou ser um exemplo de “apenas de uma fração mais ‘progressista’ da classe dominante”, pode ter sido na verdade uma das frentes de “batalha” dos abolicionistas locais.

Também os colegas do *Filho do Povo* estavam de olho na correta aplicação das leis referentes à escravidão, sobretudo aquela “para inglês ver”. Passados já 55 anos desde a promulgação da lei de 7 de novembro de 1831, cujo artigo primeiro era peremptório, “todo negro trazido da África ou de outro qualquer país para o Brasil depois de 1831 é considerado livre”, a lei ainda não havia passado de mera ficção. Os redatores protestavam contra o fato de que “muitos africanos ilegal e aleivosamente trazidos depois da proibição, e, portanto livres, foram matriculados como escravos com idade mentida, ficando assim o maior, o mais revoltante dos crimes – o roubo da liberdade – ao abrigo da garantia legal”.¹⁸³

Os abolicionistas do *Filho do Povo* seguiram em seu protesto, afirmando que, ao terem se deparado “há poucos dias” com uma vítima dos “assassinos da liberdade”, uma infeliz escravizada arrancada “de sua pátria pela mais vil e degradante das ambições humanas”, resolveram visitar a coletoria local a fim de verificar sua matrícula, sendo surpreendidos com o que encontraram: “Estava matriculada com a idade de 38 anos!”. A conta era bem simples, se a lei foi promulgada em 1831, sendo o ano da matrícula 1872, haviam decorrido 41 anos. A indignação aumentou ainda mais quando perceberam que no livro de matrícula sequer possuía espaço para o registro da nacionalidade dos escravos, o que levou os abolicionistas inferir que “até o próprio oficialismo concorria para a prevaricação da lei e para o roubo da liberdade”, e arrematavam:

Assim no Brasil, além dos cativos que a *dura lex* tolera, gemem na escravidão muitos outros infelizes cuja liberdade lhes foi dolosamente extorquida contra a expressa determinação das leis.

A mesma escravizada de quem há pouco falávamos, conta que com ela veio uma companheira mais moça, que hoje é escrava de um tal fuão que já morou nesta cidade.

Entretanto a imprensa do país, que tanto se tem ocupado com o elemento servil, com as leis emancipadoras, etc., vai sempre deixando à margem a lei de 1831, sem reparar na sua clamorosa violação!¹⁸⁴

Ao abordarem de maneira direta e agressiva a questão da lei de 1831, os abolicionistas uberabenses acabaram por se alinhar aos textos publicados no *A Vela do Jangadeiro*, como

¹⁸² Idem, ibidem, p.54.

¹⁸³ FILHO DO POVO. Uberaba, 06 de abril de 1886. BN

¹⁸⁴ Idem, ibidem.

aquele redigido por Manoel Ozzori.¹⁸⁵ Diferentemente do que ocorria em Diamantina, onde os jornais demonstraram intenso interesse no que se passava em Ouro Preto, os jornalistas/abolicionistas de Uberaba pouco ou nada comentaram sobre as movimentações ocorridas na capital da província, apesar de terem pleno conhecimento da campanha ali desenvolvida, tendo inclusive recebido pelo menos um número de um de seus jornais abolicionistas (*A Vela do Jangadeiro*),¹⁸⁶ sendo o movimento organizado em São Paulo e, principalmente, no Rio de Janeiro, suas principais referências em relação aos projetos de abolição. Como veremos ainda neste capítulo, o diálogo dos abolicionistas mineiros com outras regiões do Império pode ter sido muito mais profundo que apenas elogios a Joaquim Nabuco e José do Patrocínio.

3.3 – “*Ora pro nobis*”: abolicionismo e catolicismo nas Minas

Como mencionado anteriormente, as mais antigas associações emancipadoras de Minas Gerais, a Obreiros da Liberdade (Serro) e a Associação Patrocínio de Nossa Senhora das Mercês (Diamantina), foram criadas sob o manto do primeiro bispo de Diamantina, Dom João Antonio dos Santos. Mas o bispo de Diamantina não estava sozinho em sua tentativa de colaborar para a emancipação do elemento servil.

No que diz respeito às ações do prelado de diamantinense, é interessante observar como estas se aproximavam daquelas também perpetradas pelo “colega” Dom Antonio Maria Correa de Sá e Benevides, bispo de Mariana a partir de 1876. Assim como Dom João Antonio dos Santos, Benevides também apadrinhou a criação de uma associação emancipadora, ligada à mesma confraria de Nossa Senhora das Mercês. A Associação Marianense Redentora dos Cativos, criada em 24 de setembro de 1885, assim como a congênere de Diamantina, foi criada sob pretexto de auxiliar a emancipação de escravos, no caso, especialmente aqueles ligados à Confraria das Mercês. Contudo, a redenção dos pobres cativos através da benevolência e caridade dos membros da Associação e simpatizantes não era tão simples e doce como as palavras pregadas no púlpito.¹⁸⁷

De acordo com os estatutos da associação, todos os anos no dia 31 de agosto, dia de São Raimundo Nonato, cardeal da Ordem de Nossa Senhora das Mercês, seria promovido um sorteio através do qual seriam indicados os nomes de doze escravos, seis homens e seis

¹⁸⁵ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 07 de setembro de 1884. SIA-APM.

¹⁸⁶ O WAGGON. Uberaba, 11 de setembro de 1884. BN

¹⁸⁷ COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit., pp.110-130.

mulheres, sendo beneficiados tantos nomes quanto os fundos da associação pudessem cobrir.¹⁸⁸ Apenas um detalhe: só poderiam participar da “loteria da liberdade” os cativos que pudessem comprovar bom comportamento moral, civil e religioso através da apresentação de um atestado de bons antecedentes apresentado por uma autoridade policial. De ação humanitária e cristã, o sorteio empreendido pela Associação passa a uma negociação que envolve o respeito à propriedade senhorial e um instrumento de pacificação dos plantéis, uma vez que, além da indenização pela perda do cativo, existia o auxílio ao controle através da esperança dos escravos em receber a tão sonhada carta de liberdade. A difusão da prática adotada pela Associação, poderia representar um auxílio à preservação da integridade pública durante o processo de libertação dos escravos.¹⁸⁹

Em *O Abolicionismo*, escrito em 1883, em Londres, Joaquim Nabuco apresentou um elaborado manifesto do movimento abolicionista, um projeto de reconstrução da vida nacional, degradada pela vil instituição escravista. Falando aos senhores, em nome dos escravos, Nabuco descreveu a escravidão como um câncer já em metástase, se espalhando por todo organismo social, bloqueando completamente seu desenvolvimento. Nabuco lamentava que, ao contrário do que havia ocorrido na Inglaterra, onde religião e filantropia tiveram o papel de força motriz do movimento, em terras brasileiras, o abolicionismo era antes de tudo um movimento político que em nada pôde contar com a colaboração do clero que havia desnaturado os próprios sentimentos religiosos. No Brasil, o abolicionismo nada devia “à Igreja do Estado” que, pelo contrário, havia se acostumado a possuir “homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular” desmoralizando “inteiramente o sentimento religioso de senhores e escravos”, fazendo com que “apesar do seu imenso poderio em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação”.¹⁹⁰

Segundo José Murilo de Carvalho, em solo europeu e norte-americano, o discurso antiescravista havia fundado seus alicerces, principalmente, em argumentos de caráter religioso e filosófico que apontavam a escravidão como algo condenável frente ao universal princípio da liberdade individual, chancelado pelo direito natural, à moda ilustrada, ou por determinada interpretação dos preceitos cristãos, notadamente aquela operada pela seita

¹⁸⁸ *Estatutos da Associação Marianense Redentora dos Cativos*. Mariana: Joaquim Alves Pereira (antigo Bom Ladrão), 1885. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

¹⁸⁹ COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit.

¹⁹⁰ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Coleção Grandes nomes do pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000, p.13.

protestante mais conhecida como *Quaker*.¹⁹¹ Já no Brasil, as reflexões acerca da escravidão e da necessidade ou não de sua extinção vincularam-se mais a razões políticas e nacionais do que religiosas e filosóficas.¹⁹² Com a independência, a razão nacional teria assumido o posto de maior preocupação entre aqueles membros do diminuto círculo político brasileiro que se debruçaram sobre as questões ligadas à escravidão e à liberdade. O fato de a razão nacional ter sido levada ao proscênio durante o Império fez com que os argumentos que tinham a religião como base fossem quase que atirados nas coxias do “teatro”.¹⁹³

Também para Célia Azevedo, apesar dos inimigos da escravidão muitas vezes se referirem a ela como algo que contrariava os desígnios divinos e o evangelho, a religião tinha um papel secundário na linguagem abolicionista brasileira. A providência divina aparecia nos discursos como um elemento meramente decorativo que “intelectuais de formação católica não poderiam deixar de assinalar”. Segundo a autora, o interesse entre os abolicionistas brasileiros, ao contrário de seus colegas norte-americanos, não era de atender às vontades divinas, mas estabelecer uma ordem social reformada de acordo com os ditames dos grupos dominantes.¹⁹⁴ Ainda de acordo com Célia Azevedo,

a escravidão era atacada por ser improdutiva, atrasada, um crime contra a sociedade, uma negação dos direitos naturais, um mal enfim, mas dificilmente um abolicionista brasileiro pensaria em definir os senhores de escravos como pecadores.¹⁹⁵

Em sua obra clássica sobre a escravidão na cultura ocidental, David Brion Davis chamou atenção para o fato de muitos historiadores exagerarem na antítese entre a escravidão e a doutrina cristã. De fato, o cristianismo respondeu à escravidão não apenas com argumentos que lhe favoreciam, mas também com outros que foram a chave para o desenvolvimento do movimento abolicionista na Inglaterra e Estados Unidos.¹⁹⁶

Como alerta Martha Abreu em artigo sobre a relação do pensamento católico e o abolicionismo no Rio de Janeiro, o “veredicto histórico definitivo” asseverado por Joaquim

¹⁹¹ CARVALHO, José Murilo. *Escravidão e Razão Nacional*. Op. cit.. Sobre a relação entre antiescravismo e religião nos Estados Unidos, consulte: DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

¹⁹² CARVALHO, José Murilo. *Escravidão e Razão Nacional*. Op. cit.

¹⁹³ Idem, *ibidem*, p.35. Sobre a relação entre religiosos católicos e a escravidão no Brasil colonial, ver: VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia & Escravidão – os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

¹⁹⁴ AZEVEDO, Célia Azevedo. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003, p.46.

¹⁹⁵ Idem, *ibidem*, p.93.

¹⁹⁶ DAVIS, David Brion. Op. cit., p.109.

Nabuco - registrado em sua obra mais importante e conhecida-, somado à valorização da razão nacional ou razão de Estado, pode ter feito com que detalhes sobre a influência religiosa no processo de abolição brasileiro fossem negligenciados pela historiografia.¹⁹⁷ Contudo, assim como no artigo da citada autora, não se quer aqui promover uma “canonização”, ou melhor, uma completa inversão da postura da Igreja Católica em relação à extinção da escravidão.

Talvez um dos indícios mais significativos da tentativa de se utilizar a religião como componente do discurso antiescravista foi produzido justamente por aquele que havia lançado um “veredicto histórico definitivo” sobre a ausência de participação católica no processo de abolição. Em dezembro de 1887, durante as férias parlamentares, Joaquim Nabuco partiu para a Europa, passando por Londres, seguindo depois para Roma onde, em fevereiro de 1888, pediu apoio ao Papa Leão XIII, no sentido que este produzisse uma encíclica a favor da abolição da escravidão em terras brasileiras.¹⁹⁸ Em um país “ainda em grande parte fanatizado” pela fé católica, a aproximação com os religiosos era uma estratégia que poderia trazer algum resultado no que diz respeito ao convencimento da população em relação ao fim da escravidão. Não obstante, Nabuco também havia percebido que ganhando o apoio do sumo pontífice poderia ainda “tocar o sentimento religioso” da princesa regente.¹⁹⁹

Segundo Robert Daibert Júnior, o Nabuco percebeu na afamada religiosidade da princesa Isabel a possibilidade de trazê-la definitivamente para perto daqueles que lutavam pelo fim da escravidão: “Sem comungar, naquele momento, dos mesmos sentimentos religiosos da princesa, agiu politicamente no sentido de canalizar as motivações da regente para a causa abolicionista”.²⁰⁰ Adepta do catolicismo ultramontano - doutrina que lutava contra a secularização da sociedade, o afastamento da Igreja do Estado, além de defender a autoridade absoluta do Papa em matéria de fé e disciplina -, preocupada com sua consciência moral e cristã, tendo já manifestado um “abolicionismo caritativo”, Sua Alteza Imperial Regente com certeza acataria de pronto qualquer determinação vinda do Vaticano.²⁰¹

Não há dúvidas em relação à postura moderada adotada pelo clero brasileiro, de maneira geral, entretanto, é interessante pensar a forma como integrantes da Igreja lidaram com os clamores antiescravistas ou mesmo como o próprio movimento abolicionista pode ter

¹⁹⁷ ABREU, Martha. Pensamento católico, abolicionismo e festas religiosas no Rio de Janeiro, 1870-1890. In: PAMPLONA, Marco Antonio (org.). *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: ACESS, 2001, p.75-76.

¹⁹⁸ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Prefácio de Carolina Nabuco. Clássicos Jackson, vol. XX. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1952, pp.279-298.

¹⁹⁹ Idem, *ibidem*, p.280.

²⁰⁰ DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Princesa Isabel (1846-1921): a política do coração entre o trono e o altar*. Tese de Doutorado em História Social (UFRJ). Rio de Janeiro, 2007, p.182.

²⁰¹ Idem, *ibidem*.

se apropriado de referências religiosas a fim de transformá-las em um instrumento de convencimento da necessidade de acabar com a escravidão. Importante lembrar ainda a força que tradições católicas mantinham sobre a população mineira do oitocentos (e ainda hoje), sobretudo nas antigas regiões mineradoras, justamente as sedes dos dois bispados então existentes na província: Mariana e Diamantina.

Um bom exemplo do uso da religião católica pelo movimento abolicionista mineiro foi a publicação de um manuscrito atribuído a Dom Antonio Ferreira Viçoso, sétimo bispo da Diocese de Mariana, na região Metalúrgica-Mantiqueira. O texto foi redigido em 1840, quatro anos antes de o sacerdote assumir o trono episcopal, época em que ainda atuava como missionário Lazarista, sendo trazido a lume apenas 44 anos depois, justamente nas páginas do *A Vela do Jangadeiro*, jornal abolicionista de Ouro Preto, com a clara intenção de atrair a participação do clero mineiro a quem pediam que “em nome da religião de Cristo, se agite e venha auxiliar-nos na propaganda pacífica do abolicionismo para a causa da abolição”.²⁰²

Tratava-se de um debate entre Dom Viçoso, favorável ao fim da escravidão e um colega de congregação do famoso Colégio do Caraça, o Pe. Leandro Rabello Peixoto e Castro, francamente favorável à continuidade do tráfico internacional de escravos, temendo prejuízos para o país. Fundando seus argumentos em princípios bíblicos e teológicos na tentativa de convencer seu colega da necessidade de se abolir a escravidão, Dom Viçoso condenou a ilegal manutenção do tráfico após a promulgação da lei de 1831, temendo ainda reações violentas por parte dos escravos,

homens que mais cedo ou mais tarde, reconhecendo, que são livres, e que foram violentamente contra lei vendidos, não deixarão de usar de todos os meios para se subtraírem desta injusta e ilegal escravidão e seu exemplo arrastará a excessos, os outros legalmente escravos, e quando isto deve ser fatal ao país é bem fácil prever-se.²⁰³

O fato do texto de Dom Viçoso ter sido mais amplamente divulgado apenas em 1884, mais de quatro décadas depois de escrito, além do fato de ter sido incorporado à campanha abolicionista, mostra que suas ideias podem ter tido problemas para conquistar simpatizantes. Não obstante, o texto também mostra a contínua falta de consenso em torno da escravidão, da

²⁰² A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 13 de julho de 1884. BN; 07 de setembro e 31 de dezembro de 1884. SIA-APM

²⁰³ SILVA, Pe. Dr. Belchior Cornélio da. Dom Viçoso e a Escravatura. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Vol. X. Belo Horizonte: 1963, pp.153. Veja também em: CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. *A Igreja e a escravidão: uma análise documental*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985, p.105.

liberdade e da abolição entre os clérigos católicos, além da presença da questão nacional no discurso dos dois padres.

Em meio ao avanço já irresistível da campanha abolicionista, praticamente na mesma época da visita de Nabuco ao Papa, alguns bispos brasileiros passaram a se manifestar favoravelmente à ideia da abolição, publicando um conjunto de cartas pastorais. Os prelados aproveitavam o ensejo do jubileu do Papa Leão XIII para aconselharem fiéis e sacerdotes a libertarem seus escravos, em honra do Santo Padre. Entre os anos de 1886 e 1887, manifestaram-se os bispos de Olinda, São Paulo, Goiás, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Sul, Diamantina e Mariana.²⁰⁴ Ao que consta, o conteúdo das pastorais não trazia apelos tão calorosos quanto os feitos pelos militantes abolicionistas mais radicais, porém, essa tardia manifestação chamou atenção, não só dos fiéis nas missas, mas também dos abolicionistas. O próprio Joaquim Nabuco, que havia criticado violentamente a posição dos sacerdotes católicos brasileiros em relação à escravidão, parece ter percebido como seria interessante usar os religiosos dentro da propaganda abolicionista.

Em sua carta pastoral datada de 08 de setembro de 1887, Dom João Antonio dos Santos se dirigiu aos seus “caríssimos irmãos e filhos” comentando a forma como o mundo católico (e mesmo protestantes e “infiéis”) se movimentava em função das “núpcias de ouro” de Leão XIII com a Santa Igreja Católica, preparando prendas diversas em honra do santo padre. O prelado destacou que mesmo aqueles incapazes de dar um óbolo poderiam contribuir com orações e obras de caridade na intenção do Sumo Pontífice. Contudo, para o bispo nenhuma prenda seria mais valiosa que a libertação dos “escravizados que infelizmente existem em nosso país, e que ainda são objeto do infame tráfico da carne humana, como se vivêssemos no centro da África, nas matas entre selvagens ou no tempo da barbaria”. D. João Antonio se dizia convicto de que a abolição deveria vir por um “decreto ou golpe de Estado em letras de ouro”, e que tal evento deveria ter marco o dia 31 de dezembro de 1887, justamente a data do jubileu pontifício. Para o bispo, aquela era uma bela ocasião para que o governo brasileiro pudesse reparar de forma solene a “clamorosa injustiça com que conserva nos grilhões da escravidão centenas de milhares de nossos irmãos, vítimas dos interesses de particulares e das rendas do Estado”.²⁰⁵

²⁰⁴ MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879 – 1888)*, 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. Veja também: FONSECA, Luís Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

²⁰⁵ Carta Pastoral de D. João Antonio dos Santos, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo da Diamantina. Ao clero e mais fiéis desta Diocese saúde, Paz e benção em Jesus Cristo Nosso Senhor. NOTICIADOR DE MINAS. Ouro Preto 13 de novembro de 1887. Hemeroteca Pública do Estado de Minas Gerais.

O bispo segue afirmando que não era a primeira vez que manifestava suas ideias em relação à escravidão, tendo apontado para a necessidade de sua extinção ainda em 1846, publicando textos no jornal *Selecta Catholica*, de Mariana, e posteriormente em 1862, no *Jequitinhonha*, de Diamantina, primeiro jornal republicano de Minas Gerais, tendo sido taxado como imprudente, uma pecha que não poderia mais lhe caber, pois a opinião pública em fins de 1887 seria outra, “a extinção da escravidão está na consciência de todos”.

Fotografia 2: Cidade de Diamantina: Palácio do Bispo. 1868-1869.



Fotografia de Augusto Riedel. Coleção Thereza Christina Maria. Biblioteca Nacional.

Por fim, Dom João Antonio recorreu à pastoral do arcebispo da Bahia, D. Luiz Antonio dos Santos, que também recomendou “a obra da redenção dos cativos e amparo dos libertos”. Um trecho considerável do bispo baiano foi transcrita por D. João Antonio, no qual o primaz do Brasil afirmava que a libertação dos cativos felizmente já havia conquistado a “consciência do povo”, convencido “que a escravidão ale de cruel injustiça praticada aos tantos irmãos nossos, remidos como nós pelo sangue do Redentor divino, é grande mal para o Império, é a nódoa que mancha o pavilhão brasileiro entre as demais das nações civilizadas”. Para o prelado baiano, o receio de “graves consequências” seria a razão do silêncio da Igreja

em relação à escravidão, “que nunca se ergueu em detrimento da sociedade”, temor encerrado pelo avanço da substituição do braço escravo pelo livre. D. Luiz Antonio dizia acreditar que já era tempo da religião intervir “sem receio de comprometer a ordem e a sociedade”. Afastado o perigo da sedição choveriam “as bênçãos do céu sobre todo esforço que tenha a melhorar a sorte dos que sofrem no cativeiro”, não era mais possível negar que “tal sistema é uma negação completa da religião que tem por base – amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo”. Encerrado o excerto, o bispo de Diamantina afirmou que a “magna questão da escravidão” já estava “julgada e condenada sem apelo aos interesses particulares ou gerais”, sendo que “contra a justiça reconhecida não há apelação justificável”.²⁰⁶ O bispo porém pode não ter convencido a todos de seu espírito abolicionista.

Um dos que desconfiou, ou mesmo não vira com bons olhos a proposta do bispo diamantinense, foi o abolicionista baiano Luiz Anselmo Fonseca, para quem o clamor de D. João Antonio para que o governo imperial extinguisse a escravidão por meio de um decreto ou golpe “seria exatamente o pior meio de acabá-la e o menos nobre de todos”. Para o abolicionista, o único meio de solucionar o problema seria por vias legais, tendo os senhores que libertar seus escravos voluntariamente, sendo devidamente indenizados.²⁰⁷

Ao comentar a pastoral do prelado diamantinense, Luiz Anselmo Fonseca afirmou que se um dia o bispo havia sido taxado de imprudente por defender a abolição, já teria ele abandonado o “caminho pelo qual se poderia ter conduzido à imortalidade”. Dom João Antonio teria conseguido afastar-se do epíteto de imprudente ao tomar “lugar entre os chefes da coligação escravocrata contra o gabinete 6 de Junho”, fazendo oposição ao conselheiro João da Matta Machado, que saiu derrotado nas eleições gerais de 1884, pelo 17º distrito. Em carta remetida ao conselheiro Souza Dantas, João da Matta Machado atribuiu o naufrágio de sua candidatura à coalizão formada entre conservadores e “os liberais escravocratas do distrito, a cuja frente colocara-se ostensivamente o Exmo. e virtuoso Bispo diocesano”.²⁰⁸ Na missiva, reproduzida por Fonseca em extenso pé de página, após pedir exoneração do posto de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Matta Machado afirmou que, apesar de seu antagonista haver hasteado contra ele a “bandeira negra do escravagismo intransigente”, tal situação não refletiria “sentimentos escravagistas do eleitorado” e sim

o legítimo espírito partidário dos conservadores, que serviram-se dele e do pequeno grupo dos seus parentes, *entre os quais se destaca um príncipe da igreja, como de simples arma de guerra ou de mero projétil* contra a situação liberal.

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

²⁰⁷ FONSECA, Luís Anselmo da. Op. cit., p.529.

²⁰⁸ Idem, *ibidem*, p.536.

julgando erradamente, é verdade, que poderiam abala-la ou pelo menos enfraquecer o patriótico gabinete a que V. Ex. preside, derrotando o mais fraco e obscuro dos seus membros.²⁰⁹ (grifo original)

Luiz Anselmo Fonseca seguiu em sua desqualificação do discurso do bispo, afirmando que ele havia recuado do “apostolado em que entrara em 1846, porque o chamaram *imprudente*”, uma susceptibilidade excessiva. Se “Sócrates não recuou diante da cicuta, nem Jesus diante da cruz, nem John Brown diante da força”,²¹⁰ o mesmo não ocorria com o príncipe da Igreja em Diamantina.²¹¹

Porém, a derrota do conselheiro João da Matta Machado não significou apenas uma “coalizão escravista”, como afirmaram Fonseca e o próprio ex-ministro dos negócios estrangeiros, mas um dos vários capítulos da disputa entre os dois mais importantes clãs políticos de Diamantina: os Matta Machado e os Felício dos Santos. Dom João Antonio era simplesmente tio do Dr. Antonio Felício dos Santos, o vencedor das eleições gerais de 1884. No período final do Império as referidas famílias disputaram de forma acirrada o controle político da região, fosse à Câmara Municipal, Assembleia Provincial ou Nacional.²¹²

Pouco mais de um mês após o bispo de Diamantina ter publicado sua pastoral, no dia 19 de outubro de 1887, seu colega de Mariana também aproveitou para se manifestar. Na cidade mineira de Barbacena, após recuperar-se de uma “longa enfermidade”, Dom Antonio Maria Correa de Sá e Benevides pôde finalmente dirigir palavras de animação aos seus “queridos irmãos e filhos”, tendo como intenção “acolerar o Movimento Emancipador, que com frutos e bênçãos se tem manifestado e vai propagando por todo o Brasil em nossos dias”. O então bispo da importante Diocese de Mariana, a primaz das Minas, se juntava aos outros sete prelados que publicaram pastorais contra o “elemento servil” e em honra do jubileu sacerdotal do pontífice Leão XIII.²¹³

²⁰⁹ Idem, *ibidem*, p.538.

²¹⁰ John Brown foi um conhecido abolicionista estadunidense, conhecido por liderar ações radicais contra a escravidão nos estados do sul dos Estados Unidos, como incursões armadas a fim de libertar escravos que depois eram conduzidos das terras sulistas para os estados do norte ou mesmo para o território livre do Canadá, inaugurando o trajeto secreto que ficou conhecido como “underground railroad”. Em outubro de 1859, Brown e outros 21 homens, tentaram tomar o arsenal federal da cidade de Harpers Ferry, na Virginia, ação que resultou na prisão dos abolicionistas. Acusado de traição, assassinato e incitação de sedição entre os escravos, John Brown foi condenado à forca, tendo subido no cadafalso no dia 2 de dezembro de 1859. Sobre o abolicionista John Brown, consulte: REYNOLDS, David S. *John Brown, Abolitionist: The Man Who Killed Slavery, Sparked the Civil War, and Seeded Civil Rights*. New York: Alfred A. Knopf, 2005.

²¹¹ Idem, *ibidem*, p.539.

²¹² MARTINS, Marcos Lobato. Op. cit., pp.5-6.

²¹³ BENEVIDES, Antônio Maria Corrêa de Sá e. *Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Sr. Dom Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides, bispo de Mariana, sobre a extinção do elemento servil*. Mariana: Joaquim Alves (antigo Bom Ladrão), 19 de outubro de 1887. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

No documento endereçado a todo o clero diocesano e aos fiéis, o discurso propriamente religioso se mistura com a preocupação com o progresso do país, com a razão nacional. D. Benevides afirma o princípio da liberdade como herança cristã e a escravidão como um entrave ao desenvolvimento e progresso do próprio cristianismo. A extinção da nódoa escravista aparece em sua pastoral como algo que interessa tanto à religião quanto à pátria, possibilitando a reforma da moralidade pública e particular. Existiria, portanto, a possibilidade de salvar as almas de escravos e senhores, além do futuro da nação.

Após indagar os fiéis se como verdadeiros cristãos poderiam não querer o fim da escravidão, Benevides afirmou ser o escravismo contrário aos desígnios divinos, uma vez que Deus não teria criado homem para escravo de outro homem. Segundo o bispo, o império do homem deveria existir apenas “sobre a natureza inferior”. Mais à frente, o prelado, assim como alguns de seus pares que em tempos de colônia também dissertaram sobre o tema,²¹⁴ recorreu a Santo Agostinho, para quem a escravidão era fruto do pecado, um castigo, uma impreciação. Para o bispo marianense, como todo fruto do pecado, a exemplo das guerras e doenças, a escravidão deveria ser combatida, uma vez que “arranca a natural liberdade”, “condição essencial para ser feliz neste desterro”.

Seguindo a tradição, D. Benevides recorreu a São Paulo para afirmar que após o resgate das almas de todos os homens através do sacrifício de Cristo, todos seriam iguais perante Deus. Porém, a referência às passagens das cartas de São Paulo aos Gálatas (capítulo 3, versículo 26) e aos Colossenses (cap. 3, versículo 11) apresenta uma diferença no que diz respeito ao uso que outros sacerdotes fizeram das palavras do apóstolo romano. Foram indicadas apenas as passagens em que o santo afirmava a igualdade dos homens perante Deus, como quando afirma aos Gálatas que “de fato, vocês todos são filhos de Deus pela fé em Jesus Cristo”, ou quando fala aos Colossenses: “E aí já não há grego nem judeu, circunciso ou incircunciso, estrangeiro ou bárbaro, escravo ou livre, mas apenas Cristo, que é tudo em todos”.²¹⁵ Benevides deixou de lado as passagens mais “clássicas” de Paulo, em que se escoraram outros sacerdotes da Igreja no período colonial cuja intenção era legitimar a escravidão ou “amansar” o coração de escravos e senhores.²¹⁶

²¹⁴ VAINFAS, Ronaldo. Op. cit.

²¹⁵ BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução, introdução e notas Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1995. Edição Pastoral, p.1518.

²¹⁶ Durante os tempos de colônia, religiosos como os jesuítas Antonio Vieira e Jorge Benci, indicaram a escravidão como mecanismo de redenção dos africanos, supostamente herdeiros de uma impreciação eterna. Passagens do evangelho de São Paulo eram utilizadas para convencer escravos do caráter “salvador” da escravidão, devendo, portanto, serem obedientes aos seus senhores. Sobre o assunto consulte: VAINFAS, Ronaldo. Op. cit.

Escravos, obedecem em tudo seus senhores humanos, não só quando vigiados, para agradar aos homens, mas com simplicidade de coração, e temor ao Senhor. Tudo o que vocês fizerem façam de coração, como quem obedece ao Senhor, e não aos homens. Fiquem certos que receberão do Senhor a herança como recompensa. O Senhor, a quem vocês servem é Cristo. Quem comete injustiça, receberá de volta injustiça, pois não há distinção de pessoas (Colossenses, cap. 3, versículos 22-25).²¹⁷

Na pastoral, a escritura sagrada era usada na tentativa de provar a igualdade dos homens perante Deus, diferente de sua antiga utilidade que era legitimar o cativo. Obviamente, persiste o fato dos apóstolos não condenarem explicitamente a escravidão, fato mais que conhecido.

Ao defender a Igreja contra os ataques daqueles que a acusavam de omissão em relação à triste sorte dos escravos, D. Benevides afirmou que a instituição trabalhou arduamente no combate à escravidão, “uma guerra lenta sim, porque não podia ser doutro modo, mas persistente e sem tréguas”. Além disso, a Igreja teria afirmado a igualdade de natureza entre senhores e escravos, fato que, segundo o bispo, teria sido negado por filósofos cujos argumentos estariam baseados nos costumes pagãos. A negação da luta da Igreja contra a escravidão seria produto de ataques desferidos por seus inimigos, que desconsideravam o fato ter mudado a “raiz a condição do escravo, tornando-a mais suave e suportável”. Para reforçar seu argumento, o prelado citou aos seus irmãos e “filhos dilectísimos”, as disposições dos concílios de Merida em 666; de Toledo em 589, em 656, em 675; de Macon em 585; de Rims em 625; de Chols em 650; de Armagah em 1172, “e tantos outros”.

Após defender ardorosamente a Igreja, Benevides demonstra preocupação com a nação, uma vez que o Brasil se encontrava “menos prezado aos olhos do mundo por causa da escravidão”, sendo a única nação entre todos os Estados livres da América a manter aquela nódoa que mancha seu nome. É lançado então um apelo à generosidade dos fiéis e sacerdotes da Diocese de Mariana para que ajudassem o movimento de libertação, “que tantas almas generosas eficazmente promovem”. A ajuda, individual ou coletiva, deve ser feita por meios legítimos, ou melhor, dentro da legalidade. Os fiéis poderiam ajudar alforriando ao menos algum de seus escravos, mesmo que fosse com a condição de prestação de serviços por tempo limitado, respeitando assim as circunstâncias em que se encontrarem. Aí o respeito às circunstâncias econômicas de cada proprietário. Já aqueles que não possuísem escravos poderiam ajudar com seu óbolo; “e uns e outros prestarão valiosíssimo auxílio, levantando a Deus fervorosas orações para obterem a próxima abolição da escravatura”. Outro ponto de

²¹⁷ BÍBLIA. Op. cit., p.1518.

motivação para que a comunidade diocesana se empenhasse na ajuda ao movimento de emancipação era o jubileu sacerdotal do Papa Leão XIII, que ocorreria no dia 31 de dezembro daquele ano de 1887. Concordando com o colega diamantinense, Benevides acreditava que não havia melhor presente para Sua Santidade.

“E como os esforços coletivos são mais eficazes do que o trabalho disperso de cada um por si”, havia ainda a sugestão que fossem criadas em todas as freguesias do bispado associações que tivessem como objetivo a promoção da liberdade dos cativos. Essa iniciativa já havia sido levada à frente por alguns membros do clero na episcopal cidade de Mariana, tendo o próprio Dom Benevides como maior incentivador. A *Associação Marianense Redentora dos Cativos* foi fundada em 24 de setembro de 1885, sob os auspícios do bispo diocesano e dos membros da Confraria de Nossa Senhora das Mercês, com o intuito de promover a liberdade entre os irmãos cativos ligados à Confraria.²¹⁸

Mas, para que a “cruzada pela liberdade” proposta por D. Benevides obtivesse os melhores resultados, era essencial que os primeiros a dar o exemplo fossem os membros do clero diocesano, muitos deles senhores de escravos, o que dificultava bastante as coisas. O comprometimento dos sacerdotes era essencial para a conversão da sociedade a favor da emancipação. Para Benevides, o clero *marianense* não podia contrariar a tradição humanitária da Igreja Católica:

De modo particular apelo para nossos irmãos os Reverendos Sacerdotes, os quais, se puserem à frente desta empresa, nos prometemos dela resultados magníficos. Em todas as obras grandes em benefício da humanidade encontramos sempre o clero como iniciador ou valioso auxiliar de sua execução. Não há de ser nesta que o clero marianense desmentirá as tradições gloriosas de tão nobre classe, e se esquecerá do exemplo e lições do Deus, de que somos ministros e representantes. Tomem deveras a peito auxiliar a libertação dos cativos; não cessem de aconselhar e persuadir a todos para que a auxiliem na medida de suas forças.²¹⁹

Mesmo argumentando que a escravidão era um pecado monstruoso, o bispo reconheceu que a promoção da alforria de seus escravos significaria um verdadeiro sacrifício por parte dos sacerdotes. Apesar de santo e necessário, aquele era um cometimento muito penoso, “ao qual exige abnegação e sacrifícios não pequenos do próprio interesse e de comodidades, que costumes inveterados tornaram quase necessárias”. Contudo, apenas aquele sacrifício, o de se desfazer dos valiosos escravos, poderia animar os fiéis. Mais valia o exemplo, mesmo que doloroso, do que seus velhos discursos. Como diria Marcel Mauss: “A

²¹⁸ *Estatutos da Associação Marianense Redentora dos Cativos*. Mariana: Joaquim Alves Pereira (antigo Bom Ladrão), 1885. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

²¹⁹ BENEVIDES, Antônio Maria Corrêa de Sá e. Op. cit.

esmola é o fruto de uma noção moral da dádiva e da fortuna, por um lado, e de uma noção do sacrifício, por outro”.²²⁰

Fotografia 3: Cidade Episcopal de Mariana.1868-1869.



Fonte: Fotografia de Augusto Riedel. Coleção Thereza Christina Maria. Biblioteca Nacional.

Além dos exemplos que deveria dar, o clero não podia se descuidar dos interesses do Estado, ao qual também estava diretamente subordinado. Benevides chama atenção dos padres para que não se descuidassem de seus afazeres em relação ao cumprimento das leis do Império, como bons empregados que eram:

Aproveitamos a ocasião para recomendar aos Reverendos Párocos e Vigários que comuniquem com toda exatidão e pontualidade aos Srs. Coletores respectivos, o número e nome de todos os escravos falecidos em suas freguesias e nas que estiverem a seu cargo, o lugar do falecimento e nomes dos seus senhores, como deseja e exige o governo Imperial, por aviso do Ministério da Agricultura, de 21 de setembro próximo passado, conforme o disposto nos Arts. 23 e 36, do Decreto n.4835, de 1º de Dezembro de 1871. Neste particular também esperamos a fiel observância de nossas recomendações.²²¹

Ao contrário do que afirmou em relação à pastoral de Dom João Antonio dos Santos, Luís Anselmo da Fonseca recebeu com bons olhos a manifestação do bispo de Mariana, lhe dando as boas vindas. Ao pontuar as diferenças entre as pastorais, Fonseca acaba por atacar a monarquia e a possibilidade de um Terceiro Reinado: “Pede a abolição geral, como o Bispo de Diamantina; mas não, como ele, por um golpe de Estado, que repararia a futura Imperatriz do Brasil para o governo absoluto”.²²² Além de falso abolicionista, D. João Antonio foi

²²⁰ MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988, p.76.

²²¹ BENEVIDES, Antônio Maria Corrêa de Sá e. Op. cit.

²²² FONSECA, Luís Anselmo da. Op. cit., p.540.

também acusado de conspirar a favor da princesa. Já D. Benevides seria um homem “que possui a consciência de seus deveres de humanidade e que se comove diante dos sofrimentos atrozes do escravo”.²²³

A publicação das pastorais dos bispos mineiros não chamou apenas atenção de Luís Anselmo da Fonseca. Através da imprensa, mesmo de outras províncias,²²⁴ é possível perceber a forma como os textos foram recebidos, por partidários da abolição e mesmo pelos mais apegados à escravidão.

Em Diamantina, mesmo antes de os bispos mineiros se manifestarem, o *Liberal do Norte* publicou artigo de fundo de quase uma página comentando a forma como outros prelados haviam aderido à *onda*, exortando que Dom João Antonio fizesse o mesmo.²²⁵ Já em Sabará, o redator da *Folha Sabarense*, que por várias vezes não escondeu seu fervor católico, recebeu com entusiasmo a manifestação dos bispos, rendendo encômios “aos prelados brasileiros que tem tomado uma brilhante atitude” em relação à importante questão.²²⁶ Uma nota publicada na edição de 20 de novembro de 1887, intitulada “a onda cresce”, comentou a manifestação do bispo de Mariana, tida como humanitário e de “excelente mérito literário”.²²⁷

Logo foram registradas adesões ao clamor dos bispos. A *Folha Sabarense* de 08 de janeiro de 1888 registrou que o bispo diamantinense havia conseguido promover “200 libertações de escravizados, incluídos neste número” 38 libertos pertencentes a respeitável mãe do Dr. Felício dos Santos, ou seja, de sua própria família.²²⁸ Já o *Liberal do Norte* reproduziu uma carta endereçada a Dom Benevides, datada de 28 de dezembro de 1887 e originalmente publicada no *Mariannense*, na qual Antonio Januário de Magalhães e seu filho, residentes na Fazenda da Natividade, localizada na freguesia de Antonio Pereira, Ouro Preto, informavam que movidos pelos sentimentos cristãos que animavam seus corações, haviam aderido ao pedido de Vossa Excelência Reverendíssima de “soltar as cadeias” dos irmãos escravos, “insigne ato de religião, caridade e fé”, libertando assim todos seus escravos em número de sessenta, como comprovariam as cartas de liberdade anexadas à carta, documentos que deveriam ser entregues aos cativos pelas mãos do prelado no dia de comemoração do jubileu pontifício.²²⁹ A entrega das alforrias foi mencionada pelo *O Povo*, jornal publicado

²²³ Idem, ibidem, p.541.

²²⁴ Martha Abreu verificou que a pastoral de Dom João Antonio dos Santos foi publicada também no Rio de Janeiro, no jornal católico *O Apóstolo*. ABREU, Martha. Pensamento católico, abolicionismo e festas religiosas no Rio de Janeiro. Op. cit., p.87.

²²⁵ LIBERAL DO NORTE. Diamantina. 18 de setembro de 1887. SIA-APM

²²⁶ A FOLHA SABARENSE. Sabará, 16 de outubro de 1887. SIA-APM

²²⁷ Idem, 20 de novembro de 1887. SIA-APM

²²⁸ Idem, 08 de janeiro de 1888. SIA-APM

²²⁹ LIBERAL DO NORTE. Diamantina. 04 de março de 1888. SIA-APM

em Cataguases na Zona da Mata, sendo que às 60 alforrias oferecidas por Antonio Januário de Magalhães se somaram a 10 promovidas pela Associação Marianense Redentora dos Cativos, além de outras 20 ofertadas por diversas pessoas.²³⁰ Mas nem todos receberam de bom grado a mensagem episcopal.

Na mesma edição do *O Povo* na qual foi publicada notícia sobre a entrega de várias alforrias em Mariana, foi registrada uma reação nada amistosa em relação à pastoral de Dom Benevides. Em São José do Tocantins, município de Ubá, Zona da Mata, um fiel atentou contra a vida do vigário após este realizar a leitura da pastoral do bispo marianense, disparando contra ele um tiro de garrucha.²³¹ Na edição de 01 de fevereiro de 1888 *O Povo* registrou outra reação contrária à pastoral, informando que uma carta enviada do arraial de Boa Família relatava que, no dia de Natal, ao iniciar a leitura da pastoral de Dom Benevides sobre o elemento servil, o padre João Passarelli se viu obrigado a retirar-se da localidade a fim de evitar violências por parte dos fazendeiros, que ficaram “indignadíssimos com o digno sacerdote”. Ainda de acordo com a missiva, o padre sequer teria conseguido terminar a leitura da pastoral.²³² O apelo religioso, mesmo acompanhado de elementos conservadores, acabou por ser encarado como uma ameaça por alguns dos fazendeiros da Zona da Mata, justamente a região que apresentou maior apego à escravidão e resistência ao abolicionismo. Mas a violência contra os propagandistas da abolição não se restringiram à região cafeeicultora.

3.4 - Para além das Minas e das Gerais: os abolicionismos mineiros na imprensa da Corte

Centro político do Império, principal pólo comercial e manufatureiro do país, a cidade do Rio de Janeiro foi também o coração do movimento abolicionista brasileiro, palco das primeiras manifestações pela abolição na década de 1880, “morada” da Confederação Abolicionista e dos mais importantes jornais dedicados à causa.²³³ Entre os propagandistas da abolição que ocuparam as páginas da imprensa carioca, José do Patrocínio foi talvez o mais prócere de todos, tendo atuado na *Gazeta de Notícias* (1878), *Gazeta da Tarde* (1881) e *Cidade do Rio* (1887), órgãos de imprensa “que publicavam tudo o que pudesse contribuir

²³⁰ O POVO. Cataguases, 07 de janeiro de 1888. SIA-APM

²³¹ Idem, ibidem.

²³² Idem, 01 de fevereiro de 1888.

²³³ MACHADO, Humberto. *Palavras e brados*. Op. cit., p.10.

para o avanço das ideias contrárias ao escravismo”.²³⁴ Com o objetivo de encontrar notícias a respeito do movimento abolicionista mineiro, ou mesmo sinais de diálogo entre estes e os militantes da antiga Corte imperial, foram analisados os dois jornais nos quais Patrocínio militou nos anos 1880.

A *Gazeta da Tarde*, como nos informa Humberto Machado, foi um dos jornais abolicionistas mais combativos da Corte, não aceitando anúncios de fuga, venda ou aluguel de escravos, abrigando em suas modestas dependências reuniões dos militantes mais radicais, como a que deu origem à Confederação Abolicionista, em 1883.²³⁵ Fundada em 1880 tendo à frente Ferreira de Menezes, seguido por André Rebouças e Vicente de Souza,²³⁶ a *Gazeta da Tarde* recebeu José do Patrocínio a partir de 15 de agosto de 1881, tendo ele, graças aos recursos disponibilizados pelo sogro, adquirido parte da sociedade e posteriormente a propriedade do jornal antes pertencente a Ferreira de Menezes, recentemente falecido.²³⁷ Patrocínio permaneceu na *Gazeta da Tarde* até setembro de 1887, de onde saiu para fundar o *Cidade do Rio*, jornal de menor porte, porém com o mesmo perfil: abolicionista.²³⁸

Um conjunto muito variado de notícias sobre Minas Gerais foi publicado nos dois jornais, desde aquelas que davam conta das disputas políticas até notícias de crimes. No que tange à movimentação abolicionista, chamou atenção a existência de um diálogo intenso entre a *Gazeta* e jornais ou correspondentes que atuavam fora daquele que seria o centro do abolicionismo mineiro, a capital Ouro Preto. Nas páginas da *Gazeta da Tarde*, as menções à atuação abolicionista na região do Triângulo Mineiro, especificamente em Uberaba, tiveram um destaque maior que aquela desenvolvida na antiga Vila Rica. Informações interessantes sobre o Sul mineiro e Ouro Preto surgiram com mais nitidez apenas na reta final para a abolição, já nas páginas do *Cidade do Rio*.

Na edição de 07 de janeiro de 1881, a *Gazeta da Tarde* trouxe um texto de seu correspondente na cidade de Uberaba, contendo uma série de informações sobre as movimentações ocorridas na cidade do Triângulo. Primeiro, o correspondente apresentou parte do discurso proferido pelo redator literário do jornal *Correio Uberabense* em reunião da loja maçônica Amparo da Virtude II, que promovia uma homenagem fúnebre ao visconde do

²³⁴ Idem, ibidem, p.30. Ver também: PATROCÍNIO, José do. *Campanha abolicionista: coletânea de artigos*. Op. cit.

²³⁵ Idem, ibidem, p.31. Sobre as ações da Confederação Abolicionista, consulte ainda: SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon*. Op. cit.

²³⁶ SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De “Papa--pecúlios” a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese de doutorado em História apresentada ao Departamento de História da Unicamp. Campinas, 2006, p.128.

²³⁷ MACHADO, Humberto. *Palavras e brados*. Op. cit., p.56.

²³⁸ Idem, ibidem, p.63.

Rio Branco. Para o orador, a melhor homenagem que a maçonaria poderia prestar ao responsável pela lei do ventre livre seria justamente “trabalhar pela extinção da escravidão”, instituição que absurdamente persistia em existir ainda no fim do século XIX, mantendo “um milhão e quinhentos mil [escravos] sujeitos ao mais duro cativo, nesta terra americana!”. Estava dada uma nova missão para a maçonaria: “Que a nossa associação promova a alforria desses infelizes!”. ²³⁹

O correspondente também informou aos colegas da *Gazeta da Tarde* que o *Clube Literário Uberabense* estava para promover uma série de conferências, já estando inscritos o Dr. Thomaz Pimentel d’Ulhoa, para falar sobre *influências climáticas*, o Dr. Gomes da Silva Júnior, que dissertaria sobre a *instrução*, e Gaspar da Silva, sobre a *abolição do elemento servil*, tendo este recebido correspondência de Joaquim Nabuco agradecendo a manifestação que lhe enviou o mesmo clube, “pelos esforços que tem empregado, a fim de que desapareça do Brasil a mais revoltante das monstruosidades – a escravidão”. ²⁴⁰ O missivista lamentava apenas a baixa expectativa de público para as conferências, visto que “a maioria dos habitantes de Uberaba é indiferente que o mundo avance ou retrograde”. Após terminar os comentários sobre o clube literário, o correspondente pôs-se a criticar o jornal *Gazeta de Uberaba* por ter este atacado com violência a propaganda abolicionista, “brindando os propagandistas com os epítetos de anarquizadores, inimigos da pátria e reformadores caricatos e outros igualmente *amáveis e justos*”. (grifo original)

Pelo menos dois nomes citados pelo correspondente de Uberaba não nos são estranhos. Os futuros redatores do *Monitor Uberabense* e responsáveis pela fundação da Sociedade Abolicionista Filhas do Calvário, Joaquim Antonio Gomes da Silva Júnior e Gaspar da Silva, apareceram envolvidos nas atividades do clube literário da cidade, clube este pode ter sido o primeiro foco de discussão de ideias abolicionistas em Uberaba, visto o tema da conferência de Gaspar e o fato deste ter estabelecido contato com o denotado abolicionista Joaquim Nabuco. A situação fica mais interessante quando descobrimos que Gomes da Silva Júnior e Gaspar eram, respectivamente, redatores político e literário do jornal *Correio Uberabense*, sendo então Gaspar da Silva o correspondente da *Gazeta da Tarde* no antigo sertão da farinha podre. ²⁴¹

À frente do *Correio Uberabense*, Joaquim Gomes da Silva e Gaspar tiveram que enfrentar os ataques coléricos da *Gazeta de Uberaba*, que não se cansava em condenar o

²³⁹ GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1881. BN

²⁴⁰ Idem, ibidem.

²⁴¹ CORREIO UBERABENSE. Uberaba, 13 de junho de 1880. BN

aboliconismo, como descreveria o correspondente à *Gazeta da Tarde* em artigo publicado no dia 17 de janeiro de 1881. Gaspar da Silva inicia o texto chamando a *Gazeta de Uberaba* de “messalina da imprensa mineira”, cujo último ataque aos abolicionistas o correspondente fazia questão de reproduzir: “Marca-se para a escravidão um termo fatal, assim como quem marca um prazo para o recolhimento de notas ou de estampilhas!”. “Que profunda filosofia!”, ironizou Gaspar da Silva, deixando entender que seus antagonistas da rua da Quitanda questionavam a necessidade da extinção da “mais infame das instituições” por defenderem “interesses ilegítimos de fazendeiros boçais”. A despeito da cólera da *Gazeta de Uberaba*, e dos vários pedidos para que deixassem de advogar a causa abolicionista, Gaspar garantiu que o *Correio Uberabense* seguiria firme na propaganda, tendo inclusive deliberado não aceitar mais anúncios de escravos fugidos, por estar “profundamente convicto de que a escravidão – a mais infame torpe das instituições – é um óbice enorme à prosperidade do Brasil”.²⁴²

Os embates ocorridos nas páginas da imprensa se repetiam nas reuniões do Clube Literário, como na ocasião na qual Gaspar da Silva ocupou a tribuna ao lado de Theóphilo Ferreira, a fim de debaterem a “questão da atualidade no Brasil: a escravidão”. A Theóphilo Ferreira coube a tarefa de censurar “asperamente” a propaganda abolicionista, tendo Gaspar a defendido “com o maior entusiasmo”, tendo se comprometido a apresentar nova conferência no dia 23 de janeiro versando sobre a “emigração europeia e a necessidade de uma lei que obrigue todo o cidadão válido a trabalhar”, pauta comum tanto a abolicionistas quanto aos seus opositores.²⁴³ Joaquim Gomes da Silva Júnior e Gaspar da Silva se esforçaram para ocupar o espaço do Clube Literário, suscitando discussões acerca de temas caros à elite letrada, como a “civilização”, tendo se tornado oradores efetivos da agremiação e incorporado como sócios honorários Ferreira de Menezes e José do Patrocínio.²⁴⁴

Gaspar da Silva também aproveitava seu espaço como correspondente na *Gazeta da Tarde* para fazer reverberar na Corte os crimes barbaramente cometidos pelos escravistas do Triângulo Mineiro. Esse foi o caso de José Caetano da Silva Guimarães Júnior, morador nas Areias, termo da Formiga, que passando por Uberaba conduzindo um *comboio* de escravos, deixou para trás quatro ingênuos menores de sete anos, ficando estes na casa de José Alves de Mendonça e Alexandre Portugal. Gaspar conta que os pais dos ingênuos faziam parte do comboio de escravos e “seguiram para os grandes mercados de homens”, sendo criminosamente separados dos filhos, fato proibido pela lei do ventre livre. Diante da

²⁴² GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 17 de janeiro e 15 de fevereiro de 1881. BN

²⁴³ Idem, 27 de janeiro de 1881. BN

²⁴⁴ Idem, 15 de fevereiro; 18 de março e 24 de maio de 1881. BN

separação criminosa, o correspondente dizia acreditar que sendo o curador dos órfãos um funcionário exemplar logo tomaria as devidas providências.²⁴⁵ Não custa lembrar, que o curador dos órfãos de Uberaba era nada mais nada menos que Antonio Borges Sampaio, futuro primeiro secretário da Sociedade Filhas do Calvário e redator político do *Monitor Uberabense*, o que pode indicar que o triunvirato estava articulado desde 1881.

Estando ou não o trio completo, o caso é que a militância de Gaspar da Silva parece ter incomodado muita gente em Uberaba. O abolicionista reclamava que em Uberaba não havia segurança individual, sendo que até a polícia precisava ser policiada, reinando por lá “a soberania do cacete e da garrucha”. Na noite do dia 03 de fevereiro de 1881, o redator literário do *Correio Uberabense* era esperado por dois “moços” que rondavam o pátio de sua casa, a fim de lhe agredirem, fato que não se consumou por terem sido os supostos agressores descobertos. Um dos homens seria camarada de Joaquim Marianno de Oliveira, empregado da firma Ferreira, Lobato & Co., com quem Gaspar já havia atritado. Prometendo apresentar queixa contra o suposto mandante, o jornalista afirmava existir em Uberaba apenas duas autoridades em quem se podia confiar: o juiz de direito, Dr. Zeferino de Almeida Pinto, e o promotor, tenente-coronel Antonio Borges Sampaio. Fora os dois funcionários da justiça, não havia como confiar no insignificante destacamento de polícia que facilmente poderia tombar diante dos caceteiros e valentões.²⁴⁶

As ameaças sofridas por Gaspar da Silva reverberaram no *Diário de Campinas*, província de São Paulo, que lamentou as ameaças imputadas contra os “jornalistas independentes”, fato que ocorria “de extremo a extremo do Império” na tentativa de fazer com que “a força da ideia” sucumbisse “à força do pau”. Após render uma série de elogios ao *Correio Uberabense* e seus redatores, os colegas do *Diário de Campinas* lamentaram o ponto a que as rusgas com a *Gazeta de Uberaba* haviam chegado, rebentando ódios, refletidos na tentativa de agressão contra Gaspar da Silva, um homem cuja única arma era a pena. “Como não podiam discutir, como lá no íntimo estavam completamente convencidos de que a natureza os talhara para subalternos, os senhores mandões não tinham outro alvitre a tomar para sufocar a voz dos seus adversários”.²⁴⁷ Mas a perseguição sofrida por Gaspar da Silva não ficou restrita às palavras da *Gazeta de Uberaba* ou a ameaça dos capangas. O *Tiradentes*, outro jornal no qual atuou Gaspar, afirmou que até a correspondência que o jornalista remetia à Corte, especificamente à Ferreira de Menezes, não chegava ao destino, o que poderia ser

²⁴⁵ Idem, 17 de fevereiro de 1881. BN

²⁴⁶ Idem, ibidem.

²⁴⁷ Idem, 25 de fevereiro de 1881. BN

obra de “pessoas suspeitas” que “assistem a abertura e ao fechamento das malas, a pretexto de auxiliaram” o responsável pelo correio.²⁴⁸

A morte de Ferreira de Menezes acabou por revelar que Gaspar da Silva mantinha com ele laços de amizade, talvez a principal razão para a *Gazeta da Tarde* possuir um correspondente tão ativo na distante Uberaba. Estando em viagem à Franca, província de São Paulo, Gaspar da Silva remeteu carta ao *Correio Uberabense* lamentando a morte do fundador da *Gazeta da Tarde*. “Morreu o meu grande amigo Ferreira de Menezes!”, dizia ele na missiva, afirmando que “votava mais que amizade” ao abolicionista carioca, “adorava-o”, tendo vivido alguns meses em sua intimidade, chegando a presenciar a morte de um de seus filhos. “Ai, Gaspar! As marteladas soavam lá e os pregos enterravam-se no meu coração”, teria lhe dito o amigo ao recordar o momento em que o esquife do filho foi lacrado. Por fim, o jornalista lembrava que Ferreira de Menezes era sócio do Clube Literário Uberabense e delegado da loja maçônica “Arauto da Virtude II”, propondo que as associações uberabenses promovessem uma subscrição em benefício dos filhos do finado abolicionista.²⁴⁹

Notas sobre a estada de Gaspar da Silva em São Paulo foram publicadas pela *Gazeta da Tarde*, deixando entender que o jornalista era uma figura conhecida não apenas na Corte e em Uberaba. Ao chegar à capital paulista o “excelente e ativo rapaz” teria sido recebido pela “mocidade acadêmica” com um “samba literário a que assistiram todos os vetes tristes e alegres, líricos e realistas”.²⁵⁰ O jornalista teria inclusive ganhado de presente um samba composto por Xavier Fontoura:

SAMBA A GASPARD DA SILVA

I

A musa da Pauliceia
Brinda o vate de Uberaba.
Vai sagrar-lhe uma epopeia
A musa da Pauliceia.
O boré da nova ideia
Estruge, amotina a taba...
A musa da Pauliceia
Brinda o vate de Uberaba.

II

Demos-lhe um brinde de estoiro,
Ofereçamos-lhe um samba.
Já na *taverna do loiro*

²⁴⁸ Idem, 23 de maio de 1881. BN

²⁴⁹ Idem, 15 de julho de 1881. BN

²⁵⁰ Idem, 06 de julho de 1881. BN

Demos-lhe um brinde de estoiro.
 Não é Gaspar um caloiro
 Nestes brinquedos, caramba!
 Demos-lhe um brinde de estoiro,
 Ofereçamos-lhe um samba.

III

A musa de Assis que assista,
 E nada falta ao fandango.
 Querem Gaspar na conquista?
 A musa de Assis que assista.
 Há de perdê-lo na pista do rebolado de um tango...
 A musa de Assis que assista,
 E nada falta ao fandango.

IV

Não disse que vinha e veio
 A musa do Valentim. Meteu-se o diabo no meio,
 Não disse que vinha e veio.
 O redator do *Correio*
 Há de perder-se por fim...
 Não disse que vinha e veio
 A musa do Valentim.

V

Ó moça, - saracoteia!
 Que diabo de musa aquela!
 Dona da Motta Correia,
 Ó moça, - saracoteia!
 Que diabo de musa aquela.

VI

A dona Augusta de Lima
 Toque um *chorado* na corda
 Sabe um *chorado* na *prima*
 A dona Augusta de Lima.
 Enquanto ao fogo da rima
 O verso espuma e transborda,
 A dona Augusta de Lima
 Toque um *chorado* na corda.

VII

A musa dos pés pequenos
 Não toca os lados da roça.
 Não toca fados ao menos
 A musa dos pés pequenos.
 Desculpa Gaspar se Vênus
 Não tem dos pés pequenos
 Não toca o fado da roça.

VIII

São todas moças belas,
 Não temo que desta escapes.
 Hás de amar a todas elas,
 São todas moças e belas.
 As seis que cingem capelas

Mais a que cinge endoapes,
São todas moças e belas,
Não temo que desta escapes:

IX

E viva o vate emigrado,
Redator do *Tiradentes*!
Fabrino, cai no chorado,
E viva p vate emigrado!...
Murat e dias, ao fado!
Quebra, quebra, *minha gentes*...
E viva o vate emigrado,
Redator do *Tiradentes*!!

Poff.²⁵¹

Mas afinal de contas, quem seria o jornalista/abolicionista que teve seu nome cantado em samba?

Boaventura Gaspar da Silva Barbosa nasceu em 1855 em Lamego, Portugal, tendo estreado como publicista e literato em 1873, aos 18 anos de idade, tendo publicado um folheto de dezesseis páginas intitulado *Uma coroa de Perpétuas e Saudades sobre a Sepultura de José Cardoso Vieira de Castro*, impresso em Valença, no Minho. Militar, Gaspar desertou e chegou a ser preso no ano de 1874, conseguindo fugir para o Brasil onde no ano seguinte já atuaria como jornalista no *A Província de S. Paulo*, com apenas 20 anos de idade, tendo se caso já no ano seguinte.²⁵² Em São Paulo, Gaspar atuou ainda na *Gazeta de Sorocaba*, em 1878, seguindo de lá para Uberaba, de onde voltaria em 1882.²⁵³ Novamente em São Paulo, o português teria se engajado ainda mais na campanha abolicionista, tendo sido apontado por Sud Mennucci como um dos que sustentavam o estandarte abolicionista ao lado de Luiz Gama.²⁵⁴ De fato, a *Gazeta de Notícias* a participação de Gaspar da Silva nas conferências organizadas pelo Centro Abolicionista de São Paulo e na primeira reunião Sociedade Artística Emancipadora, também na capital paulista.²⁵⁵ Após a abolição, tendo logrado êxito nos negócios “jornalísticos”, Gaspar retornou a Portugal onde, o outrora republicano, recebeu do rei D. Carlos o título de visconde de S. Boaventura.²⁵⁶

²⁵¹ Idem, ibidem.

²⁵² SILVA, Domingos Carvalho da. "Gaspar da Silva, agitador das letras no Brasil". *Revista Colóquio/Letras*. Lisboa, Ensaio, nº106, Nov. 1988, p.30.

²⁵³ Idem, ibidem, p.34.

²⁵⁴ MENNUCCI, Sud. *O precursor do abolicionismo no Brasil: Luiz Gama*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

²⁵⁵ GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 18 e 23 de abril de 1883. BN

²⁵⁶ SILVA, Domingos Carvalho da. Op. cit., p.37.

Notícias mais concretas sobre a movimentação abolicionista em Minas Gerais reaparecem na virada de 1887 para 1888, já no *Cidade do Rio*. O novo jornal de Patrocínio passou a fazer referências mais constantes à Ouro Preto logo após a mudança de um de seus colaboradores para a capital mineira. O jovem abolicionista Luiz José da Silva Jr., seguiu para Ouro Preto a fim de lá iniciar seus estudos de engenharia na Escola de Minas, prometendo enviar notícias com regularidade da capital mineira.²⁵⁷ A partir do dia 06 de março de 1888 uma série de artigos seria remetida a partir de Ouro Preto, cujo autor assinava como Lívio Sérgio, que na verdade se tratava do jovem abolicionista Luiz José da Silva Jr.

Abusando da ironia e mesmo da galhofa, o correspondente Lívio Sérgio escreveu sobre uma infinidade de temas, que oscilaram entre o achincalhamento da estrutura urbana da capital mineira, ao elogio à natureza que a circundava. “Uma cidade montanhosa, triste, bolorenta, onde quase não existe uma rua plana, com a maioria das casas de uma construção estúpida e de uma solidez mais que duvidosa, eis o que é Ouro Preto”.²⁵⁸ O jovem estudante não poupava sequer os costumes religiosos dos ouropretanos, tidos por cenas cômicas:

O enterramento é feito de um modo bastante cômico.

Indivíduos com umas fisionomias boçais, vestindo opas do comprimento de uma jaqueta e conduzindo tochas acesas, caminham ao lado do sacerdote conduzindo a cruz alçada.

Imediatamente após o caixão do morto, carregado por quatro amigos, [e] os convidados, é fechado o préstito, [com] uma banda de música que é capaz de ensurdecer um lagarto.

Para completar, um dobre plangente de sinos que só cessa depois que a terra receber os despojos que também leva consigo a encomendação do padre.

(...)

Pelos caminhos e nas portas de algumas casas divisam-se cruzeiros de pau, pintadas de verde ou negro.

Dizem os habitantes que este símbolo da fé cristã impede o aparecimento de capetas.

Se o Sr. Cotegipe lá viesse, não entraria em nenhuma delas, nem passearia por certos caminhos, pois S. Ex. é sem dúvida alguma o rei dos capetas políticos do 3º reinado.²⁵⁹

Além da “crítica de costumes”, o correspondente do *Cidade do Rio* transmitia pelo telégrafo notícias mais candentes, como a publicada na edição de 09 de março de 1888, informando que um telegrama enviado de Ouro Preto informava que a notícia da queda do gabinete Cotegipe (o “rei dos capetas políticos”) havia sido recebida com grande alegria. Contudo, uma segunda mensagem deixava entender que a comemoração teria sido reprimida

²⁵⁷ CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1888. BN

²⁵⁸ Idem, 06 de março de 1888. BN

²⁵⁹ Idem, ibidem.

pela polícia, dizendo apenas que “não foi tropa de linha, mas só polícia quem tentou ofender...”.²⁶⁰ O caso só foi elucidado na edição do dia seguinte, por conta de um atraso na entrega do telegrama que informava ter ocorrido uma briga entre estudantes e dois comerciantes, tendo a polícia tentado agredir os estudantes com “baioneta calada”.²⁶¹

Como nos informa Eduardo Silva, quando a abolição chegou, as principais cidades brasileiras já estavam interligadas por uma extensa rede de telégrafos, perfazendo cerca de quase 11 mil km de fios ligando as 173 estações espalhadas pelo país. O aumento considerável na velocidade e do volume das comunicações modificou a noção de espaço e tempo, fazendo com que a percepção das pessoas acerca do cotidiano mudasse consideravelmente.²⁶² Não obstante, a expansão da telegrafia elétrica teria possibilitado a formação de “uma rede verdadeiramente nacional de apoio às fugas e de solidariedade abolicionista”, assim como uma maior difusão da propaganda.²⁶³

Em correspondência mais completa, Lívio Sérgio informou que a notícia da queda do gabinete Cotegipe foi intensamente comemorada pelo povo nas ruas, com direito a fogos de artifício “no meio de entusiasmo e alegria indescritíveis”, completando que “já era tempo de vermo-nos livres do homem que levou ao poder o desprestígio às instituições, que merecem sempre acatamento em todos os países civilizados”. No mesmo texto, o correspondente criticou a postura do jornal *Liberal Mineiro* que havia externado preocupação com a chegada de um número cada vez maior de escravos fugidos à cidade.

O *Liberal Mineiro* entende que os escravos ficam melhor nas fazendas, do que fugindo para Ouro Preto onde, diz ele, passam fome.

Esquece-se o colega de que nas fazendas, em geral, os escravizados tem vergalho e sofrem fome, ao passo que em Ouro Preto sempre encontrarão um coração compassivo que lhes dê comer e os agasalhe.

Esquisito e mui caritativo esse jornal, pois não.²⁶⁴

A afirmação de que os fugidos sempre encontrariam quem os acolhesse na capital mineira pode ser um indício de que Lívio Sérgio, ou melhor, o estudante de engenharia Luiz José da Silva Jr., já havia se misturado aos abolicionistas locais, entre os quais muitos eram

²⁶⁰ Idem, 09 de março de 1888. BN

²⁶¹ Idem, 10 de março de 1888. BN

²⁶² SILVA, Eduardo. Interação, globalização e festa: a abolição da escravatura como história cultural. In: PAMPLONA, Marco Antonio (org.). *Escravidão, exclusão e cidadania*. Op. cit., p.109.

²⁶³ SILVA, Eduardo. Domingo, dia 13: o underground abolicionista, a tecnologia de ponta e a conquista da liberdade. In: ABREU, Martha & PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011, p.35.

²⁶⁴ Idem, 14 de março de 1888. BN

estudantes das Escolas de Minas e de Farmácia e do Liceu Mineiro.²⁶⁵ A notícia da organização do Congresso Escolástico Ouropretano, que teve como objetivo salvaguardar os direitos dos estudantes, além da discussão de questões diversas, como a própria instrução pública, acabou confirmando a integração de Luiz José (Lívio Sérgio) ao movimento dos estudantes existente em Ouro Preto. Luiz José fez parte da Comissão de Redação do Congresso, além de ter sido redator do jornal *A União Escolástica*, órgão de imprensa dos estudantes da capital, de vida efêmera, tendo publicado um único número, datado de 13 de abril de 1888.²⁶⁶

Segundo o correspondente do *Cidade do Rio*, estudantes do Congresso Escolástico se juntaram ao republicanos da capital, entre eles João Pinheiro e Antonio Olintho dos Santos Pires, a fim de organizarem as festas do dia 21 de abril, em homenagem ao mártir da independência. Os republicanos mandaram publicar um jornal intitulado *Tiradentes*, composto com textos de diferentes autores que renderam encômios ao inconfidente maior. Por sua vez, os estudantes do Congresso Escolástico decidiram realizar uma sessão solene, além de uma *marche aux flambeaux*, tendo nomeado comissões especialmente encarregadas dos festejos, obtendo do presidente da província autorização para expor ao público um quadro de Tiradentes que enfeitava as paredes do palácio do governo. Contudo, Lívio Sérgio (Luiz José) lamentava o desprezo com que os habitantes de Ouro Preto trataram a festa, afirmando que “o povo lá foi como qualquer de vocês e se não fossem os estudantes e pequeno número de pessoas, o quadro ficava exposto ao silêncio e às [moscas]”. O correspondente ironiza, dizendo que “se fosse uma festa de igreja, ele – o povo – o explorado eterno a quem desejam eterno embrutecimento, tinha corrido em tropel, ávido de rezar, de entoar cânticos, de respirar a fumaça dos turíbulos e fitar os litrões cor de ouro das capas sacerdotais”.²⁶⁷ Contudo, ao continuar suas críticas aos costumes dos ouropretanos, sobretudo os religiosos, Luiz acabou por fazer uma interessante revelação.

Dizia ele que uma pessoa de “toda confiança” havia lhe contado que chegada a sexta-feira santa, “umas pretas que estavam pobremente, é verdade, mas limpamente vestidas, só pelo fato de estarem descalças”, foram impedidas de entrar na matriz, recebendo permissão apenas para acompanhar a procissão do enterro. Na quinta-feira de “endoenças” o lava-pés também foi marcado pela discriminação, tendo sido os pobres substituídos por “uns meninos filhos de famílias bastante remediadas”. Luiz se perguntava como aquela gente que sabia o

²⁶⁵ COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit., pp.103-144

²⁶⁶ CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1888. BN; A UNIÃO ESCHOLÁSTICA. Ouro Preto, 13 de abril de 1888. SIA-APM.

²⁶⁷ Idem, 27 de abril de 1888. BN

“evangelho de cor e mais uma infinidade de livros litúrgicos esquece-se de que Jesus dizia: ‘na minha casa todos são iguais’”. Resolvendo interpelar um católico sobre o ocorrido, teria ouvido como resposta “que na igreja deve haver hierarquia, pois que no céu também há”. Indignado, o estudante mandou o céu para o diabo, dizendo que para lá não iria, pedindo ao leitor que imaginasse ele morto no céu, querendo levar dois dedos de prosa com o sr. Fortunato, “que é nobre e de pura raça caucasiana”, sendo impedido por um anjo de ter “palestra tão alva pessoa” por ser ele “negro da gema”, tendo andado pelo mundo de pés no chão, assim como Cristo que também andara descalço.²⁶⁸

O jovem estudante abolicionista era negro, um “negro da gema” que havia andado com os pés no chão, o que nos leva a pensar se não era então um liberto.

Chegada a abolição Luiz José, o Lívio Sérgio da *Cidade do Rio*, se viu envolto em uma confusão que o fez deixar a imperial cidade de Ouro Preto às pressas. Em artigo intitulado “desacato”, José do Patrocínio denunciava o fato de o jovem estudante da Escola de Minas e correspondente de seu jornal ter chegado ao Rio de Janeiro após ter sido forçado a deixar Ouro Preto “em vista da atitude ameaçadora de alguns indivíduos redatores do jornal *Liberal Mineiro*, que tentaram assassiná-lo”, exigindo sua retirada imediata da cidade, tendo o estudante que sair ainda pela madrugada, “caminhando três léguas a pé e seis à cavalo para se ver livre da sanha feroz de semelhantes bandidos”.²⁶⁹

A razão para a violência sofrida por Luiz teria sido o fato de ter ele, durante as festas do dia 13 de maio, comandado uma manifestação abolicionista exclusivamente dirigida aos estudantes da capital mineira, tendo obtido inclusive licença do presidente da província para que a banda do corpo policial animasse a festa. Insatisfeitos com as ações do jovem abolicionista, a redação do *Liberal Mineiro*, cujo comandante era Bernardo Pinto Monteiro, teria espalhado entre a “plebe” que Luiz José havia atacado “os sentimentos religiosos do povo” e a imprensa da capital.

Patrocínio afirmava que o colega iria “provar o contrário de semelhante calúnia, apelando para os sentimentos dos estudantes e das pessoas de consideração de Ouro Preto”, sendo que até o então presidente da província teria mostrado indignação com a violência sofrida pelo jovem, declarando que “tinha bastante energia para garantir a vida” de Luiz e que “achava simplesmente revoltante o pretexto, que deram semelhantes indivíduos para atacá-lo”. Por fim, o “tigre da abolição”²⁷⁰ afirmou que as pessoas distintas e os estudantes da

²⁶⁸ Idem, *ibidem*.

²⁶⁹ Idem, 16 de maio de 1888. BN

²⁷⁰ ORICO, Osvaldo. *O tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

capital mineira estavam indignados com o ato criminoso perpetrado por aqueles “facínoras”, chamando atenção do governo imperial para “semelhante acontecimento”, que havia causado “verdadeiro assombro”.²⁷¹

Bom, tendo observado algumas das correspondências redigidas por Luiz José sabemos que nem tudo é calúnia. O estudante de fato não poupou os ouropretanos de críticas muitas vezes ácidas, principalmente em relação às suas tradições religiosas. Contudo, a última crítica de Luiz em relação à religião teve como componente sua reação frente ao preconceito racial presente nos atos de fé da semana santa. Mas Luiz não seria o único a ser ameaçado nos instantes finais para a abolição.

Nas páginas de seu *Cidade do Rio*, José do Patrocínio reproduziu uma notícia originalmente estampada no *Correio do Machado*, no Sul da província mineira, que denunciou o que poderia ser “destes crimes com os quais a escravidão tem infamado o Brasil e que tanto nos vexa perante os países civilizados”. Na pequena cidade sul-mineira de Muzambinho “uma horda de selvagens, em número de duzentos, a soldo dos fazendeiros (e muitos destes)”, teriam assassinado o médico abolicionista Américo Luz, vítima dos “golpes dos malvados que o picaram”. Diante da grave notícia, José do Patrocínio indagava aos leitores se estariam diante de uma nova Penha do Rio do Peixe.²⁷²

Poucos dias depois de publicada a denúncia, o *Cidade do Rio* informou que notícias recebidas pelo telégrafo a partir de São Paulo traziam detalhes fidedignos a respeito do “acontecimento que pôs em risco a vida daquele distinto abolicionista, e de muitos outros do Muzambinho”, podendo os leitores tomar conhecimento do grau de “ferocidade dos vis negreiros cujos planos criminosos foram felizmente frustrados”. De acordo com as novas informações, no dia 8 de março de 1888, Américo Luz e outros abolicionistas teriam escapado por pouco de um ataque covarde, arquitetado por “quatro bandidos, que são ali pequenos fazendeiros”, sendo a motivação do plano a fuga de alguns escravos que se evadiram da cidade em busca de território livre na vizinha província de São Paulo.

Irados com a fuga supostamente patrocinada pelos abolicionistas locais, os quatro fazendeiros contrataram um grupo de capangas que teriam como missão invadir a cidade de Muzambinho na calada da noite a fim de dar cabo à vida do Dr. Américo e seus companheiros. Contudo, o plano falhou, tendo os abolicionistas sido avisados a tempo do perigo que os rondava, tomando “providências para a defesa, na emergência do momento”,

²⁷¹ CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1888. BN

²⁷² Idem, 22 de março de 1888. BN

recebendo o apoio de outros fazendeiros que seguiram para a cidade a fim de “repelir o ato brutal dos quatro bandidos”, que não veio a se concretizar.²⁷³

Ainda em Ouro Preto, Lívio Sérgio (Luiz José Silva) afirmou que a notícia do suposto assassinato de Américo Luz havia causado “entre os abolicionistas sinceros” da capital “grande sentimento”. Segundo o correspondente, a dúvida que pairava sobre o caso perturbou a todos, sendo que alguns hesitavam dar como certa a morte do “colega”.

Um dos jornais da capital teria chegado mesmo a confirmar a morte de Américo, “dizendo que até que tinha partido de Baependi, espontaneamente, para oferecer seus serviços de advogado à ilustre família, um cavalheiro amigo do distinto Sr. Dr. Luz”. Sendo o abolicionista de Muzambinho “moço de inteligência, chefe de família, dotado de grande caráter, independente, de ideias adiantadas”, a confirmação de seu assassinato “seria a prova mais vil da covardia de meia dúzia de negreiros perversos, sendeiros, boçais e parasitas”, sendo que a causa da “abolição perderia um dos seus mais extremos paladinos e o vácuo deixado nas fileiras do Batalhão Sagrado, seria imprescindível”.²⁷⁴

Américo Gomes Ribeiro da Luz é o mesmo que ao lado de Joaquim Antonio Gomes da Silva Júnior, Camillo Prates e Manoel Joaquim de Lemos havia votado contra a moção de repúdio ao projeto Dantas aprovada na Assembleia Provincial, em 1884. Nascido em Campanha da Princesa, Sul de Minas, em 1854, filho de Antonio Máximo Ribeiro da Luz, juiz daquela comarca, Américo Luz iniciou o curso de humanidades em São João del-Rei, transferindo-se posteriormente para Ateneu Fluminense, tendo se formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1880. Após ter clinicado em Três Corações, Américo Luz, então com 27 anos, seguiu para a cidade de Muzambinho, tendo ali constituído família, se transformado rapidamente em chefe político, ocupando o posto de presidente da Câmara local em 1883,²⁷⁵ tendo sido eleito para a Assembleia Provincial no ano seguinte.²⁷⁶

Segundo o memorialista Moacyr Bretãs Soares, de 1884 em diante, Américo Luz, acompanhado pelo cel. Francisco Navarro de Moraes Sales e o Dr. Joaquim de Luna Miranda Couto, teria, “apesar dos recuos necessários e transigências razoáveis dos maiores da campanha abolicionista”, se movido “impertubadamente” na proteção aos escravos, auxiliando-os a se esconder nos “*mocambinhos* que beiravam a cidade, além de moradias de escravos”, onde aguardavam até poderem ser “transferidos com mais rapidez e facilidade para

²⁷³ Idem, 02 de abril de 1888. BN

²⁷⁴ Idem, 11 de abril de 1888. BN

²⁷⁵ SOARES, Moacyr Bretas. *Muzambinho: sua história e seus homens*. 1940, pp.49-53; *Levantamento Nominal dos Formados de 1812 a 2008 da Faculdade de Medicina da Bahia*. Salvador: UFBA. s/d. Disponível em: www.fameb.ufba.br/index.php?option=com_docman...2...

²⁷⁶ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 01 de agosto de 1884. SIA-APM

Cubatão, estação férrea próxima de Santos, onde estariam fora do alcance dos capitães do mato”. Ainda segundo Soares, Américo Luz teria se excedido em sua atividade “perigosa e ilegal”, pois os fugidos por ele auxiliados começaram a contar as centenas, provocando a ira dos proprietários escravistas.²⁷⁷

É interessante pensar que o próprio nome da cidade, Muzambinho, é, entre outras definições possíveis, uma derivação da palavra mocambo, equivalente a quilombo, presença forte na região desde tenros anos de ocupação, o que completava os significados da ação abolicionista naquela cidade.²⁷⁸ Infelizmente, não foi possível identificar a permanência dos signos da presença abolicionista na identidade local, para além das referências já citadas.

Levando em conta as informações do memorialista e o episódio descrito pelo *Cidade do Rio*, surgem indícios de que o médico de Muzambinho parece ter integrado uma sofisticada rede de fugas de escravos do Sul de Minas Gerais para a vizinha província de São Paulo, onde os fugidos seriam direcionados para o conhecido Quilombo do Jabaquara, atividade que parece ter se intensificado nos meses próximos à abolição.²⁷⁹

Outro elemento interessante em relação ao episódio envolvendo Américo Luz é o fato de que, tanto Patrocínio quanto seus correspondentes, compararam o evento ocorrido em Muzambinho com outro, sucedido na Penha do Rio do Peixe (atual Itapira), no interior da província de São Paulo, onde um delegado não havia tido a mesma sorte do abolicionista sul-mineiro. E não era para menos.

O grau de tensão entre fazendeiros, abolicionistas, autoridades e escravos atingiu, limites demasiadamente perigosos. A ascensão do abolicionismo popular ocorrida na década de 1880, somada ao aumento da resistência escrava, sobretudo sob a forma de fugas em massa, acabou por provocar uma reação igual e oposta por parte dos senhores escravistas. Como nos informa Maria Helena Machado, principalmente os proprietários organizados em Clubes da Lavoura, passaram a pressionar as autoridades para que interviessem de forma decisiva em relação à crescente rebeldia escrava, que ameaçava seus bolsos e pescoços. Entretanto, muitas autoridades, como delegados de polícia e magistrados, não se submeteram completamente às pressões senhoriais, continuando, por exemplo, a fazer cumprir as leis

²⁷⁷ SOARES, Moacyr Bretas. Op. cit., p.52.

²⁷⁸ CÂNDIDO, Marcos Roberto. *Origens e Significados da Palavra Muzambinho*. Setor de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Muzambinho. Disponível em: <http://www.muzambinho.com/imagens/historicos/muzambinho/origpalmuz.pdf>

²⁷⁹ Sobre o Quilombo do Jabaquara veja: MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico*. Op. cit.; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon*. Op. cit.; PEREIRA, Matheus Serva. *Uma viagem possível: da escravidão à cidadania. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil*. Dissertação de mestrado - UFF. Niterói, 2011.

emancipadoras, mesmo que a muito contragosto dos escravistas, atitude que poderia ter consequências imprevisíveis.²⁸⁰

Os efeitos da tensão acumulada entre escravos, autoridades, abolicionistas e senhores, resultou exatamente no caso insistentemente citado por José do Patrocínio. Em fevereiro de 1888, portanto um mês antes das ameaças sofridas por Américo Luz, o Delegado de Polícia do município paulista da Penha do Rio de Peixe, Joaquim Firmino de Araújo Cunha, taxado pelos fazendeiros locais de abolicionista por conta de sua atuação “moderada e legalista em defesa das leis emancipacionistas”, e por ter ele abrigado em sua residência dois escravos que litigavam na sua liberdade na justiça, foi barbaramente assassinado, na frente de sua família, por uma turba de 200 pessoas, comandada pelos fazendeiros locais.²⁸¹ A carnificina ocorrida no interior de São Paulo logo virou referência das constantes, e, por vezes, violentas, ameaças sofridas pelos propagandistas da abolição.

As notícias estampadas no jornal comandado por José do Patrocínio acabaram por revelar que a tensão existente no interior paulista, mesmo que em escala diminuta, também se fazia presente em Minas Gerais, visto as ameaças sofridas por Gaspar da Silva em Uberaba, Luiz José em Ouro Preto e Américo Luz em Muzambinho. “A soberania do cacete e da garrucha”, que logo nos primeiros anos de campanha abolicionista quase vitimou Gaspar da Silva em Uberaba, parece ter ganhado ainda mais força na medida em que as ações abolicionistas se intensificavam já próximo do epílogo esperado, mas ainda incerto. Enquanto a *onda* avançava, sob formas variadas, da propaganda nos jornais até o número cada vez maior de fugitivos que se punham à procura da liberdade, fosse nas ladeiras de Ouro Preto, ou nas trilhas sul-mineiras rumo ao Jabaquara, aumentava também a incerteza de proprietários escravistas em relação à sanidade de seus negócios, à salvação da lavoura. Diante da retumbante e ameaçadora incerteza, cacetes e garruchas entraram em cena, mas por si só não formaram um dique capaz de conter o avanço de uma onda que já banhava toda província.

²⁸⁰ MACHADO, Maria Helena. Os abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão. In: ABREU, Martha & PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011, p.27.

²⁸¹ Idem ibidem, p.28.

Capítulo 4 – Nas páginas policiais: rebeldia escrava, polícia, abolicionismo e tensão social nos últimos suspiros da escravidão.

4.1 - A maquiagem da ordem: entre o movimento das ruas e os silêncios oficiais

A prática de atos de rebeldia por parte de escravos, assim como ocorrido em outras plagas brasileiras, povoou com frequência as páginas dos jornais mineiros. Fugas, batuques, capoeiragem, violência e outros expedientes de resistência, preocuparam bastante, tanto os proprietários escravistas quanto as autoridades provinciais. Entretanto, estes nem sempre desnudaram seus temores de maneira clara e direta.

Ao nos debruçarmos retrospectivamente sobre a questão da criminalidade escrava, ao longo do século XIX, podemos concluir que, de fato, esta foi um poderoso fator de corrosão da estrutura de utilização da mão de obra cativa, mas que agia de maneira paulatina, desgastando lentamente o controle pessoal que os senhores e seus prepostos necessitavam manter com vistas a viabilizar o trabalho organizado dos escravos.¹

Notícias reverberadas pela imprensa indicam, mesmo que em níveis diferentes, de acordo com a região, um clima de constante tensão e, não raro, violência, nos mais diversos (e distantes) recantos de Minas Gerais, contrastam com o clima de quase absoluta paz e tranquilidade pintada nos relatórios do governo Provincial mineiro. A palavra esculpida pelos governantes provinciais, desde a década anterior, especialmente a partir da promulgação da lei do ventre livre, trouxe, frequentemente, elogios adocicados em relação ao caráter pacífico e ordeiro dos mineiros, responsável pela manutenção da tranquilidade pública em seu vasto território. Contudo, tal retórica estava longe de ser uma exclusividade mineira, tendo sido largamente adotada por autoridades em seus discursos oficiais Império afora.²

Na fala que dirigiu à Assembleia Provincial em 02 de agosto de 1883, o então presidente Antonio Gonçalves Chaves garantiu aos parlamentares que a província mantinha-se em um estado sereno, graças à sua “população inteligente e laboriosa”. Segundo ele, os pequenos sinais de perturbação da ordem pública “em um ponto determinado” se deviam “às

¹ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico*. Op. cit., p.77.

² Ao observar a tônica dos relatórios do governo provincial em relação à segurança pública na segunda metade do oitocentos, Elione Silva Guimarães constatou que o repertório utilizado pelas autoridades para descrever o estado de paz reinante, seguia o mesmo padrão adotado nos relatórios do Ministério da Justiça, que informava o estado inalterado da tranquilidade pública no Império. GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação*. Op. cit., p. 95. Ver também: MATA, Iacy Maia. *Os “Treze de Maio”: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia. Pós-Abolição (1888-1889)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2002.

causas puramente locais”, sendo que estas “não tardam a desaparecer e o movimento não vai além de um pequeno grupo sem apoio, nem adesões”.³

Mesmo tendo se tornado uma “tradição” cristalizada no século XX, tanto como ingrediente indispensável aos discursos políticos, quanto como identidade cultural, a *mineiridade* já aparecia claramente nos discursos oficiais e na imprensa da segunda metade do século XIX, como aquilo que seria o *leitmotiv* da ação cotidiana dos mineiros. Ainda em seu comentário sobre a “tranquilidade pública, segurança individual e de propriedade”, Antonio Gonçalves Chaves afirmou:

Os nossos comprovincianos não prestam-se às lutas intestinas, e a resistências armadas, quando mui bem sabem usar do direito de petição perante as autoridades, da imprensa perante a opinião e do voto político perante as urnas; gozando de todos os benefícios da civilização, encontrando sem grandes dificuldades justa compensação ao trabalho, respeitam e estremecem mesmo as instituições que resguardam todos os direitos e conservam todos os [átomos] de sua liberdade.⁴

O suposto amor absoluto à ordem dos mineiros, pouco afeitos às “lutas intestinas”, seria a garantia certa para que paz e tranquilidade pudessem reinar quase que absolutas. Episódios de violência ou momentânea perturbação seriam exceções que ocorriam “sem afetar jamais os interesses fundamentais da sociedade”.⁵ As preocupações das autoridades provinciais recaíam então sobre a segurança individual e os crimes contra a propriedade, justamente onde os atos de rebeldia dos escravos acabaram por ser registrados, mas muito aquém da realidade.

Como destacou Maria Helena Machado, analisando o caso de São Paulo, as autoridades provinciais (governo e polícia) faziam questão de descrever o estado de coisas “com tintas mais suaves”. Ficou clara a censura às informações sobre a deflagração de atos de rebeldia dos escravos e da ação de grupos abolicionistas tidos como radicais, tendo com objetivo descaracterizar “a periculosidade das ocorrências que envolviam estas categorias”, o que evitaria, no entendimento das autoridades, a disseminação do pânico entre a população e mesmo a “emergência de uma discussão generalizada sobre a deterioração dos mecanismos de controle social e a urgência da resolução da instituição servil”.⁶

³ Fala do presidente Antonio Gonçalves Chaves à Assembleia Provincial de Minas Gerais, em 02 de agosto de 1883, p.32. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

⁴ Idem, ibidem.

⁵ Fala do presidente Antonio Gonçalves Chaves à Assembleia Provincial de Minas Gerais, em 01 de agosto de 1884, p.06. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

⁶ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico*. Op. cit., p.25.

Também silenciando sobre a maior parte dos tremores que ocorriam em várias porções de seu território, o governo provincial mineiro chegou a publicar em alguns de seus relatórios informações sobre atos de rebeldia escrava, especialmente assassinatos e fugas, contudo, sempre destacados como atos isolados que não perturbavam a “tranquilidade pública”.

Ao observar o processo de extinção da escravidão e os caminhos trilhados pelos ex-escravos e seus descendentes na cidade de Juiz de Fora, Zona da Mata, Elione Silva Guimarães, também observou a mesma disparidade entre os relatórios oficiais e os indícios de frequente “insubordinação” por parte de escravos e libertos que circulavam pelo principal centro cafeeiro e escravista das Minas Gerais da segunda metade do oitocentos.⁷

Comparando a tônica de tranquilidade quase que absoluta dos relatórios do governo provincial mineiro a notícias publicadas pela imprensa local e processos criminais envolvendo escravos em Juiz de Fora, Elione Guimarães constatou que a tese de que a região teria vivido um igualmente tranquilo processo de transição para o trabalho livre, assinalado, por exemplo, na obra de Luiz Fernando Saraiva,⁸ que as agitações cativas não foram episódicas e que temperaram claramente tal processo histórico, com doses de tensão, violência e insubordinação.

Por detrás de uma aparente tranquilidade, a Província Mineira agitava-se em sublevações, fugas, assassinatos e suicídios que marcaram as ações de cativos, senhores, libertos, enfim, de defensores de ideais de todas as cores a favor de suas crenças, ideologias, projetos e esperanças.⁹

De fato, especialmente na zona da mata, as notícias de insubmissão escrava ganhavam uma importância quase incomensurável, visto ser a citada região aquela que mais possuiu escravos durante a segunda metade do século, sendo a que mais se apegou à escravidão. No principal centro urbano e cafeeiro da região, Juiz de Fora, não faltaram alarmes sobre o perigo que a rebeldia escrava trazia para a tranquilidade pública. *O Pharol*, mais destacado periódico *matense* teve suas páginas recheadas de tais episódios, os quais serviam para cobrar das autoridades policiais uma maior vigilância.

Em sua edição de 04 de março de 1882, o jornal trouxe uma nota sobre o fato de que André Ribeiro da Cunha Hamilton, subdelegado de polícia local, ter feito publicar um edital no qual declarou proibida a circulação de escravos nas ruas da cidade após as 21 horas,

⁷ GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação*. Op. cit.

⁸ SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas*. Op. cit.

⁹ GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação*. Op. cit., p.107

podendo transitar pelas vias apenas aqueles que portassem uma licença escrita de seus senhores.¹⁰ A estratégia de Hamilton era fechar o cerco contra os insubordinados que causavam apreensão entre a população, promovendo seus batuques, jogos e bebedeiras pela cidade. E não foram poucos os casos.

A edição de 22 de fevereiro de 1883 de *O Pharol* publicou uma reclamação de leitores que pediam atenção da polícia para as ações de um famoso escravo “capoeira e desordeiro” chamado Galdino. Na noite do dia anterior, “pelas 8 horas da noite”, Galdino, “acompanhado de alguns *amigos* seus”, provocava os transeuntes da rua do Imperador, “indo depois fazer o seu quartel-general na casa de negócio da mesma rua, esquina da [rua] da Imperatriz”.¹¹

O capoeira Galdino era figura carimbada nos ajuntamentos tão mal vistos pela “boa sociedade” de Juiz de Fora. Segundo *O Pharol* em sua edição de 27 de fevereiro de 1883, um grupo de guardas havia efetuado uma diligência em um baile que ocorria em uma casa localizada na esquina da rua Santa Rita com a do Comércio, tendo como objetivo por termo no festim que ocorria sem autorização das autoridades policiais, além de efetuar a prisão de Galdino. Entretanto, mais esperto e ágil que os “homens da lei”, o capoeira deu um jeito de se safar do cerco. Tendo visto o escravo à janela da casa o comandante da patrulha ordenou que a casa fosse sitiada e que ninguém entrasse ou saísse dela, mas não deu sorte:

O resultado imediato deste conflito foi a fuga do escravo, resultado sem importância se o compararmos com o que provém do ato que se atribui à polícia, intervindo e desmoralizando uma força, que, em obediência a uma ordem, fazia aquela diligência.

Desejamos que seja este episódio encarado pelas autoridades, que, examinando, a sangue frio, a ocorrência há de proceder como for de justiça.¹²

Outra versão sobre o ocorrido deu conta de que a abrupta invasão da festa pela polícia, sedenta pelo capoeira, causou o desgosto geral: “os guardas penetraram na casa sem a menor formalidade, de espadas em punho, o que, como era natural, irritou os ânimos. Daí o rolo”. Sem conseguir por as mãos em Galdino, a polícia havia conseguido apenas angariar a antipatia dos convivas que a ela resistiu ferrenhamente. Do jornal, restava o elogio à tentativa de captura do desordeiro: “É louvável o empenho da polícia na repressão que tenta aos atos do

¹⁰ O PHAROL. Juiz de Fora, 04 de março de 1882. BN

¹¹ Idem, 22 de fevereiro de 1883. BN

¹² Idem, 27 de fevereiro de 1883. BN

escravo desordeiro que se chama Galdino, e que sem governo, pois parece não haver quem o coíba, a todos provoca nas ruas”.¹³

Mas Galdino estava longe de ser a única ameaça à tranquilidade pública naquelas bandas. Capoeiras deram o ar de sua graça em pelo menos duas ocasiões em Juiz de Fora, “fazendo *ginga-jogas*” em frente ao Clube União Luso-Brasileiro,¹⁴ ou mesmo representando uma ameaça ao próprio *O Pharol*:

CAPOEIRA

Ontem a tarde, foi espancado em frente à casa do sr. Joaquim da Costa Mesquita, negociante nesta cidade, um dos distribuidores do *O Pharol*, por Genuíno Augusto Pinheiro Bastos, ex-empregado dos srs. Barbosa da Silva & Comp.

Depois de terminado esse ato de vadiação, percorreu o criminoso quase todas as ruas da cidade, armado de navalha, sendo afinal preso, depois de ter passado a navalha a um dos escravos do capitão F. Dionízio Fortes Bustamente.

O fato que acima referimos foi presenciado por muitas pessoas.

Estamos informados de que Pinheiro Bastos veio até as proximidades de nosso escritório com o fim de terminar aqui a sua obra.

Horrível era o estado da vítima que foi medicada pelo dr. Simões Corrêa.

Pinheiro Bastos compareceu preso perante o sr. delegado de polícia, procedendo inconvenientemente.

Foi lavrado ontem auto de flagrante e hoje continua o inquérito.¹⁵

Ajuntamentos de escravos seguiram sendo uma pedra no sapato das autoridades locais, sendo alvo de constante reclamação da “opinião pública”.

Em missiva remetida ao *Pharol*, um assinante do jornal solicitou que o redator chamasse a atenção da polícia para o fato de haver em um beco denominado “do Sampaio”,

um preto já velho, que levado pela mania do *responso*, tem atraído para ali, quer de dia, quer de noite, algumas escravas que saem à rua ao mandado dos seus senhores, tornando-as desta forma não só omissas em seus deveres, como insubordinadas.¹⁶

Para além da preocupação com a insubordinação das escravas, o assinante anônimo, demonstrou viva preocupação com a concentração ali de “alguns *tipos* de pouco siso”, em meio a “malévolos colóquios” de escravos, matéria que, segundo ele, merecia atenção da polícia.

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ Idem, 06 de dezembro de 1883. BN

¹⁵ Idem, 07 de novembro de 1887. BN Sobre capoeira escrava ver: SOARES, Carlos Eugenio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. 2ª edição revisada e ampliada. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisas em História Social da Cultura, 2002.

¹⁶ Idem, 29 de novembro de 1883. BN

No dia 12 de junho de 1884, quinze escravos, “de *ambos os sexos*”, resolveram comemorar a véspera do dia de Santo Antonio (por acaso padroeiro de Juiz de Fora), promovendo um animado batuque que foi logo reprimido pela polícia. Segundo a nota publicada no *O Pharol*, os convivas “não cederam de muito bom grado ao convite da autoridade, chegando um a puxar da faca para agredir o comandante do destacamento”.¹⁷ Passaram o dia do santo tido como casamenteiro na cadeia.

Os moradores do largo do Riachuelo também protestaram ao delegado de polícia contra os incômodos representados pelos “abusos de uma depravada mulher”, uma verdadeira ameaça ao “decoro e a moralidade pública”. A despeito dos abaixo-assinados promovidos contra ela, a tal mulher prosseguia com suas estripulias, tendo promovido um animado batuque na noite de São João que, obviamente, não foi do agrado de seus vizinhos. Não só a algazarra desagradou em muito os moradores daquela área, mas também a presença de escravos.

Nas vésperas de S. João deu ela um grande *batuque* em sua casa, reunindo negros e vagabundos, fazendo uma algazarra infernal sem atender as reclamações do vizinho de paredes-meias, cuja senhora acabava de ter o seu bom sucesso, podendo por consequência ser-lhe fatal o tal batuque que a polícia não proibiu. Estamos certos que o Sr. delegado de polícia não deixará desta vez de tomar providências enérgicas para evitar mal maior, pois que a paciência esgota-se.

*Os moradores do largo do Riachuelo.*¹⁸

A polícia não se acanhou em também invadir a sociedade de dança *Riso da mocidade, estrela do Brasil*, localizada justamente no largo do Riachuelo, com o objetivo de “capturar escravizados que, segundo denúncias, costumavam ir àquele templo de Terpsychore, sem ciência de seus senhores”. Contudo, a investida não logrou êxito e os policiais deixaram o clube sem capturar sequer um escravo. Para o responsável pela notícia, tal fato poderia ter ocorrido por conta da “entrada, um pouco tempestuosa, dos polícias os afugentasse”, o caso é que ninguém foi preso, “verificando-se serem livres os indivíduos encontrados”.¹⁹

As coisas no largo do Riachuelo continuaram quentes por algum tempo. No dia 02 de julho de 1887, Malta Maria da Conceição, esposa de Virgílio Rodrigues de Araújo (não se sabe se a mesma protagonista da história anterior), foi detida pela polícia por conta de uma desordem da qual havia tomado parte durante uma “reunião” ocorrida no largo do Riachuelo, tendo sido ferida no peito. Segundo a nota publicada no *O Pharol*, “tais reuniões tem sido

¹⁷ Idem, 14 de junho de 1884. BN

¹⁸ Idem, 17 de julho de 1885. BN

¹⁹ Idem, 08 de janeiro de 1887. BN

inconvenientes, (até pelo lugar que escolhem) porque aí se ajuntam escravos, vagabundos e desordeiros, e tudo se resolve em pancadas”.²⁰ Mas a animação não se concentrava apenas naquele pedaço de Juiz de Fora.

“Certos ajuntamentos de escravos” que ocorriam no morro de Santo Antonio, também chamaram a atenção da opinião pública de Juiz de Fora. Segundo *O Pharol*, o local era ponto de encontro de escravos jornaleiros²¹ que, na realidade, se concentravam ali “com o fim de se concertarem sobre os meios de arranjar dinheiro *sem trabalho*”, sob o comando de um cativo conhecido por Sebastião, “que parece ser o chefe da quadrilha”.²²

Ociosidade e vícios variados, volta e meia, eram imputados aos escravos e tidos como origem da insubordinação e verdadeira ameaça à ordem pública. Um exemplo disso é o clamor para que a polícia desmantelasse a jogatina realizada na casa do homem indicado apenas como senhor Souza, residente na rua de São Matheus. No caso, o divertimento promovido por Souza acabava por reunir um número considerável de jogadores “que muito perturbam a ordem pública”. Pior ainda, a jogatina tinha entre seus participantes escravos.²³

Para além do ócio e dos batuques, os crimes cometidos por escravos também eram motivo para alarde, especialmente pelo fato de que senhores, seus familiares, ou feitores das fazendas de café, foram alvos frequentes. Foi o que constatou Elione Guimarães ao encontrar 30 autos de delito contra a pessoa, praticado por escravos da região de Juiz de Fora, na segunda metade do século XIX.²⁴ No caso, muitas das histórias de violência verificadas pela autora ficaram de fora dos relatórios da presidência da província, mesmo tendo os jornais locais registrado o clima de tensão e a agência dos escravos.²⁵

MAIS UM ASSASSINATO

No dia 31 do passado foi assassinado, a golpes de enxada, o feitor da fazenda do Sr. Emerenciano Fabiano Alves, neste município.

O crime foi praticado pelos escravos da fazenda, na ocasião em que estavam trabalhando na roça; chamam-se eles: Manoel, crioulo, Sebastião, Modesto e João crioulo.

O primeiro fugiu logo em seguida, e em quanto se procedia ao inquérito no lugar do crime, foi ele preso aqui, casualmente, por suspeita de andar fugido,

²⁰ Idem, 04 de julho de 1887. BN

²¹ Escravos de ganho que trabalhavam fora do domínio senhorial, tendo de entregar ao senhor uma parcela de seus ganhos. MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p.150.

²² O PHAROL, 21 de novembro de 1885. BN

²³ Idem, 12 de fevereiro de 1887. BN

²⁴ GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação*. Op. cit., p.81. Sobre crimes cometidos por escravos em Juiz de Fora, ver da mesma autora: *Violência entre parceiros de cativeiro*. Op. cit.

²⁵ GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação*. Op. cit., p.107.

confessando, porém, o crime, no interrogatório a que o submeteu o delegado de polícia, que tendo ouvido falar no ocorrido, desconfiou e com razão, que Manoel tivesse tomado parte nele.

É o terceiro assassinato que registramos em menos de um mês.

Todos os três foram praticados nas mesmas condições; o móvel de um foi o móvel dos outros.

Cremos desnecessário insistir sobre a gravidade de semelhantes fatos; não há quem, de boa fé, lhes desconheça a eloquência: o que cumpre é que cada um, reconhecendo a intensidade da crise que estamos atravessando, empregue os meios ao seu alcance para que não seja desastroso o seu desfecho.²⁶

Episódios como o descrito na notícia acima colaboravam para a elevação da tensão entre os proprietários escravistas da região, o que fez com que alguns planejassem uma resposta contundente em relação aos atos de frequente insubordinação.

Já as portas da abolição, um “lavrador” anônimo do município de Rio Novo, a fim de fazer cessar os “furtos de gêneros da lavoura, que de um modo cínico e audaz continuamente são cometidos pelos escravos e por gente livre”, e diante da inércia dos governos provincial e municipais que não lhes dava polícia, lançou aos colegas a ideia de que deveriam organizar uma espécie de milícia que combateria insubordinados:

(...) divididos os fazendeiros em grupos de quatro a seis, contratarem três a quatro pessoas de confiança, que, à noite e em dias santificados, percorram a vizinhança, as imediações das fazendas coligadas, as estradas que delas sigam aos pontos em que achamos compradores de furto; que aqueles homens de confiança rondem também as imediações dos paradeiros de tais especuladores, prendendo os ladrões que encontrarem com os furtos, testemunhando as reuniões, relações e transações ilícitas, a fim de aos infratores serem impostas as multas da lei municipal e as punições do código do processo criminal.

Temos todos estes recursos na lei, que pune tais delitos; cumpre-nos unicamente fornecer as provas testemunhais, que só pelo modo exposto poderemos obter e que o temos em mãos, pois não é de modo algum impraticável.

A despesa com o pessoal de que falo será pequena, repartida entre os quatro a seis fazendeiros e evitará o grande prejuízo de gêneros roubados, que em muitos mais importam.

O grupo de fazendeiros não deve ser maior do que o indicado e constará de vizinhos, para que os guardas não tenham grandes distâncias a percorrer e melhor fiscalizarem o espaço assim limitado.

Em cada freguesia deve ter diferentes grupos de vizinhos assim combinados e cada grupo com o seu pessoal de guardas nos turnos e de dias santificados.

Executando nós os fazendeiros, o meio que aponto, veremos logo diminuir-se os furtos; os escravos não sairão com os gêneros roubados para levá-los aos seus fregueses, visto que serão presos quando o tentarem, e os compradores desaparecerão, visto que não haverá mais a concorrência de gêneros do seu comércio ilícito.

²⁶ O PHAROL, 06 de novembro de 1883. BN

Unamo-nos, tomemos o acordo indicado e executemo-lo, que o resultado ser-nos-á o mais proveitoso possível.²⁷

Mesmo que sob o véu da “tranquilidade” e da “ordem”, os movimentos escravos não ficaram totalmente fora dos relatórios presidenciais, mesmo com o nítido esforço de mascarar a realidade.

Na fala que dirigiu à Assembleia Provincial em de 01 de agosto de 1885, José Antonio Alves de Brito, após afirmar (como todos seus colegas) que tranquilidade geral imperava, informou a ocorrência de alguns “fatos criminosos” relativos à “segurança individual e de propriedade”. Dentre os referidos acontecimentos, estava um assassinato cometido no dia 07 de junho de 1885, na localidade de Santo Antonio do Chiador, termo do município de Mar de Espanha, importante centro cafeeicultor da Zona da Mata. No caso, o escravo Francisco, pertencente à Dona Thereza Maria Duarte, assassinou o feitor da fazenda de nome Guilhermino, “internando-se pelo mato” logo após o crime. Passado dois dias, Francisco resolveu se entregar, dirigindo-se à cadeia local, onde confessou o crime, afirmando ser seu único autor.

Um dia após ter se entregado, Francisco resolveu por indicar Marciano, escravo de Aureliano Calisto da Costa como seu cúmplice no assassinato do feitor, tendo o acusado negado a acusação.

Em meio à troca de acusações entre Francisco e Marciano, um grupo de “lavradores daquela zona” resolveu marchar rumo à fazenda de Dona Thereza com a firme intenção de vingar a morte do feitor Guilhermino. Qual a ideia dos lavradores? Espancar toda a “escravatura”, tendo como resultado a morte de um escravo chamado Raymundo.

Segundo o delegado local, o grupo de aproximadamente 50 “lavradores armados”, não satisfeito com a ação perpetrada na fazenda de Dona Thereza, pretendia “violentar a cadeia” a fim de lá retirar Francisco, com o óbvio fim de matá-lo. Entretanto, o plano dos “linchadores” teria sido frustrado pela ação do delegado que reforçou a segurança da prisão, não só com força policial, mas também com auxílio de diversos cidadãos, entre eles o “digno Dr. Juiz de direito da comarca”, conseguindo que Francisco fosse transferido no dia 13 de junho para a cadeia de Juiz de Fora.²⁸

²⁷ Idem, 06 de maio de 1888. BNN

²⁸ Fala do presidente José Antonio Alves de Brito à Assembleia Provincial de Minas Gerais, em 01 de agosto de 1885, p.05. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

No ano seguinte, ocorreu outro fato que, segundo o então presidente Joaquim Pires Machado Portela, compôs um conjunto de atentados contra a “segurança individual”, que foram em nada “perturbadores da ordem pública”. O então presidente da província recebeu correspondência remetida pelo juiz de direito, pelo promotor público e pelo delegado de polícia de Itabira, região Metalúrgica-Mantiqueira, informando “haver fundado receio de sublevação de escravos” naquelas paragens. Ao tomar conhecimento do possível distúrbio, Magalhães enviou para aquela cidade 10 praças de cavalaria comandadas pelo alferes João Paulo de Oliveira Carvalho, além de 12 praças do corpo policial comandadas por um sargento, que ficaram à disposição do juiz de direito local.²⁹

Após envidar esforços no sentido de rechaçar a possível revolta dos mancípios de Itabira, o presidente foi informado por “vários cidadãos daquele município”, que lhe enviaram uma representação, de que os receios de sublevação eram infundados. Ao mesmo tempo, o juiz de direito também manifestou não ser necessária a presença de todo o contingente enviado para a cidade, sendo então retirada dali a tropa de cavalaria.

No fim das contas, os boatos teriam se originado após o assassinato de um feitor da fazenda da Vargem, pertencente a Antero Martins da Costa e João Gualberto Matias da Costa, sendo que dois escravos haviam sido presos sob acusação de terem cometido o crime.³⁰ Ao que parece, o medo se espalhou pela cidade como rastro de pólvora, após a violenta insubordinação, supostamente cometida (apenas) por uma dupla de escravos, o que pode ser um indício de que o nível de tensão por aquelas bandas não seria dos menores.

No mesmo relatório há outro indício de que o termômetro também andava com a temperatura alta em Alfenas, região sul. Um ofício e um telegrama, datados, respectivamente de 27 e 30 de janeiro de 1886, emitidos pelo delegado de polícia daquele termo, informava a suspeita de que um bando de cerca de 600 ciganos pretendia invadir a cidade, estando já no arraial de São João do Barranco Alto, segundo informações conferidas pelo subdelegado daquela localidade. De acordo com o delegado, os possíveis revoltosos pretenderiam vingar a morte de um cigano conhecido como Broca, ocorrida em 1882, ou, “segundo diziam outros”, tinham consigo o intento de sublevarem os escravos ali existentes. O caso foi que o delegado local, mais que depressa, tratou de pedir, com urgência, o envio de reforços, “acrescentando achar-se ameaçada a vida do subdelegado da aludida freguesia”, pedido subsidiado por

²⁹ Relatório do presidente Joaquim Pires Machado Portela de 13 de abril de 1886, p.05. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

³⁰ Idem, *ibidem*.

depoimentos de outras autoridades como escrivão, juiz de paz, e mesmo o vigário de Barranco Alto.³¹

Diante do pedido feito pelas autoridades de Alfenas, a Presidência da Província tratou de comunicar os fatos ao Ministério da Justiça, solicitando o envio de força de linha para o município sul-mineiro, uma vez que em Ouro Preto não havia contingente disponível para tal ação. Em resposta à solicitação apresentada, o Ministério informou ter recebido um comunicado do delegado do município de Campanha, também no sul de Minas, informando que “era sem causa o terror espalhado no município de Alfenas, não se achando ameaças pelos ciganos que ali apareceram à segurança individual e de propriedade”, tendo, por este motivo, deixado de enviar para ali os reforços solicitados. Não havendo ameaça pelos ciganos, não haveria risco de ataçarem a rebelião entre os escravos da região.

Tais informações foram remetidas ao chefe de polícia junto com a recomendação de que exigisse do delegado de Alfenas esclarecimentos sobre o caso, “além das já prestadas quando por seu intermédio requisitara força”, visto ter sido claramente contestado por seu colega de Campanha, que pôs em dúvida tanto os temores de “sublevações”, quanto “a existência de tão grande número de ciganos” e os riscos que trariam à segurança individual.³²

Em resposta aos questionamentos da Chefia de Polícia, o delegado de Alfenas acabou por afirmar que o perigo não mais existia, “declarando que os ciganos se retiraram sem realizar as intenções malévolas com que se achavam”.³³

Como destacou Maria Helena Machado,

A erosão do controle senhorial sobre os planteis nas fazendas alimentava os terrores mais profundos das populações nas áreas de forte concentração escrava, transformando a segurança pública na questão mais delicada da década: temia-se, de fato, que o pânico por insurreições de escravos, reais ou imaginárias, não só desafiasses a ordem pública como se transformassem em senha para a explosão da crescente fúria, alimentada por certas camadas da população que, cada vez mais inseguras com o desenrolar dos fatos, mostravam-se propensas a reagir pela força.³⁴

Ainda no “recheado” relatório de 1886, consta a história de Juvenal, escravo do tenente coronel João Mariano Rodrigues Teixeira Penna, que se apresentou ao chefe de polícia na capital, Ouro Preto, queixando-se de maus-tratos impingidos contra sua irmã, Isabel, denunciando ainda o assassinato de um parceiro de cativo, ocorrido quatro anos

³¹ Idem, *ibidem*.

³² Idem, *ibidem*.

³³ Idem, *ibidem*.

³⁴ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico*. Op. cit., p.80.

antes, “vítima de seu senhor moço, Augusto Teixeira Penna”.³⁵ Diante das denúncias apresentadas por Juvenal, o delegado de polícia da capital, comunicou as ocorrências ao presidente da província que, por sua vez, recomendou ao promotor público de Mariana, “onde mora o dito tenente coronel”, que fornecesse informações sobre os fatos “e promovesse o que fosse de lei”.

Com a intenção de verificar a veracidade do depoimento de Juvenal, o chefe de polícia ordenou seu retorno à Mariana a fim de que indicasse ao delegado o local onde havia sido enterrada a vítima de seu senhor moço, possibilitando a exumação do cadáver do aludido escravo. Correndo a notícia até os ouvidos do tenente coronel João Marianno, este tratou de tentar impedir a perícia do cadáver, sem, contudo, conseguir obstar o delegado local, que comunicou à Presidência, em ofício datado de 27 de março de 1886, a realização do exame, sem confirmar seu resultado, limitando-se a dizer apenas que “estava procedendo ao inquérito e mais diligências legais”.³⁶

Outra denúncia de maus-tratos chegou à Presidência vinda de Uberaba, no Triângulo, através de uma publicação na *Gazeta de Uberaba*, em sua edição de 23 de fevereiro de 1886. No caso, o jornal noticiou que a escrava Maria Rita, pertencente ao Barão da Ponte Alta, havia sido “barbaramente seviciada”, fato que redundou em uma ordem do governo provincial dirigida às autoridades uberabenses, especificamente, o promotor público, o juiz de direito e o juiz municipal, para que conferissem as a denúncia publicada pelo jornal.³⁷ Das autoridades uberabenses, a Presidência da Província recebeu a informação de que verificaram “serem leves os ferimentos e que o processo instaurado, por esse motivo, está afecto ao juiz municipal que prossegue nos seus devidos trâmites”.³⁸

Vale lembrar que os dois casos narrados acima ocorreram justamente no ano em que os castigos físicos impostos contra escravos foram proibidos. Pelo menos oficialmente, após farto uso desde tempos quase imemoriais, os açoites deixaram de ser uma alternativa para o castigo contra os “rebeldes”, tendo sido abolido pela Lei nº. 3.310 de 15 de outubro de 1886. Mas, a despeito do impedimento legal, o “bacalhau”³⁹ não deixou de fustigar corpos cativos até o último suspiro da escravidão.⁴⁰

³⁵ Relatório do presidente Joaquim Pires Machado Portela de 13 de abril de 1886, p.50. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

³⁶ Idem, ibidem

³⁷ Idem, ibidem

³⁸ Idem, ibidem

³⁹ Chicote pequeno de pequeno cabo de couro, de uso muito comum nos castigos físicos contra escravos. MOURA, Clóvis. Op. cit., p.59.

⁴⁰ Idem, ibidem, p.17.

Quase um ano antes da abolição, as preocupações das autoridades provinciais se voltavam em direção ao crescente fluxo de escravos fugidos que circulavam pela província. Tendo tomado posse como chefe de polícia em 19 de janeiro de 1887, Levindo Ferreira Lopes, se viu com a difícil tarefa de conter os movimentos escravos que espocavam província afora. Em relatório encaminhado à Presidência da Província, sobre os trabalhos da Chefia de Polícia, após afirmar, como de praxe, que a tranquilidade pública permanecia inalterável, Lopes tratou de apontar para os problemas atinentes à segurança individual, destacando os episódios verificados como fruto da “falta de educação e instrução do povo, que vive disseminado em vasta extensão territorial; as dificuldades de comunicação, a ociosidade e uso de bebidas alcoólicas e de armas ofensivas e proibidas”.⁴¹

No mesmo relatório, o chefe de polícia demonstrou preocupação com os expedientes adotados em relação às pessoas suspeitas de serem escravos fugitivos, afirmando que, “tendo averiguado que, contra os preceitos da lei, a suspeita de ser escravo fugido era motivo para prisão”. A suspeita muitas vezes redundava na permanência do suposto fujão por longo tempo no cárcere, até que fosse reclamado pelo senhor, sendo que muitas vezes era entregue a um suposto proprietário mesmo sem a devida apresentação da respectiva matrícula e/ou título de propriedade. Não obstante, Levindo Lopes comentou ainda que nem sempre as autoridades policiais procediam conforme os regulamentos então vigentes quando procuradas por escravos que se queixavam “de ameaças graves ou de castigos exagerados infligidos pelo senhor”. Diante das irregularidades, no dia 12 de abril de 1887, o chefe de polícia expediu um conjunto de diretivas que tinham como objetivo debelar tais problemas.⁴²

O regulamento engendrado por Levindo Lopes continha 21 instruções de como proceder em caso de suspeita de uma pessoa ser um escravo fugido (ver anexo). A primeira delas reafirmava a identificação dos fugidos como possíveis elementos de perturbação da ordem (ou da tranquilidade pública), mesmo sendo geralmente arrolados como componentes do universo da “segurança individual” ou dos crimes “contra a propriedade”. Entretanto, destacou-se que a prisão dos suspeitos de serem fugidos não poderia ser feita sem a confirmação de sua condição. Não obstante, chama atenção a preocupação da autoridade policial de não se ater apenas à defesa da ordem pública (determinando a prisão dos fugitivos), tampouco ao direito dos proprietários, mas, a forma como mira, através da legislação então em vigor, os direitos (mesmo que parcos) pertencentes a escravos e libertos.

⁴¹ Fala do presidente Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo à Assembleia Provincial de Minas Gerais, em 05 de julho de 1887, anexo 4, p.3. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

⁴² Idem, ibidem, p.7

Dispositivos relacionados a garantias como a proteção frente aos senhores violentos, ou mesmo a proteção dos libertos diante da insistente “precariedade estrutural da liberdade”, foram observados por Levindo Lopes. Contudo, o expediente traçado pela autoridade não escapa das estratégias de tutela aos libertos, como os instrumentos legais relacionados ao combate da “ociosidade” através da obrigação de trabalho.

A iniciativa de Levindo Lopes é um indício de como as fugas de escravos e sua constante circulação pelas Gerais devem ter preocupado as autoridades policiais e o governo. Sua acusação em relação à existência de abusos cometidos pelas forças policiais em relação aos supostos fugitivos pode nos indicar o quão frequentes tais episódios devem ter sido nos momentos finais da escravidão na província, em suas diferentes regiões. Em meio a reafirmação da tranquilidade como um estado permanente, ao que parece, havia muita tensão e medo de um possível descontrole.

4.2 - Casos de polícia

Ao contrário do que ocorria com os relatórios do governo provincial, claramente “maquiados” no que se refere às ações de resistência e rebeldia perpetradas pelos escravos em todas as Minas Gerais, as correspondências emitidas pela Chefia de Polícia descortinam uma série de informações relativas ao clima de tensão existente ao longo da década de 1880, especialmente no que tange aos movimentos de mancípios, libertos, abolicionistas e senhores.

Como principal instrumento de manutenção da ordem, a polícia ocupou-se constantemente da tarefa de debelar quaisquer perturbações da “tranquilidade pública”,⁴³ o que, obviamente, fez com que o controle dos movimentos de escravos fosse uma de suas atividades mais frequentes, mesmo que às vezes fosse praticada a contragosto de algumas autoridades policiais, incomodadas em ter de assumir o papel de prepostos dos interesses de proprietários escravistas, cada vez mais preocupados com a manutenção de sua autoridade e dos braços que, forçosamente, lavravam sua terra.⁴⁴

A documentação policial, especificamente as correspondências, tanto aquelas trocadas entre membros da corporação (de delegados para a Chefia, e vice-versa), quando aquela

⁴³ COTTA, Francis Albert. Olhares Sobre a Polícia no Brasil. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Abril/ Maio/ Junho de 2009, Vol. 6, Ano VI, nº 2, p. 12-44; BRETAS, Marcos Luiz da Fonseca. A Polícia Carioca no Império. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n.22, p. 219-234, 1998; MACHADO, Geosiane Mendes. *Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Março de 2010, p.79.

⁴⁴ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico*. Op. cit., p.78.

remetida ao governo provincial, em especial as correspondências de caráter “reservado”, desnudam importantes informações relativas a fugas, violências perpetradas e/ou sofridas por escravos, assim como suspeitas de sublevações e ajuntamentos considerados ameaças à ordem. Ao observar as estratégias de repressão sobre a população escrava da cidade do Rio de Janeiro oitocentista, Luiz Carlos Soares concluiu que

Uma das maiores preocupações da Polícia era com os ajuntamentos, pois uma multidão de escravos, reunida nos logradouros públicos, sempre provocava o medo de rebeliões ou desordens de maior vulto. Por isso, as forças policiais sempre procuravam dissolver grandes grupos de cativos. Todavia, era impossível evitar suas reuniões nas praças e largos, onde eram vendidas frutas e comidas, nos chafarizes e fontes, onde eles iam buscar água, e no Campo de Santana, onde centenas de lavadeiras lavavam roupas todos os dias. Nestes lugares, a solução era colocar um policiamento ostensivo para intimidar os cativos e impedir os tumultos e atos de rebeldia.⁴⁵

Longe de ser uma novidade na historiografia pertinente sobre o tema, a importância da documentação policial reside no fato de que, entre outras questões, permite visualizar a forma como muitos escravos, ao identificarem o rompimento daquilo que consideravam um “cativeiro justo”, preferiram se apresentar às autoridades, mesmo quando haviam perpetrado atos de violência, a fim de reivindicarem um direito, ou simplesmente se protegeram daquilo que representou a quebra desse “contrato” forçado, procurando, no mais das vezes, uma via (segura ou nem tanto) em direção à liberdade.⁴⁶

Cansada de sofrer nas mãos de seu senhor, o “carrasco Francisco de Assis Marcondes, que não trebita a todas as horas, em fazer-lhe castigos, como seja palmatória, chicote, bofetadas”, Rita, desesperadamente, clamou o Chefe de Polícia da província que intercedesse a seu favor, livrando-a das torturas sofridas. Rita pedia que a autoridade solicitasse ao subdelegado do arraial de Bicudos, hoje Rio Casca, na Zona da Mata, que procedesse a exame de corpo de delito a fim de comprovar as sevícias cruelmente aplicadas. Caso o auxílio clamado não fosse viabilizado, Rita só enxergava uma solução, sua morte:

Se V.Exc^a. não der providências, a fim de que não sofra mais castigos, prometo-lhe atirar-me no rio, ou envenenar-me e meus filhos ficarão ao desamparo porque a justiça não tomou providência alguma?...
A alma de José Bonifácio, que pede justiça, pelos desgraçados, *escravizados* e uma filha do carrasco Marcondes.⁴⁷

⁴⁵ SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 7Letras, 2007, p.227.

⁴⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Op. cit.;

⁴⁷ POL 1/5- Cx.01, registro 40. Série correspondência recebida (diversos). Bicudos, 20 de dezembro de 1886. Arquivo Público Mineiro - APM.

O grau de dramaticidade da carta de Rita é alto. Caso não quisesse acudir a escrava, a autoridade policial teria que conviver com o remorso de ter colaborado para o suicídio da escrava e para o abandono de seus filhos. Infelizmente, não houve como saber se o chefe de polícia prestou ou não auxílio à Rita, nem que rumo esta e seus filhos tomaram frente às violentas investidas de Francisco Marcondes. Contudo, seu pedido de socorro, ou melhor, sua luta contra a tortura sofrida e em busca daquilo que acreditava ser seu direito, é um exemplo emblemático das resistências cotidianas engendradas por muitas outras mulheres que, assim como ela, viveram a experiência da escravidão e demandaram seus direitos junto às autoridades, policiais e judiciárias.⁴⁸

Cabe ainda inferir sobre quem pode ter auxiliado Rita na tentativa de ela estabelecer contato com o chefe de polícia. Levando em conta o fato de que o analfabetismo era um mal que atingia praticamente todo contingente de escravos existentes no Brasil na segunda metade do século XIX, pensando-se nos dados ofertados pelo censo de 1872, e nas expressões empregadas no fecho da correspondência: “A alma de José Bonifácio, que pede justiça, pelos desgraçados, *escravizados* e uma filha do carrasco Marcondes”.

Tanto a referência ao “patriarca da independência”, que também foi um dos primeiros a pensar na possibilidade de se implantar um processo de extinção gradual da escravidão, proposta presente sua representação apresentada à Assembleia Constituinte do Império em 1823,⁴⁹ quanto o uso do vocábulo “*escravizados*”, pode indicar que Rita foi auxiliada por uma pessoa aparentemente alinhada às ideias abolicionistas. Cabe assinalar ainda, que a súplica da escrava também passou pelas mãos do delegado do município de Ponte Nova, vizinho ao arraial de Bicudos, como demonstra uma anotação presente no cabeçalho da correspondência, assinalada com a data de 27 de dezembro de 1886.⁵⁰

As notícias de maus tratos e prisões ilegais de libertos, publicadas em jornais, inclusive os editados em outras províncias, também eram objeto de preocupação das autoridades policiais mineiras. Em correspondência reservada enviada ao delegado de polícia de Minas Novas, região Jequitinhonha-Mucuri-Doce, datada de 18 de fevereiro de 1887, Levindo Ferreira Lopes inquiriu o subordinado sobre a veracidade de denúncia publicada na *Gazeta da Tarde*, do Rio de Janeiro, em sua edição de 08 de fevereiro daquele ano, sob o

⁴⁸ Sobre estratégias de resistência de mulheres na sociedade escravista, veja, entre outros: GRINBERG, Keila. *Liberata*. Op. cit.; GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Salvador: EDUFBA, 2011.

⁴⁹ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de, 1763-1838. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. Organização e introdução de Jorge Caldeira. São Paulo: Ed. 34, 2002.

⁵⁰ POL 1/5- Cx.01, registro 40. Série correspondência recebida (diversos). Bicudos, 20 de dezembro de 1886. APM

título de “horrorosa escravidão”, na qual se afirmava que dois homens livres achavam-se presos há mais de um ano na cadeia daquela cidade por suspeita de serem escravos fugidos.⁵¹ Diante da cobrança do jornal abolicionista carioca, que recomendou ao chefe da polícia mineira “imediatas providências no sentido de serem os escravos a que lhe se refere retirados da prisão e de serem punidos os autores de tal ilegalidade”, Levindo Lopes cobrou urgência na apuração dos fatos.

Na mesma data em que escreveu ao delegado de Minas Novas, Lopes remeteu correspondência ao presidente da província, respondendo a um ofício confidencial datado de 16 de fevereiro, referente ao caso dos supostos escravos fugidos de Minas Novas, afirmando que já havia encaminhado as providências pela Presidência em relação à suposta prisão dos dois libertos.⁵²

Para além do abrandamento das informações publicadas nos relatórios oficiais, tanto o governo provincial quanto a polícia procuravam acompanhar de perto os ecos de possíveis perturbações da ordem relacionadas a escravos publicados pelos jornais. No dia 23 de maio de 1887, uma nova correspondência remetida à Presidência da Província, fez referência a uma denúncia apresentada por outro jornal da Corte, *O Paiz*, informando o assassinato de um escravo no cafeeiro município de Leopoldina, na Zona da Mata. Ao ser informado da denúncia estampada no jornal carioca, o então presidente Francisco de Faria Lemos, tratou de exigir explicações da Chefia de Polícia, a partir de ofício datado do dia 20 daquele mês, sobre o crime que havia vitimado o escravo Jacintho. Em sua resposta à Presidência, Levindo Lopes afirmou “que o referido fato que teve lugar no distrito da cidade Leopoldina, foi por mim comunicado em ofício nº624 de 11, também do corrente, do qual constam as providências tomadas a tal respeito”.⁵³

Em correspondência remetida aos delegados de Muriaé e Ponte Nova, ambos localizados na zona da mata, Levindo Lopes requisitou outra denúncia de redução de pessoa livre à escravidão noticiada pela imprensa, agora nas páginas do *Minas Alti*va, de Ouro Preto, em sua edição de 12 junho de 1887.⁵⁴ A denúncia assinada por João C. Pires de Figueiredo e outros, afirmava que a escrava Maria Honorata, conhecida por Maria pequena, teria recebido de seus antigos senhores, em 1880, a liberdade com condição de prestação de serviços durante

⁵¹ POL 98, folha 62. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 18 de fevereiro de 1887 (correspondência reservada). APM

⁵² POL 98, folhas 62 e 62 verso. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 18 de fevereiro de 1887 (correspondência reservada). APM

⁵³ POL 98, folha 70 verso. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 23 de maio de 1887 (correspondência reservada). APM

⁵⁴ POL 98, folha 75. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 12 de junho de 1887 (correspondência reservada). APM

seis anos. Contudo, os serviços de Maria teriam sido vendidos a Augusto Ferreira Brant que, findado o prazo estipulado para a completa libertação da *statu liber*, não o fez.

Delegados de Muriaé e Ponte Nova. 14-Junho-1887. Constando de uma publicação inserta no periódico “Minas Altiva” de 12 do corrente e assinado por João C. Pires de Figueiredo e outros, que os mesmo passaram carta de liberdade em favor de sua escrava Maria Honorata [Fé], vulgo – Maria pequena, com o ônus de seis anos de serviços, os quais foram vendidos a Augusto Ferreira Brant, cujo prazo terminou em fevereiro de 1886, por ter sido celebrado o contrato em 1880, como consta no cartório do 2º tabelião da [...], e que ignora-se a referida escrava por ser ou não da liberdade, recomendo a VS^a que proceda as necessárias sindicâncias e me preste informações sobre a condição de Maria Honorata. Dr. Levindo.⁵⁵

Alguns dias depois do envio da primeira correspondência relativa ao caso de Maria pequena, o delegado de Muriaé informou que, de acordo com dados transmitidos pelo colega de Ponte Nova, o contrato de serviços da libertanda havia sido na verdade celebrado com o cidadão Pedro Ferreira Brant, residente em uma localidade conhecida como Poço Fundo, termo daquele município, sem, contudo, informar se Maria havia ou não conseguido que seu direito à liberdade fosse respeitado.⁵⁶

Em julho de 1887, *O Paiz* novamente se ocupou com uma denúncia de violências cometidas contra escravos em Minas Gerais. Desta vez, o jornal publicou em sua edição do dia 09 de julho, que uma ingênua chamada Rita teria sido desumanamente arrastada pela cauda de um cavalo por José Rafael de Castro. Levindo Lopes enviou ofício ao delegado de São Gonçalo do Sapucaí, onde o fato teria ocorrido, questionando quais teriam sido as providências que a autoridade policial local teria adotado para verificar a veracidade dos fatos, exigindo sua punição.⁵⁷

O chefe de polícia também teve de remeter correspondência reservada ao delegado do município sul-mineiro de Campanha, exigindo “minuciosas informações” acerca de uma denúncia publicada na *Conjuração*, periódico editado naquela cidade, que dava conta de que a escrava Costança achava-se gravemente ferida, “em consequência dos bárbaros castigos que lhe foram aplicados por seu senhor, cujo nome não é declinado por aquele jornal, mas

⁵⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁶ POL 98, folha 78 verso. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 28 de junho de 1887 (correspondência reservada). APM

⁵⁷ POL 98, folha 92. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 22 de julho de 1887 (correspondência reservada). APM

menção ser [morador] em Três Corações do Rio Verde”.⁵⁸ Mais uma vez, a denúncia dizia respeito aos já proibidos castigos corporais.

Ao que parece se por um lado a imprensa procurava acompanhar a evolução das tensões entre senhores e escravos, bem como a movimentação das forças policiais no sentido de conter estes,⁵⁹ o inverso também ocorria. As autoridades policiais estavam atentas às denúncias publicadas pela imprensa. Se por um lado polícia e governo preferiam manter os assuntos mais perturbadores longe das páginas dos jornais, como constatou Maria Helena Machado para o caso paulista, a polícia mineira também estava atenta às informações fornecidas pela imprensa. Ademais, fica claro que os jornais exerciam uma pressão direta sobre o governo e, conseqüentemente, sobre as forças de segurança, ao publicizarem os excessos cometidos, tanto por autoridades quanto pelos senhores.

As movimentações de escravos província afora devem ter perturbado o sono de Levindo Lopes, desde seu primeiro dia como chefe de polícia, justamente em um período decisivo dentro do processo que levou a abolição. No dia 22 de novembro de 1887, Levindo escreveu aos delegados de Montes Claros, Serro, Jequitai e São João Batista, preocupado com a informação de que “que indivíduos mal intencionados” tencionariam promover uma insurreição de escravos no dia 25 de dezembro daquele mesmo ano na cidade de Diamantina, informação concedida pelo delegado desta cidade em correspondência datada do dia cinco de novembro. A intenção do chefe de polícia era que os delegados das cidades circunvizinhas ao antigo arraial do Tejuco mobilizassem “todas as medidas preventivas que estiverem ao seu alcance, a fim de que tal insurreição não reflita nesse termo, nem perturbe aí a ordem pública”, prestando ao delegado diamantinense todo o auxílio que por ventura viesse solicitar.⁶⁰

De fato, o senhor Barbosa e Faria, delegado de Diamantina, havia remetido telegrama em 14 de dezembro, dando entender que a situação na região estaria alcançando níveis preocupantes, ou como explicitou na mensagem, “negócios escravos sério”.⁶¹ Junto ao alarme em relação à movimentação dos escravos, o delegado alertou para o número irrisório de policiais, tanto em Diamantina, onde o efetivo era de 24 praças, quanto em Conceição, onde não passava de 12 homens. Já no dia 27 de dezembro, um novo telegrama dava conta de que

⁵⁸ POL 98, folha 99. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 21 de novembro de 1887 (correspondência reservada). APM

⁵⁹ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico*. Op. cit., p.81.

⁶⁰ POL 98, folha 99 verso. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 22 de novembro de 1887 (correspondência reservada). APM

⁶¹ POL 1/3 - Cx.06, registro 66. Série correspondência recebida (delegacia de polícia). Diamantina, 14 de dezembro de 1887. APM

não havia novidade alguma sobre a suposta insurreição de escravos naquela cidade, mas que rumores indicavam que os cativos existentes no Serro pretendiam de lá sair em direção a Diamantina, ainda naquele mês.⁶²

Também do município *matense* de Leopoldina, chegaram rumores de uma sublevação cativa, tendo sido noticiada pelo jornal *Leopoldinense*, em sua edição de 06 de novembro de 1887. Contudo, ao se apurar o fato junto ao delegado local este afirmou que tal história não seria exata, informando que

Alguns escravos conduziam um cadáver para ser sepultado no cemitério da Conceição da Boa Vista, e de volta, alguns que se achavam embriagados, ao passarem por uma fazenda, onde estavam outros trabalhando, aconselharam em altas vozes que não trabalhassem mais por se acharem todos livres, continuando a viagem em paz.

Chegando esta notícia, porém, adulterada ao conhecimento do subdelegado da Conceição, o mesmo dirigiu-se à fazenda donde regressou depois de verificar a verdade.⁶³

Ainda na zona da mata, o Delegado de Polícia do termo de Juiz de Fora telegrafou à Chefia de Polícia relatando a ocorrência de uma revolta escrava na localidade de Sant'Anna do Deserto. Na mesma correspondência, que foi encaminhada ao Presidente da Província, o delegado procurou reforçar o pedido de envio de reforço, chamando a atenção para a “conveniência” de se aumentar o efetivo local em pelo menos 25 praças. A autoridade procurou reforçar seu pedido chamando atenção para a importância regional de Juiz de Fora, afirmando que

estando aquela cidade justamente no centro de uma zona populosa, de fácil transporte, por ser servida por estradas de ferro e excelentes de rodagem, podem-se, com a necessária prontidão, atender as requisições de força das autoridades da parte da Província chamada Mata.⁶⁴

No dia seguinte ao recebimento da correspondência acima citada, o Chefe de Polícia informou à Presidência de que havia recebido novo contato do delegado *juizforano* comunicando que “a insurreição dos escravos de diversas fazendas da Sant'Anna do Deserto, projetada para ante ontem”, teria sido adiada para o primeiro dia do ano de 1888. Tal movimentação, obviamente, despertou entre medo os fazendeiros que, “receosos”, solicitaram

⁶² POL 1/3 - Cx.06, registro 64. Série correspondência recebida (delegacia de polícia). Diamantina, 27 de dezembro de 1887. APM

⁶³ POL 93, folha 28, registro 1532. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 09 de novembro 1887. APM

⁶⁴ POL 93, “Apêndice” entre as folhas 296 e 297, registro 1757. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 26 de dezembro de 1887. APM

ao delegado “providências no sentido de aumentar-se o destacamento daquela cidade”. O apelo do delegado foi atendido, tendo sido direcionados 25 praças para Juiz de Fora.⁶⁵

A possibilidade de uma sublevação no dia primeiro de janeiro de 1888 também ecoou em outros cantos da zona da mata. Em Visconde do Rio Branco, o delegado local havia conseguido frustrar o “levantamento dos escravos da fazenda de D. Maria Cândida da Silva”, intentado na noite de 13 de dezembro de 1887. Contudo, havia a expectativa de que ocorresse um “grande movimento de escravos” no dia 01 de janeiro de 1888, com o intuito de procurarem na fazenda da dita senhora as cartas de liberdade que lhes havia sido prometidas. Em vista disto, o delegado recebeu o conselho de que

Além da força pública, que lhe será prestada, V.S.^a deverá empregar os meios que lhe sugerirem as exigências da ocasião, convindo que se entenda com as diversas autoridades dessa cidade, a fim de que, de acordo e pela força moral, imponham respeito e assim se evitem excessos.⁶⁶

Já em Ponte Nova, havia chegado aos ouvidos do delegado João Gualberto de Nascimento que os escravos do distrito de Santa Cruz também planejavam sua insurreição para o primeiro dia de 1888. De acordo com o subdelegado daquela localidade, os escravos haviam se reunido e decido cobrar do vigário local a entrega de suas cartas de liberdade, “e se não obtiverem que farão grande revolta na povoação”.⁶⁷

A razão para os escravos do distrito *pontenovense* de Santa Cruz terem reivindicado sua alforria já havia sido motivo de alerta à Chefia de Polícia, em ofício enviado pelo subdelegado do arraial no mês anterior. Na correspondência o subdelegado afirmou o receio da ocorrência de uma insurreição escrava se dava ao fato de o vigário local ter, após a leitura da Pastoral de Dom Antonio Maria Correa de Sá e Benevides,⁶⁸ bispo de Mariana, “sobre a extinção do elemento servil”, ameaçado “com pena de excomunhão”, os senhores de escravos que não os libertassem até o dia 31 de dezembro, fato que resultou em “certo exaltamento da parte dos escravos, com ameaças de adquirirem a liberdade até aquele dia por meio de violências”.⁶⁹

⁶⁵ POL 93, “Apêndice” entre as folhas 296 e 297, registro 1772. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 27 de dezembro de 1887. APM

⁶⁶ POL 94, ofício 2889. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 19 de dezembro de 1887. APM

⁶⁷ POL 1/3 – Cx.16, registro 65. Série correspondência recebida (delegacia de polícia). Ponte Nova, 08 de dezembro de 1887. APM

⁶⁸ BENEVIDES, Antônio Maria Corrêa de Sá e. Op. cit.

⁶⁹ POL 93, folha 293, registro 1587. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 22 de novembro de 1887. APM

Tal fato reforça a discussão apresentada no terceiro capítulo deste trabalho, em relação aos reflexos do posicionamento (mesmo morno) dos prelados católicos de Minas Gerais em relação ao processo de abolição, mostrando a forma como tanto sacerdotes, quanto os próprios escravos, podem ter amplificado e ressignificado os ditames pastorais em meio a um clima de intensa expectativa pela liberdade.

Em São José do Tocantins, termo de Ubá, o vigário local, aparentemente, também resolveu dar cores mais vivas à Pastoral de Dom Benevides. Uma missiva reservada enviada pelo Chefe de Polícia Levindo Lopes a Luiz Eugenio Horta Barbosa, então Presidência da Província, datada de 29 de dezembro de 1887, confidenciava que o delegado de Rio Pomba, cidade não muito distante de Tocantins, havia informado um ato de insubordinação do vigário Goulart, que ameaçava “sublevar os escravos de Francisco da Costa”, receando por isso que ocorressem “mortandades” naquela localidade. Diante do alerta, Levindo informou ao Presidente que havia telegrafado ao delegado de Ubá ordenando “que seguisse para aquele distrito, a fim de manter a ordem pública, ao que devia empregar prudência e energia”, solicitando permissão para fizesse o mesmo com seu colega de Cataguases, determinando “que para ali se transportasse, com a força de que pudesse dispor, a fim de auxiliar aquele Delegado”.⁷⁰

O Chefe de Polícia seguiu chamando atenção para o fato de que “alguns párocos” estavam procedendo “menos corretamente, com relação à emancipação dos escravos”, solicitando então que o Presidente entrasse em contato com o Bispo Diocesano de Mariana, requerendo dele

as providências que lhe ditarem a sua reconhecida prudência e critério, acerca de procedimento de alguns sacerdotes, como o de que se trata, de alguns dos termos de S. João del Rey, Rio Branco, e outros, que podem provocar graves conflitos, dando à pastoral sobre o elemento servil, inteligência que não a harmonia com os princípios da caridade clerista e da legislação em vigor.⁷¹

Como indicam as palavras de Levindo Lopes, os vigários de Santa Cruz e São José do Tocantins não estavam sozinhos em sua falta de “prudência e critério”. Outros sacerdotes também haviam plantado a semente da rebeldia em suas homilias, ressignificando, junto com os escravos, as moderadas palavras da Pastoral de Benevides. Destoando dos “princípios da

⁷⁰ POL 98, folha 103 verso. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 29 de dezembro de 1887. (correspondência reservada). APM

⁷¹ Idem, *ibidem*.

caridade clerista e da legislação em vigor”, os vigários rebeldes passaram a ser considerados uma clara ameaça à ordem.

Uma correspondência dirigida à presidência da província, datada de 09 de janeiro de 1888, informava que no dia primeiro de janeiro de 1888, os escravos de diversas fazendas de Visconde do Rio Branco, na cafeeira região da zona da mata, haviam se deslocado para a sede daquele termo na “esperança de receberem suas cartas de liberdade das mãos da autoridade policial e das do vigário da Paróquia”.⁷² Mesmo com um efetivo reduzido a duas praças, o delegado local conseguiu, com auxílio de “diversos cidadãos”, fazer com que os cativos retornassem às suas respectivas fazendas.

No dia 11 de janeiro de 1888, o Chefe de Polícia tratou de escrever ao delegado de Ubá e ao Promotor Público daquela Comarca, solicitando deles informações acerca de notícia publicada pelo *O Paiz*, do Rio de Janeiro, de que o subdelegado de polícia de Tocantins havia prestado apoio a um cidadão que atentou contra a vida do vigário local, por conta de sua conduta favorável à abolição.⁷³ Trata-se do mesmo caso observado no terceiro capítulo deste trabalho, quando comentadas as reações às pastorais dos bispos de Mariana e Diamantina. No caso, o jornal *O Povo*, de Cataguases, noticiou o atentado contra o padre Goulart, contra quem foi disparado um tiro de garrucha logo após ter feito a leitura da Pastoral do bispo *marianense*.⁷⁴ Mas esta não foi a única aparição do padre em outro setor deste texto.

Goulart, ou melhor, Francisco Goulart Horta, foi também colaborador do jornal abolicionista *A Vela do Jangadeiro*, tendo publicado nele um artigo no qual atacou os “landlords” escravistas, definindo a escravidão como a mais bárbara e corrupta das instituições.⁷⁵ Como pudemos observar no capítulo anterior, em seu texto, publicado em dezembro de 1884, o vigário Goulart comentou como a “mais corrupta das instituições” ainda resistia com vigor em sua terra (não identificada no artigo), morada de “corações tão duros quanto a raiz do cafeeiro”, denunciando a escravidão ilegal de pessoas compradas com “matrículas falsas, e outros, Africanos, vindos depois da lei que os considerou livres” (1831), além da omissão das autoridades judiciárias locais diante de tais crimes. “Miserável egoísmo, maldita ignorância que tanto podes!”, dizia se referindo aos protetores do escravismo. Já em relação aos editores do jornal abolicionista, Samuel Brandão e Affonso de Britto, o padre rendeu homenagens e agradecimentos por sua luta:

⁷² POL 104, folha 08. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 09 de janeiro de 1888. APM

⁷³ POL 98, folha 105. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 11 de janeiro de 1888. (correspondência reservada). APM

⁷⁴ O POVO. Cataguases, 07 de janeiro de 1888. SIA-APM

⁷⁵ A VELA DO JANGADEIRO. Ouro Preto, 31 de dezembro de 1884. SIA-APM.

Sim; Samuel Brandão e Affonso de Brito, são nomes que hão de atravessar os séculos, alumiados pelos esplendores do Evangelho, porque é neste, que estão gravadas aquelas sublimes palavras – todos somos irmãos – palavras, que tão brilhantemente lê em seus escritos, através da mais pura doutrina.

Graças a vós já o escravo sacode a cadeia e, voltando um olhar em torno de si, permanece com o ouvido atento, pouco a pouco animando a seca fisionomia, e um melancólico sorriso lhe aparece nos lábios.

(...)

Marinheiro de primeira viagem, em mar tempestuoso, custa a suportar o balanço; mas, afinal vence e sobe ao topo da verga, desfralda a vela, e ei-lo pronto para a grande navegação. Do número destes será, talvez, aquele que tem a honra de ser.⁷⁶

Para Francisco Goulart a propaganda abolicionista estampada no jornal dos professores de Ouro Preto já teria sido capaz de chegar aos ouvidos atentos dos escravos. Ao que parece, quatro anos depois da publicação do artigo, o vigário tomou para si, de forma ainda mais clara e direta, a missão de fazer com que os escravos “volvessem os olhos em torno de si” e sacudissem, em definitivo, a cadeia do escravismo.

Foi possível identificar o nome Francisco Goulart Horta como sendo o mesmo personagem do episódio ocorrido na zona da mata através do *Anuário Administrativo, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil e Indicador para 1910*, no qual foi indicado como pároco da Igreja de São José de Tocantins.⁷⁷ Já o *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais do ano de 1874*, trouxe o nome de Francisco Goulart Horta como membro do “corpo de eleitores” do município de Ubá.⁷⁸

Outra notícia de intensa movimentação e insubordinação de escravos chegou ao conhecimento da Chefia de Polícia às portas da abolição, vindo de Santo Antonio do Muriaé, termo de Cataguases, na zona da mata, de onde escreveram o juiz de paz Mariano de [Souza Padilha] e o subdelegado de polícia Manoel Antonio Vidal, em 28 de abril de 1888, solicitando urgente envio de reforços a fim de conter a movimentação de escravos na região.

Chegando diariamente ao nosso conhecimento não só sublevação de escravos nos estabelecimentos rurais como também as ameaças deles às autoridades constituídas e bem assim assaltos a propriedade particular e sendo esta freguesia uma das mais importantes do município de Cataguases, não só na agricultura como também no seu florescente comércio: como autoridades constituídas que

⁷⁶ Idem, ibidem.

⁷⁷ *Anuário Administrativo, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil e Indicador para 1910. Obra Estatística e de Consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert com o título Almanak Laemmert. 67º Anno.* Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1910, p.176. Disponível em: memória.bn.br

⁷⁸ *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais do ano de 1874 para servir no de 1875.* Organizado e redigido por Antonio de Assis Martins. Propriedade da Província. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1874, p.535. Disponível em: memória.bn.br

são os abaixo assinados e portanto, veladores pela boa ordem e garantia pública, solicitamos de V.Excia. como a primeira Autoridade Policial desta província, urgentes e enérgicas providências, auxiliando-nos com um destacamento, pelo menos de 6 praças policiais, a fim de podermos conveniente e prontamente cumprir com os deveres inerente aos nossos cargos.⁷⁹

Segundo signatário da correspondência, o subdelegado Manoel Antonio Vidal, dizia que estando no cargo há dois anos tinha envidado todos seus recursos “para bem garantir a ordem pública e garantia dos seus concidadãos”, informando a desistência do cargo “atento a falta de auxílio em que se acha”.⁸⁰ Aparentemente, tinha chegado ao seu limite.

O aumento das fugas era outra preocupação das autoridades policiais, especialmente nos anos de 1887 e 1888. Em 17 de janeiro de 1888 a Chefia de Polícia informou a Presidência da Província acerca do recebimento de representações assinadas por “diversos cidadãos residentes em São José do Chopotó e Piedade da Boa Esperança, localidades pertencentes ao termo de Piranga, nos quais expõe o estado anormal em que se acham esses distritos em consequência das continuadas fugas de escravos”.⁸¹ Ao informar sobre os expedientes tomados, Levindo Lopes acabou por apontar as deficiências na própria estrutura do policiamento da capital:

cabe-me informar que tenho dado as providências possíveis, por intermédio dos delegados de polícia, deixando somente de atender as requisições de forças que ultimamente fez o subdelegado do distrito da Boa Esperança, por não termos disponível nem mesmo para certos serviços nesta capital.⁸²

Em 27 de janeiro de 1888 o chefe de polícia Levindo Ferreira Lopes remeteu correspondência reservada ao delegado e subdelegados das freguesias de Antonio Dias, Ouro Preto e Bom Jesus das Cabeças da capital, ordenando a prisão dos escravos fugidos que já haviam sido reclamados pelos seus respectivos senhores, bem como quaisquer outros que fossem por ali encontrados.⁸³ Para tanto, Levindo Lopes ordenou que fossem observados o primeiro e o sexto itens do conjunto Instruções sobre a prisão de escravos fugidos que havia emitido em abril do ano anterior, já abordado aqui na seção anterior. O chefe de polícia destacou ainda que tais providências não eram extensivas aos cativos que estivessem

⁷⁹ POL 1/4-Cx.03, registro 36. Série correspondência recebida (magistratura). Santo Antonio do Muriaé, 28 de abril de 1888. APM

⁸⁰ Idem, ibidem.

⁸¹ POL 104, folha 17 verso. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 17 de Janeiro de 1888. APM

⁸² Idem, ibidem.

⁸³ POL 98, folha 107. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 27 de janeiro de 1888 (correspondência reservada). APM

depositados a pedido das autoridades judiciárias, por estarem demandando sua liberdade no tribunal: “Não é extensiva esta recomendação aos escravos depositados pelo Dr. Juiz de Direito da Comarca, para tratarem de sua liberdade, salvo quando pelos depositários for requerida ou pela autoridade [...] requisitada a medida”.⁸⁴

Ainda com relação à presença dos fugitivos na capital, o chefe de polícia se dirigiu à Presidência da Província informando que, satisfazendo uma determinação do próprio governo, haviam sido postos em custódia, e devolvidos ao respectivo senhor, nada menos que 29 escravos evadidos da fazenda do Engenho Novo, no distrito marianense de Furquim, após terem a ele se apresentado na noite do dia 03 de janeiro.⁸⁵ Quanto às fugas, Levindo Lopes informa ainda que

outros escravos tem abandonado as fazendas em que serviam e aparecido nesta capital, sendo frequente os pedidos dos proprietários para que sejam eles presos e tendo sido efetuadas as prisões de alguns que foram entregues a seus senhores.⁸⁶

Com o crescimento das fugas, autoridades policiais e judiciárias se viram obrigadas a criar novos expedientes em relação ao problema. Ao responder uma correspondência remetida pelo delegado do município de Mar de Espanha, zona da Mata, na qual foram levantadas dúvidas sobre quais procedimentos se adotar em relação aos fugitivos, Levindo Lopes informou que, a despeito das instruções já emitidas pela Chefia, que o Tribunal da Relação da capital, em acórdão de 14 de fevereiro de 1888, havia decidido “que a autoridade policial carece de competência para prendê-los, salvo quando houver requerimento do senhor”. Diante da intervenção do Tribunal, que impôs limites a atuação policial sobre aqueles contra quem poderia recair a suspeita de ser um fugitivo do cativo, o chefe de polícia recomendou que o delegado então se limitasse a manter a ordem em sua jurisdição, empregando os meios que sua “prudência e reconhecido critério” permitissem.⁸⁷

Em correspondência datada de 27 de abril de 1888, João Bressame de Azevedo, 1º Suplente de Juiz Municipal, em exercício, no termo de São Gonçalo do Sapucaí, no sul da província, manifestou sua preocupação com as possíveis desordens provocadas pela concentração de escravos fugidos naquelas bandas, especialmente aqueles que poderiam querer tomar parte dos festejos do Divino Espírito Santo, que se realizariam no dia 20 de

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

⁸⁵ POL 98, folha 107. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 27 de janeiro de 1888 (correspondência reservada). APM

⁸⁶ Idem, *ibidem*.

⁸⁷ POL 98, folha 112 verso. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 24 de abril de 1888 (correspondência reservada). APM

maio, “que é, exclusivamente, feita por – pretos –, que, durante três dias, promovem o tradicional – Congado – ou Reinado”.⁸⁸ O magistrado clamou pelo envio de reforços imediatos para o destacamento ali presente, que na verdade era composto por nada menos que um único homem, um sargento, já que das duas praças antes disponíveis uma foi chamada à capital e a outra se encontrava presa por conta de um “crime de ferimentos e já tem ordem de ser remetida para Ouro Preto”.

Com a cidade “completamente desprevenida de força pública”, o juiz dizia que seus temores se fundavam no fato de muitos escravos terem fugido para a vizinha cidade de Campanha, onde estariam sendo acoitados por “abolicionistas revolucionários”, e que justamente alguns destes fugitivos tradicionalmente tomavam parte da organização do Divino e que, naturalmente, gostariam de se juntar aos festejos. Para o magistrado, a presença dos fugidos na certa provocaria “desordem, porque, necessariamente, seus senhores tratarão de prendê-los, no caso de já não ter sido sancionada a lei que extingue a escravidão”.⁸⁹

Relatos sobre a fragilidade da estrutura da polícia mineira, como o narrado acima, foram mais que constantes, o que, certamente, colaborou para o acirramento dos diversos temores existentes entre autoridades e proprietários escravistas. Um ofício enviado à chefia de polícia pelo comandante do destacamento de Juiz de Fora, Miguel Archanjo Ferreira [Puras], datado de 18 de março de 1887, deixou claro o mau estado da força policial, justamente no município com maior concentração de escravos de Minas Gerais ao longo da segunda metade do XIX.

É de meu dever levar ao digno conhecimento de V.Excia. o estado em que encontrei o destacamento desta Cidade, em consequência de ter saído cinco praças deste destacamento, armadas e outras cinco que virão da Capital para receberem armamento neste destacamento. Seguiram em companhia do Sr. Tenente Bastos dez praças e um Sargento, todos armados, ficando este destacamento reduzido ao número de treze praças, as quais estão com seus fardamentos muito estragados, além disso o armamento existente neste destacamento consiste em quatro carreamos em mal estado, e oito armas sem cartuchos.

Tenho vexame em ver as praças que estão nesta cidade, fazerem serviço com seus uniformes já bem estragados. Em vista do estado deste destacamento, peço a V.Excia. providenciar no sentido de melhorar o estado do mesmo.⁹⁰

⁸⁸ POL 1/4-Cx.03, registro 34. Série correspondência recebida (magistratura). São Gonçalo do Sapucaí, 27 de abril de 1888. APM

⁸⁹ Idem, ibidem.

⁹⁰ POL 1/2 cx01, registro 31. Série Correspondência recebida (corpo policial) Juiz de Fora, 18 de março de 1887. APM

Outro indício de que as não poucas deficiências estruturais eram motivos mais que suficiente para preocupar as autoridades, não só as policiais, foi o telegrama transmitido pelo juiz municipal de Diamantina, de 25 de abril de 1887, informando que iria transferir cinco presos para a Capital, por conta de a cadeia daquela cidade não mais comportar o número que presos que ali havia. Não obstante, o magistrado ainda comenta o mostra quão deficiente era o armamento do destacamento de polícia local, que contava apenas com 15 armas. Tal fragilidade pode ter sido um ingrediente a mais para o estado de tensão por conta da suspeita da realização de uma sublevação escrava em Diamantina no fim daquele ano, conforme apareceu na correspondência expedida pelo Chefe de Polícia à Presidência da Província.⁹¹

Ao alferes João de Figueiredo Murta, delegado de Alfenas, no sul da província, foi recomendado (provavelmente após o recebimento de alguma consulta) o emprego de todos os meios legais para que se evitasse “quaisquer conflitos e alterações da ordem pública, que podem resultar da aglomeração de escravos fugidos nessa cidade”.⁹²

Ainda em relação a Alfenas, o Chefe de Polícia, em resposta a um ofício confidencial remetido em 08 de abril pelo Juiz de Direito daquela cidade, também preocupado com a movimentação de escravos fugidos, declarou que com o fato de que o Acórdão de 14 de fevereiro de 1888, publicado pelo Tribunal da Relação, ter tornado ilegais as prisões dos fugitivos “podendo, apenas, serem detidos em custódia a requerimento de seus senhores”, que se limitava apenas a recomendar a autoridade policial ali presente, no caso o alferes Murta, trabalhar “para evitar os conflitos e alterações da ordem pública, que podem resultar da aglomeração de escravos fugidos” naquela cidade.⁹³

Um dia depois da abolição, o Juiz Municipal de Tombos da Carangola, na zona da mata, parecia ainda não ter pleno conhecimento da aprovação do projeto no domingo. Preocupado com a grande concentração de “escravizados que já se julgam livres”, reclamou o envio de reforços policiais, “ao menos oito praças”, para aquela localidade:

É de urgente necessidade ser estacionada em Tombos da Carangola um destacamento ao menos de oito praças.

Como V.Excia. não ignora a freguesia da [Natividade], Província do Rio, divide na [própria gravação] de Tombos.

Com a nova lei declarando extinta a escravidão no Brasil, tem aglomerado em Tombos um número tal de escravizados que já se julgam livres; que é impossível às autoridades policiais conterem as desordens que diariamente sucedem em

⁹¹ POL 1/3-Cx.06, registro 16. Série Correspondência recebida (delegacia de polícia). Diamantina, 25 de abril de 1887. APM

⁹² POL 98, folha 113. Série correspondência expedida (correspondência reservada). Ouro Preto, 01 de maio de 1888. APM

⁹³ Idem, *ibidem*.

Tombos, e aumentado de dia a dia pelos vagabundos que se unem aos escravos, animando-os, e aconselhando para a desordem e roubos aos fazendeiros, proprietários e negociantes.

Ofereço sem indenização alguma, uma casa com toso as necessárias acomodações para quartel dos soldados em todo serviço que aqui permanecerem.⁹⁴

Veio a abolição, mas não pleno sossego, tanto das autoridades, que seguiram se queixando de insegurança e da insuficiência das forças policiais, quanto dos libertos que ainda se viam às voltas com o assédio de seus ex-senhores, inconformados com o 13 de maio.

Augusto Lopes de Faria foi à procura do chefe de polícia a fim de apresentar denúncia contra Joaquim do Couto, residente no distrito de São José do Chopotó, em Piranga, por ele manter sob seu domínio “sua mãe e irmãs Anna, Lucia e Vicência, libertas na virtude da lei nº 3353 de 13 do corrente, e que o dito Couto, na qualidade de ex-senhor das mesmas as detém em escravidão”.⁹⁵

Já Manoel Vieira Mendez, subdelegado de polícia da freguesia de São José da Pedra Bonita, termo de Ponte Nova, levantou dúvidas sobre a obrigatoriedade ou não do cumprimento dos contratos de alforria mediante a prestação de serviços acordados entre libertos e seus ex-senhores antes da abolição.⁹⁶ É interessante pensar como muitos senhores não esqueceram dos contratos advindos das alforrias onerosas, utilizando-as como mecanismo de manutenção da mão de obra.

Diante das informações presentes na intensa troca de correspondência entre as autoridades provinciais, não há como sustentar que a “tranquilidade pública” se manteve inabalável em Minas Gerais, especialmente nos dois últimos anos de vigência da escravidão. Mesmo quando as sublevações aparentemente não passaram de uma suspeita, o medo relacionado à rebeldia, de certo, não contaminou apenas os nobres entes públicos. A incessante circulação de um bom número de escravos que deixava para trás o eito trouxe um incômodo significativo para a “boa sociedade” das várias Minas Gerais.

Entretanto, para o presidente Luiz Eugenio Horta Barbosa, mesmo a “radicalidade” da lei, não teria em nada perturbado a ordem mineira, tanto no que diz respeito a organização do trabalho, quanto em relação à tranquilidade pública.

⁹⁴ POL 1/4-Cx.03, registro 45. Série correspondência recebida (magistratura). Tombos da Carangola, 14 de maio de 1888. APM

⁹⁵ POL 98, folha 114 verso. Série correspondência expedida (correspondência reservada). Ouro Preto, 21 de maio de 1888. APM

⁹⁶ POL 1/3 – Cx.16, registro 83. Série correspondência recebida (delegacia de polícia). São José da Pedra Bonita, 23 de junho de 1888. APM

A solução radical de um problema tão urgente não trouxe alteração alguma à ordem pública: e se durante os primeiros tempos o trabalho recebeu alguma perturbação, não é esta tão grave que deva influir no geral contentamento e inspirar-nos excessivo receio de temerosa crise. A introdução do braço europeu e bom aproveitamento dos trabalhadores nacionais, livres, ou recém-libertos, cooperando com as riquezas naturais e pujantes forças produtivas do solo pátrio, bem cedo farão desaparecer o abalo transitório. O serviço de nossos estabelecimentos agrícolas se vai restabelecendo sobre bases mais largas, sólidas, e não lhe há de faltar o útil contingente que podem e lhe hão de fornecer aqueles mesmo que, escravos ontem, sentem-se de hoje para todo o tempo – homens livres na pátria livre.⁹⁷

De fato, como já discutimos neste trabalho, mesmo nas regiões que mais se apegaram à utilização da mão de obra escrava, lê-se aí, especialmente a zona da mata mineira, a adoção do trabalhador nacional e, em diminuta escala, do imigrante, possibilitou uma adaptação aparentemente menos tumultuada ao regime de trabalho livre. Por outro lado, a insistência do discurso de paz quase absoluta continuou apenas a mascarar a realidade que continuaria bastante tensa, mesmo após a abolição.

4.3 - Quando os “radicais” ameaçam a ordem

Aos olhos das autoridades policiais mineiras, as tropelias dos escravos não foram as únicas ameaças vivas à sacrossanta tranquilidade pública e, claro, ao não menos sagrado direito de propriedade. Especialmente naqueles que foram os momentos finais do processo de extinção da escravidão, as ações de alguns grupos abolicionistas organizados na província também foram motivo de insônia entre os agentes da ordem.

Especialmente nos dois últimos anos de vigência da escravidão, a correspondência reservada da Chefia de Polícia trouxe inúmeras notícias sobre violentos incidentes envolvendo proprietários escravistas e abolicionistas, além de denúncias em relação às atividades destes, tidas como potencialmente “subversivas”.

Como observado no terceiro capítulo, a ação de militantes da abolição considerados “irresponsáveis” chegou a ser repreendida de forma violenta, vide as dificuldades enfrentadas por Gaspar da Silva em Uberaba, Luiz José da Silva Jr. (Lívio Sérgio) em Outro Preto, e Américo Luz em Muzambinho. Contudo, estes não foram os únicos casos em que a campanha pela abolição se viu sob a mira da garrucha ou mesmo da desconfiança das forças policiais.

⁹⁷ Fala do presidente Luiz Eugenio Horta Barbosa à Assembleia Provincial de Minas Gerais, em 01 de junho de 1888, p.51. Disponível em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

Uma correspondência do então chefe de polícia da província, Levindo Ferreira Lopes, enviada ao governo provincial em 12 de agosto de 1887, oferece um bom indício de como o abolicionismo era visto por algumas autoridades como um foco “subversivo”:

Anteontem à noite propagou-se que se projetava nesta capital um meeting, com o fim de manifestar adesão ao procedimento que ultimamente teve na Corte a Confederação Abolicionista. Ontem vindo ao meu conhecimento que se afixara nas esquinas e postes da iluminação pública um convite impresso, de qual junto cópia, para a reunião às 7 horas da noite na praça da independência, depois de conferenciar com V. Ex^a., tomei as providências necessárias a fim de evitar que ali houvesse algum conflito do qual resultasse alteração da ordem. À noite, reunindo-se aproximadamente 500 pessoas no lugar indicado, proferiram discursos de uma das janelas da casa do cidadão Pedro Coelho de Magalhães Gomes, os estudantes Francisco Lucas Monteiro de Barros, Saturnino de Oliveira, Luiz Torres, o reverendo vigário da paróquia de Antonio Dias, o empregado da Tesouraria da Fazenda Provincial Zoroastro Pires e o Dr. Camillo de Britto que [discursaram] sobre a abolição da escravidão e avisos expedidos ultimamente sobre alforria, por falta de declaração de filiação nas relações da matrícula dos escravos. Estive na praça onde também se achavam o delegado e subdelegado de polícia, retirando-me depois de dissolvida a reunião. Felizmente, nenhum conflito houve nem nenhum desacato às autoridades. Dr. Levindo.

*Meeting – Convida-se aos abolicionistas desta capital para um meeting às 7 horas da noite na Praça da Independência, a fim de saudarem e aderirem a atitude enérgica que a Confederação abolicionista tem tomado ante o governo do Sr. Cotegipe. Propagandistas.*⁹⁸

Mesmo os *meeting's* públicos organizados em Ouro Preto, frequentemente indicados pela imprensa da capital como essencialmente “ordeiros”,⁹⁹ ocorreram sob olhares desconfiados das autoridades policiais que temiam que a propaganda abolicionista funcionasse como uma espécie de combustível para a desordem pública, em um ambiente já condimentado pela tensão relativa ao crescimento das fugas cativas.

A ação de alguns militantes abolicionistas em Diamantina também incomodou bastante os defensores da “tranquilidade pública” no antigo arraial do Tejuco. Ao informar à presidência da província sobre uma possível sublevação escrava em Diamantina (supostamente planejada para o Natal), em correspondência datada de 22 de novembro de 1887, Levindo Ferreira Lopes comunicou que o delegado Serafim Moreira da Silva havia afirmado que tais receios provinham da ação dos abolicionistas locais que, em evidente ameaça à “ordem pública”, praticavam ações por ele tidas por “doutrinas subversivas e contrárias à lei e ao direito”, claramente pregadas pelos “tais abolicionistas”. Ainda segundo

⁹⁸ POL 93, folha 203 verso, registro 1085. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 12 de agosto de 1887. APM

⁹⁹ A CAMÉLIA. Ouro Preto, 04 de dezembro de 1887; UNIÃO POSTAL. Ouro Preto, 13 de agosto de 1887. SIA-APM

as informações transmitidas pela autoridade policial de Diamantina, o clima de tensão ali instalado havia disseminado “o pânico entre os pais de família e os senhores de escravos ali os quais tem se dirigido àquela autoridade, digo Delegacia, a fim de pedirem providências”.¹⁰⁰

Os rumores sobre a “subversiva” atividade abolicionista em Diamantina é confirmada por outra correspondência remetida à presidência, de 03 de dezembro daquele ano, dando conta de que o delegado local havia remetido novo telegrama informando que não ter ali “força pública nem armamento e que os abolicionistas continuam na mesma propaganda”, tendo o Chefe de Polícia solicitado providências ao Major Comandante do Corpo Policial para que o efetivo presente em Diamantina fosse elevado para o número de 30 praças, além do envio de armamento e munições.¹⁰¹

Na correspondência através da qual denunciou a possível sublevação escrava incitada pela movimentação abolicionista em Diamantina, o delegado Serafim Moreira da Silva, tratou de destacar a forma como os militantes locais teriam desvirtuado da mensagem presente na Pastoral do bispo diocesano, Dom João Antonio dos Santos, de setembro daquele ano de 1887, na qual o prelado havia pedido a libertação dos escravos no dia 31 de dezembro, convertendo-a “em decreto d’extinção do cativo, e, por esse modo, explicam eles aos inconscientes escravos, a referida Pastoral, e trata, de aconselhar a revolta, e a insurreição”.¹⁰² Mas esta não seria a única maquinação abolicionista constatada pelo delegado Serafim.

Ainda de acordo com o delegado, os abolicionistas *diamantinenses* teriam tratado de se aboletar nas barras do tribunal local, interferindo diretamente nos “despachos judiciais sob a questão da liberdade. Segundo Serafim Moreira da Silva, “embora contrários a expressa disposição da lei”, tais despachos, ou seja, as decisões da magistratura ali presente, estavam claramente sob a influência da ação da propaganda abolicionista, tendo ela “apoio, força moral e autoridade”. Continuando sua denúncia de “aparelhamento” da Justiça pelo abolicionismo, o delegado informou que membros do clube abolicionista local haviam se reunido no dia 03 de dezembro para

representar aos Juizes Municipal e de Direito a fim de sem formalidades judiciárias, serem declarados livres os escravos matriculados de filiação desconhecida. Estes fatos; o número de escravos fugidos; os conselhos de desobediência aos seus senhores; os discursos incendiários, tudo isto influi, e

¹⁰⁰ POL 93, folha 294, registro 1589. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 22 de novembro de 1887. APM

¹⁰¹ POL 93, “apêndice” entre as folhas 296 e 297, registro 1635. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 03 de dezembro de 1887. APM

¹⁰² POL 1/3-Cx.06, registro 51. Série correspondência recebida (delegacia de polícia). Diamantina, 05 de novembro de 1887. APM

concorre, para se dar crédito a propalada ameaça, referente ao dia 31 de Dezembro.¹⁰³

Para Serafim não faltavam motivos para o receio de que a tranquilidade pública estava, literalmente, com os dias contados. A desordem entre os cativos era incitada cotidianamente e mesmo a Justiça estaria sob o controle daqueles que ameaçavam a ordem, colaborando para o crescimento da “apreensão e receio dos possuidores dos escravos, e dos cidadãos que não pactuam com o plano dos abolicionistas”.¹⁰⁴ Diante das ameaças, o delegado solicitou o apoio dos superiores e prometeu informar-lhes sobre o desenrolar dos acontecimentos pelo telégrafo.

As novidades foram enviadas pelo novo delegado, Antonio José Barbosa de Faria, que remeteu mensagem telegráfica à Chefia de Polícia em 14 de janeiro de 1888. Se a ameaça de insurreição não havia se confirmado, a impertinência abolicionista continuava dar-lhe dores de cabeça. Dessa vez, a autoridade policial *diamantinense* comunicou que os abolicionistas, cujos nomes não revelou, tentavam conseguir uma ordem de *habeas corpus* para dois escravos fugidos que estavam detidos na cadeia de Diamantina, Nicolau e Basílio, pertencentes a Floriano Alves de Souza Camargo, residente na fazenda Santa Ana Baguassú, no município paulista de Pirassununga.¹⁰⁵ Três dias depois da mensagem comentada acima, o delegado remeteu correspondência contendo cópia do despacho do Juiz de Direito daquela Comarca, Theóphilo Pereira da Silva, negando o *habeas corpus* requerido “por diversos cidadãos”.¹⁰⁶

Theóphilo Pereira da Silva sustentou sua decisão no fato de que a condição de escravos fugitivos de Nicolau e Basílio havia sido comprovada por sua confissão “feita perante a polícia”, na qual informaram que estavam viajando desde a província de São Paulo em direção à Bahia, “sem passaportes, ordem, guia ou permissão de seus senhores”, fato que foi reconhecido pelos “próprios impetrantes da ordem de *Hábeas Corpus*”. O Juiz afirmou, peremptoriamente, que “em tais circunstâncias não [conhecia] tribunal ou juiz que tenha concedido soltura por *Hábeas Corpus*”. De nada adiantou as manifestações dos peticionários abolicionistas de que indivíduos suspeitos de serem escravos fugidos não poderiam ser presos,

¹⁰³ Idem, ibidem.

¹⁰⁴ Idem, ibidem.

¹⁰⁵ POL 1/3-Cx.07, registro 04. Série correspondência recebida (delegacia de polícia). Diamantina, 14 de janeiro de 1888. APM

¹⁰⁶ POL 1/3-Cx.07, registro 05. Série correspondência recebida (delegacia de polícia). Diamantina, 17 de janeiro de 1888. APM

pois, naquele caso, não haveria suspeita, mas “sim certeza de que os pacientes são efetivamente escravos fugidos; certeza nascida da confissão dos próprios pacientes”.¹⁰⁷

Seguindo em sua argumentação, o juiz afirmou ainda que reconhecia a existência de jurisprudência relativa a concessão de liberdade, via *habeas corpus*, “a um grande número de Africanos presos como escravos, mas que no correr das diligências e processo verificou-se deverem ser livres por terem sido importados depois da lei de 7 de 9bro de 1831”. Nesse sentido, tal lógica não poderia ser aplicada aos fugitivos, visto que não havia fundamento para que fossem considerados homens livres. Amparado na legislação então vigente,¹⁰⁸ o magistrado reafirmou o dever da polícia em deter os suspeitos de serem escravos em fuga, além de sua missão de garantir a segurança e a tranquilidade pública:

A polícia assim praticando não tem em vista principalmente resguardar e acautelar direitos ou interesses de senhores, que nada pediram e nada recomendaram, mas sim destruir e impedir o desenvolvimento de um elemento de ameaça à segurança e tranquilidade pública e individual, como o são os escravos fugidos e quilombolas. Pelas informações prestadas vê-se que estão já dadas as providências para os pacientes, devem entregar a seus senhores, os quais residindo na província de S. Paulo não têm ainda tempo de terem acudido ao chamado feito apenas a 20 dias, aqui do centro da província de Minas, para virem receber os pacientes – seus escravos.¹⁰⁹

O magistrado fazia coro com as demais autoridades imperiais, há muito, ou melhor, desde sempre, preocupadas com a manutenção da ordem e, conseqüentemente, dispostas a combater tudo aquilo que representasse uma ameaça à tranquilidade pública, no caso, os escravos fugidos e quilombolas. Chama atenção ainda o fato de que o juiz considerou que não havia decorrido tempo hábil para que o proprietário da dupla pudesse reclamá-los de volta, visto terem fugido há menos de 20 dias, além de estarem no “centro da província de Minas”. Caso o senhor demorasse em buscar aquilo que considerava sua propriedade, Nicolau e Basílio deveriam ser postos à disposição do Juiz competente (de órfãos nas comarcas gerais, e o de direito nas comarcas especiais, onde não houvesse juiz privativo de órfãos), em respeito

¹⁰⁷ Idem, ibidem.

¹⁰⁸ O juiz citou o seguinte arcabouço jurisdicional para embasar seu argumento: Lei de 15 de Outubro de 1827, que definiu os crimes e regulou os processos de responsabilidade dos ministros e conselheiros de Estado, especialmente seu artigo 5º, parágrafo 6º; o Código de Processo Criminal, artigo 12, parágrafos 1º, 2º e 3º; Lei de 03 de dezembro de 1841, artigo 04, parágrafos 1º e 4º; Regulamento nº120, de 31 de janeiro de 1842, artigos 62 e 63; e, finalmente, Decreto nº. 1.826 de 14 de Fevereiro de 1857, artigos 1º e 4º.

¹⁰⁹ POL 1/3-Cx.07, registro 05. Série correspondência recebida (delegacia de polícia). Diamantina, 17 de janeiro de 1888. APM

ao que dispunha o Decreto nº 5.135, de 13 de Novembro de 1872, que regulamentou a Lei do Ventre Livre.¹¹⁰

Pouco mais de um mês depois da decisão judicial, o delegado de Diamantina recebeu uma carta de Floriano Álvaro de Souza Camargo, proprietário dos escravos fugidos, na qual afirmava tê-los libertado. Ao comunicar o fato à Chefia de Polícia, via telégrafo, o delegado Antonio José Barbosa de Faria mostra desconfiança em relação à missiva, afirmando não conhecer “letra de Camargo”, apesar de a carta ter sido devidamente carimbada pelas estações postais por onde passou (São Paulo, Rio de Janeiro e Ouro Preto). Diante da suspeita de uma possível falsificação, talvez maquinada por abolicionistas, solicita uma orientação ao superior.¹¹¹ Levando em conta que a produção de “passaportes” e outros documentos falsos foi uma prática adotada tanto por alguns escravos em fuga quanto por grupos abolicionistas que muitas vezes os auxiliavam, como forma de burlar o cerco policial, as desconfianças do delegado não se faziam sem razão.¹¹²

Em correspondência encaminhada no dia 23 de abril de 1888, o delegado informou que, após amargarem um cárcere de 71 dias, Nicolau e Basílio acabaram por ser libertados no dia 03 de março daquele ano, tendo sido reconhecida a carta transmitida por seu proprietário. Antonio José Barbosa de Faria informou ao Chefe de Polícia que as despesas relativas à permanência dos fugidos na cadeia de Diamantina haviam corrido às suas expensas, perfazendo o total de 71 mil réis, conforme atestava certidão que acompanhava sua missiva, solicitando então providências para que tal despesa fosse paga pela Coletoria local.¹¹³

Outro caso de tentativa de abolicionistas libertarem escravos fugidos capturados pela polícia ocorreu em Ouro Preto. Respondendo um questionamento feito pela presidência da província em torno de um grupo de escravos fugidos presos na cadeia da Capital (Joaquim, Fernanda e outros), Levindo Lopes informou que havia sido impetrada uma petição de *habeas corpus* a favor dos mesmos, sendo que seu recolhimento à prisão não havia sido requerida por seus proprietários, tendo sido efetivado devido a condição de escravos fugitivos. No entanto, quando chegou a suas mãos requerimento reclamando a entrega dos fugidos por parte do

¹¹⁰ Decreto nº 5.135, de 13 de Novembro de 1872. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5135-13-novembro-1872-551577-publicacaooriginal-68112-pe.html>

¹¹¹ POL 1/3-Cx.07, registro 13. Série correspondência recebida (delegacia de polícia). Diamantina, 26 de fevereiro de 1888. APM

¹¹² REIS, Liana Maria. Vivendo a liberdade: fugas e estratégias de sobrevivência no cotidiano escravista mineiro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1996 v.16, n.31 e 32, p.188.

¹¹³ POL 1/3-Cx.07, registro 29. Série correspondência recebida (delegacia de polícia). Diamantina, 23 de abril de 1888. APM

proprietário, não pôde fazê-lo por conta de já “achar-se o recurso intentado a favor dos pacientes – pendente decisão do Tribunal”.¹¹⁴

No dia 09 de janeiro Levindo Lopes enviou nova missiva à presidência relatando que um dia após ter recolhido à cadeia 29 escravos que haviam fugido de uma fazenda da freguesia de Furquim, município de Mariana, foi procurado por uma comissão formada pelos advogados Camillo de Brito, Benjamim Aroeira, Cesarino Ribeiro, Francisco Amaral e outros, que solicitaram o depósito judicial dos escravos, a fim de que pudesse demandar sua liberdade, pedido que o Chefe de Polícia não deferiu. Diante da recusa apresentada, o grupo de peticionários impetrou pedido de *habeas corpus* junto ao Tribunal da Relação do distrito.¹¹⁵

O Chefe de Polícia segue seu relato afirmando que, “desejando que esse recurso tivesse pronta solução, a fim de mandar entregar os escravos aos proprietários”, tendo estes já reclamado sua posse, teria se apressado “em dar ao Tribunal as razões justificativas” de seu ato, ou seja, do recolhimento dos cativos à prisão. Entretanto, o expediente de Levindo em nada adiantou, tendo seu pedido indeferido pelo Tribunal Relação que solicitou, por sua vez o comparecimento dos escravos em uma sessão marcada para o dia 10 de janeiro.¹¹⁶

Dois dias depois da correspondência acima, nova missiva do Chefe de Polícia informou que, diante de *habeas corpus* impetrado a favor dos fugidos, seu proprietário, o senhor José da Costa Carvalho Sampaio, teria concedido-lhes a liberdade, com o “ônus de serviços por 2 anos”, o que os teria feito desistir de uma possível ação de liberdade, sendo que o Tribunal da Relação, diante de tal fato, teria considerado que o pedido de *habeas corpus* havia sido prejudicado. A partir de um ofício do Desembargador Presidente do Tribunal, Levindo Lopes ordenou que fosse expedida “portaria para a entrega dos escravos ao reclamante”, que os levou de volta a sua fazenda no dia 10 de janeiro.¹¹⁷

O saldo final desta história pode ter significado aos escravos uma perspectiva de liberdade futura e, talvez alguma mudança em relação ao trato que recebiam do senhor, pensando-se, especialmente em algumas das razões de sua evasão. Em meio às correspondências remetidas à Chefia de Polícia pela delegacia de Ponte Nova, uma edição de 15 de janeiro de 1888 do jornal *O Rio Doce* traz informações sobre as fugas dos escravos da

¹¹⁴ POL 104, folha 06 verso. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 07 de janeiro de 1888. APM

¹¹⁵ POL 104, folha 07. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 09 de janeiro de 1888. APM

¹¹⁶ Idem, ibidem.

¹¹⁷ POL 104, folha 11. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 11 de janeiro de 1888. APM

freguesia *marianense* de Furquim em direção à capital, dando detalhes de como ocorreram.¹¹⁸ Em carta enviada de Mariana no dia 04 de janeiro, um leitor não identificado informou aos redatores do jornal que, em meio às comemorações pelo dia do padroeiro da freguesia, Senhor Bom Jesus do Monte, no dia 01 de janeiro, também teria ocorrido a “libertação do arraial”, uma “ideia generalizada por algumas pessoas” dali, e que teria feito com que “todos os furquinenses de dentro do arraial e alguns de fora, concordassem em libertar todos os seus escravos no dia de ano em honra do nosso Orago”.¹¹⁹

Segundo o missivista inominado, a ideia teria caminhado rapidamente, “causando aplauso geral” que encontrou sua catarse nos festejos do padroeiro, com a entrega de 24 cartas de liberdade, realizada por alguns proprietários locais, sendo apenas sete dela incondicionais. Com animados discursos a favor da emancipação e música até alta noite, tudo teria ocorrido “sem nenhuma alteração na ordem pública, correndo tudo pacificamente e em boa ordem”. Restava ao anônimo correspondente “o prazer de dizer, -- no arraial do Furquim não temos mais escravos”.¹²⁰ Bom, essa não foi bem a verdade...

Como o próprio correspondente afirmou, foram 24 alforrias concedidas em meio aos festejos, e a maioria formada por alforrias condicionais. Cabe perguntar se estes 24 agraciados eram os únicos escravos daquela freguesia, e a resposta veio na mesma edição de *O Rio Doce*.

Escrevendo de Mariana em 04 de janeiro daquele ano, o senhor Olivete Camacho também concedeu informações sobre a “libertação” de Furquim, revelando, porém, que ela não foi para todos os escravos, e, tampouco, do gosto da totalidade dos senhores ali estabelecidos todos.

Após tecer elogios às libertações “sem ônus” ocorridas na província de São Paulo, Camacho afirmou que Minas Gerais também havia quebrado a “barra de ferro”, tendo a Pastoral do Bispo Marianense despertado “nas almas compassivas o dever de lavar a terra do cruzeiro, da nódoa que tanto avilta perante as nações civilizadas: muitas tem sido as liberdades conferidas nestes últimos dias”. No esteio das palavras do bispo e em honra ao jubileu sacerdotal do Papa Leão XVIII, alforrias teriam sido concedidas em atos de religião realizados na Catedral da Sé, em Mariana, sendo, ao fim de uma missa, conferidas 73 cartas de liberdade, sendo 60 entregues pelo fazendeiro Capitão Antonio Januário da Trindade, e as 13 restantes pela Associação do Club das Mercês (Associação Marianense Redentora dos

¹¹⁸ O RIO DOCE. Ponte Nova, 15 de janeiro de 1888. Apenso à correspondência policial da delegacia de Ponte Nova. POL 1/3 – Cx.16, registro 65. Ponte Nova, 31 de janeiro de 1888. APM

¹¹⁹ Idem, ibidem.

¹²⁰ Idem, ibidem.

Cativos), sendo que “estas cartas foram dadas por diversas pessoas e algumas indenizadas pela Associação”.¹²¹ Contudo, nem tudo teria sido festa.

Em meio aos atos humanitários incentivados pelo Bispo diocesano, a população de Mariana assistiu a passagem por ali, seguindo em direção à Ouro Preto, de “uma troça de 30 escravizados da fazenda do [...] no Furquim, pertencente aos herdeiros do finado Antonio José da Costa Carvalho”. Chamando atenção e despertando a curiosidade de “mais de 300 pessoas” que correram para vê-los, os fugitivos “passaram entre o povo respeitosamente”, e, sendo inquiridos sobre seu destino, “responderam que, iam apresentar-se ao chefe de polícia no Ouro Preto, porque estavam sendo maltratados”, informação que teria feito com que a população alentasse “os míseros escravizados que seguiram em paz para a capital”.¹²²

Camacho não aplaudiu a fuga, alegando que “ela importa uma perturbação na marcha dos acontecimentos abolicionistas”, emendando que “o escravo [deveria] resignar-se e aguardar o resultado da propaganda”, não sendo ele “quem há de forçar a emancipação”, já que esta tarefa estaria “a cargo dos apóstolos da humanidade”. Caberia apenas aos tais “apóstolos” a missão de convencer os que ainda resistiam “à generosa ideia”, ou observar serem eles “esmagados pela força dos acontecimentos”.¹²³

Para além da negação em relação à participação ativa e direta dos escravos na luta pela abolição, que foi uma constante nos discursos de muitos “batalhadores da grande causa”, o relato de Olivete Camacho revela que os maus tratos foram a razão para que a fuga.

Outro relato contido em um Livro de Tombo da freguesia de Furquim traz outros detalhes sobre a fuga dos escravos em direção a Ouro Preto. O autor anônimo do texto descreve toda a movimentação em torno dos festejos ocorridos no arraial durante o dia 01 de janeiro, revelando a robusta presença de escravos dos arredores.¹²⁴ Em meio à grande festa, estes escravos, que não foram brindados com as alforrias oferecidas naquele dia, resolveram comemorar a “libertação” assim mesmo.

Vindos de diversas propriedades existentes nas circunvinhanças de Furquim, “de perto e de longe”, estes escravos festejaram como se aquele fosse o dia da própria abolição, permanecendo no grande festim ali organizado até a noite, mesmo que a contragosto de seus senhores, que temiam um levante por parte dos escravos. A leitura da pastoral teria mexido com as esperanças dos escravos, que acreditaram realmente que o dia do padroeiro seria o

¹²¹ Idem, ibidem.

¹²² Idem, ibidem.

¹²³ Idem, ibidem.

¹²⁴ Livro 26, (1884 – 1901), folha 19 verso, prateleira “J”. Livro do Tombo da freguesia do Furquim. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana - AEAM

limite para sua vida em cativeiro, tirando o sono de seus senhores, que trataram de se vingar daqueles que ousaram comemorar uma liberdade que ainda não tinham.

Ao retornarem das comemorações, muito escravos teriam sido recebidos pelo azorrague, como foi o caso de trinta daqueles pertencentes à fazenda do Engenho Novo, que retornaram ao arraial no mesmo dia trazendo consigo um companheiro ferido pelo administrador da fazenda, Simão da Costa Carvalho. O fato teria despertado a consternação de alguns moradores e, ao mesmo, tempo, o medo das autoridades ali estabelecidas, especificamente o subdelegado de polícia e o juiz de paz, que se negaram a registrar os maus tratos infringidos contra os escravos, provavelmente por receio da reação dos proprietários escravistas. De acordo com o relato, cujo autor chegou a se auto-proclamar um abolicionista, os escravos acabaram sendo aconselhados a rumar em direção a Ouro Preto onde poderiam procurar o auxílio dos abolicionistas a fim de demandarem sua liberdade.

Nos dias que se seguiram outros escravos trataram de por o pé na estrada rumo a Capital “onde achavam todo o apoio”, tendo o aumento das fugas para feito com que vários senhores libertarem, ao menos condicionalmente, seus escravos, na intenção de não perderem esses braços.¹²⁵ A ação do grupo de advogados que intentou conseguir a liberdade dos escravos de José da Costa Carvalho Sampaio poderia representar o apoio mencionado no relato aos fugitivos, e, no caso, indícios para isso não faltariam.

Os advogados Camillo de Brito, Benjamim Aroeira, Cesarino Ribeiro, Francisco Amaral, citados nominalmente como os peticionários que demandaram a liberdade dos escravos de Furquim, foram signatários de um manifesto publicado no jornal *Liberal Mineiro*, em sua edição de 28 de setembro de 1886, no qual um grupo de 21 causídicos que atuavam em Ouro Preto declarou não aceitar “o patrocínio de quaisquer causas que, direta ou indiretamente, sejam contrárias à libertação d’escravizados”.¹²⁶

Publicada na data de aniversário da lei do ventre livre, a declaração dos advogados foi precedida de um artigo intitulado *A causa dos escravizados*, que apresentou uma digressão sobre a história da escravidão em terras brasileiras, com especial atenção sobre o arcabouço jurídico que tinha como mote sua extinção, com destaque para as leis de 1831 e 1871, exaltadas como símbolos abolicionistas.¹²⁷ Arvorando-se herdeiros dos inconfidentes e defensores da “causa humanitária dos infelizes escravizados”, aqueles advogados davam a entender que haviam se postado à frente da batalha judicial pela liberdade, contudo, muitos

¹²⁵ Idem, *ibidem*.

¹²⁶ LIBERAL MINEIRO. Ouro preto, 28 de setembro de 1886. SIA-APM

¹²⁷ Idem, *ibidem*.

deles nem sempre foram ferrenhos defensores da abolição, como era o caso do conservador e Diogo de Vasconcellos, que também integrou a Sociedade Libertadora Oupretana que seria fundada ainda naquele ano.

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados, advogados nos auditórios desta capital, subscrevem a declaração de que não aceitam quaisquer causas que, direta ou indiretamente, sejam contrarias a libertação de escravizados.

Ouro Preto, 28 de setembro de 1886.

Manoel Tertuliano T. Henriques
 Manoel Joaquim de Lemos
 Diogo L. de Almeida P. de Vasconcellos
 Camillo A. M. de Britto
 José Maria Câmara Leal
 Randolpho Fabrino
 Francisco de Paula Ferreira e Costa
 Virgilio Morehtzson
 Cesarino C. Ribeiro
 Antonio Carlos Soares de Albergaria
 Bernardo Pinto Monteiro
 Agostinho José Cabral
 José Coelho de Magalhães Gomes
 Joaquim Cypriano Ribeiro
 Manoel Silvino
 Benjamin F. de P. Aroeira
 Joaquim Lourenço Machado
 Francisco de Paula Amaral
 Manoel de Magalhães Gomes
 Henrique de Magalhães Sales

- Autorizados pelo Sr. Dr. Tristão Pereira da Fonseca, declaramos que S. S. deixa de figurar entre os signatários, por não estar atualmente no exercício de advocacia.¹²⁸

Em trabalho anterior, no qual analisei um conjunto de 91 ações cíveis de liberdade e reescravização, impetradas tribunais das cidades de Ouro Preto e Mariana entre os anos de 1871 e 1888, pude constatar a presença de vários dos signatários da declaração acima mencionada, sendo que nem sempre obedeceram ao expediente por eles afirmado em seu manifesto,¹²⁹ o que pode significar um traço dos limites “impostos” por seu ofício, tendo

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade*. Op. cit., capítulo 3.

defendido tanto escravos quanto senhores.¹³⁰ Entretanto, dentre os processos ajuizados em Ouro Preto, chamou atenção o fato de que um grupo de advogados terem sido figura carimbada em ações de liberdade, mostrando uma relativa “especialização” neste tipo de demanda judicial, entre eles alguns dos signatários da declaração. Foi o caso de Camillo Augusto Maria de Brito,¹³¹ que atuou em 11 processos, tendo defendendo um proprietário em apenas uma ocasião; e de Cesarino Ribeiro, que atuou em 05 processos a favor de escravos.¹³²

Também chamou atenção o fato de que o número de ações de liberdade ter crescido na década de 1880, especialmente nos últimos anos de vigência da escravidão.¹³³ No curto período entre 1886 e 1888 foram impetrados quase 87% dos 53 processos existentes na Capital, sendo que, dentre eles destacam-se aqueles que tiveram como motivação a alegação de que o demandante era um escravo africano importado após 1831.¹³⁴

A luta pela liberdade através dos tribunais teve como importante elemento, além dos próprios escravos (personagens principais dos enredos contados pelos autos processuais que resistiram ao tempo), a ação de advogados e mesmo magistrados, muitas vezes identificados com os clamores pela abolição que ecoaram com vigor em fins do oitocentos. Como demonstraram estudos como os desenvolvidos por Sidney Chalhoub, Hebe Mattos e Keila Grinberg,¹³⁵ mesmo quando os advogados defendiam os senhores teriam contribuído com os debates que começavam a comprometer a política de domínio escravista, pois nos tribunais passavam a discutir as fronteiras legais entre a escravidão e a liberdade, questionando o

¹³⁰ GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros*. Op. cit., p.252.

¹³¹ Político, promotor, magistrado e professor, Camillo de Brito era natural de Ouro Preto, tendo feito os estudos de humanidades no Seminário de Mariana e no Colégio do Caraça, formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1865. Logo após ter adquirido o diploma de bacharel, Camilo retornou a Minas Gerais para exercer a Promotoria Pública no município de Bonfim. Já em 1868, transferiu-se para Ponte Nova como juiz municipal, com funções de juiz de direito. Não fugindo a regra, além da carreira na magistratura o bacharel logo se engajou na vida política, elegendo-se deputado provincial para a 17ª legislatura (1868-1869) pelo Partido Liberal. A partir de 1873, Camilo de Britto retornou para Ouro Preto onde passou a advogar, trabalhando também como funcionário da Assembleia Provincial e como professor no Liceu Mineiro. MONTEIRO, Norma de Góis (Org.). *Dicionário Biográfico de Minas Gerais. Período Republicano, 1889/1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legista de Minas Gerais, 1994, v.1, p.115.

¹³² COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade*. Op. cit., 191.

¹³³ Pesquisas como as desenvolvidas por Sheldon de Carvalho (Barbacena), Denílson de Cássio Silva (São João del-Rei) e Ricardo Tadeu Caires da Silva (Bahia), também constataram uma maior concentração de ações de liberdade ao longo da década de 1880. Ver: SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão. (Bahia, 1850-1888)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007; CARVALHO, Sheldon Augusto Soares de. *As Perspectivas de Senhores, Escravos e Libertos em torno do Pecúlio e das Redes Familiares no Desagregar da Escravidão em Barbacena. (1871-1888)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008; SILVA, Denilson de Cássio. *O drama social da abolição*. Op. cit.

¹³⁴ COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade*. Op. cit., p.179.

¹³⁵ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Op. cit.; MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*. Op. cit.; GRINBERG, Keila. *Liberata*. Op. cit.

arcabouço jurídico que emprestava legitimidade ao regime, transformando o direito em “uma arena decisiva na luta contra a escravidão”.¹³⁶

Beatriz Gallotti Mamigonian destacou como no início da década de 1880, ao lado do avanço abolicionista, as ações de liberdade baseadas na lei de 1831 multiplicaram-se, cuja interpretação “radical” “era compartilhada por um grupo de advogados, juízes e funcionários dispersos por várias províncias”.¹³⁷ A liberdade dos africanos ilegalmente trazidos para a labuta em terras brasileiras após 1831 transformou-se em uma das principais bandeiras de luta do movimento abolicionista que ergueu lanças nos tribunais e na esfera pública da imprensa, denunciando o caráter ilegal, criminoso da escravidão no país, cujos efeitos não se abatiam apenas pelos africanos, mas também seus descendentes.

Na esteira da atuação forense de figuras como Luiz Gama, os abolicionistas logo passaram a se organizar em torno das batalhas judiciais, não só encampando a curatela dos escravizados africanos, mas também se organizando em clubes cujo mote era a atuação jurídica baseada na lei de 1831. Em sua edição de 11 de maio de 1882, o jornal abolicionista carioca *Gazeta da Tarde*, de propriedade de José do Patrocínio, noticiou a iniciativa da diretoria do Centro Abolicionista Ferreira Menezes que havia decidido constituir uma comissão de advogados com o intuito de estudar os meios de que entidade poderia lançar mão a fim de batalhar nos tribunais, não apenas a punição dos senhores que mantinham pessoas livres em cativeiro ilegal, assim como para a “libertação de todos aqueles indivíduos, que possam ter em seu favor a presunção de haverem sido introduzidos no país depois de promulgada a Lei de 7 de Novembro de 1831”. Ainda segundo a mesma notícia, os membros do Centro pretendiam, “para mais amplo desenvolvimento da ideia”, constituir comissões filias nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, cuja finalidade seria o levantamento de estatísticas, “por todos os meios a seu alcance, relativas aos escravos que se achem incluídos no benefício da citada lei”.¹³⁸

Já em 05 de maio de 1884, as mesmas páginas da *Gazeta da Tarde* estamparam a notícia do aparecimento do Clube Sete de Novembro (justamente a data de promulgação da lei Feijó), agremiação disposta a defender nos tribunais o direito dos escravizados “pela condição natural de todo ser humano e pela força da lei que aboliu o tráfico”.¹³⁹ Fundado nas

¹³⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Op. cit., p.173. Acerca da aludida discussão veja também: GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros*. Op. cit.; especialmente o capítulo VII.

¹³⁷ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: LARA, Sílvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora Unicamp, 2006, p.151.

¹³⁸ GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1882. BN

¹³⁹ GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1884. BN

dependências do jornal de José do Patrocínio, dirigido inicialmente por uma “comissão organizadora” nomeada pela Confederação Abolicionista, o Clube informava ter “por fim principal tornar efetiva a aplicação da lei de 7 de Novembro de 1831”, patrocinando ações de liberdade a fim de restituir “à sua natural liberdade os brasileiros, filhos de africana importada depois dessa data [7 de novembro de 1831], e “pessoas livres que se acham em ilegal cativeiro”.¹⁴⁰

Em meio ao afluxo de fugitivos em Ouro Preto, o apoio jurídico de abolicionistas aos escravos continuava chamando a atenção das autoridades policiais.

Um fugitivo originário do município de Congonhas teria aparecido na redação do jornal *Liberal Mineiro*, o mesmo que publicou o manifesto dos advogados em 1886, reclamando ser vítima de maus tratos, argumento desmentido pelo Chefe de Polícia que afirmou ter feito o cativo passar por exame de corpo de delito e que este não havia confirmado as sevícias.¹⁴¹

Segundo o Chefe de Polícia, o escravo Belisário, pertencente a José Severiano de Lima, não trazia quaisquer sinais de “ter sido barbaramente seviciado”, contudo, era verídica a informação de que se achava algemado quando foi apresentado a ele na noite do dia 08 de dezembro de 1887, sendo que o deputado e conhecido abolicionista Manoel Joaquim de Lemos teria sido o responsável por levar o fugitivo até a chefia de polícia. Após passar uma noite na cadeia, Belisário foi posto aos cuidados de Bernardino Augusto de Lima, nomeado seu depositário legal enquanto demandava a liberdade.¹⁴²

No dia 06 de fevereiro João Calisto, José, Cassiano, Antonio Ferreira, Antonio Cesário, Bernardino e Sabino, fugitivos do município de Santa Bárbara, resolveram bater às portas das autoridades policiais da Capital. Tendo declarado serem escravos de João Pires Pontes e “outros residentes no termo de Santa Bárbara”, alegaram ter fugido por que seus respectivos senhores “não lhes davam alimento suficiente nem o necessário vestuário”. Após colher o depoimento dos escravos, o delegado ordenou que fossem eles recolhidos à cadeia, permanecendo “inteiramente isolados dos criminosos”, determinando ainda que seus senhores fossem avisados de seu paradeiro a fim de reclamá-los. Entretanto, como no caso dos escravos de Furquim, o advogado Camillo de Brito, em conjunto de outros cidadãos, impetrou um

¹⁴⁰ GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 1884. BN

¹⁴¹ POL 104, folha 10 verso. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 11 de janeiro de 1888. APM

¹⁴² POL 104, folha 16 verso, registro 75. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 17 de janeiro de 1888. APM

pedido de *habeas corpus* a favor dos sete escravos no Tribunal da Relação, pedido deferido pelos magistrados no dia 14 de fevereiro.¹⁴³

Naqueles tempos de últimos lampejos de vida da escravidão, a interferência, pelas vias judiciais ou não, a favor da liberdade, especialmente dos fugidos, preocupava o Chefe de Polícia e atiçava a ira de proprietários.

Em Jaguari, na porção sul da província, Hylário, Januário e Manoel, foram recolhidos à cadeia por terem fugido do domínio de senhor, o alferes Joaquim da França, residente em Cambuí. Entretanto, Francisco Escobar, Adjunto do Promotor Público daquela comarca, e Américo Correa, 3º Suplente do Subdelegado do distrito daquela cidade, trataram de ordenar (e conseguir) a soltura dos escravos. A libertação dos três escravos não foi bem recebida por Levindo Ferreira Lopes. O Chefe de Polícia repreendeu o subdelegado e demitiu o carcereiro “que cumpriu a ordem manifestadamente ilegal da dita autoridade mandando por em liberdade indivíduos detidos a ordem de autoridade superior”.¹⁴⁴

A intromissão nos negócios da escravidão foi um componente importante para o acirramento dos ânimos entre senhores escravistas, agentes da Justiça e abolicionistas, sendo estes muitas vezes considerados inimigos da ordem e, claro, do sacrossanto direito à propriedade.

Em correspondência reservada remetida à presidência da província, Levindo Lopes informou que os juízes do município sul mineiro de Três Pontas haviam lhe comunicado a ocorrência de graves distúrbios naquele rincão. No dia 12 de agosto de 1887, um grupo de 300 cavaleiros teria se concentrado nos “subúrbios da cidade”, com a intenção de resgatar, “à viva força”, uma escrava que se achava em poder do alferes Custódio Vieira de Britto, promotor público daquela cidade, alegando ser aquele fato ilegal. O possível confronto entre os “cavaleiros” e o promotor (que já havia mobilizado o mesmo número de colaboradores) teria sido evitado pela intervenção dos magistrados que conseguiram dissuadi-los “com a promessa de ser entregue a dita escrava a favor da qual e com o fim de por termo a questão, diversas pessoas cotizaram-se para sua liberdade”.¹⁴⁵

Uma nova correspondência reservada informou que não haviam sido deslocados reforços para Três Pontas por conta de o conflito ter de fato arrefecido. Também houve

¹⁴³ POL 104, folha 61 verso, registro 267. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 03 de março de 1888. APM

¹⁴⁴ POL 104, folha 68, registro 301. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 08 de março de 1888. APM

¹⁴⁵ POL 98, folha 86. Série correspondência expedida (correspondência reservada). Ouro Preto, 22 de agosto de 1887. APM

confirmação que a pivô da confusão, a escrava pertencente a Francisco Antonio dos Reis, havia sido libertada mediante pagamento de indenização ao seu senhor.¹⁴⁶

A documentação não revela por quais razões a escrava estava sob a proteção do promotor local, mas pode-se imaginar, dentre outras possibilidades, que ela estivesse tencionando demandar sua liberdade pela Justiça ou mesmo fugindo de possíveis maus tratos. O caso é que a fim de defender o sagrado direito de propriedade, Francisco Antonio dos Reis mobilizou, provavelmente com apoio de outros proprietários, uma reação que conseguiu intimidar as autoridades judiciárias de Três Pontas. Se não teve a escrava de volta, como sua propriedade, teve nas mãos a indenização por sua liberdade.

Observando conflitos ocorridos na província de São Paulo, Maria Helena Machada constatou que “congregados em bandos armados, sempre sob a direção dos mais poderosos, os fazendeiros não se acanhavam em ameaçar pelas armas advogados, juízes e delegados que não demonstrassem identificação estrita com seus interesses”.¹⁴⁷

Quanto mais fugas, acoitamentos e procuras à Justiça, mais raivosamente responderam os senhores escravistas. No dia 15 de março de 1888, o deputado abolicionista Manoel Joaquim de Lemos, acompanhado por Horácio de Andrade, foram à presença do Chefe de Polícia informá-lo que “fazendeiros e outras pessoas residentes nos termos de Piranga e outros”, pretendiam ir armados até a velha Capital, “a fim de tomar um [desforço]” dos abolicionistas. Diante da denúncia, Levindo Lopes dirigiu uma circular aos delegados dos termos vizinhos a Ouro Preto, solicitando que “dissuadam essas pessoas de tal propósito caso seja exata a participação que fizeram”.¹⁴⁸

Os distúrbios que envolveram o abolicionista Américo Gomes Ribeiro da Luz, na cidade sul mineira de Muzambinho, discutidos no terceiro capítulo a partir da reverberação que tiveram na imprensa, também foram citados na documentação policial.

Em correspondência datada de 17 de março de 1888, Levindo Ferreira Lopes confidenciou à presidência da província que, mediante ao avanço das libertações na vizinha São Paulo, os escravos da cidade de Muzambinho começaram para lá se retirar, aproveitando a pouca distância da divisa entre as províncias. Com a debandada em direção às terras paulistas, os fazendeiros acabaram por apontar o Dr. Américo Luz como responsável, tendo ele sido ameaçado por uma turba de uma centena homens que tinham como alvo sua

¹⁴⁶ POL 104, folha 26 verso, registro 121. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 25 de janeiro de 1888. APM

¹⁴⁷ MACHADO, Maria Helena. *O Plano e o Pânico*. Op. cit., p.84.

¹⁴⁸ POL 104, folha 79 verso, registro 345. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 16 de março de 1888. APM

residência. Em resposta à ameaça dos fazendeiros e seus capangas, o conhecido abolicionista teria tratado de fortificar sua residência, reunindo em torno dela 200 pessoas armadas. Diante do risco de um derramamento de sangue, Levindo solicitou autorização para o envio de reforços à Muzambinho, a fim de garantir a plena manutenção da ordem pública, além de “garantir a existência do referido Dr.”.¹⁴⁹

O Chefe de Polícia tratou ainda de solicitar ao promotor do município de Caldas que se dirigisse até Muzambinho a fim de poder prestar assistência às autoridades daquela cidade, no sentido de evitar os enfrentamentos entre abolicionistas e fazendeiros.¹⁵⁰

Rapidamente, a notícia sobre o clima de tensão na cidade de Américo Luz se espalhou por outras cidades do sul de Minas, instalando o medo entre as autoridades. O presidente da Câmara Municipal de Itajubá solicitou que uma força policial fosse enviada para a cidade a fim de que pudesse “fazer face a perturbação da ordem pública que passa haver ali, em razão de quaisquer movimento de escravos a qual se dá nas localidades vizinhas, visto o movimento abolicionista em tais lugares aspirar sérios receios”.¹⁵¹ Para Levindo Lopes, os receios eram mais que fundados, visto que

os movimentos abolicionistas que se estão dando no termo de Muzambinho e outras partes do sul da Província, por isso julgo conveniente tomarem-se medidas regulares no sentido de garantir-se a segurança individual e de propriedade dos habitantes daquela zona e a que julgo mais eficaz é a de se mandar uma força de Cavalaria de linha, composta de um oficial e dez praças, a fim de estacionar em Itajubá, donde poderá facilmente atender as reclamações das autoridades de outros termos prestando-lhes o auxílio de que precisarem – (ofício de 15 do corrente)
Dr. Levindo.¹⁵²

Com um efetivo reduzido a duas praças, as autoridades de Itajubá chegaram mesmo a ameaçar pedir demissão de seus cargos caso o governo provincial não disponibilizasse o auxílio solicitado.¹⁵³ Ao que parece, a precariedade das forças policiais naquela região eram tamanhas que sobrou para o Chefe de Polícia de São Paulo a tarefa de acudir as autoridades de Muzambinho. Ao transmitir notícias fornecidas pelo comandante do destacamento presente naquela cidade, o chefe da polícia paulista informou

estar em paz aquela cidade, posto que não se possa confiar que assim permaneça, pelo que consultava se devia ali continuar com a força sob seu comando. Em

¹⁴⁹ POL 104, folha 80, registro 347. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 17 de março de 1888. APM

¹⁵⁰ POL 104, folha 82, registro 354. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 19 de março de 1888. APM

¹⁵¹ POL 104, folha 88, registro 376. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 22 de março de 1888. APM

¹⁵² Idem, ibidem.

¹⁵³ POL 104, folha 105 verso, registro 471. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 12 de abril de 1888. APM

telegrama da mesma data, pedi ao Dr. Chefe de Polícia referido que transmitisse ao dito capitão a minha resposta pela afirmativa até nova ordem.¹⁵⁴

Em meio à aparente retomada da ordem, o promotor da comarca de Caldas permanecia em Muzambinho a pedido do Chefe de Polícia, tendo a incumbência de dirigir as investigações do assassinato de um soldado, além do “atentado que se diz ter sido premeditado contra o Dr. Américo Luz, por fazendeiros daquele termo”.¹⁵⁵

Outro caso de tensão e violência foi confirmado pela documentação policial foi o incidente envolvendo o estudante abolicionista Luiz José da Silva Jr. (Lívio Sérgio) em Ouro Preto, comentado no capítulo anterior.

Em correspondência datada do dia anterior à abolição, Levindo Lopes informou à presidência que “eram fundados os receios que manifestou o estudante Luiz José da Silva”, em uma carta enviada ao próprio presidente da província, manifestando receio de ser hostilizado pelas ruas da capital. Às 2 horas da madrugada daquele dia, foi distribuído “um boletim convidando a população desta Capital a fazer-lhe uma manifestação hostil”, fato que fez com que o estudante se retirasse ao amanhecer rumo à estação ferroviária de José Correa. Mesmo com a retirada do estudante abolicionista, o Chefe de Polícia reforçar o policiamento a fim de se evitar “qualquer alteração da ordem pública”. Não obstante, em meio às informações sobre a hostilidade sofrida pelo estudante, Levindo Lopes afirmou ter o Secretário da Escola de Minas lhe assegurado que Luiz José não estava matriculado naquela instituição de ensino.¹⁵⁶

O passeio pela farta documentação produzida pelo corpo policial de Minas Gerais demonstra que o reino da tranquilidade, pintado especialmente nos relatórios oficiais eram, em grande medida, uma ficção da realidade. Especialmente os dois últimos anos de vigência escravista foram temperados com doses de tensão, salpicadas por episódios de violência motivados tanto pela crescente insubmissão dos cativos, pelo apego dos senhores e insistência de muitos abolicionistas.

A despeito da pecha conservadora que lhe era imputada, e da face ordeira moldada na retórica de seus administradores, Minas Gerais conteve em si muitas faces de um processo de desagregação escravista. As Minas são muitas e nenhuma delas é uma ilha inerte à onda abolicionista que banhou o país.

¹⁵⁴ POL 104, folha 96 verso, registro 430. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 04 de abril de 1888. APM

¹⁵⁵ POL 104, folha 127, registro 584. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 28 de abril de 1888. APM

¹⁵⁶ POL 104, folha 139 verso, registro 554. Série correspondência expedida. Ouro Preto, 28 de abril de 1888. APM

Capítulo 5 - “Entre salões, e ruas”: as festas abolicionistas em Minas Gerais.

5.1 - A “ouverture”

Quando a notícia “alvissareira” da Abolição chegou às tortuosas ladeiras da antiga capital de Minas Gerais, Ouro Preto, um dos muitos jovens estudantes que por ali circulavam afirmou ter presenciado um verdadeiro “transbordamento de alegria”. Aurélio Pires, que havia acompanhado de perto toda luta pelo fim da escravidão, registrou anos mais tarde em suas memórias as cenas vibrantes da comemoração regada pelo “bimbalhar de todos os sinos de todas as igrejas, e pelo estrugir de milhares de foguetes, a festejarem o decreto redentor”.¹ A notícia da assinatura da chamada Lei Áurea, assinada em pleno domingo, viajou ligeira (para a época) pelos cabos telegráficos já existentes, desencadeando uma explosão em forma de festa que, inclusive, sepultou qualquer possibilidade de reação contrária por parte daqueles que ainda se apegavam ao “velho sistema”.² Entretanto, bem antes da assinatura do “decreto redentor”, as festas já eram um componente essencial na luta pela liberdade.

Ao longo da década de 1880, derradeiros anos da escravidão no Brasil, o movimento abolicionista adotou, entre outras estratégias, a realização de festas, quermesses, *meetings* e peças teatrais na intenção de propagar os variados projetos que visavam o fim daquilo que chamavam de “cancro roedor da nação”. Muitas vezes identificado como um movimento que ocupava apenas os salões do Império, o abolicionismo também alcançou ruas, portos, senzalas e demais espaços por onde os diversos atores que compunham o complexo cenário social brasileiro circulavam, fazendo com que as ideias de liberdade engendradas no seio das elites ganhassem interpretações muito diversas. Ao ir além dos teatros e salões de baile, onde a “boa sociedade” dava o tom dos eventos festivos organizados pelos clubes abolicionistas, espalhados pelo Império, os já polissêmicos reclames de liberdade ganharam novos rumos, ao, nas palavras de Maria Helena Machado, interagirem com “estratos sociais perigosamente instáveis”, com destaque para os maiores interessados no fim da escravidão, os escravos.³

Obviamente, muitos dos que se auto-intitulavam “arautos da liberdade” quiseram que suas bem lapidadas palavras sufocassem os brados vindos das ruas, temendo, por exemplo, as consequências do contato direto com os cativos e demais membros do “populacho”.⁴ A despeito dos temores existentes entre não poucos militantes da liberdade, ocorreram interações decisivas entre a chamada “*arraia miúda*” e os vários grupos abolicionistas, tendo

¹ PIRES, Aurélio. Op. cit., p.84.

² SILVA, Eduardo. Integração, globalização e festa. Op. cit., p.111.

³ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico*. Op. cit., p.146.

⁴ MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados*. Op. cit.

como resultado a mescla de ideias de natureza bem diversa e complexa.⁵ Império a fora, os discursos estampados nos jornais ou pronunciados nos *meetings* e demais manifestações organizadas pelos abolicionistas, chamavam a atenção dos setores populares das *urbes*, que mesmo de forma turbulenta e desorganizada, sentiam-se atraídos pelas palavras que ecoavam pelas ruas.⁶

O objetivo deste capítulo é tentar observar, através da análise das notícias estampadas na imprensa, bem como de relatos de memória, como essas interações entre o discurso que nasceu nos salões e os atores sociais que circulavam pelas ruas da *urbe* podem ter ocorrido em Minas Gerais. Não obstante, tenciona-se ainda observar como as “reuniões festivas” dos abolicionistas mineiros se apresentaram nas diversas regiões mineiras, espaços tão distintos.

Como já discutido no primeiro capítulo, a categoria espaço será entendida aqui como produto das relações sociais, fruto da ação humana, ou, como afirmou o geógrafo brasileiro Milton Santos, “um conjunto de relações através de funções e de formas, que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente”.⁷ Não obstante, os espaços serão vistos ainda como ambientes perpassados por diferentes tipos de sociabilidade, nichos de convívio social desde os contatos mais rígidos até aqueles de caráter mais plural, que abrangem as interações quotidianas, caso dos locais públicos, como a rua. Os interstícios de cada ambiente ou campo de sociabilidade e o consequente trânsito de cada ator social entre esses espaços são importantes para que possamos compreender o desenrolar das ações e a forma como dialogavam entre si.⁸

Já com relação às festas analisadas, cabe ressaltar que estas não serão entendidas aqui apenas como expressão do universo cultural tido como dominante, tampouco, no caso das festividades tidas como populares, como uma espécie de válvula de escape dos dominados em relação à hegemonia exercida pelas elites. As festas serão compreendidas aqui como campo de encontro, trocas ou circularidade cultural, ambiente aberto para o exercício de influência recíproca, ou mesmo enfrentamento, entre os diversos segmentos sociais.⁹ Como

⁵ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico*. Op. cit.

⁶ Idem, ibidem, p.148; SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravidão*. Op. cit.; SANTOS, Cláudia Andrade dos. Op. cit.

⁷ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico*. Op. cit., p.148.

⁸ SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. Op. cit., p.153.

⁹ Sobre o conceito de sociabilidade veja: LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1995.

⁹ Acerca das discussões sobre os usos e significados da festa, bem como o conceito de circularidade cultural, consulte: DUVIGNAUD, Jean. *Festas e Civilizações*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará; Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de*

destacou Raquel Soihet, a festa não contém apenas aspectos da chamada cultura dominante, mas também “elementos próprios da cultura popular, com suas tradições, seus símbolos, suas práticas. A festa é local de encontro e lazer desses grupos, nela ocorrendo uma influência recíproca entre ambos os segmentos”.¹⁰ Através das festas é possível acessar determinada coletividade e seu tempo, observando a forma como seus significados mudaram ao longo do tempo, “contendo as paixões, os conflitos, as crenças e as esperanças de seus próprios agentes sociais”.¹¹

5.2 - Entre o salão e a rua

A realização de encontros ou reuniões de caráter festivo foi uma das principais estratégias adotadas pelos abolicionistas brasileiros, sendo entendidos como uma oportunidade de propagação de seus projetos de abolição e divulgação de suas ações. Império a fora, esses eventos seguiam quase sempre o mesmo programa: apresentações musicais e/ou teatrais, seguidas de efusivos discursos e, por derradeiro, a distribuição de cartas de alforria a alguns “sortudos”.¹²

O uso do ambiente das festas como foco de propaganda abolicionista teria surgido no meio teatral, inaugurando “uma fórmula de equilíbrio mágico entre ficção e realidade”.¹³ De acordo com Eduardo Silva, no dia 27 de junho de 1870, ao fim de um “benefício”¹⁴ organizado por ocasião da despedida do ator italiano Ernesto Rossi dos palcos da Corte, atores brasileiros da Companhia Fênix homenagearam o colega estrangeiro libertando, em cena aberta, uma “pardinha de 2 anos de idade”, sensibilizando tanto o público que lotava o Teatro Lírico Fluminense quanto o homenageado que em seguida dirigiu à plateia um emocionado discurso a favor do fim da escravidão.¹⁵ Com porções de ficção (teatro e música)

um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989; DARTON, Robert, *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro, Graal, 1986; GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. Tradução Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

¹⁰ SOIHET, Raquel. O drama da conquista na festa: reflexões sobre resistência indígena e circularidade cultural. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.9, 1992, p.46.

¹¹ ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999, p.38. Sobre festas em Minas Gerais, ver, entre outros: CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: festa cívica em Minas Gerais – 1815-1845*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002; ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Folganças Populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFGM; Fapemig; FCC, 2008.

¹² SILVA, Eduardo. Resistência negra, teatro e abolição da escravatura. Op. cit.; SANT’ANNA, Thiago. “Noites abolicionistas”: as mulheres encenam o teatro e abusam do piano na cidade de Goiás (1870-1888). *OPIS - Revista do NIESC*, Vol. 6, 2006.

¹³ SILVA, Eduardo. Resistência negra, teatro e abolição da escravatura, p.02.

¹⁴ Espetáculo especial cuja renda revestia em favor de um artista, geralmente a grande estrela, e não da companhia teatral como um todo. SILVA, Eduardo. Resistência negra, teatro e abolição da escravatura, p.02.

¹⁵ SILVA, Eduardo. Resistência negra, teatro e abolição da escravatura. Op. cit., p.02.

e realidade (propaganda abolicionista e libertação de escravos) estava criado aquilo que Eduardo Silva nomeou de “fórmula Rossi”, a perfeita combinação de entretenimento e propaganda através da qual os espectadores seriam convencidos da necessidade da abolição através da emoção gerada pelo “espetáculo de beneficência”.¹⁶

As conferências abolicionistas da Corte, inauguradas em junho de 1880, por iniciativa da Associação Central Emancipadora e capitaneadas inicialmente pelos intelectuais negros Vicente de Souza e José do Patrocínio, não deixaram de seguir a “fórmula Rossi”, aliando os discursos doutrinários a um “espetáculo teatral, artístico e cultural completo”. O douto conferencista dividia a cena com artistas e os novos prodígios da militância abolicionista. Daí em diante a “fórmula” se estendeu às *matinéés* abolicionistas que elevaram o tom artístico, atraindo um público cada vez maior, ao apresentarem uma programação dividida entre apresentação de orquestra, discursos, representações teatrais e poéticas, e finalmente os “benefícios abolicionistas”, integralmente dedicados à libertação de escravos em cena pública.¹⁷

Como destaca Celso Thomaz Castilho, ao observar o movimento abolicionista do Recife, a organização de eventos públicos por parte dos militantes da abolição, desde os grandes comícios aos bazares, foi responsável pela criação de uma nova “cultura política popular”, que as noções de “política” no Brasil da segunda metade do oitocentos.¹⁸ Não fugindo à “regra” criada pelos abolicionistas da Corte, a estratégia de combinar festa e propaganda esteve presente em salões e ruas de Minas Gerais.

Ouro Preto, centro do abolicionismo mineiro, também viu as agremiações ali organizadas lançarem mão da “fórmula Rossi”.¹⁹ A primeira festa abolicionista da antiga Vila Rica foi organizada em 1881, ano emblemático para o movimento devido à fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, entidade criada na Corte sob a inspiração da *British and Foreign Anti-slavery Society*, capitaneada por figuras como Joaquim Nabuco, André Rebouças, João Clapp, José do Patrocínio.²⁰

Organizada por uma plêiade de jovens da “boa sociedade” da antiga capital mineira, com a finalidade de homenagear a chamada Lei do Ventre Livre (1871) e seu propugnador, o visconde do Rio Branco, a festa chamou a atenção do redator do jornal *A Actualidade*, que a

¹⁶ Idem, ibidem, p.04

¹⁷ Idem, ibidem, pp.05-08

¹⁸ CASTILHO, Celso Thomaz. *Abolitionism Matters*. Op. cit., pp.xiii-xiv. Sobre o conceito de Cultura Política, veja: DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas – Definições, usos, genealogias. *Vária História*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, n. 28, 2001.

¹⁹ Ver capítulo 3 deste trabalho.

²⁰ CARVALHO, José Murilo. *Escravidão e Razão Nacional*. Op. cit., pp.36-37; CONRAD, Robert. Op. Cit., pp.172-173.

identificou como uma reunião esplêndida, como há muito não se via na capital. Regada à encenações teatrais, declamação de poemas e até a execução de um hino composto pelo autor de *A Escrava Isaura*, o famoso poeta e romancista Bernardo Guimarães, composto especialmente em homenagem à lei, não fugia à regra das festas abolicionistas de outras plagas. “E pois sincera homenagem – Rendamos ao grande vulto – Que aboliu a escravatura – E merece nosso culto – Em nossa pátria formosa não nasce mais prole escrava!...”. Assim cantavam os convivas que enxergavam na lei promulgada por Rio Branco a solução para o fim da escravidão. Em sua “formosa pátria” não nasciam mais escravos. A “instituição negreira” estava com os dias contados.²¹

A “fórmula Rossi” trazia consigo ali a construção do mito do herói visconde do Rio Branco, tido como o grande responsável pelo esmorecimento da nefasta “árvore da escravidão”, expediente muito usado especialmente pelos entre os correligionários conservadores. Todos os anos eram realizadas festas no dia da promulgação da Lei do Ventre Livre, 28 de setembro, na intenção de que a imagem heróica de Rio Branco fosse disseminada e cristalizada, sobretudo entre os escravos e libertos. A memória do visconde surge nesse discurso como uma espécie de redentor dos escravos, o responsável pela morte por inanição da escravidão, e que, de acordo com o hino cantado por aquela “inteligente plêiade de moços”, já havia praticamente decretado o fim do trabalho escravo. Segundo Raoul Girardet, a narrativa legendária e profética que constitui o mito político é composta por uma sucessão ou combinação de imagens associadas ao fato ou à figura que se pretende glorificar. Para o autor, “o tema do salvador, do chefe providencial, aparecerá sempre associado a símbolos de purificação: o herói redentor é aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más”.²² Forjar a imagem de salvadores da pátria é uma tática constituinte da cultura política brasileira, quiçá do mundo inteiro, desde muito tempo.²³

Anos mais tarde, em novembro de 1883, foi a vez de a recém-criada Sociedade Abolicionista Libertadora Mineira organizar uma festa em comemoração à posse de sua diretoria (ocorrida no dia 10 daquele mesmo mês), no paço da Assembleia Provincial. Os discursos doutrinários de costume foram seguidos da distribuição de duas cartas de liberdade, além de um “brilhante concerto musical” executado por “distintas senhoras” da sociedade ouropretana.²⁴ Alguns dias após a posse da diretoria definitiva da Sociedade, uma nota

²¹ A ACTUALIDADE. Ouro Preto, 04 de outubro de 1881. SIA-APM.

²² GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987, p.17.

²³ Sobre cultura política veja: BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp.349-363.

²⁴ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 15 de novembro de 1883. SIA-APM.

assinada por seu primeiro secretário, o estudante gaúcho Luiz Caetano Ferraz, que anos mais tarde se formaria engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto²⁵, informava que, a pedido de seu presidente, havia sido constituída uma comissão entre seus membros com o fim de organizar e recolher prendas para um bazar em prol dos fundos da entidade. Cômico de que as “excelentíssimas senhoras e cavalheiros” da capital, “aquiescentes das ideias do progresso social”, colaborariam com o ato de beneficência intentado pela Sociedade, o secretário informava que os donativos também poderiam ser depositados na casa do professor Archias Medrado, presidente da entidade.²⁶

Ideia semelhante tiveram os membros do Clube Abolicionista Mineiro Visconde do Rio Branco, que também organizaram um “grande festival-bazar” no dia 31 de dezembro de 1883, também no paço da Assembleia Provincial. Os bilhetes para a festa foram vendidos nas casas de alguns membros do Clube a 02 mil réis cada e o programa seria distribuído na entrada às 8 da noite.²⁷

A tómbola acabou sendo realizada apenas no dia 05 de janeiro do ano seguinte com brilho digno dos salões da Corte. O prédio da Assembleia foi logo tomado pela “deslumbrante elite da sociedade ouropretana” que era recebida na entrada pela banda de música do corpo de polícia que fazia o prelúdio do festival organizado em benefício “daquela humanitária associação”. O salão foi decorado com um dossel de veludo verde sob o qual se destacava o estandarte do Clube que exibia a mais famosa premissa positivista que, anos mais tarde, também figuraria na bandeira nacional: “Ordem e Progresso”.²⁸

Os presentes puderam apreciar um concerto musical dividido em duas partes, sendo a *ouverture* de cada sessão executada pelos professores da Sociedade Musical Henrique de Mesquita que interpretaram peças de Beethoven e Verdi. A apresentação dos músicos da corporação foi coroada com a entrega de uma placa de ouro ofertada pelo Clube Abolicionista Visconde do Rio Branco em sinal de agradecimento. O maestro Francisco Vicente Costa também recebeu uma bonita batuta com a qual teve a tarefa de reger sua orquestra. A execução das demais composições do programa ficou a cargo das “excelentíssimas Sras. Donas” Margarida Pinheiro, Elisa Santos, Luiza Medrado, Carlota de Lemos e do, “jovem e esperançoso”, Amynthas de Lemos, que “depois de executarem lindas peças no piano,

²⁵ Engenheiro de Minas com regalias de Civil, turma de 1888. Ainda como aluno montou o observatório meteorológico anexo à Escola, encarregando-se dele gratuitamente durante três anos. Desenvolveu diversos trabalhos como engenheiro em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Pernambuco. Assumiu o posto de professor na EMOP em 1910. A *ESCOLA DE MINAS: 1876-1976. 1º Centenário*. 1º volume. Oficinas gráficas da Universidade Federal de Ouro Preto, 1976, p.98.

²⁶ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 20 de novembro de 1883. SIA-APM.

²⁷ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 28 de dezembro de 1883. SIA-APM.

²⁸ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 16 de janeiro de 1884. SIA-APM.

arrancaram franca e ruidosa admiração dos espectadores!”. Às “inteligentes pianistas” foram oferecidos buquês de flores e diplomas de sócias honorárias do clube abolicionista.²⁹ Ao final de tantas outras demonstrações de habilidade musical, tiveram lugar as “ideias filantrópicas” dos senhores Dr. Joaquim Francisco de Paula e coronel Egydio da Silva Campos que concederam alforria a dois escravos, sendo as cartas de liberdade entregues pelo presidente do Clube, Chrockatt de Sá.

Quase que as alforrias passaram despercebidas ao redator do jornal *Liberal Mineiro*, que deixou transparecer em seu texto certa empolgação com a beleza da festa promovida pelo clube abolicionista que seguia à risca a “fórmula Rossi”. Mas tanta pompa não saltou apenas aos seus olhos. O jornal *A Província de Minas* publicou o programa do festival um dia antes e depois apenas comentou a entrega dos presentes ofertados pelo Clube aos músicos, recomendando ainda os serviços do ourives responsável, desprezando completamente as manumissões concedidas.³⁰ Tal quais os colunistas sociais hodiernos, os redatores pareciam estar mais interessados no brilho da “deslumbrante *elite* da sociedade ouropretana”.

Seguindo o exemplo das reuniões organizadas na Corte, descritas por Robert Conrad como “encontros alegres e exuberantes”³¹, as atividades realizadas pelas sociedades abolicionistas da capital mineira também esbanjavam “animação”. A programação das festas abolicionistas de Ouro Preto era bem semelhante às organizadas por seus colegas cariocas. Segundo observou Conrad,

Estas reuniões eram caracterizadas por um bem intencionado entusiasmo burguês. A oratória era precedida por intervenções literárias e números musicais, despertando o zelo dos participantes pouco a pouco. Ocasionalmente, um escravo recebia sua liberdade o que dava ao público uma possibilidade de aplaudir as pessoas que se beneficiavam de suas doações.³²

Assim como os companheiros do Clube Rio Branco, os membros da Sociedade Libertadora Mineira também organizaram um concerto musical com o fim de angariar fundos para suas atividades. Segundo o redator do *A Província de Minas*, o espetáculo realizado no paço da Assembleia Provincial no dia 17 de janeiro de 1884 “agradou muitíssimo ao numeroso e seletto auditório”. Mais uma vez, a tradicional sociedade ouropretana pôde desfrutar de um belo espetáculo que contou com a participação de inúmeros músicos da capital, além de várias de suas distintas senhoras que puderam mostrar seus dotes artísticos. O

²⁹ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 16 de janeiro de 1884. SIA-APM.

³⁰ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 04 e 10 de janeiro de 1884. SIA-APM.

³¹ CONRAD, Robert. Op. cit., p.181.

³² Idem, ibidem, p.182.

variado programa contou inclusive com a apresentação da sinfonia *O Guarani*, de Carlos Gomes, adaptada para o piano, e executada a quatro mãos pela “exma. Sra. D.” Carlota Lemos e pelo jovem pianista Amintas Lemos. Ao contrário do festival promovido pelo Clube Rio Branco, não existe nenhuma menção à distribuição de alforrias.³³

Frequentemente as duas entidades promoviam seus eventos e demais atividades nos mesmos locais. O Clube Rio Branco teve, inclusive, que desmarcar a segunda parte de seu festival originalmente programado para o dia 17 de janeiro de 1884 para 02 de fevereiro, em razão do concerto da Libertadora Mineira realizado no paço da Assembleia.³⁴ Dias depois, o Clube Rio Branco vendeu as prendas que restaram de seu bazar ao fim do espetáculo “*O Fronteiro D’África ou as três noites aziagas*”, peça encenada no Teatro Municipal a favor da Libertadora Mineira.³⁵

Ainda no ano de 1884, um texto intitulado “*A Vela do Jangadeiro*”, publicado no jornal *Liberal Mineiro*, assinado pelos professores do Liceu, Affonso de Britto (membro da comissão de sindicância da Libertadora Mineira) e Samuel Brandão, futuros redatores do jornal abolicionista homônimo³⁶, conclamava a população de Ouro Preto, e especialmente as sociedades abolicionistas, para festejarem o fim da escravidão na província do Ceará. Os mestres pediam que seus conterrâneos se juntassem às comemorações que ocorreriam por todo o Império no dia 25 de março de 1884, louvando a “generosa e mártir província do Ceará, educada na escola da desgraça [já naqueles tempos a província havia sido fustigada por uma dura seca], que quebrava para sempre os grilhões da escravidão”.³⁷

Ao planejar o primeiro passeio das festas abolicionistas pelas ruas da capital os professores também apelavam ao caráter dos filhos da antiga Vila Rica que não poderiam ficar indiferentes a tão notável acontecimento:

Ouro Preto, a antiga Vila Rica, onde aninharam-se [*sic*] os primeiros brasileiros que projetaram a liberdade do país, não pode ser indiferente a tão notável acontecimento.

Portanto, os abaixo assinados, reconhecendo os nobres sentimentos dos generosos filhos da terra de Tiradentes, que ainda hoje aspiram as auras suaves da liberdade, que se conservam intactas pela cordilheira de montanhas que nos cercam, ousam antecipar os votos de todos os amigos da liberdade, convidando-os a uma reunião no dia 16 do corrente, às 12 horas da manhã, em uma das salas da municipalidade, a fim de deliberar-se a maneira por que havemos de manifestar o nosso regozijo pela emancipação espontânea da província do Ceará.

O nosso convite é especialmente dirigido às sociedades emancipadoras da capital.

³³ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 31 de janeiro de 1884. SIA-APM.

³⁴ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 26 de janeiro de 1884. SIA-APM.

³⁵ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 05 de fevereiro de 1884. SIA-APM.

³⁶ Sobre os jornais abolicionistas de Ouro Preto, ver capítulo 3.

³⁷ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 15 de março de 1884. SIA-APM.

Os cidadãos,
 SAMUEL BRANDÃO
 AFFONSO DE BRITTO³⁸

Os “amigos da liberdade” acabaram ouvindo o chamado dos mestres. Foi formada uma comissão executiva, tendo à frente as sociedades abolicionistas Visconde do Rio Branco e a Libertadora Mineira, a fim de cuidar da organização da festa. Os festejos começariam às 5 horas da manhã ao som das explosões de fogos de artifício e com a banda de música da polícia percorrendo as ruas da capital. Às 15 horas sairia uma procissão cívica do paço da Assembleia “para qual estavam convidados todos os amigos da liberdade dos escravos”, tendo à frente os estandartes das sociedades abolicionistas conduzidos pelos presidentes Chrockatt de Sá e Archias Medrado. O préstito desfilaria pelas ruas da cidade retornando ao paço onde ocorreria uma sessão solene, contando com discursos de representantes das duas sociedades abolicionistas - Josephino Pires pela Visconde do Rio Branco e o “profecto” professor da Escola de Minas, Leônidas Damásio, pela Libertadora Mineira -, que em seguida distribuiriam cartas de alforria. Por fim, o programa ainda comportava a declamação de um poema por parte do “mimoso poeta diamantinense”, João Nepomuceno Kubitschek³⁹, e um concerto musical oferecido pelas “mais distintas” senhoras abolicionistas da capital.⁴⁰

As famílias da capital atenderam ao convite das sociedades abolicionistas. O jornal *A Província de Minas* descreveu todos os pormenores da festa que cumpriu, quase à risca, o programa pré-fixado pela comissão executiva. Os ouropretanos foram acordados pelo foguetório ao raiar do dia como um anúncio da “nova era na história da pátria”.⁴¹

Os presidentes das sociedades abolicionistas, o professor da Escola de Minas e “iniciador da ideia abolicionista na capital”, Dr. Archias Medrado; e o diretor das obras públicas, o engenheiro positivista Chrockatt de Sá; marchavam triunfantes à frente do préstito da liberdade “despertando no coração dos habitantes o entusiasmo pelo grande dia”. Precedidos pela banda de música do corpo policial, seguiam desfraldados os estandartes de cada sociedade. O da Libertadora Mineira, de cor grená e bordado a ouro, trazia, simbolizando o progresso, a figura de uma mulher empunhando uma tocha com a mão direita e apontando o horizonte com a esquerda, “como se convidasse o povo a segui-la na

³⁸ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 15 de março de 1884. SIA-APM.

³⁹ Professor, poeta e jornalista natural da cidade do Serro, Minas Gerais (1843). Entre 1883 e 1885 desempenhou as funções de Diretor da Instrução Pública de Minas. Tio-avô do futuro presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira. MONTEIRO, Norma de Góis (Org.). *Dicionário Biográfico de Minas Gerais*. Op. cit.

⁴⁰ SIA-APM - LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 29 de março de 1884. SIA-APM

⁴¹ SIA-APM - A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 27 de março de 1884.

peregrinação luminosa”. Já o do Clube Rio Branco, trazia um losango com a divisa positivista Ordem e Progresso, palavras que, na opinião do redator do *A Província de Minas*, “resumem a síntese do desenvolvimento sociológico”.⁴²

Entre as várias saudações que a marcha abolicionista teria recebido nas ruas da capital, o redator destacou as recebidas por parte do “belo sexo”. As flores atiradas sobre os estandartes saudando o préstito simbolizavam a adesão do sexo feminino à causa abolicionista:

Essa explosão de entusiasmo tinha um grande significado de parte do belo sexo. Representantes da moral na família, entes sensíveis por excelência, saudando a marcha cívica em honra do Ceará, como que sentiam em si todo o horror que inspira essa palavra – escravo – tûmulo frio e sinistro da personalidade humana. É que os grandes pensamentos vêm do coração, como diz Vauvenargues, e a mulher, conjunto de sentimentos afetivos, não podia por certo deixar de abraçar essa causa humanitária....
Pois bem, entre risos, filhos da alegria sincera que tinham, elas atiravam flores....
Hurrah! Mil vezes hurrah!
É a conquista maior dos abolicionistas.
Conquistado o coração da mulher, a causa é ganha.⁴³

A participação das mulheres nas festividades organizadas pelas sociedades abolicionistas de Ouro Preto é algo marcante, sobretudo no que diz respeito às apresentações musicais. Segundo Thiago Sant’Anna, que observou o papel feminino nas “noites abolicionistas” organizadas na cidade de Goiás, a atuação das mulheres na campanha abolicionista, na forma de protagonistas das apresentações artísticas, acabava por atenuar a distância entre o movimento e a sociedade em geral.⁴⁴ Ainda segundo o autor, os festivais abolicionistas teriam ainda contribuído para a disseminação dos modelos de comportamento incorporados pela elite, bem como para a visibilidade política das mulheres que através de sua participação nas festas buscavam sua inserção como sujeitos e não como meros elementos decorativos.⁴⁵

Também Ângela Alonso destacou o fato de que a multiplicidade social do movimento abolicionista ter dado espaço para “inclusão política de gênero”, em uma época em que uma miríade de diretos era negada às mulheres. Segundo a autora, as mulheres tiveram acesso ao universo abolicionista por três vias: pela filantropia, através, por exemplo, das “associações dedicadas especificamente à libertação de crianças e de escravas”; “de braço com marido, pai ou irmão abolicionista”, sendo introduzidas no mundo da política pelos homens da família; ou

⁴² A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 27 de março de 1884. SIA-APM.

⁴³ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 27 de março de 1884. SIA-APM.

⁴⁴ SANT’ANNA, Thiago. “Noites abolicionistas”. Op. cit. p.69.

⁴⁵ Idem, ibidem, pp.71,76.

pelo mundo da arte, por onde “artistas, escritoras e principalmente cantoras e atrizes, mulheres livres dos impedimentos da família tradicional”, conseguiram adentrar o mundo abolicionista, como foi o caso de Chiquinha Gonzaga.⁴⁶

Havia sim hierarquia entre os e as abolicionistas. Em uma sociedade tradicional, a distinção de gênero é crucial. Mas os abolicionistas produziram uma politicização da vida privada, envolvendo mulheres e crianças na propaganda, por exemplo, caso da “matinée musicale” totalmente feminina, que João Clapp organizou no Rio de Janeiro, em 6 de fevereiro de 1881 (Associação Central Emancipadora, Boletim n.8, 20/3/1881, p. 19).

Muitas dessas mulheres tomaram parte ativa em associações masculinas ou criaram suas próprias. Não só na capital, onde se suporia maior tolerância. Pelo menos 26 sociedades abolicionistas femininas se formaram ao longo da campanha, situadas em 10 das 20 províncias do Império; 18 delas exclusivamente de mulheres.⁴⁷

A experiência da constituição de uma agremiação emancipadora feminina pode ser observada através da fundação, em abril 1884, da Sociedade Abolicionista Filhas do Calvário, em Uberaba.⁴⁸ Entretanto, como destacou Florisvaldo Ribeiro Júnior, faltam informações que permitam definir com clareza a natureza das atividades da Sociedade Filhas do Calvário, até mesmo a confirmação da atuação feminina, já que todo processo de organização da agremiação foi capitaneado por homens, deixando clara a necessidade de pesquisas futuras.⁴⁹

Corroborando com Alonso, Roger Kittleson constatou que o movimento abolicionista brasileiro possibilitou um alto grau de visibilidade para as mulheres, tendo elas participado de boa parte das manifestações públicas organizadas, como as campanhas de arrecadação de donativos para compra de alforrias. A “feminização” do movimento, não só através da presença, mas de qualidade tidas como inerentes às mulheres do Brasil da segunda metade do XIX, como a caridade, teria atendido aos pedidos de líderes como José do Patrocínio, para quem a libertação viria “libertação através da magia de sua graça”.⁵⁰ Ainda segundo Kittleson, a presença feminina no abolicionismo brasileiro encontra seu paralelo nos abolicionismos organizado no mundo Atlântico, como na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos,

⁴⁶ ALONSO, Ângela. Associativismo avant la lettre - as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, pp.186-187.

⁴⁷ Idem, ibidem. Dentre as agremiações abolicionistas femininas arroladas pela autora, não consta nenhuma de Minas Gerais.

⁴⁸ MONITOR UBERABENSE. Uberaba, 04 de maio de 1884. BN

⁴⁹ RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. *De batuques e trabalhos*. Op. cit., p.75.

⁵⁰ KITTLESON, Roger A. Women and Notions of Womanhood in the Brazilian Abolitionism. In: SCULLY, Pamela; PATON, Diana. *Gender and Slave: Emancipation in the Atlantic World*. Durhan and London: Duke University Press, 2005, pp.99-120. Ver também do mesmo autor: KITTLESON, Roger A. “Campaign all of Peace and Charity”: Gender and the Politics of Abolitionism in Porto Alegre, Brazil, 1879-88. *Slavery & Abolition*, Vol. 22, No. 3, December 2001, pp.83-108

onde as mulheres participaram maciçamente da campanha pela abolição.⁵¹ Entretanto, a participação feminina, apesar de ampla e importante, não conseguiu romper, naquele momento, as amarras de uma sociedade predominantemente machista, proporcionando avanços em relação a direitos de participação no mundo formal da política, pelo voto, por exemplo.

De fato, a participação feminina no movimento não pode ser considerada um mero adorno, tendo elas desempenhado um papel importante, por exemplo, em relação à arrecadação de fundos para a compra de alforrias, fosse percorrendo as cidades, batendo de porta em porta, ou exibindo dotes musicais nos espetáculos de salão.

Em Ouro Preto, quando da tentativa de se libertar a cidade por meio da compra da alforrias dos escravos que ali ainda restavam, nos anos de 1886 e 1887, uma empreitada da “*écclática*” Sociedade Libertadora Ouopretana, que não logrou êxito, a presença feminina foi central na campanha de arrecadação de fundos. Em dezembro de 1886, diretoria da Sociedade formou 14 comissões que ficaram responsáveis fazer o recenseamento dos “*escravizados*” existentes na capital, a fim de conseguir sua liberdade gratuitamente ou mediante prestação de serviços, tentando ainda “*angariar quotas e mensalidade; obter donativos e prêmios, para a organização de leilões, tómbolas e quermesses*”.⁵² Para cada comissão, responsável por regiões da cidade, foram indicados dois trios femininos e masculinos, sendo que a maioria das mulheres 42 mulheres envolvidas não trabalharam ao lado dos maridos.⁵³

Voltando às comemorações do dia 25 de março em Ouro Preto, após a intervenção feminina, os participantes da marcha retornaram ao paço da Assembleia Provincial em meio ao confuso burburinho que ali se formava. A praça em frente, nas palavras da imprensa, “*regurgitava gente*”. “*O povo apinhado em burburinho confuso percorria as estreitas ruas do pequeno jardim*”, tendo ao centro a coluna Saldanha Marinho erguida à memória do “*protótipo da liberdade*”, Tiradentes, e junto a ela havia ainda um coreto representando a jangada com que Francisco do Nascimento fechou o porto do Ceará ao tráfego de escravos.

“*Tudo era alegria, tudo era festa*”. Segundo o redator, a música inebriava os presentes. De um lado estavam as excelentíssimas senhoras da sociedade e do outro a “*massa confusa de todos os cidadãos, desde o presidente da província até o pobre operário*”, e, claro, escravos.⁵⁴ Ao fim de uma sessão recheada de discursos, como quase sempre, foram entregues duas cartas de alforria, uma por cada sociedade. A “*fórmula Rossi*” havia sido cumprida.

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 102.

⁵² LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 31 de dezembro de 1886. SIA-APM

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 27 de março de 1884. SIA-APM.

A abolição cearense não foi comemorada apenas na capital das “alterosas”. Na verdade, os festejos organizados pelos abolicionistas ouropretanos foram realizados ao mesmo tempo em que seus colegas da Corte e outros de várias partes do país saudavam o fim da escravidão na seca província do Ceará. Na capital do Império, a emancipação cearense foi recebida com clima de carnaval “que paralisou as atividades normais do Rio durante três dias e que criou um ímpeto que depressa resultou na libertação de partes da cidade”.⁵⁵ O *Clube Rio Branco* inclusive enviou representantes à festa ocorrida na Corte. Emissários desta “humanitária e filantrópica associação” foram o Dr. João Baptista Kossuth Vielli, Dr. Theóphilo Ribeiro de Resende e João Raymundo Duarte.⁵⁶

O préstito abolicionista percorreu as principais ruas da região central da antiga capital mineira⁵⁷, partindo da Praça de Tiradentes, passando pelas matrizes das paróquias de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto e de Nossa Senhora da Conceição do Antonio Dias, antigos arraiais que deram origem à Vila Rica no ano de 1711⁵⁸, retornando à Praça e ao Paço da Assembleia, local de concentração dos símbolos de poder da antiga capitania e, naquele momento, da província. Na mesma praça onde a cabeça do mártir da independência havia sido exposta no século anterior, o povo, embalado pela banda de música do Corpo de Polícia, se apinhava no centro do poder, cercado ali pela Casa de Câmara e Cadeia, pelo Palácio dos Governadores, pelo Fórum/Tribunal da Relação e pela Assembleia Provincial. Os abolicionistas montavam seu auto de paixão, carregado de significados políticos.

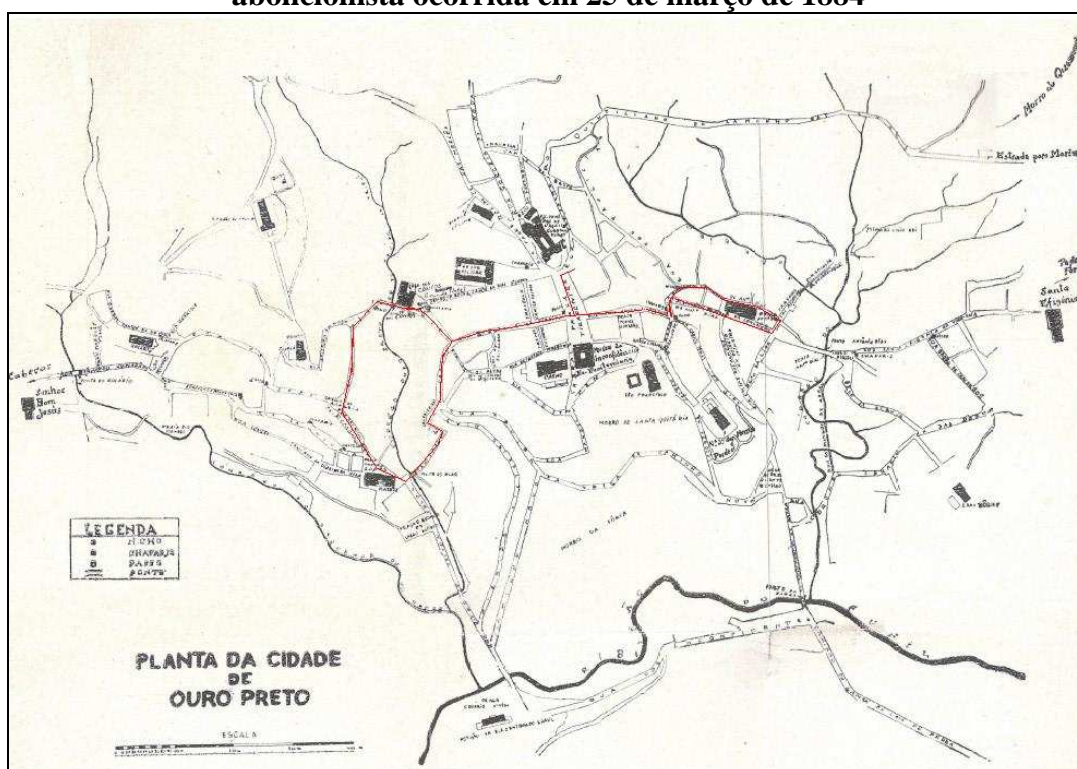
⁵⁵ CONRAD, Robert. Op. cit., p.236. Sobre as comemorações da abolição do Ceará em outras regiões do Império, consulte: CASTILHO, Celso Thomaz. *Abolitionism Matters*. Op. Cit.; FERREIRA, Lusirene. *Nas asas da imprensa*. Op. cit.

⁵⁶ LIBERAL MINEIRO. Ouro Preto, 20 de março de 1884. SIA-APM.

⁵⁷ A PROVÍNCIA DE MINAS. Ouro Preto, 27 de março de 1884. SIA-APM. De acordo com o jornal, o préstito abolicionista seguiu o seguinte itinerário: “Rua Direita, São José, Glória, Pilar, Paraná, Direita, Praça de Tiradentes, Cláudio da Costa até Antonio Dias”, retornando ao paço da Assembleia localizado na Praça de Tiradentes.

⁵⁸ KANTOR, Íris. A Leal Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p.147.

Mapa 18: Planta da cidade de Ouro Preto com destaque para o trajeto da passeata abolicionista ocorrida em 25 de março de 1884



Fonte: RUAS, Eponina. *Ouro Preto: sua História, seus templos e monumentos*. Ouro Preto: Ed. FFF, 1950, p.17. Apud BONSEMBIANTE, Marcella Marques. *Barão de Camargos: a razão clientelista em Minas Gerais (1840-1853)*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Direito, História e Serviço Social. Franca: 2006, p.65.

Outros espectadores também registraram a festa. José Pedro Xavier da Veiga mencionou as “esplêndidas festas populares”, promovidas pelas “beneméritas” associações abolicionistas *Visconde do Rio Branco* e *Libertadora Mineira* em suas *Efemérides Mineiras*:

Houve também, à noite, no paço da Assembleia Provincial, magnífico sarau musical-literário, sendo recitadas brilhantes poesias e proferidos belos discursos. Enorme concorrência popular e entusiasmo da mocidade generosa deram à gesta, de inolvidável alegria, o cunho da maior espontaneidade, ativando muito a abençoada propaganda abolicionista.⁵⁹

O primeiro evento organizado em conjunto pelos abolicionistas pelo visto deve ter chamado atenção de muita gente. Afinal de contas, era a primeira vez que as atividades das associações transgrediam de certa forma os salões da Imperial Cidade de Ouro Preto para tomar suas ruas. “Do presidente da província até o pobre operário”, aquela “massa confusa” que acompanhou o movimento do préstito, se deparava com algo novo. Mesmo em meio aos

⁵⁹ VEIGA, José Pedro Xavier da, 1849-1900. *Efemérides mineiras (1664-1897): índice onomástico*. Belo Horizonte: 1998.

signos do poder e culminando nos discursos e concertos musicais bem comportados de sempre, tamanha manifestação levava aos transeuntes da *urbe*, entre eles escravos e libertos, o tema da Abolição. O Ceará já se livrara “para sempre dos grilhões da escravidão”, restava aos ouropretanos imitar aquela província dando o exemplo às outras cidades mineiras.

Fotografia 4: Vista panorâmica da Praça Tiradentes - 1881



Fotografia de Guilherme Libencan. Acervo Fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória - IFAC/UFOP. *Apud* NATAL, Caion Meneguello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação (mestrado). UNICAMP. Campinas: 2007, p.22

Quase às portas da reta final para a Abolição, nos dias 29 e 30 de novembro de 1887, por ocasião do jubileu sacerdotal do presidente da *Sociedade Libertadora Ouropretana*, o Cônego Joaquim José de Sant’Anna, os abolicionistas da capital organizaram uma festa pública em honra do clérigo onde foram distribuídas inúmeras cartas de alforria. A festa parece ter servido ao mesmo tempo como palanque para a ideia abolicionista e também para os liberais, que ali homenageavam o chefe do partido na capital.

O principal palco dos festejos foi a igreja matriz de Antônio Dias, onde foram entregues “dezenas de cartas de liberdade a infelizes escravizados que jamais deixarão de bem dizer o quinquagésimo aniversário da ordenação de tão respeitável cidadão”.⁶⁰ O jornal *A Camélia* destacou como os dois dias de festa ficaram “santificados” especialmente nos

⁶⁰ A CAMÉLIA. Ouro Preto, 04 de dezembro de 1887. SIA-APM.

corações dos liberais, dos católicos e dos abolicionistas. Toda capital teria iluminado suas casas saudando o sacerdote e líder liberal com fogos de artifício, bandas de música e discursos carregados de sentimentos “religiosos, patrióticos, abolicionistas e liberais”:

Com tal festa os liberais da capital, elevando merecidamente tanto o mérito do venerando e prudente chefe deram um exemplo frisante de sua admirável união e disciplina, que os tornam um partido capaz de entrar em luta com os seus adversários; – os católicos, os sinceros progressistas, concorrendo com eles em merecido sinal de simpatia ao seu chefe na comarca eclesiástica, cumprirão sagrado dever que lhes impõe a nossa sublime religião – e os abolicionistas, com esforços gigantes, chamaram sobre si o olhar justiceiro do Mártir do Calvário, promovendo dezenas de liberdades desses entes condenados, por ímpias leis humanas, a sustentar em cômoda vida esses homens que se dizem filhos de Deus, e que vivem a custa do suor alheio – comprando e vendendo seus irmãos e até seus filhos, qual turco com a sua vitrina a tiracolo a procura de quem mais dá pelas suas miseráveis quinquilharias! Foi um dia Feliz!⁶¹

Em geral os dias de festa abolicionista eram descritos como dias felizes. Os redatores dos jornais sempre frisavam a forma ordeira e tranquila com que a ideia da liberdade ia se avolumando em simpatizantes. Senhores que acabavam de restituir a liberdade a seus escravos logo entravam para o rol de defensores da liberdade dado o “grandioso ato de humanidade”. As distintas senhoras da “tradicional família mineira” podiam manifestar seus dotes artísticos em meio aos discursos entusiasmados que defendiam os “miseráveis escravizados”. Nenhum tumulto relacionado aos *meetings* foi noticiado. Segundo os jornais, o protesto era “enérgico”, porém “sublime” o que fazia com que todos se dispersassem “na maior harmonia, ou antes, na maior fraternidade de ideia”.⁶²

A ordem que se tentava transmitir, no salão ou nas ruas, um suposto “império da harmonia”, representa no mais das vezes uma tentativa das elites letradas em imprimir um modelo de ordem e, porque não, de controle social. As festas são descritas como manifestações civilizadas, exercidas por personagens pintadas como verdadeiros exemplos a serem seguidos. As notas publicadas nos jornais destacam os nomes de abolicionistas, suas senhoras e proprietários escravistas que “humanitariamente” acabaram por abrir mão de sua “propriedade”. Já escravos e libertos, no discurso da elite letrada, acabam por habitar as coxias do teatro da “fórmula Rossi”, sem nome e sem destaque para além da carta de alforria recebida ao fim das festividades. Escravos e libertos muitas vezes são relegados ao posto de “objeto decorativo” ao invés de “sujeito” da Abolição.

⁶¹ A CAMÉLIA. Ouro Preto, 04 de dezembro de 1887. SIA-APM.

⁶² UNIÃO POSTAL. Ouro Preto, 13 de agosto de 1887. SIA-APM.

Segundo Lilia Schwarcz, sobretudo após a Abolição, as festas apresentavam um componente cada vez mais presente: a manutenção da ordem entre os libertos e sua permanência nas fazendas.⁶³ As festividades adquiririam cada vez mais um sentido teatral onde os papéis estariam muito bem demarcados: abolicionistas/senhores como protagonistas e escravos/libertos como coadjuvantes. Entretanto, não há como perder de vista a real possibilidade daqueles tidos como coadjuvantes elaborarem sua própria interpretação do “script” escrito pelas elites, redefinindo assim seu papel na história.

Falando em teatro, Segundo Regina Horta Duarte, durante o século XIX o teatro foi considerado como muitas vezes entendido como potencial instrumento civilizador, através do qual determinados elementos cívicos e morais, adotados pelas elites, poderiam ser ofertados à população. O espetáculo poderia ter um papel pedagógico, ensinando através do divertimento e, em grande medida, sendo até mais eficiente que uma escola, dirigindo-se às pessoas de todas as idades.⁶⁴ Ainda segundo a autora,

Agente de civilização e educação, o teatro servia como índice de progresso. As cidades se gabavam dos seus prédios, de seu gosto pelas apresentações ou, em outros casos, insistiam na urgente necessidade de se completarem com a valorização e o estímulo às artes cênicas.⁶⁵

Como um dos mais importantes ambientes de sociabilidade do oitocentos, permeável ao desenvolvimento de diversas experiências sócio-culturais, o teatro, como já destacado no início deste capítulo, foi também um dos principais espaços ocupados pelo abolicionismo, a partir do qual encontrou terreno mais que fértil para propagar as diversas ideias e projetos de abolição.

Evidente que os abolicionistas espalhados pelas Minas Gerais não se furtaram de utilizar do teatro como um de seus palanques, encenando peças de conteúdo propagandista, de autores nacionais e estrangeiros. Segundo Regina Horta, a encenação da peça *A Cabana do Pai Tomás*, do francês Dennery, em 1884 na capital Ouro Preto foi um sucesso, mesmo “com a péssima qualidade dos atores”. No caso, o conteúdo do texto teria feito com que a plateia aplaudisse “freneticamente cada fala defensora dos escravos, interrompendo a apresentação a todo momento”, sendo o vilão da história hostilizado a todo momento que entrava em cena.⁶⁶

⁶³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos Males da dádiva. Op. cit., p.35.

⁶⁴ DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 1993, p.152-153.

⁶⁵ Idem, ibidem, p. 153.

⁶⁶ Idem, ibidem, p. 187.

Das várias empreitadas teatrais presentes nos jornais mineiros, porém, chamou atenção a existência da Sociedade Dramática Abolicionista, fundada em Uberaba em 1884, a única do gênero encontrada e que, aparentemente, não teve vida longa. Um anúncio publicado no jornal *Waggon*, em sua edição de 02 de março de 1884 nos indica o primeiro indício das atividades da Sociedade, ao avisar da encenação de um “esplêndido drama histórico em 3 atos”, a ser encenado no Teatro São Luiz, acompanhado de outras atrações:

TEATRO S. LUIZ

S. D. ABOLICIONISTA

!!!

Domingo, 9 de Março

1ª apresentação nesta cidade, do esplêndido drama histórico em 3 atos, original brasileiro:

CAETANINHO

ou

O TEMPO COLONIAL

O ator Villarouco porá termo ao espetáculo, executando a infalível e eficaz
VARIAÇÃO DE RABECA

Os bilhetes de camarotes e plateia poderão ser procurados com o secretário – L. de Toledo.⁶⁷

Poucos dias depois do anúncio acima, o *Waggon* fez referência às atividades da agremiação dirigida pelo ator Belmiro Antonio Villarouco em um editorial, afirmando ser ela promotora de “bonitos dramas e comédias”, fornecendo ao “público delicioso entretenimento, instrui a mocidade naquela arte tão bela e concorre com o produto dos seus espetáculos para o humanitário fim da redenção dos cativos”.⁶⁸ Na mesma edição, foi publicado comentário sobre um “espetáculo ginástico”, realizado no dia 03 daquele mês, no qual havia sido encenado em benefício de dois cegos que se encontravam em Uberaba, “implorando a caridade pública”, anunciando para aquele dia o drama *Caetaninho*.⁶⁹

Já na edição do *Waggon* do dia 16 de março, trazia um comentário em relação à encenação de *Caetaninho*, “levado à cena pela humanitária S. D. Abolicionista”, afirmando que o “espetáculo correu magnificamente, sendo todos os papéis bem interpretados”. O papel

⁶⁷ O WAGGON. Uberaba, 02 de março de 1884. BN

⁶⁸ Idem, 09 de março de 1884. BN

⁶⁹ Idem, ibidem.

do protagonista havia sido interpretado pelo diretor Belmiro Villarouco, que, segundo a nota, “revelou ainda uma vez o seu notável talento artístico”. Logo após o *Caetaninho*, o público foi brindado ainda com a apresentação da comédia intitulada *Trinta botões*, muita aplaudida segundo os redatores do *Waggon*, que não poupou os atores abolicionistas de elogios e incentivos: “Dando nossos parabéns à *S. D. Abolicionista*, fazemos votos para que ela prossiga impávida à consecução do nobre fim a que humanitariamente se propôs. Avante!”. ⁷⁰

No dia 11 de maio daquele ano 1884, a Sociedade Dramática Abolicionista realizou a eleição dos membros de sua diretoria, reelegendo três de seus diretores, entre ele Villarouco, reconduzido ao posto de presidente:

S.D. ABOLICIONISTA

Em sessão do dia 11 deste procedeu-se a eleição dos membros da diretoria que tem de servir no segundo semestre. Foram eleitos:

Presidente – Belmiro Antonio Villarouco (reeleito)

Vice-presidente – Manoel Felipe de Souza

1º Secretário – Lafayette de Toledo (reeleito)

2º Secretário – João Fernandes

Tesoureiro – Joaquim Ignácio de Souza Lima (reeleito)

Procurador – João Júlio Vianna (reeleito) ⁷¹

Em meio aos elogios e exercícios de crítica teatral, os redatores do *Waggon* afirmaram que a Sociedade Dramática Abolicionista andava pari passu com sua congênere Filhas do Calvário, sendo sua “irmã mais velha”. Para o *Waggon*, a existência daquelas agremiações abolicionistas era um sinal de adiantamento e progresso, não só no se referia à “redenção dos cativos”, mas também em relação à educação dos habitantes da *Princesa do Sertão*:

A *S. D. Abolicionista* prossegue impávida em sua gloriosa tarefa de instruir, recriar e beneficiar.

Irmã mais velha da outra Sociedade Abolicionista – *Filhas do Calvário* -, avança de par com ela na magna e divina cruzada da redenção dos cativos. E quanto nos é grato lembrar que ainda neste particular a formosa *Princesa do sertão* é digna de encômios e do título fidalgo com que foi agraciada! É mais uma prova cabal e insuspeita do adiantado grau do seu progresso moral. ⁷²

No dia 23 de novembro de 1884, Villarouco utilizou as páginas do *Waggon* para convidar todos os sócios da Sociedade para uma reunião em sua casa, às cinco da tarde, a fim de “tratar-se de negócios urgentes e de interesse”, solicitando ainda que as senhoras a quem havia pedido prendas, fizessem “o obséquio de fazer entrega delas em casa do mesmo presidente ou dos srs. Pinheiro Júnior & Fernando; pois há necessidade de efetuar-se quanto

⁷⁰ Idem, 16 de março de 1884. BN

⁷¹ Idem, 18 de maio de 1884. BN

⁷² Idem, 13 de junho de 1884. BN

antes o leilão”. Não foi possível constatar a provável organização de um bazar, nem mesmo se ele tinha como objetivo arrecadar fundos para a promoção de uma alforria, assim nenhuma das notícias alusivas à atuação da Sociedade fizeram menção a benefícios a favor de escravos.

O caso é que a última informação sobre as atividades da Sociedade foi publicada no *Filho do Povo*, em sua edição de 10 de maio de 1885, dando conta da encenação de espetáculos nos dias 02 e 04 daquele mês, aparentemente dirigidos pelo senhor Paulo Jorge, ao invés de Villarouco.⁷³

5.3 - Os diálogos da rua

Muitos dos transeuntes das ruas da capital interpretaram à sua maneira a ideia de liberdade propagada pelas festas que puderam presenciar. Os eventos organizados pelos abolicionistas certamente chamaram a atenção de muita gente entre aquela “massa confusa” descrita na imprensa. Afinal de contas, ao extrapolar os salões da Imperial Cidade de Ouro Preto, mesmo se esforçando na organização de todo ambiente das festas, que deveriam primar pela beleza e pela ordem, os abolicionistas acabavam por permitir que os habitantes da cidade tivessem um contato mais direto com determinadas ideias e assim as pudessem entendê-las da forma que melhor lhes conviesse. Como destacou o redator do *A Província de Minas*, as festas, especialmente a organizada em honra à abolição do Ceará em 1884, tiveram um “auditório” muito diversificado, que compreendia “do presidente da província até o pobre operário”, uma “massa confusa” que se deparava com algo novo. Mesmo culminando nos discursos e concertos musicais bem comportados de sempre, tamanha manifestação levava aos transeuntes da *urbe*, entre eles escravos, o tema da Abolição. Mas os ecos abolicionistas não corriam apenas pelas ruas tortas da velha capital.

Distante de Ouro Preto, a cidade de Diamantina foi palco de interações mais claras entre abolicionistas, escravos e libertos no seio das festas pela Abolição. O jornal *17º Distrito*, órgão do partido liberal em Diamantina, trouxe em sua edição do dia 12 de julho de 1885 uma rica descrição dos festejos realizados no mês anterior por ocasião do retorno à cidade de um de seus filhos mais diletos.⁷⁴ João da Matta Machado Júnior, médico formado na Faculdade de Medicina da Corte, pertencente à geração de figuras como Joaquim Murinho e Lopes Trovão, retornava da Corte gozando de alto prestígio. A carreira política do filho de uma tradicional família diamantinense estava em plena ascensão. Aos 33 anos, o político liberal já

⁷³ FILHO DO POVO. Uberaba, 10 de maio de 1885. BN

⁷⁴ 17º DISTRITO. Diamantina, 12 de julho de 1885. (Suplemento). BN.

havia sido eleito como deputado provincial (1878); deputado geral (1882), acumulando o cargo de Primeiro Secretário da Assembleia Nacional; tendo chegado naquele ano ao posto de ministro dos negócios estrangeiros do Gabinete Sousa Dantas. Se seu prestígio era grande no círculo político da Corte, em Diamantina era gigantesco.⁷⁵

Ao retornar à terra natal e circunvizinhanças, o Conselheiro Matta Machado foi recebido como herói, não só por seus correligionários e ou membros da elite local. Membro de um gabinete francamente abolicionista (fato que provocaria a queda de Souza Dantas ainda naquele ano) foi saudado com “vivas”, discursos, poesias e danças, atos desferidos por uma variada gama de atores sociais da chamada região do Jequitinhonha-Mucuri-Doce. A chegada do conselheiro à Diamantina no dia 17 de junho de 1885 desencadeou uma grande festa que, de acordo com os jornais, mobilizou toda cidade.⁷⁶

Uma das primeiras homenagens feitas ao abolicionista foi prestada pelo Sr. Ivo Silveira, um dos responsáveis pela construção de uma arcada de onde o Conselheiro faria um de seus vários pronunciamentos. Conhecido como hábil oficial de carpinteiro e “cidadão geralmente estimado e respeitado pelas suas excelentes qualidades”, o Sr. Ivo Silveira era um liberto “como também o são o grande cidadão José do Patrocínio, o apóstolo do abolicionismo brasileiro; o Dr. Agostinho dos Reis, o jovem e ilustrado lente catedrático da Escola Politécnica da corte e tantos outros, não menos ilustres”.⁷⁷ Não se julgando “desdourado” por ter sido uma dita vítima “do mais negro e repugnante crime dos povos civilizados”, Ivo Silveira que também laborava como “um dedicado propugnador das ideias abolicionistas”, tomou a palavra na arcada montada em frente à sua casa, dirigindo a palavra não só ao Conselheiro Matta Machado, mas também a um numeroso grupo de libertos e escravizados, entre estes vários sexagenários, a quem o gabinete Souza Dantas tencionava conferir a libertação imediata.⁷⁸

Além de Ivo Silveira também subiu à tribuna o liberto Genaro que, ao saudar o Conselheiro Matta Machado, “em nome da raça escravizada”, afirmou que nele enxergava “uma das nobres e grandes vítimas da patriótica ideia do abolicionismo, e uma das esperanças

⁷⁵ MARTINS, Marcos Lobato. Os Mata Machado de Diamantina. Op. Cit., p.06; MATTA MACHADO FILHO, Aires da. *Arraial do Tijuco, cidade de Diamantina*. Op. cit., p.149.

⁷⁶ 17º DISTRITO. Diamantina, 12 de julho de 1885. (Suplemento). BN

⁷⁷ 17º DISTRITO. Diamantina, 12 de julho de 1885. (Suplemento). BN

⁷⁸ O ministério liberal Sousa Dantas tentou, com franco apoio abolicionista, aprovar um projeto de libertação dos sexagenários de forma imediata e sem indenização aos respectivos senhores. Souza Dantas sofreu dura oposição de proprietários escravistas, políticos conservadores e dissidentes liberais, que argumentavam ser o projeto uma ameaça ao que chamaram de “espírito da lei de 1871”, ou seja, quebrava algumas das promessas feitas na ocasião em que a lei Rio Branco foi aprovada. Dentre as tais promessas estavam o respeito ao direito de propriedade senhorial através da indenização e a manutenção de um processo de emancipação lento e gradual. MENDONÇA, Joseli M. N. *Entre as mãos e os anéis*. Op. cit., p.139.

dos oprimidos, terminando a essa brilhante alocução com *vivas* ao Conselheiro Matta Machado, ao gabinete 6 de Junho e à Joaquim Nabuco”.⁷⁹ Logo após Genaro, outro liberto, o “jovem e simpático” Sr. Feliciano, aluno do Externato de Instrução Secundária de Diamantina, “pronunciou um dos mais eloquentes e apaixonados discursos” que a comitiva tinha ouvido até ali. Por fim, um jovem escravo tomou a palavra, em nome sexagenários presentes, saudando o conselheiro abolicionista que, “comovido profundamente, em palavras enérgicas e repassadas de patriotismo e sentimento, apreciou devidamente a significativa manifestação que recebia dos libertos e escravizados do município”.⁸⁰

Em resposta às manifestações organizadas pelos escravos e libertos, Matta Machado afirmou que as palavras proferidas pelos oradores, “aqueles libertos e escravizados, que tão lucidamente mostravam compreender as grandes ideias da civilização moderna e os verdadeiros interesses desta pátria”, constituíam um protesto vivo contra aqueles que apregoavam que, “do escravo, não se pode, pela liberdade, formar um cidadão útil ao país”. Segundo o abolicionista, brasileiros, escravos ou livres, eram filhos da mesma pátria, a todos competindo o dever de lutar pelo progresso e felicidade. Entretanto, após ter afirmado a igualdade entre brasileiros livres e escravos, o conselheiro acabou por dizer que os brasileiros escravos deveriam se resignar “ainda por algum tempo”, pois, o país infelizmente ainda não podia “dispensar bruscamente o trabalho servil”, sem antes se organizar o trabalho livre. O escravo deveria continuar seu martírio enquanto os brasileiros livres batalhavam “para que, no menor prazo possível, sem perturbações da ordem pública e do trabalho nacional” a Abolição fosse feita.

João Matta Machado adotou a mesma postura que muitos de seus companheiros abolicionistas, reagindo da maneira mais conservadora possível em relação ao contato direto com escravos e libertos que naquele instante adotavam a postura de protagonistas, de “sujeitos”. O conselheiro logo ergueu *vivas* ao Imperador, “o grande amigo dos oprimidos”, e ao Conselheiro Dantas, recebendo a seguir um buquê de flores artificiais ofertado em nome dos escravos sexagenários, os mesmos que deveriam esperar mais um tempo para alcançar sua liberdade.⁸¹

As festas em homenagem a Matta Machado foram retomadas no dia 24 de junho quando foi realizado um espetáculo de gala, o drama abolicionista “*Habbas* escolhido *ad-*

⁷⁹ 17º DISTRITO. Diamantina, 12 de julho de 1885. (Suplemento). BN

⁸⁰ 17º DISTRITO. Diamantina, 12 de julho de 1885. (Suplemento). BN

⁸¹ 17º DISTRITO. Diamantina, 12 de julho de 1885. (Suplemento). BN

hoc".⁸² O teatro público estava lotado, com seus camarotes ricamente enfeitados. A "fórmula Rossi" foi aplicada com a música, encenações e discursos de sempre. Contudo, o Conselheiro voltaria a se encontrar com os "coadjuvantes" que teimavam em ser "protagonistas".

Já no oitavo dia de comemoração depois da chegada do "dileto filho da Diamantina", os festejos foram encerrados com um "*desembarque de marujos*", executado por escravos e libertos da cidade, que, nas ruas, "quiseram patentear os seus sentimentos de gratidão e amizade ao ilustre abolicionista, membro do imorredouro gabinete 6 de Junho", mostrando também seu protagonismo.

Concentrados nos arrabaldes da cidade de Diamantina, ricamente vestidos e armados, os marujos embarcaram no que seria a representação de uma barca de guerra, "com 3 mastros, tendo em seu tope bandeiras com dísticos alusivos", partindo em seguida rumo ao encontro com os abolicionistas, "ao som dos cânticos marítimos da tripulação". No Largo da Cavallhada Nova, tida como "o mais espaçoso e belo da cidade", à espera dos marujos, se encontrava uma "fortaleza em cujo parapeito passeavam as sentinelas fardadas e armadas, e estava o comandante que, de binóculo em punho, explorava as vezes o horizonte".⁸³

O cenário da representação estava armado: uma orquestra do "*Corinho*" executava suas músicas enquanto o povo lotava o Largo e as senhoras se debruçavam nas janelas à espera dos marujos. Surgindo no horizonte a "barca", "que em breve *da fundo* no centro do largo", a encenação teve início com a embarcação saudando a *fortaleza* "com vários tiros", prontamente correspondidos. O dançado seguiu com o desembarque do comandante e oficialidade que parlamentaram com a fortaleza e, "obtida a necessária vênia, desembarcam todos os marujos", que incorporados se dirigiram à casa do Major Manoel Cezar, junto a qual se encontrava a representação da *fortaleza*, local onde também se achava o Conselheiro João Matta Machado e sua família.

⁸² 17º DISTRITO. Diamantina, 12 de julho de 1885. (Suplemento). BN

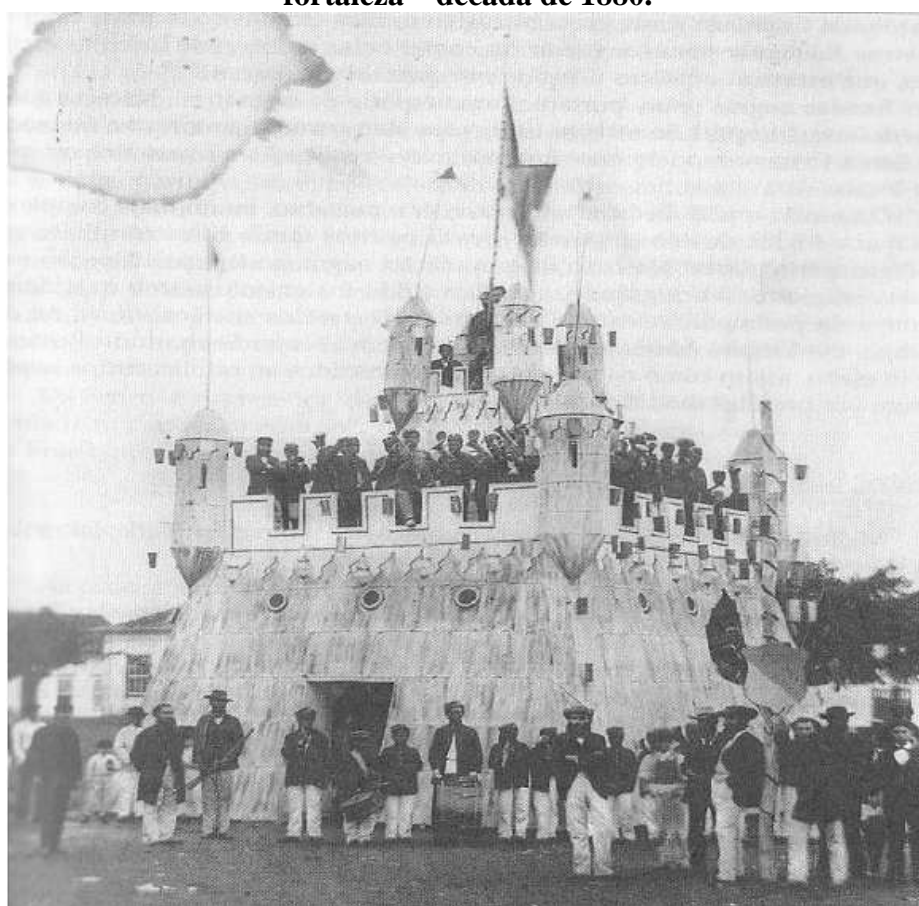
⁸³ 17º DISTRITO. Diamantina, 12 de julho de 1885. (Suplemento). BN

Fotografia 5: Largo da Cavalhada Nova em 1910 com o Mercado Velho ao fundo.



Website Arraial do Tijuco. Fotografia: n/c. Disponível em: <http://arraialdotijuco.blogspot.com/>

Fotografia 6: Bandas de negros no Vale do Paraíba (RJ) – Coreto representando uma fortaleza – década de 1880.



BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. Volume I. Dissertação (mestrado). UNESP. São Paulo, 2006, p.81.

Mais uma vez o “jovem e talentoso liberto” Feliciano Duarte, que junto com outros libertos havia dirigido a palavra ao Conselheiro no dia de sua chegada, pronunciou mais uma vez “um eloquente discurso abolicionista” que culminou com a oferta, “em nome da raça escravizada”, uma linda coroa de louros naturais atada com uma fita de gorgorão branco onde, em letras de ouro, havia uma dedicatória. Recebida a homenagem, o Conselheiro Matta Machado “agradeceu a delicada oferta formulando votos pela realização do legítimo desejo de todos os brasileiros patriotas, que anseiam por ver a pátria expurgada do crime da escravidão”. Marujos e o povo que lotava o Largo “prorromperam em aclamações” ao Conselheiro e ao gabinete 06 de junho. Com o fim das formalidades, os marujos percorreram alegremente as ruas da cidade, encetando suas danças até a alta noite.

Descrito pelos redatores do *17º Distrito* como um “dançado popular muito interessante e pitoresco”, o “desembarque de marujos”, também conhecido em muitas regiões do Brasil como Marujada, Fandango, Nau Catarineta, ou Chegança de Marujos; é parte integrante do conjunto de manifestações culturais nomeadas de Reinado, Congos, Congado ou Congadas. A representação da coroação de reis africanos em meio às comemorações e homenagens rendidas aos santos de devoção dos negros/escravos, como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Ifigênia e Nossa Senhora das Mercês, além do Divino Espírito Santo, teria sua origem em fins do século XV, período de início do processo de cristianização do reino do Congo, África Centro-Occidental, região que forneceu a maior parte dos cativos vindos para o sudeste brasileiro.⁸⁴

Produto mestiço⁸⁵ proveniente do encontro de elementos culturais ibéricos (especialmente o catolicismo) e africanos, estes continuamente re-significados durante o longo e constante processo de criouliização pelo qual passaram os escravos que cruzaram forçosamente o Atlântico⁸⁶, as Congadas se constituíram como importante espaço de resistência no seio da sociedade escravista, geralmente ligadas a irmandades religiosas.⁸⁷

⁸⁴ TINHORÃO, José Ramos. *Os sons negros no Brasil: cantos, danças, folguedos: origens*. São Paulo: Art Editora, 1988; SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p.19, 63.

⁸⁵ Sobre o conceito de mestiçagem cultural ver: GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁸⁶ Processo de formação da formação de uma cultura ou identidade afro-americana a partir resignificação e adaptação das referências culturais africanas no ambiente do “Novo Mundo”. Uma discussão sobre o conceito pode ser encontrada em: GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos. 2001; MINTZ, Sidney W. & PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana. Uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro. Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003; REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano*. Op. cit.

⁸⁷ BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

Como observou Célia Maia Borges, através da dramatização que compõe o complexo ritual, os participantes acabavam por inverter a realidade vivida, “instaurando o tempo da utopia”, superando simbolicamente o cotidiano de submissão, incorporando o papel de vencedores.⁸⁸ Ainda segundo a autora, alguns dos rituais se estruturaram em torno da apresentação de danças dramáticas representando grupos rivais em combate, brancos negros e índios, sendo que “os negros nos autos dramáticos são os vencedores por gozarem da proteção de Nossa Senhora”, o que representava uma completa inversão da realidade por eles vivida.⁸⁹

Fotografia 7: Guarda/Terno de Marujos, Divinópolis, MG. Década 1920



Museu Histórico de Divinópolis, Acervo “Halim Souki – 100 anos”. Divinópolis, M.G. *Apud* LEONEL, Guilherme Guimarães. *Entre a cruz e os tambores: conflitos e tensões nas Festas do Reinado (Divinópolis - M.G)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2009, p.140.

Cada grupo que compõe os festejos, chamados de ternos ou guardas, tem uma função específica na dramatização da história, se diferenciando pelas indumentárias, instrumentos musicais e padrões rítmicos utilizados, além de se responsabilizarem pela proteção dos festeiros.⁹⁰ Em Minas Gerais existem pelo menos oito ternos ou guardas de Congadas, cuja presença varia de uma região para a outra: Candombe, Moçambique, Congo, Vilão, Marujos, Catopés, Cavaleiros de São Jorge e Caboclos.⁹¹

⁸⁸ Idem, ibidem, p.192.

⁸⁹ Idem, ibidem, p.178.

⁹⁰ LEONEL, Guilherme Guimarães. Op. cit., p.34.

⁹¹ Sobre Congadas em Minas Gerais ver: QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. *Performance musical nos Ternos de Catopés de Montes Claros*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2005; LEONEL, Guilherme Guimarães. Op. cit.; GABARRA, Larissa Olivera e. *O reinado do Congo no Império do Brasil. O congado de Minas Gerais no século XIX e as memórias*

Geralmente, todo ritual gira em torno do mito da aparição de Nossa Senhora do Rosário para negros, cujas versões variam bastante de uma região para a outra. De acordo com um grupo de congadeiros de Milho Verde, localidade próxima à Diamantina, uma imagem de Nossa Senhora do Rosário teria aparecido no mar e os brancos, representados pela guarda dos Marujos, teriam ido até a beira da água dançando e cantando na tentativa de atrair a santa que não se moveu. Em seguida teriam ido os índios, representados pelos caboclos, que também não lograram êxito. Por derradeiro, teriam sido os negros que, “depois de muito insistir, dançando, batendo seus tambores e cantando” conseguiram atrair para si Nossa Senhora do Rosário.⁹²

Fotografia 8: Congado dos Pretos em Morro Velho – 1868.



RIEDEL, Augusto, 1836-ca.1877. Coleção Thereza Christina Maria. Biblioteca Nacional

da África Central. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Rio de Janeiro: 2009; RUBIÃO, Fernanda Pires. *Os negros do Rosário: Memórias, Identidades e Tradições no Congado de Oliveira (1950-2009)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2010.

⁹² MAIA, Andréa Casa Nova; PEREIRA, Valnei; et alii. Narrativas ficcionais em multimídia: paradoxos da tradição e do turismo na festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: *Anais do VIII Encontro Nacional de História Oral*. Rio Branco: UFAC, 2006, p.07.

Fotografia 9: Festa de congado de Nossa Senhora do Rosário em Uberaba – 1897.



Fotografia de Jose Severino Soares. Acervo fotográfico do Arquivo Público Mineiro, disponível no Sistema Integrado de Acesso (SIA-APM).

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=29705

De acordo com o jornal *17º Distrito* era “digna de especial menção” a manutenção da ordem durante os festejos. Tantos dias ruidosos nos quais “tomaram parte ativa mais de oito mil pessoas” de Diamantina e mesmo de lugares longínquos, pessoas de todos os sexos, idades, classes e posições, envolvidas naquele “alegre tumulto das ruas”, nenhum tipo de perturbação da ordem pública foi registrado, nem mesmo “o mais leve desacato se notou em parte alguma”. Para os redatores do órgão de imprensa do partido liberal, a paz reinou devido a “homogeneidade do pensamento” entre livres e escravos, que consideravam aquela grandiosa festa como sendo sua própria, e “cada um se esforçava, portanto, para evitar que a mais leve sombra viesse empanar a alegria pública”.

Meses depois da grande festa de recepção em Diamantina, o Conselheiro Matta Machado seria mais uma vez brindado com interessantes manifestações de apreço, por ele e pelas ideias abolicionistas, agora nas circunvizinhanças da antiga Vila do Tijucu. No dia 17 de setembro daquele mesmo ano de 1885, ao visitar o arraial de Rio Preto (atual São Gonçalo do Rio Preto), Matta Machado foi brindado com mais uma homenagem diretamente ligada às manifestações dos negros da região. Em meio à visita do importante político, um grupo de caboclinhos percorria as ruas do arraial, “alegrando e distraindo o povo com seus bem

ensaiados e originais bailados”. Um dos ternos de congado que compõe a festa do Rosário, os caboclinhos se apresentavam “ricamente fantasiados, ornados de vistosas penas e armados de arcos e flechas, representando, ao vivo, uma tribo inteira, com seus caciques, anciãos, mulheres, crianças e guerreiros”, percorrendo as ruas, entoando “cantos selvagens” cujas letras diziam “que tinham partido do centro de suas matas para manifestarem a sua adesão ao Conselheiro Matta Machado e às ideias abolicionistas”.⁹³

O redator do *17º Distrito* se desculpava por não ter conseguido registrar com exatidão algumas das coplas cantadas pelos caboclinhos, citando apenas um verso que conseguira gravar na memória, devido ao fato de ter sido insistentemente repetido pelos “índios”, dando, segundo ele, “uma ideia exata do pensamento que dirigia o folguedo”: “*Aceitamos seu projeto...*”. (Grifo original)

Assim, os “caboclos”, muitos deles certamente negros e mestiços, escravos e libertos, afirmavam possuir sua interpretação do que seria o “projeto” do Conselheiro e do gabinete que representava e, ao cair da tarde, lá foram eles até a casa onde se encontrava o abolicionista, executando “os seus complicados e graciosos bailados com maestria e precisão notáveis”, com destaque para duas “mimosas e galantes” crianças, essas filhas dos correligionários dos senhores Capitão João Pires da Rocha e Luiz José Velloso Soares.

Fotografia 10: Guarda/Terno de Caboclinhos



18º Encontro do “Museu Guardas”. Museu Mineiro, Belo Horizonte, Minas Gerais. Fotografia: Roberto Alvarenga. Disponível em: <http://museuguardas.blogspot.com/>

⁹³ 17º DISTRITO. Diamantina, 09 de novembro de 1885. BN.

A miscigenação cultural e biológica em torno da representação dos caboclinhos foi observada por Mary Del Priore nas procissões organizadas no século XVIII por irmandades de pardos e mulatos que lançaram mão da “dança dos caboclinhos”, composta por “nove rapazes índios” devidamente paramentados como tal. Segundo a autora,

Pardos e mulatos usavam os indígenas nas suas procissões para lhes dar o autêntico sabor “índico” que certas coreografias demandavam. Mas essa escolha revela também uma integração entre ambas as culturas. Revela, mais ainda, que ambos os grupos, explorados e escravizados, souberam encontrar brechas de resistência, sobrevivência comum e mesmo de interação, uma vez que havia espaço, no interior da cultura mulata, para representações sobre aquela indígena.⁹⁴

Chegada a noite as manifestações de adesão ao Conselheiro e às ideias abolicionistas se estenderam novamente às ruas, todas iluminadas, onde se encontravam um grande grupo de meninos se juntaram aos “caboclos”, saindo em passeata ao som de uma banda de música. Também as distintas senhoras do arraial, assim como “muitas pessoas gradas” e o povo em geral, tomaram parte do festim regado ao som da música e do estrondar dos foguetes. A festa foi encerrada com os discursos proferidos por crianças que “entoavam hinos à liberdade, à abolição e ao progresso da pátria”, “que assim antecipadamente davam provas de que serão, em próximo futuro, outros tantos soldados da liberdade”.⁹⁵

De volta a capital da província e anos mais tarde, já às portas da Abolição, os coadjuvantes também queriam se transformar em protagonistas. A chegada do abolicionismo às ruas de Ouro Preto, ocorrida pela primeira vez em 1884, teve seus reflexos mais claros entre os escravos nos anos de 1887 e 1888, em razão do fato de que setores do próprio movimento passaram a formular uma outra noção de luta pela liberdade, um pouco diferente da “fórmula Rossi”, o que levou a uma onda de fugas de escravos de diversas regiões da província em direção à capital.⁹⁶

Como comentado no terceiro capítulo, o movimento de fugas em direção à Ouro Preto foi um fato que extrapolou as manchetes dos jornais locais, sendo notícia na Corte.⁹⁷ Os redatores do jornal *Sete de Setembro*, órgão de imprensa do partido conservador em Diamantina, que já haviam acusado os jornais abolicionistas mineiros de anarquizarem o trabalho a partir de seus artigos favoráveis à Abolição⁹⁸, protestaram afirmando que era

⁹⁴ DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p.79.

⁹⁵ 17º DISTRITO. Diamantina, 09 de novembro de 1885. BN

⁹⁶ COTA, Luiz Gustavo Santos. Op. cit., pp.131-135.

⁹⁷ CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1888. BN

⁹⁸ SETE DE SETEMBRO. Diamantina, 12 de abril de 1888. SIA-APM.

necessário opor um dique à grande onda fugia de escravos que seguiam em direção à capital da província e outros pontos, deixando a agricultura à beira da morte.⁹⁹

O abolicionismo deixava de ser apenas uma bem comportada reunião de salão, tendo entre seus militantes membros que se alinhavam às alas mais radicais da luta pelo fim da escravidão, acoitando escravos fugitivos, atividade perigosa e ilegal. Por sua vez, os cativos podem ter entendido que aquele era o momento de correr rumo ao que poderia ser sua liberdade. Com a notícia de que havia alento na capital para quem lutava pela liberdade se espalhando por ruas e senzalas, muitos escravos não pensaram duas vezes em aproveitar o ensejo, o que parece ter alcançado proporções consideráveis na reta final do processo de Abolição, preocupando as autoridades e políticos locais.¹⁰⁰

Não muito distante dali, em uma freguesia da vizinha Mariana, ocorreu um fato que representa, ao mesmo tempo, tanto a forma como os escravos ressignificaram a ideia de liberdade através das festas pela Abolição, quanto o fato da capital ter se transformado em destino certo para quem fugia do cativeiro. Um relato registrado em um *livro de tombo* da freguesia marianense de Furquim, narra, com riqueza de detalhes a forma como a ideia de proximidade da abolição e sua exposição através da festa ganhou contornos imprevisíveis.¹⁰¹

De acordo com o documento, ao tomarem contato com uma carta pastoral então bispo da Diocese de Mariana, Dom Antonio Corrêa de Sá e Benevides, citada no capítulo anterior, vários moradores da freguesia decidiram levar a cabo a ideia de libertar seus escravos, mesmo que condicionalmente, promovendo uma grande festa marcada para o dia 01 de janeiro de 1888, dia do padroeiro da localidade.¹⁰²

O caso foi que, chegado o dia da “libertação do arraial”, em meio à bela festa organizada, muitos dos convivas eram escravos que, mesmo não tendo sido agraciados com a tão sonhada liberdade, festejaram como se fosse o dia da própria Abolição. De acordo com o relato, escravos de diversas fazendas da região tomaram parte nos festejos, mesmo que a contragosto de seus senhores, que ali não compareceram, por supostamente temerem um levante por parte dos cativos, que como nunca aguardavam a chegada da festa do padroeiro.

Notava-se uma considerável porção de escravos de várias fazendas de perto e de longe, como os da do Gualaxo, S. Antônio, Corvinas, Crasto, Ubá, Pontal, Bom Retiro, Engenho Novo, Conceição, Lazaro, Paraíso, Caldeirões, Barão, Bento Pires, Braunas etc. O dia esteve nebuloso, e antes da procissão até choveu

⁹⁹ SETE DE SETEMBRO. Diamantina, 26 de abril de 1888. SIA-APM.

¹⁰⁰ LIBERAL MINEIRO, Ouro Preto, 03 de março de 1888. SIA-APM.

¹⁰¹ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) - Livro 26, (1884 – 1901), f. 19v, prateleira “J”. Livro do Tombo da freguesia do Furquim.

¹⁰² Livro 26, (1884 – 1901), f. 19v, prateleira “J”. Livro do Tombo da freguesia do Furquim. AEAM.

bastante, contudo, saindo a procissão, viu-se que aqui nunca se reuniu tanta gente. Só os fazendeiros, não quiseram comparecer á esta festa. Em geral, estavam com medo de alevante de escravos nas fazendas, porque, pela leitura da Pastoral do Sr. Bispo, todos os escravos esperavam pela liberdade no dia 1º deste ano.¹⁰³

Indiferentes à ausência dos fazendeiros escravistas e à chuva que alagava as ruas do arraial, os presentes, livres e escravos, marcharam em procissão pelas ruas após o *Te Deum*, felicitando os senhores que tinham libertado seus cativos ao som de vivas e música, o que durou até as 10 horas da noite. Entusiasmados com a suposta proximidade da liberdade, muitos escravos não arredaram o pé do arraial só retornando às suas fazendas no dia seguinte. Sob o manto da promessa da liberdade, muitos escravos promoveram sua “festa de desregramento”, subvertendo a ordem vigente.¹⁰⁴ O resultado não foi dos melhores para alguns dos festeiros que, ao regressarem às suas senzalas foram recebidos a chicotadas por seus respectivos senhores.

A esperança de liberdade enxergada na festa somada aos castigos sofridos desencadeou uma verdadeira onda de fugas das fazendas próximas em direção à capital mineira. Segundo o relato, 30 escravos da fazenda do Engenho Novo retornaram ao arraial no mesmo dia trazendo consigo um companheiro ferido pelo administrador da fazenda, Simão da Costa Carvalho. Tal fato teria despertado indignação nas pessoas que, de pronto, exigiram que se fizesse auto de corpo de delito, algo impossível no momento em que o fato ocorrera, já que era noite e o subdelegado de polícia, assim como seu suplente, residiam fora do arraial. Na ausência das autoridades policiais os populares apelaram ao Juiz de Paz para que tomasse as devidas providências, no entanto, este se recusou a fazê-lo correndo para casa. Mesmo com o povo à sua porta pedindo justiça, a autoridade, escondido, continuou negando-se a agir. A solução proposta foi a fuga.

No dia seguinte, mais precisamente às 10 da manhã, aconselhados por aqueles que os acolheram, os cativos partiram para Ouro Preto a fim de lá encontrarem o auxílio dos abolicionistas, aonde chegaram à noite desse mesmo dia. Segundo o documento, após acolher os fugidos, os abolicionistas iniciaram uma negociação com o advogado dos senhores dos escravos, o Sr. José da Costa Carvalho Sampaio, a qual resultou na liberdade dos mesmos com o ônus de serviço por dois anos.¹⁰⁵

¹⁰³ AEAM - Livro 26, (1884 – 1901), folha 19verso, prateleira “J”. Livro do Tombo da freguesia do Furquim.

¹⁰⁴ SILVA, Eduardo. Integração, globalização e festa. Op. cit., p.115.

¹⁰⁵ Margareth Bakos observou uma situação parecida na província do Rio Grande do Sul, em uma charqueada de Pelotas, onde abolicionistas mediarum um conflito entre escravos insurretos e seus senhores. BAKOS, Margareth Marchiori. Repensando o processo abolicionista sul-rio-grandense. *Estudos Ibero-Americanos*. XVI(2), 1988, pp.132-133.

O interessante é que diante da omissão das autoridades, ou melhor, do Juiz de Paz, um ato ilegal como a fuga tornou-se totalmente admissível. Mais ainda, os populares da freguesia e mesmo os abolicionistas ouropretanos, de certa forma, acabaram fazendo as vezes de autoridade, controlando uma situação que poderia se complicar ainda mais.

Com anuência das autoridades ou não assim como os escravos do Engenho Novo, outros começaram a fugir para a capital da província. De acordo com o documento, o aumento das fugas para Ouro Preto teria forçado vários senhores a libertarem condicionalmente seus escravos, na intenção de não perderem esses braços.

Nos dias seguintes começaram a haver fugas de escravos de diversas fazendas, os quais se dirigiram a Ouro Preto onde achavam todo apoio. Por estas razões começaram também a aumentar as libertações condicionais. Antônio [Gonçalves] Carneiro libertou 3 escravos com ônus de serviço por 3 anos; Manoel Augusto Gomes, 4 com o mesmo ônus; Manoel de Souza Rita Pinheiro 3 sem ônus algum; Francisco Pereira, 1 sem ônus; Capitão Domingos Augusto Pinto de [Figueiredo] 1 sem condição e 3 com condição etc. Assim continuou a crescer o número de libertações, até que foi lavrado o decreto de 13 do corrente, extinguindo a escravidão neste império.¹⁰⁶

A onda de fugas provocada, não só pela interpretação que os escravos fizeram da festa ocorrida na freguesia marianense de Furquim, mas também pela ação abolicionista radicalizada em Ouro Preto, desenhava uma situação semelhante à ocorrida em São Paulo, onde a capital se tornou um verdadeiro refúgio para os fugitivos¹⁰⁷, os senhores não tiveram outra escolha senão promoverem a alforria de seus escravos, mesmo que condicionalmente.

Uma das armas de propaganda mais utilizada pelo movimento abolicionista, as festas acabaram por se constituir em um espaço propagador de clamores pela Abolição cada vez mais polissêmicos, principalmente no ambiente das ruas. Mesmo com todo cuidado e preocupação com a manutenção da ordem e transmissão de exemplos “civilizatórios” através das festividades, escravos e libertos que circulavam pelas ruas e senzalas de Minas Gerais souberam aproveitar todas as brechas a fim de captar e interpretar ao seu modo os clamores pela Abolição.

Em Diamantina, libertos e escravos fizeram mais que mera figuração nos autos abolicionistas, tomando a palavra nos palanques, dirigindo discursos a seus “companheiros de cativeiro” e aos abolicionistas, ale de utilizarem seus ternos de congada um instrumento político, mostrando que estavam atentos às palavras e projetos da elite letrada.

¹⁰⁶ Livro 26, (1884 – 1901), f. 19v, prateleira “J”. Livro do Tombo da freguesia do Furquim. AEAM.

¹⁰⁷ MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico*. Op. cit.

Já na capital Ouro Preto e na vizinha Mariana, a postura bem comportada das festas foi quebrada pela radicalização de parte dos grupos abolicionistas que, mais afoitos, passaram a fazer reverberar de forma mais contundente os clamores pela abolição, encontrando eco entre os escravos, que passaram a enxergar a proximidade da liberdade de forma clara.

Como destacaram Martha Abreu e Larissa Viana, “as festas abriram possibilidades para o exercício de outras dimensões da cidadania, para muito além do voto ou das representações instituídas pelas constituições imperial e republicana”.¹⁰⁸

Ao invadirem as ruas com seus batuques, a despeito do jogo de repressão e tolerância que se operava naquele tempo, escravos e libertos se apropriaram do espaço público, imprimindo nele o sentido político de sua luta por liberdade e cidadania. Especialmente no caso de Diamantina, a explícita interpretação dos congadeiros demonstra como a festa se constituiu, mesmo que sofrendo com o policiamento da “boa sociedade”, amante da ordem, como um campo aberto para as reivindicações de direitos, ampliando os sentidos da cidadania.

¹⁰⁸ ABREU, Martha; VIANA, Larissa. Festas Religiosas, cultura e política no império do Brasil. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.237.

Conclusão

Como afirmado logo no início deste trabalho, o leitor não encontrou aqui uma indicação de caminhos simétricos possivelmente percorridos pelo abolicionismo em Minas Gerais, assim como não encontrou apenas um abolicionismo. Entretanto, esquadrihando os indícios presentes nas fontes escolhidas para esta empreitada foi possível, creio, revelar as particularidades dos abolicionismos existentes em Minas Gerais, desnudando as possíveis nuances regionais, possíveis razões dos silêncios que existiram sobre o tema, fruto da imagem conservadora e “tranquila e ordeira”, pintada desde o século XIX pelos contemporâneos daquele processo, e mesmo pela historiografia, que, não raro, construiu uma interpretação presa ao posicionamento político de parlamentares mineiros no que se refere às reformas que apontaram para a “transição”, sem, contudo, vasculhar as entrelinhas da história, como demonstraram as fontes escolhidas para a pesquisa.

Creio que as realidades visitadas foram múltiplas, assim como muitas foram as reações frente ao processo de abolição, desde a tenaz resistência dos proprietários escravistas da zona da mata mineira à aparente permeabilidade ao abolicionismo ocorrida em Ouro Preto, que nem por isso deixou de ser enxergado por algumas autoridades com bastante desconfiança.

Defensores do sacrossanto direito à propriedade, arautos da liberdade ou candidatos a revolucionários, invadiram os jornais com suas palavras, trocaram elogios, insultos e acusações. Se a imprensa obviamente não é um espelho da realidade, ela nos mostra como a realidade foi maquiada, interpretada ou idealizada. Os jornais mineiros da década de 1880 se mostraram como integrantes de um campo através do qual intelectuais travaram uma batalha pela legitimidade de suas palavras, pela viabilidade e justeza de seus projetos para o país. Não obstante, os indícios identificados na imprensa demonstraram como as “folhas” dialogavam entre si, como muitas vezes compartilhavam informações e interpretações de seu tempo, ou reverberavam as ações de seus prepostos, mesmo para além das Minas Gerais. Não obstante, a existência de uma imprensa declaradamente abolicionista, mesmo que fugaz, indica que o discurso da moderação reinante deve ser repensado, ainda mais levando em conta o fato desta imprensa ter dado vazão a diferentes projetos de abolição, do gradualismo ao imediatismo.

Diferentemente da imagem monolítica e conservadora que geralmente é apresentada em relação a Minas Gerais, especialmente em relação ao processo histórico aqui abordado, foi possível perceber que mesmo o tão citado “conservadorismo mineiro”, presente em uma pastoral episcopal, nos discursos políticos ou nas ações de alguns “candidatos a revolucionários”, podem ter sido ressignificados pelos agentes sociais que circularam pelas

Minas Gerais, inclusive por aqueles que ainda estavam atrelados às amarras da escravidão ou já as havia experimentado.

Justamente estes que viveram a experiência da escravidão, conheceram também o assédio de seus senhores, ciosos da possível perda dos braços que lavravam suas terras, vendo-se obrigados a engendrar uma série de expedientes para garantir que aqueles trabalhadores não debandassem de suas fazendas. Entre tentativas de controle e tutela, mesmo na vida pós-cativeiro, aqueles homens e mulheres souberam resistir, também de variadas maneiras, fugindo ou se apropriando do espaço público com suas vozes e tambores, dando vazão à sua própria interpretação dos clamores por liberdade que reverberavam Império a fora, como foi o caso dos congadeiros de Diamantina, dos batuqueiros de Juiz de Fora ou dos fujões de Furquim.

A insubmissão dos escravos e mesmo dos libertos, muitas vezes vistos ainda como cativos - em grande medida por conta do racismo galopante -, preocupou bastante a tanto a “boa sociedade” quanto as autoridades públicas, especialmente a polícia. Entretanto, não apenas os afrobrasileiros, escravos ou não, preocuparam os homens da lei. As ações abolicionistas foram vistas pelos “senhores da ordem” (não apenas o governo ou a polícia) como ameaças vivas à sagrada “tranquilidade pública”, componente essencial daquela imagem “monolítica” de Minas Gerais.

Fugindo à regra da moderação mineira, alguns grupos abolicionistas, especialmente aqueles organizados nas regiões sul, metalúrgica (centro) e Jequitinhonha-mucuri-doce, foram acusados de aliciar escravos e convencê-los a fugir ou praticar outros atos de insubordinação contra seus senhores. Mais ainda, esses “petroleiros” teriam invadido as barras dos tribunais impetrando ações a favor dos fugitivos, alvo constante da polícia, primeira guardiã da ordem pretendida. Mesmo sendo, aparentemente, uma seara “moderada”, a ação na justiça (dentro da ordem) foi interpretada por algumas autoridades como uma verdadeira ameaça.

Em contraste com um mundo de quase total paz e tranquilidade pintado especialmente pelo governo provincial mineiro, as correspondências trocadas entre autoridades demonstra o quanto o clima estava tenso nas Minas Gerais, principalmente nos dois últimos anos de vigência da escravidão. Em meio ao crescimento da insubordinação escrava, especialmente de suas fugas, incitadas ou não pelos abolicionistas, policiais e magistrados perderam o sono, na maioria das vezes apenas por imaginar possíveis derramamentos de sangue e balbúrdias variadas. Com a elevação da tensão, foram notados episódios de claro embate entre senhores, autoridades, escravos e abolicionistas (ou pessoas tidas como tal), despertando intensa preocupação do governo provincial e da chefia de polícia.

Como afirmado em vários momentos, é evidente que esse passeio pela diversidade, pelo amplo território de várias realidades traz consigo uma série de riscos, que podem ser menores quando o objeto esquadrinhado é “menor”. Contudo, mais que um risco, creio, que houve aqui a possibilidade de vislumbrar um conjunto de possibilidades que poderão dar início a outras investigações direcionados a objetos mais “concisos” e que, dessa maneira, hão de revelar com maiores detalhes o quadro aqui esboçado.

Se as Minas continuarão sendo muitas, que também aumente o número daqueles que conhecem (ou tentam conhecer) suas mil faces.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1- Fontes Primárias

Manuscritas

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana:

- Livro 26, (1884 – 1901), f. 19v, prateleira “J”. Livro do Tombo da freguesia do Furquim.

Arquivo Público Mineiro - Fundo de Chefia de Polícia

SÉRIE 1: Correspondência recebida

Subsérie 2: Corpo policial	
Datas-limite	Notação
1881-1887	POL 1/2 Cx. 01
1888-1889	POL 1/2 cx. 02

Subsérie 3: Delegacia de Polícia		
Localidade	Datas-limite	Notação
Ouro Preto	1876-1889	POL 1/3 cx. 15
Diamantina	1876(abril) - 1887(dez.)	POL 1/3-Cx.06
Diamantina	1888(jan.) – 1888(jul.)	POL 1/3-Cx.07
Ponte Nova	1860(jun.) – 1889(dez.)	POL 1/3-Cx.16

Subsérie 4: Magistratura	
Datas-limite	Notação
1887/08/01 - 1888/02/29	POL 1/4-Cx.02
1888/03/08 - 1888/08/28	POL 1/4-Cx.03

Subsérie 5: Diversos		
Datas-limite	Conteúdo	Notação
1853/05/25 - 1889/10/27	Abaixo-assinados, requerimentos e petições	POL 1/5-Cx.01

Subsérie 5: Diversos		
Datas-limite	Conteúdo	Notação
1853/05/25 - 1889/10/27	Abaixo-assinados, requerimentos e petições	POL 1/5-Cx.01

SÉRIE 2: Correspondência expedida

Datas-limite	Conteúdo	Notação
1878 - 1887	Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia (registro)	POL 93
1878-1889	Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia (registro)	POL 98

1888-1889	Correspondência expedida pela Secretaria de Polícia à Presidência da Província	POL 104
-----------	--	---------

Impressas

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana:

- Estatutos da Associação Marianense Redentora dos Cativos. Mariana: Joaquim Alves Pereira (antigo Bom Ladrão), 1885.

- BENEVIDES, Antônio Maria Corrêa de Sá e. *Pastoral do Excelentíssimo e Reverendíssimo Sr. Dom Antônio Maria Corrêa de Sá e Benevides, bispo de Mariana, sobre a extinção do elemento servil*. Mariana: Joaquim Alves (antigo Bom Ladrão), 1887.

Escritos políticos e memória:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia nacional, 1883.

CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. Belo Horizonte: s/ed., 1969.

FONSECA, Luís Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

Levantamento Nominal dos Formados de 1812 a 2008 da Faculdade de Medicina da Bahia. Salvador: UFBA. s/d. Disponível em: www.fameb.ufba.br/index.php?option=com_docman...2...

LIMA, Cláudio de. Notas sobre alguns estabelecimentos de Ouro Preto. In: *Bi-Centenário de Ouro Preto: 1711-1911 – Memória Histórica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911.

MAIA, A. E. dos Santos. *Ouro Preto: Homens, ideias e fatos*. Ouro Preto, 1969.

MATTA MACHADO FILHO, Aires da. *Arraial do Tijuco, cidade de Diamantina*. 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

MEMORIAL HISTÓRICO-POLÍTICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO. Ouro Preto: Câmara Municipal de Ouro Preto, COR&COR Editorial, 2004.

MENNUCCI, Sud. *O precursor do abolicionismo no Brasil: Luiz Gama*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.

_____. *O Abolicionismo. Quarta Edição*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

_____. *Minha Formação*. Prefácio de Carolina Nabuco. Clássicos Jackson, vol. XX. São Paulo: W.M. Jackson Inc. Editores, 1952.

PATROCÍNIO, José do. *Campanha abolicionista: coletânea de artigos*. Introdução: José Murilo de Carvalho; notas: Marcus Venício T. Ribeiro. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. Nacional do Livro, 1996.

PESSOA, Miguel Thomaz. *Manual do Elemento Servil*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1875.

PIRES, Aurélio. *Homens e factos de meu tempo: 1862-1937*. São Paulo: 1939.

REBOUÇAS, André. *Abolição imediata e sem indenização*. Rio de Janeiro, Typ. Central E.R. da Costa, 1883.

Relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais do período entre 1880 e 1888. Documentos digitalizados disponíveis no site da Chicago Universit: http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais

SOARES, Moacyr Bretas. *Muzambinho: sua história e seus homens*. 1940.

VEIGA, José Pedro Xavier da, 1849-1900. *Efemérides mineiras (1664-1897): índice onomástico*. Belo Horizonte: 1998.

Periódicos

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

- Gazeta da Tarde – 1880-1888

- Cidade do Rio – 1887-1888

- *Anuário Administrativo, Mercantil e Industrial dos Estados Unidos do Brasil e Indicador para 1910. Obra Estatística e de Consulta, fundada em 1844 por Eduardo Von Laemmert com o título Almanak Laemmert*. 67º Anno. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1910, p.176. Disponível em: memória.bn.br

- *Almanack Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais do ano de 1874 para servir no de 1875*. Organizado e redigido por Antonio de Assis Martins. Propriedade da Província. Ouro Preto: Tipografia de J. F. de Paula Castro, 1874, p.535. Disponível em: memória.bn.br

Lista de periódicos mineiros disponíveis na Biblioteca Nacional – BN (1880-1888)

Título	Cidade	Região	Período (1880-1888)
1. Correio de S. José	Além Paraíba	Zona da Mata	29 jun. 1881; 22 jun. 1884
2. O Além Parahyba	Além Paraíba	Zona da Mata	12 maio 1881; 24 jan. 1886
3. O Município	Além Paraíba	Zona da Mata	18 mar. 1888
4. Correio de Alfenas	Alfenas	Sul	05 mar.1882; mar, 20 jul.1884
5. O Parahyba	Araxá	Alto Paranaíba	02 mar. 1884
6. Aurora Aterradoense	Aterrado	Sul	28 jan. 1883
7. A Estrella	Baependi	Sul	27 maio-23 jun. 1881
8. O Baependyano	Baependi	Sul	Jan.1879-dez.1888
9. O Bohemio	Baependi	Sul	02 mar. 1883
10. A Bagagem	Bagagem	Alto Paranaíba	12 nov.1884-dez.1885; 08 fev.1886
11. Estrella do Sul	Bagagem	Alto Paranaíba	16 jul, set. 1882; 07 jan. 1883
12. Garimpeiro	Bagagem	Alto Paranaíba	02-16 out. 1886

13. O Palladio	Bagagem	Alto Paranaíba	25 set. 1886
14. Correio de Barbacena	Barbacena	Vertentes	14 fev – 23 dez.1886
15. Gazeta de Barbacena	Barbacena	Vertentes	09 jul, out. 1882; ago. 1884; 07-14 jun. 1885
16. O Mineiro	Barbacena	Vertentes	20 nov. 1886; 08 jul. 1888
17. Correio da Semana	Caldas	Sul	01 nov.1885
18. Crença Liberal	Caldas	Sul	12 jul. 1880
19. Gazeta de Caldas	Caldas	Sul	04 set. 1881
20. Almanach Sul Mineiro	Campanha	Sul	1884
21. O Independente	Campanha	Sul	19 out-nov.1887; jan. 12-25 mar. 1888
22. O Povo	Campo Lindo	Zona da Mata	20-27 dez. 1883; 28 fev. 1886
23. O Americano	Carangola	Zona da Mata	28 fev. 1886
24. O Carangolense	Carangola	Zona da Mata	10 ago. 1884
25. Folha de Minas	Cataguazes	Zona da Mata	09 nov-dez.1884; jan 1885; 25 mar. 1888
26. Gazeta de Cataguazes	Cataguazes	Zona da Mata	13 jan. 1884
27. Gazeta Popular	Cataguazes	Zona da Mata	01 jul. 1888
28. José Bonifácio	Cataguazes	Zona da Mata	14 nov.-dez. 1886; jan-maio, 30 jul. 1887
29. O Bilontra	Cataguazes	Zona da Mata	23 abr. 1885
30. 17º Districto	Diamantina	Jequitinhonha-Mucuri-Doce	12 jul-dez. 1885; jan-maio, 13 out. 1886
31. A Idea Nova	Diamantina	Jequitinhonha-Mucuri-Doce	31 maio 1880
32. O Guaicuhy	Diamantina	Jequitinhonha-Mucuri-Doce	17 out. 1881
33. O Lábaro do Futuro	Diamantina	Jequitinhonha-Mucuri-Doce	15 jan-23 jun. 1882
34. Gazeta Commercial	Itajubá	Sul	16 jul-ago, nov. 1880; 1881
35. O Patriota	Itapecerica	Oeste	27 nov. 1887 – 08 jan. 1888
36. O Raio	Itapecerica	Oeste	11 jan. 1885
37. A Bússola	Juiz de Fora	Zona da Mata	22 mar. 1881
38. A Nossa Gente Pequena	Juiz de Fora	Zona da Mata	15 mar. 1886
39. Atheneu Mineiro	Juiz de Fora	Zona da Mata	20 setembro 1882
40. Correio de Juiz de Fora	Juiz de Fora	Zona da Mata	10 nov. 1885
41. Echo do Povo	Juiz de Fora	Zona da Mata	11 jun-dez.1882; 01 mar.1883
42. Gazetinha	Juiz de Fora	Zona da Mata	01 out. 1886
43. Juiz de Fora – Andalusia	Juiz de Fora	Zona da Mata	05 abr. 1885
44. Justiça	Juiz de Fora	Zona da Mata	1887
45. Labarum	Juiz de Fora	Zona da Mata	18 maio, ago, 08 out. 1882
46. Methodista Catholico	Juiz de Fora	Zona da Mata	01 abr. 1886
47. O Atheneu Mineiro	Juiz de Fora	Zona da Mata	1882
48. O Democrático	Juiz de Fora	Zona da Mata	04-12 jan. 1885
49. Paraybuna/Gazeta do Juiz de Fora	Juiz de Fora	Zona da Mata	19 dez. 1880; jan, 17 set. 1881
50. Pharol	Juiz de Fora	Zona da Mata	Fev.1880; jan-maio 1881; jan. 1882-dez. 1885; jan-set, nov-dez.1886; jan-nov.1887; jan-dez. 1888
51. Gazeta de Lavras	Lavras	Sul	23 mar. 1888
52. O Leopoldinense	Leopoldina	Zona da Mata	07 nov. 1880; fev, abr-dez. 1881; jan. 1882-jul. 1883
53. A Nova Phase	Mar de Hespanha	Zona da Mata	27 abr, nov-28 dez. 1884

54. O Mar de Hespanha	Mar de Hespanha	Zona da Mata	25 abr, out. 1886; abr, nov. 1888
55. O Monte Alegre	Monte Alegre	Triângulo	17 jun. 1888
56. Correio do Norte	Montes Claros	São Francisco-Montes Claros	11 out. 1885
57. Alto Muriahe	Muriaé	Zona da Mata	14 out.1884
58. Muriahe	Muriaé	Zona da Mata	22 abr. 1888
59. A Inconfidência	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	21 abr. 1885
60. Revista do Ensino	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	13 Set. 1886- 10 jul.1887
61. Tiradentes	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	21 de abr. 1888
62. O Trabalho	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	24 fev.1883.
63. A Vela do Jangadeiro	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	13 jul-ago.1884.
64. Revista Mineira	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	31 ago.1887
65. O Amigo do Povo	Paraíso	Sul	22 de maio de 1881
66. O Oriente	Paraíso	Sul	07 mar. 1880; mar, 03 jul. 1881
67. O Socialista	Paraíso	Sul	03 jun. 1888
68. Escova de Pitanguy	Pitangui	Oeste	23 set. 1883
69. Gazeta de Pitanguy	Pitangui	Oeste	13 jun. 1888
70. O Iniciador	Pitangui	Oeste	Dez.1888- set.1882
71. O Microphono	Pitangui	Oeste	18 dez. 1883; 18 out. 1884
72. O Pitanguy	Pitangui	Oeste	25 abr. 1886; 01 jul.1888
73. O Sertanejo	Pitangui	Oeste	03-21 out. 1883
74. O Rio Doce	Ponte Nova	Zona da Mata	10 jan-fev, 02 maio 1886
75. Gazeta de Pouzo Alto	Pouso Alto	Sul	14 nov. 1880; 30 jul. 1882
76. A Providência	Rio Pomba	Zona da Mata	06 jan. 1884
77. O Bocayu	Rio Pomba	Zona da Mata	16 jul.-20 ago.1882
78. O Pombense	Rio Pomba	Zona da Mata	Set.1884;abr,nov.1886; 29 abr.1888
79. Jaguará	Sacramento	Triângulo	10, 21 ago. 1884; 04 out. 1885
80. O Aristarcho	Santo Antonio do Monte	Oeste	15 jun. 1885
81. O Tribunal	São João del Rei	Vertentes	01 abr-03 maio 1888
82. Luzeiro	São João del Rei	Vertentes	15 mar, nov. 1884; jan, 30 jul.1885
83. O Domingo	São João del Rei	Vertentes	20 set. 1885-21 fev.1886
84. Opinião Liberal	São João del Rei	Vertentes	21 jul. 1888
85. Alvorada	São João del Rey	Vertentes	28 março 1886
86. O Arauto de Minas	São João del Rey	Vertentes	Out. 1880-dez.1881; jan.-mar, maio-dez. 1882; jan.-jun.1883-dez.1885; mar-dez.1886; jan.-jun..out.-dez.1887; jan-dez.1888
87. São João D'El-Rei	São João del Rey	Vertentes	Maio-out. 1886
88. O Recreio	São José do Paraíso	Sul	27 dez. 1883
89. Correio Uberabense	Uberaba	Triângulo	13 jun, set, dez.1880; 16 out.1881
90. Filho do Povo	Uberaba	Triângulo	08 mar-ago, out-dez. 1885; jan-14abr. 1886
91. Gazetinha Mineira	Uberaba	Triângulo	24 out. 1886
92. Monitor uberabense	Uberaba	Triângulo	30 abr. 1882; out. 1885; jan-21 fev. 1886
93. O Mineiro: semanário imparcial	Uberaba	Triângulo	19-25 dez. 1881; 09, 31 jan. 1882
94. O Waggon	Uberaba	Triângulo	03 fev. 1884-01 fev. 1885
95. Tiradentes	Uberaba	Triângulo	08 jun.-10 nov. 1881 08 fev. 1882

Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM):**Lista de periódicos disponíveis no SIA-APM**

Título	Cidade	Região	Período (1880-1888)
1. A Conjuração	Campanha	Sul	1888
2. Colombo	Campanha	Sul	1880-1885
3. O Sul de Minas	Campanha	Sul	1887
4. O Cataguazense	Cataguases	Zona da Mata	1887
5. O Povo	Cataguases	Zona da Mata	1888
6. Liberal do Norte	Diamantina	Jequitinhonha-Mucuri-Doce	1887-1888
7. Propaganda	Diamantina	Jequitinhonha-Mucuri-Doce	1888
8. Sete de Setembro	Diamantina	Jequitinhonha-Mucuri-Doce	1887-1888
9. Voz do Povo	Diamantina	Jequitinhonha-Mucuri-Doce	1882
10. A Verdade	Itajubá	Sul	1886-1888
11. Cruz de Malta	Itajubá	Sul	1884
12. Itajubá	Itajubá	Sul	1888
13. O Pharol	Juiz de Fora	Zona da Mata	1887
14. O Lavrense	Lavras	Sul	1887
15. O Leopoldinense	Leopoldina	Zona da Mata	1880
16. Correio do Machado	Machado	Sul	1888
17. O Marianense	Mariana	Metalúrgica-Mantiqueira	1888
18. A Actualidade	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1880-1882
19. A Camélia	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1887 - 1888
20. A Nação	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1880
21. A Ortiga	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1885-1887
22. A Província de Minas	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1880-1888
23. A União	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1886-1888
24. A União Escholástica	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1888
25. A Vela do Jangadeiro	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1884
26. Chrysalida	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1887-1888
27. Gazeta de Ouro Preto	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1888
28. Liberal Mineiro	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1882-1888
29. Minas Altiva	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1886
30. O Diabinho	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1884-1888
31. O Normalista	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1888
32. O Periquito	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1886
33. O Vinte de Agosto	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1885-1886
34. Treze de Maio	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1888 (out.)
35. União Postal	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1887
36. Chrysálida	Ouro Preto	Metalúrgica-Mantiqueira	1887-1888
37. O Luzeiro	Paracatu	Paracatu	1884
38. A Gazetinha de Passos	Passos	Sul	1883
39. Gazeta de Passos	Passos	Sul	1887
40. O Luctador	Pirapetinga	Zona da Mata	1887
41. A Realização	Pitangui	Oeste	1883
42. Livro do Povo	Pouso Alegre	Sul	1881-1883
43. O Pouso-Alegrense	Pouso Alegre	Sul	1881
44. Valle-Sapucahy	Pouso Alegre	Sul	1886
45. A Folha Sabarense	Sabará	Metalúrgica-Mantiqueira	1885-1888
46. Gazeta Sul Mineira	São Gonçalo do Sapucaí	Sul	1887
47. Gazeta Mineira	São João del Rei	Vertentes	1887
48. Gazeta de Uberaba	Uberaba	Triângulo	1888
49. O Volitivo	Uberaba	Triângulo	1884

2- Bibliografia

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

ABREU, Martha. Pensamento católico, abolicionismo e festas religiosas no Rio de Janeiro, 1870-1890. In: PAMPLONA, Marco Antonio (org.). *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: Acess, 2001.

ABREU, Martha; VIANA, Larissa. Festas Religiosas, cultura e política no império do Brasil. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

A ESCOLA DE MINAS: 1876-1976. 1º Centenário. 1º volume. Oficinas gráficas da Universidade Federal de Ouro Preto, 1976.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: _____. *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp.53-59

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal*. Brasília, 2010. Texto disponível em: <http://sequenciasparisienses.blogspot.com/2010/04/cotas-e-democracia.html>

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Ângela. Associativismo avant la lettre - as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 166-199.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. 2ª edição. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMARAL, Alex Lombello. *Cascudos e chimangos: Imprensa e Política em São João del-Rei (1876-1884)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Juiz de Fora, 2008.

ANDRADE, Rômulo Garcia. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 11 n°22, 95-125, maio/agosto 1991.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Folganças Populares: festejos de entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFGM; Fapemig; FCC, 2008.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade – o imaginário mineiro na vida política e cultural da Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. “Quem precisa de São Nabuco?”. *Estudos Afro-asiáticos*, vol.23 no.1. Rio de Janeiro: Janeiro/Junho, 2001.

AZEVEDO, Célia Azevedo. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 1999.

AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos escravos: Lutas e Abolicionismo na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2003.

BAKOS, Margareth Marchiori. Repensando o processo abolicionista sul-rio-grandense. *Estudos Ibero-Americanos*. XVI(2), 1988.

BARATA, Alexandre Mansur; GOMES, Gisele Ambrósio. Imprensa, política e gênero. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 44, jan./jun., 2008.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Tradução de Beatriz Sidou. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BERNSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRRINELLI, Jean-François (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1976.

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução, introdução e notas Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Paulus, 1995. Edição Pastoral.

BINDER, Fernando Pereira. *Bandas Militares no Brasil: difusão e organização entre 1808-1889*. Volume I. Dissertação (mestrado). UNESP. São Paulo, 2006.

BOCK, Kenneth. Teorias do Progresso, Desenvolvimento e Evolução. In: BOTTOMORE, T. B. e NISBET, R. (orgs.) *História da Análise Sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

BRETAS, Marcos Luiz da Fonseca. A Polícia Carioca no Império. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 12, n.22, p. 219-234, 1998.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

BURKE, Peter. A comunicação na História. In: RIBEIRO, Ana Paula Goular; HERSCHMANN, Micael (orgs.). *Comunicação e história: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X; Globo Universidade, 2008.

CÂNDIDO, Marcos Roberto. *Origens e Significados da Palavra Muzambinho*. Setor de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Muzambinho. Disponível em: <http://www.muzambinho.com/imagens/historicos/muzambinho/origpalmuz.pdf>

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARRARA, Ângelo Alves. Para além das Minas e Currais (e de Minas Gerais): ensaio de caracterização da divisão regional mineira; séculos XVIII e XIX. *Seminário sobre Histórias Regionais de Minas Gerais*. Instituto Cultural Amílcar Martins – ICAM. Belo Horizonte: 2006.

CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. *A Igreja e a escravidão: uma análise documental*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.

CARVALHO, José Murilo. Escravidão e Razão Nacional. In: _____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CARVALHO, José Murilo. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi-Revista de História*, 1 (2000).

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto - o peso da glória*. 2. Ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Sheldon Augusto Soares de. *As Perspectivas de Senhores, Escravos e Libertos em torno do Pecúlio e das Redes Familiares no Desagregar da Escravidão em Barbacena. (1871-1888)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

CASTILHO, Celso Thomaz. *Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*. A dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in History in the Graduate Division of the University of California, Berkeley. Berkeley: University of California, 2008.

CASTILHO, Fábio. *Entre a Locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão de obra no Sul de Minas (1870-1918)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão da corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010.

CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: festa cívica em Minas Gerais – 1815-1845*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONSENTINO, Daniel do Val. *Um múltiplo de transições: A transição para o trabalho livre em Minas Gerais*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Unicamp. Campinas, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, Emília Viotti da Costa. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 3ª edição, 1989.

COTA, Luiz Gustavo Santos. *O sagrado direito da liberdade: escravidão, liberdade e abolicionismo em Ouro Preto e Mariana (1871 a 1888)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2007.

COTTA, Francis Albert. Olhares Sobre a Polícia no Brasil. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Abril/ Maio/ Junho de 2009, Vol. 6, Ano VI, nº 2, p. 12-44.

CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica – São João Del Rei: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*. (Dissertação de Mestrado) Niterói: PPGH/UFF, 2002.

CUNHA, Alexandre Mendes; GODOY, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: *V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas da ABPHE*. São Paulo: ABPHE, 2003.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira & PAULA, João Antônio de. Regionalização e História: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico. In: *Texto para discussão n. 260*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2005.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Princesa Isabel (1846-1921): a política do coração entre o trono e o altar*. Tese de Doutorado em História Social (UFRJ). Rio de Janeiro, 2007.

DARNTON, Robert, *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: Mídia, cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Tradução de Wanda Caldeira Brant. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEL PRIORE, Mary Lucy. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DIAS, José Ramos. *Apontamentos históricos do Sesquicentenário da Escola de Farmácia de Ouro Preto*. 3 ed. rev. Ouro Preto: UFOP, Escola de Farmácia, 1989.

DIAS, Marcelo Rodrigues. *Repressão ao curandeirismo nas Minas Gerais na segunda metade do oitocentos*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2010.

DOLLFUS, Oliver. *O espaço geográfico*. 4ª edição. São Paulo: DIFEL, 1982.

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas, 1993.

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. *Ciências Sociais Hoje: Anuário de Antropologia, Política e Sociologia*. São Paulo, ANPOCS, p.7-32, 1984.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas – Definições, usos, genealogias. *Vária História*, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, n. 28, 2001.

DUVIGNAUD, Jean. *Festas e Civilizações*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará; Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Território e geopolítica nas Minas Gerais do século XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo*, v. 11, 2009.

FANNI, Silvana Oliveira. *Conquistando a liberdade: de escravos a libertos*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 2 vols., 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Lusirene. *Nas asas da imprensa: a repercussão da abolição da escravatura na província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFSJ. São João del-Rei, 2010.

FILHO, Luciano M. de Faria; JINZENJI, Mônica Yumi NASCIMENTO, Cecília V.; INÁCIO, Marcilaine Soares. Educar para civilizar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 44, jan./jun., 2008.

FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2006.

FLORES, Moacyr. *O negro na dramaturgia brasileira: 1838-1888*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

FONSECA, Marcos Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FONSECA, Marcos Vinícius. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

FONSECA, Marcos Vinícius. *População negra e educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FRANCISCO, Raquel Pereira. *Laços da senzala, arranjos da flor de maio: relações familiares e de parentesco entre a população escrava e liberta – Juiz de Fora (1870-1900)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na zona da mata mineira oitocentista*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.

GABARRA, Larissa Olivera e. *O reinado do Congo no Império do Brasil. O congado de Minas Gerais no século XIX e as memórias da África Central*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio. Rio de Janeiro: 2009.

GALVES, Marcelo Cheche. “Ao público sincero e imparcial”: *Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: PPGH-UFF, 2010.

GENOVEZ, Falco Patrícia. *As Malhas do Poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos. 2001.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. Tradução Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização em Juiz de Fora: 1850-1930*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988.

GODOY, Marcelo Magalhães. *Vida econômica mineira na perspectiva de viajantes estrangeiros*. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1990 (monografia de bacharelado em História).

GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço: uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1996 (Texto para Discussão n.º 109).

GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*, 2002, Diamantina. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

GODOY, Marcelo Magalhães. Comércio & propaganda nos periódicos oitocentistas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 44, jan./jun., 2008.

GOODWIN JÚNIOR, James William. *Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição. Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo Ática, 1978.

GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *A princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais. São João Del Rei (1831 – 1888)*. Editora Annablume. São Paulo. 2002.

GRAHAM, Richard. Spencer e o Progresso. In: _____. *Grã-bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRECO, Ângelo Antonio. *Em busca de braços fecundantes: política, economia e preconceito no discurso da imprensa mineira sobre a imigração (1888-1898)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. São Paulo, 2009.

GRINBERG, Keila. *Libera ta - a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relute Dum ará, 1994.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebolças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUEDES, Roberto. Parentesco, Escravidão e Liberdade (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 27, nº 45: p.233-263, jan/jun 2011.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Mineração, Quilombos e Palmares. In: *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Violência entre parceiros de cativeiro: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2006.

GURGEL, Argemiro Eloy. *A Lei de 7 de novembro de 1831 e as ações cíveis de liberdade na Cidade de Valença (1870-1888)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, UFRJ / IFCS, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2. ed. Trad.: Flávio R. Kothe. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laia Teles Benoior. São Paulo: Centauro, 2004.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOBSBAWM, E. & RANGER, T. *A invenção de tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

INNOCÊNCIO, Isabela Torres de Castro. “Liberdade e acesso a terra: Fazenda de Cantagalo, Paraíba do Sul (1882-1832)”. *Caminhos da História, Revista Discente do Programa de Mestrado em História*. Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, v. 1, 2005.

JOSÉ, Oíliam. *A Abolição em Minas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.

KANTOR, Íris. A Leal Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

KITTLESON, Roger A. "Campaign all of Peace and Charity": Gender and the Politics of Abolitionism in Porto Alegre, Brazil, 1879-88. *Slavery & Abolition*, Vol. 22, No. 3, December 2001, pp.83-108.

KITTLESON, Roger A. Women and Notions of Womanhood in the Brazilian Abolitionism. In: SCULLY, Pamela; PATON, Diana. *Gender and Slave: Emancipation in the Atlantic World*. Durhan and London: Duke University Press, 2005, pp.99-120.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Os padrões de alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88*. São Paulo: Fapesp; Annablume, 2006.

LACOSTE, Yves. *A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A Transformação do Trabalho: A Passagem Para o Trabalho Livre na Zona da Mata Mineira, 1870 – 1920*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

LARA, Sílvia H. *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LARA, Sílvia H. Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*. São Paulo: PUC, outubro, 1995.

LEMOS, Mauro Borges; DINIZ, Clelio Campolina; GUERRA, Leonardo Pontes e MORO, Sueli. A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica. *Estudos Econômicos*. São Paulo, V. 33, nº. 4, p. 665-700, Outubro-Dezembro 2003.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEONEL, Guilherme Guimarães. *Entre a cruz e os tambores: conflitos e tensões nas Festas do Reinado (Divinópolis - M.G)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2009.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVINE, Robert M. *A Velha Usina: Pernambuco na Federação Brasileira (1889-1937)*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

LIBBY, Douglas Cole. *A Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achimé, 1981.

LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. *Revista Brasileira de História*, nº 6, 7-46, set., 1983.

LINHARES, Maria Yedda L.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Região e História Agrária. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995.

LOUSADA, Maria Alexandre. *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 1995.

LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. A reprodução natural dos escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. *Cadernos IFCH-UNICAMP*, 10: 1-14, nov. 1983.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821 – 1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Cláudio Heleno. Tráfico interno e concentração de população escrava no principal município cafeeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: Juiz de Fora (segunda metade do século XIX). *X Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina: CEDEPLAR-UFMG, 2002.

MACHADO, Geosiane Mendes. *Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Março de 2010.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados. A imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.

MACHADO, Humberto. *Escravos, Senhores e Café: A Crise da Cafeicultura Escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888*. Niterói: Clube da Literatura Cromos, 1993.

MACHADO, Humberto Fernandes. Joaquim Nabuco: Paternalismo e Reformismo na Campanha Abolicionista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a.161, n. 406, jan./mar. 2000.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa abolicionista e censura no Império do Brasil. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia C. P. de Brito (org.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008.

MACHADO, Maria Helena P. De Rebeldes a Fura-Greves: as duas faces da experiência da liberdade do Quilombo do Jabaquara na Santos pós-emancipação. In: SANTOS, Flávio Gomes dos; CUNHA, Olívia. (Org.). *Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

MACHADO, Maria Helena P. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. 2 ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2010.

MACHADO, Maria Helena. Os abolicionistas brasileiros e a Guerra de Secessão. In: ABREU, Martha & PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011.

MACIEL, Guilherme de Souza. *O Recreador Mineiro (Ouro Preto: 1845 – 48): Formas de Representação do Conhecimento Histórico na Construção de uma Identidade Nacional*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas. Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2005.

MAIA, Andréa Casa Nova; PEREIRA, Valnei; et alii. Narrativas ficcionais em multimídia: paradoxos da tradição e do turismo na festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. In: *Anais do VIII Encontro Nacional de História Oral*. Rio Branco: UFAC, 2006.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da lei de 1831. In: LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

MARTINS, Marcos Lobato. Os Mata Machado de Diamantina: Negócios e política na virada do século XIX para o século XX. In: *Anais do XIII Seminário sobre a economia mineira*. CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 2008.

MARTINS, Marcos Lobato. Regionalidade e História: reflexões sobre a regionalização nos estudos historiográficos mineiros. In: *Anais Eletrônicos XVI Encontro Regional de História ANPUH-MG*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2008.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar e SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da. Produção Econômica de Minas Gerais no século XIX. In: *V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu, ABPHE, 2003.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice de Carvalho Cruz da; LIMA, Maurício Antônio de Castro. População de Minas Gerais na segunda metade do séc. XIX: novas evidências. *Anais do X Seminário sobre a economia mineira*, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 2002.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Tese de doutoramento. Nashville: Vanderbilt University, 1980.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora. *Estudos Econômicos*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, vol. 13, nº1, jan.-abr. 1983.

MARTINS, Roberto Borges. Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

MATA, Iacy Maia. *Os “Treze de Maio”: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia. Pós-Abolição (1888-1889)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2002.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

MATTOS, Hebe Maria. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. 4.ed., Rio de Janeiro: Access, 1999.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70, 1988.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: Inconfidência mineira*. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1978.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/Edur/Anpuh, 2007.

MENDES, Miriam Garcia. *A personagem negra no teatro brasileiro, entre 1838 e 1888*. São Paulo: Ática, 1982.

MENDONÇA, Joseli M. Nunes. *Entre as mãos e os anéis: a Lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

MINTZ, Sidney W. & PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana. Uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro. Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003.

MONTEIRO, Norma de Góis (Org.). *Dicionário Biográfico de Minas Gerais. Período Republicano, 1889/1991*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994.

MONTEIRO. Norma de Góis. *Imigração e colonização em Minas, 1889, 1930*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994.

MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879 – 1888)*, 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

MORAES, Renata Figueiredo. *Os maíos de 1888: História e Memória na escrita da História da Abolição. O caso de Osório Duque-Estrada*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF. Niterói, 2007.

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2006.

MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MOTT, Luís. *O sexo proibido: escravos, gays e virgens nas garras da Inquisição*. Campinas, Papirus, 1988.

MOTT, Maria Lucia de Barros. *A mulher na luta contra a escravidão*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

NATAL, Caion Menegello. *Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Faperj/Revan, 2003.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

ORICO, Osvaldo. *O tigre da Abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: *X Seminário sobre a Economia Mineira*, 2002, Diamantina. Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PARREIRA, Nilce Rodrigues. *Comércio de Homens em Ouro Preto no século XIX*. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1990.

PAULA, João Antônio de. *O Prometeu no Sertão: Economia e Sociedade da Capitania das Minas dos Matos das Gerais*. Tese de Doutorado, USP: São Paulo, 1988.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Região e regionalização: um estudo da formação regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Hera – Revista de História Econômica & Econômica e Regional Aplicada*. Vol. 1, nº1 – jul./dez. 2006.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial – jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

PEREIRA, Matheus Serva. *Uma viagem possível: da escravidão à cidadania. Quintino de Lacerda e as possibilidades de integração dos ex-escravos no Brasil*. Dissertação de mestrado - UFF. Niterói, 2011.

PEREIRA, Thiago Bueno. Abolicionismo em Juiz de Fora – MG, 1870/1888. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. ANPUH. Londrina: Editorial Mídia, 2005.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as ideias de André Rebouças*. Rio de Janeiro: Quartet; Belford Roxo: UNIABEU, 2005.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c.1809-c.1830*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

PIRES, Anderson. *Capital Agrário, Investimentos e Crise na Cafeicultura de Juiz de Fora 1870/1930*. Dissertação de Mestrado, UFF, 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. *Performance musical nos Ternos de Catopés de Montes Claros*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2005.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In: *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

REIS, João José. Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, Liana Maria. *Escravos e Abolicionismo na Imprensa Mineira – 1850/88*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993.

REIS, Liana Maria. Vivendo a liberdade: fugas e estratégias de sobrevivência no cotidiano escravista mineiro. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1996 v.16, n.31 e 32.

REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

REYNOLDS, David S. *John Brown, Abolitionist: The Man Who Killed Slavery, Sparked the Civil War, and Seeded Civil Rights*. New York: Alfred A. Knopf, 2005.

REZENDE, Luiz Alberto Ornellas. Baronato em família – considerações acerca da crise cafeeira em Juiz de Fora a partir da família Ribeiro de Rezende (1885–1914). In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; SOUZA, Sônia Maria de; FERNANDES, Cássio (orgs.). *Anais do II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social. Micro História e os caminhos da História Social*. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. *De batuques e trabalhos. Resistência negra e a experiência do cativo - Uberaba, 1856/1901*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo: PUC-SP, 2001.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002.

ROCHA, Antonio Penalves. Ideias antiescravistas da Ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*. vol.20 n.39. São Paulo, 2000.

RODARTE, Mário Marco Sampaio. *O Caso das Minas que não se esgotaram: A pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: CEDEPLAR / UFMG, 1999.

RUBIÃO, Fernanda Pires. *Os negros do Rosário: Memórias, Identidades e Tradições no Congado de Oliveira (1950-2009)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2010.

SALLES, Ricardo. Joaquim Nabuco, o abolicionismo e a nação que não foi. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, a.161, n. 406, pp. 1-258, jan./mar. 2000.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANT'ANNA, Thiago. “Noites abolicionistas”: as mulheres encenam o teatro e abusam do piano na cidade de Goiás (1870-1888). *OPIS - Revista do NIESC*, Vol. 6, 2006.

SANTOS, Cláudia Andrade dos. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo? In: REIS FILHO, Daniel Aarão (organizador). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

SANTOS, Jocélio Teles dos. “Incorrigíveis, afeminados, desenfreados”: Indumentária e travestismo na Bahia do século XIX. *Revista de Antropologia*. São Paulo, USP, 1997, V. 40 nº2.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. Colaboração de Denise Elias. Quinta Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870-1900*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2001.

SARAIVA, Luiz Fernando. *O Império das Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853 – 1893*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Dos males da dádiva: sobre as ambiguidades no processo da Abolição brasileira. In: SANTOS, Flávio Gomes dos; CUNHA, Olívia. (Org.). *Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora de lugar”. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *REVISTA USP*, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002.

SHARP, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: EDUNESP, 1992.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De "Papa--pecúlios" a Tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Tese de doutorado em História apresentada ao Departamento de História da Unicamp. Campinas, 2006.

SILVA, Denilson de Cássio. *O drama social da abolição: Escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João del-Rei*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

SILVA, Domingos Carvalho da. "Gaspar da Silva, agitador das letras no Brasil". *Revista Colóquio/Letras*. Lisboa, Ensaio, nº106, Nov. 1988.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SILVA, Eduardo. Interação, globalização e festa: a abolição da escravatura como história cultural. In: PAMPLONA, Marco Antonio (org.). *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: ACESS, 2001.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Eduardo. Resistência negra, teatro e abolição da escravatura. In: *26ª Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa História*. Julho, 2006.

SILVA, Eduardo. Domingo, dia 13: o underground abolicionista, a tecnologia de ponta e a conquista da liberdade. In: ABREU, Martha & PEREIRA, Matheus Serva (orgs.). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: PPGHistória-UFF, 2011.

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Marisa Ribeiro. *História, memória e poder: Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2006.

SILVA, Pe. Dr. Belchior Cornélio da. Dom Viçoso e a Escravatura. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Vol. X. Belo Horizonte: 1963.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Os escravos vão à Justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade. Bahia, século XIX*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2000.

SILVA, Ricardo Tadeu Caires. *Caminhos e descaminhos da abolição. Escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão. (Bahia, 1850-1888)*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marcos (org.). *República em Migalhas: história local e regional*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: Questão de Método. In: SILVA, Marcos (org.). *República em Migalhas: história local e regional*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Nacional, 1978.

SLENES, Robert W. Os Múltiplos Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, V.18, nº 3, 1988, p.449-495.

SOARES, Carlos Eugenio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. 2ª edição revisada e ampliada. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisas em História Social da Cultura, 2002.

SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 7Letras, 2007.

SOARES, Márcio de Sousa. Fortunas mestiças: perfilhação de escravos, herança e mobilidade social de forros em Campos dos Goitacases no alvorecer do oitocentos. *Revista Estudos de História*, Franca, n.2, v.9, p.165-194, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Muad, 1999.

SOIHET, Raquel. O drama da conquista na festa: reflexões sobre resistência indígena e circularidade cultural. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n.9, 1992.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAMM, Paulo. *Uma Dinastia de Tecelões*. 2ª edição. 1960.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TINHORÃO, José Ramos. *Os sons negros no Brasil: cantos, danças, folguedos: origens*. São Paulo: Art Editora, 1988.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Tradução Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

TRINDADE, Alexandro Dantas. *André Rebouças: da Engenharia Civil à Engenharia Social*. Tese do doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2004.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia & Escravidão – os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. *Lócus, Revista de História*. Juiz de Fora: UFJF, 1997, volume 3, número 1.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Trad. Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

XAVIER, Regina. Biografando outros sujeitos, valorizando outra história: estudos sobre a experiência dos escravos. In: SCHMIDT, Benito Bisso. *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

Anexo

Instruções para prisão de escravos fugidos, expedidas pelo Chefe de Polícia da Província de Minas Gerais, Levindo Ferreira Lopes, em 12 de abril de 1887, publicado em anexo à Fala do presidente Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo à Assembleia Provincial de Minas Gerais, em 05 de julho de 1887 (anexo 04, p.3):

INSTRUÇÕES

1ª A autoridade policial tem o dever de mandar por com custódia o escravo fugido, que pode ser um elemento de perturbação – da ordem; mas não pode fazê-lo, sem plena certeza de sua condição. Lei de 15, art. [5º § 5º], Código do Processo Criminal, art. 2º § 2º; Lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 4, §§ 4º e 6º; Regulamento n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, art. 62, §§ 3º e 63; Decreto n. 1826 de 14 de Fevereiro de [1857], arts. 1 e 4.

2ª A detenção a requerimento do senhor (Decreto citado art. 4) somente será ordenada à vista do título de propriedade, certidão da matrícula e talão do pagamento da taxa respectiva; Decretos ns. 4835 de 1º de Dezembro de 1871 e 7539 de 15 de Novembro de 1879.

3ª O escravo detido não será demorado por motivo algum em custódia; a autoridade, verificada a detenção, ordenará imediatamente a intimação do senhor, para o reclamar, marcando-lhe o prazo de cinco a trinta dias, conforme as circunstâncias.

4ª Não serão atendidas as reclamações que não forem acompanhadas dos referidos documentos e quaisquer outros, para prova de identidade.

5ª Findo o prazo, sem ter havido reclamação, ou não sendo esta atendível, mandará a autoridade policial apresentar o detido à autoridade judiciária, para proceder na forma da lei.

6ª Os documentos que acompanharem as reclamações deverão ser restituídos aos reclamantes, se o exigirem, ficando cópia, ou arquivados em cartório.

7ª Em caso algum é lícito à autoridade, ainda quando o requeiram os senhores, mandar infligir castigos aos escravos detidos.

8ª Não pode ser recolhido à prisão o escravo foragido por temor de ameaças graves, ou maltratado por castigos exagerados, que vai à presença da autoridade queixar-se do senhor; mas deve ser depositado, observando a autoridade policial o seguinte:

9ª No primeiro caso, o de ameaças, sendo fundado o receio, obrigará o senhor do queixoso a assinar termo de segurança: Código do Processo Criminal, art. 125; Aviso n.263 de 25 de Novembro de 1852; Decreto n. 9602 de 12 de junho de 1880, art. 15. § único.

10ª No segundo caso o de castigos exagerados, procederá a corpo de delito e mais diligências do inquérito policial, às quais dará o destino legal. Decreto n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, art. 42, §6º.

11ª Igual procedimento deve ter com relação aos ingênuos do que trata a Lei n. 2040 de 28 de Setembro de 1871, que forem maltratados pelos senhores de suas mães, ordenando, porém, que sejam levados à presença do juiz de órfãos logo depois de concluídas as referidas diligências, das quais remeterá cópia ao dito juiz.

12ª O escravo depositado por algum dos motivos expostos, não será restituído ao senhor, senão depois de assinado o termo de segurança, o de concluído o inquérito, e à vista dos documentos apontados.

13ª Não compete à autoridade policial compeler o liberto com cláusula de serviços a prestá-los; não lhe é permitido, pois, prendê-lo, exceto requisitando-o o juiz de órfãos, e, neste caso, verificada a prisão, será o liberto incontinenti apresentado ao dito juiz. Decreto n. 5135 de 13 de Novembro de 1871, arts. 63 e 83.

14ª É, porém, de sua competência proceder nos termos do art. 121 do código do processo criminal – quanto aos libertos que não tiverem ocupação, marcando-lhes prazo, para contratarem seus serviços. Lei n. 3270 de 28 de Setembro de [1833], art. 3º § 17; Decreto n. 6902 de 12 de Junho de 1886, art. 14.

15ª No caso de infração do termo, a autoridade policial mandará apreender o liberto e o enviará ao juiz de órfãos, com o traslado do termo; Decreto citado, art. 14 § 1º.

16ª É também da competência, da autoridade policial remeter para estabelecimentos, ou oficinas públicas, os libertos pelo fundo de emancipação, que se ausentarem do seu domicílio obrigado, sem licença do juiz de órfãos {Lei n.3270, citado, art.3º, § 10} e não apresentarem escusa legítima. Decreto citado, art.13.

17ª É domicílio obrigado do liberto pelo fundo de emancipação, o município da alforria, durante cinco anos, contados da data desta, exceto o das capitais.

18ª São razões de escusa:

- 1º Fugir de ameaças ou perigo iminente;
- 2º Requerer de seu direito à autoridade com residência fora do município do domicílio obrigado;

- 3º Procurar mulher ou filhos desencaminhados; Decreto citado, art. 13 § 3º.

19ª Inclui-se, finalmente, na competência da autoridade policial, preparar o processo para imposição das penas de prisão:

- 1º Aos que aliciarem menores sujeitos à autoridade dos senhores das mães, entregues à associações, casas de expostos e particulares ou manumitidos obrigados a serviços.

- 2º Aos que, tendo em seu poder pecúlio de escravos ou de manumitidos sujeitos a serviço, sem autorização legal, não o manifestarem ao juiz de órfãos, dentro do prazo assinado em edital;

- 3º Aos que de má fé não derem à classificação os nomes dos escravos para a emancipação pelo fundo público. Decreto n. 5125 de 13 de Novembro de 1872, art. 97.

20ª O processo pode começar *ex-officio*, por queixa, requerimento do promotor público ou representação do juiz de órfãos, e segue a ordem estabelecida para os crimes policiais. Decreto n. 5135 de 13 de Novembro de 1872, art. 97.

21ª Quanto aos menores ingênuos abandonados pelos senhores de suas mães, é dever da autoridade policial – mandá-los apresentar ao juiz de órfãos, a fim de que este, verificando o abandono, proceda de conformidade com a Lei.